

CEM ANOS COM SAUSSURE

**TEXTOS DE CONGRESSO INTERNACIONAL
TOMO I**

COLEÇÃO SEMIÓTICA

CEM ANOS COM SAUSSURE

**TEXTOS DE CONGRESSO INTERNACIONAL
TOMO I**

**WALDIR BEIVIDAS
IVÃ CARLOS LOPES
SÉMIR BADIR
[orgs.]**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlia Farias Motta CRB7- 5880

P 626s

xx

xx. - São Paulo: Annablume, 2015.

xxxxxxxx cm .

ISBN: xxxxxxxxxx

1. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CDD 410

Índice para catálogo sistemático:

1. xxxxxxxxxx
2. xxxxxxxxxx
3. xxxxxxxxxx
4. xxxxxxxxxx

CEM ANOS COM SAUSSURE:
TEXTOS DE CONGRESSO INTERNACIONAL - TOMO I

Projeto, Produção e Capa
Coletivo Gráfico Annablume

Conselho Editorial
Eugênio Trivinho
Gabriele Cornelli
Gustavo Bernardo Krause
Iram Jácome Rodrigues
Pedro Paulo Funari
Pedro Roberto Jacobi

1ª edição: maio de 2015

© Waldir Bevidas

ANNABLUME editora . comunicação
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554 . Pinheiros
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (5511) 3539-0226 – Televidas 3539-0225
www.annablume.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I – ESTUDOS PROSPECTIVOS, NOVOS CAMINHOS	11
1. SAUSSURE E OS ESTUDOS SEMIÓTICOS Diana Luz Pessoa de Barros	13
2. A SEMIOLOGIA DE SAUSSURE COMO EPISTEMOLOGIA DISCURSIVA Waldir Beividas	29
3. DE FRENTE COM A ENUNCIÇÃO: SAUSSURE E A (IN)CONSCIÊNCIA DO SUJEITO FALANTE Patrick Dahlet	45
4. O SEMIOTICISTA: UM HERDEIRO DE SAUSSURE Norma Discini	65
5. SAUSSURE E A TRANSPOSIÇÃO DO SENTIDO NA EPISTEMOLOGIA DA SEMIÓTICA Ricardo Lopes Leite	107

6. SAUSSURE E PEIRCE: DOIS CONCEITOS DE SIGNO COMPLEMENTARES	123
José Américo Bezerra Saraiva	

7. AFINAÇÃO DO SENTIDO NO PROGRESSO SEMIÓTICO	141
Luiz Tatit	

PARTE II – ESTUDOS HISTÓRICOS E DA RECEPÇÃO

161

1. TRUBETZKOY E SAUSSURE	163
Leda Bisol	

2. SAUSSURE: RUPTURAS E SUBVERSÕES	175
Izidoro Blikstein	

3. SAUSSURE: INVENTANDO A LINGUÍSTICA, MOTIVANDO O DISCURSO	189
Beth Brait	

4. SEMÂNTICA ESTRUTURAL	209
José Luiz Fiorin	

5. DO SIGNO AO VOCÁBULO: ASPECTOS SAUSSURIANOS DA LINGUÍSTICA MATTOSIANA	227
Valdir do Nascimento Flores	

6. SAUSSURE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS	243
Dermeval da Hora Oliveira	

7. AS DICOTOMIAS E A ENUNCIÇÃO EM SAUSSURE	253
Edward Lopes	

8. SAUSSURE E A GRAMÁTICA	271
Maria Helena de Moura Neves	
9. NOTAS ESPARSAS SOBRE SAUSSURE	289
Sírio Possenti	
NOTAS BIOGRÁFICAS	303
SOBRE OS ORGANIZADORES	305
SOBRE OS AUTORES	307

APRESENTAÇÃO

WALDIR BEIVIDAS – USP – CNPQ

IVÁ CARLOS LOPES – USP

SÉMIR BADIR FNRS – UNIVERSITÉ DE LIÈGE

O ano de 2013 completou um centenário da morte de Ferdinand de Saussure (1857-1913). Pensador suíço da cidade de Genebra, é considerado pai e pioneiro da ciência chamada Linguística Moderna, mormente da corrente estrutural que ganhou notoriedade e a vanguarda dos estudos científicos nas ciências humanas em meados do século XX. O livro intitulado *Curso de Linguística Geral*, organizado pelos eminentes linguistas Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, a partir de notas tomadas por alguns de seus alunos durante três anos de curso sobre a linguística (1907-1910) em Genebra, tornou-se e mantém-se referência obrigatória no campo da linguística geral. Foi considerado por muitos uma revolução nos estudos da língua natural e, em decorrência, das demais linguagens humanas. Sua posteridade intelectual é inumerável. No final do século XX, com a descoberta de antigos manuscritos seus, Saussure voltou à cena principal, no teatro dos estudos linguísticos, com elementos novos que traduzem melhor a fineza de seu pensamento e incitam a sua reavaliação. Seus *Escritos de linguística Geral*, texto publicado em 2002 por Simon Bouquet e Rudolf Engler - e com mais uma recente edição a cargo de René Amacker (Genebra, Droz, 2011) - introduzem novas problemáticas para o campo da linguística como também para o campo geral da epistemologia. Vários pesquisadores rediscutem, em nossos dias, o pensamento saussuriano, na compa-

ração e confrontação entre o *Curso*, os *Escritos* e outros trabalhos seus (lendas germânicas, anagramas, línguas indoeuropeias...). Em diferentes partes do mundo, estudiosos têm demonstrado interesse, hoje, num ‘retorno’ às ideias de Saussure, à filosofia aí latente, à epistemologia aí patente.

Pois a cem anos do falecimento do genebrino, o mundo acadêmico da linguística teve a oportunidade de estar no “Congresso Internacional 100 anos *com Saussure*” que o Programa de Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo organizou e sediou na semana de 19 a 23 de setembro de 2013, em parceria com a Universidade de Liège, sob os auspícios de um acordo bi-lateral CAPES/WBI, que as duas universidades mantiveram durante os anos de 2011 a 2013. Com o apoio financeiro da própria CAPES, da FAPESP e o apoio acadêmico de outras instituições, o Congresso prestou homenagem ao linguista entre todos imprescindível. Linguistas, historiadores, semioticistas, filósofos, especialistas da literatura e demais pesquisadores em ciências humanas estiveram entre os convidados nesse encontro. Ademais, a convivência de uma semana no congresso tornou-se lugar de aglutinação de vários pesquisadores brasileiros e estrangeiros em torno à pesquisa em Saussure, dando ensejo a futuras parcerias e intercâmbios acadêmicos nacionais e internacionais.

As atividades acadêmicas do congresso contemplaram 18 (dezoito) conferências e 15 (quinze) comunicações em mesas-redonda, ambas plenárias, e perto de 50 (cinquenta) trabalhos em sessões de comunicação. Os dois tomos, ora editados, publicam os textos das conferências e das comunicações mesárias dos pesquisadores brasileiros, tomo I, e estrangeiros, tomo II, todos eles com apreciáveis notas de rodapé e imprescindíveis referências bibliográficas da mais alta relevância. No presente tomo I, os trabalhos foram distribuídos em duas partes: (i) estudos prospectivos, novos caminhos; (ii) estudos históricos e da recepção. O público brasileiro e estrangeiro tem com os dois tomos a oportunidade de entrar em contato, ler, pesquisar e estudar o que de mais atual está refletido e publicado a respeito do trabalho pioneiro de Ferdinand de Saussure.

PARTE I

**ESTUDOS PROSPECTIVOS
E NOVOS CAMINHOS**

Saussure e os estudos semióticos

DIANA LUZ PESSOA DE BARROS
UPM/USP/CNPQ

Greimas começa sua introdução ao livro *Du sens (Sobre o sentido)*, de 1970, dizendo: “Il est extrêmement difficile de parler du sens et d’en dire quelque chose de sensé” (p. 7). Nossa intenção aqui é trilhar alguns dos caminhos dos estudos dos sentidos abertos pela linguística criada por Saussure e que permitem realizar essa tarefa difícil.

Organizamos este texto em três partes: na primeira, retomamos alguns de nossos estudos sobre os discursos em geral e sobre a Semiótica discursiva, em particular, para mostrar que os diferentes estudos do texto e do discurso, que assumiram a tarefa complicada de tratar dos sentidos, trouxeram novas posturas e objeto aos estudos da linguagem a partir da segunda metade do século XX; na segunda discutimos a filiação saussuriana desses estudos; na terceira, tratamos da aparente incoerência dos estudos semióticos, entre a ruptura e a continuidade em relação a Saussure, e das mudanças de direção sem perda de rumos.

I. ESTUDOS DO DISCURSO: NOVAS POSTURAS E OBJETO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Estão aqui reunidas nossas reflexões, novas e velhas, de trabalhos anteriores, sempre recuperadas, nessa obsessão de encontrar sentido naquilo que fazemos e em que acreditamos.

Conforme mencionado acima, procuramos mostrar, em vários trabalhos, que os diferentes estudos do texto e do discurso, entre os quais se encontram os semióticos, trouxeram novas posturas e objeto aos estudos da linguagem a partir da segunda metade do século XX, e que o fizeram com fundamentos diferentes, em quadros teóricos diversos. Insistimos, também, em que há um ponto de vista comum a tais estudos: eles ocupam o espaço vazio entre posições bem definidas e separadas pelos estudos linguísticos anteriores (língua vs. fala, competência vs. performance, enunciação vs. enunciado, linguístico vs. extralinguístico). Os estudos do discurso romperam com a tradição de estabilidade de boa parte da Linguística e recuperaram a instabilidade própria da linguagem. Ao tratar assim, e ao mesmo tempo, do social e do individual, da argumentação e da informação, da intersubjetividade e da subjetividade, da organização do discurso e do dialogismo, esses estudos mostraram uma direção para os estudos do sentido e, com isso, ocasionaram a mudança de posicionamento acima mencionada nos estudos da linguagem, puderam atribuir novos papéis a tais estudos e estabeleceram ou retomaram diálogos com outras disciplinas e campos do conhecimento.

Os estudos do texto e do discurso têm as funções gerais dos estudos da linguagem: a de contribuir para o conhecimento da linguagem e, pela linguagem, do homem; a de concorrer para o desenvolvimento da própria disciplina; a de levar a que se conheçam melhor, por meio dos discursos, a cultura e a sociedade. Há, porém, especificidades teóricas e metodológicas dos estudos do texto e do discurso, que permitem que eles cumpram suas funções de forma peculiar no âmbito dos estudos da linguagem. Ao ocupar o lugar instável do “vão” entre pontos bem estabelecidos, tais estudos abrem-se mais aos diálogos com outras teorias, como já afirmamos, e favorecem o alargamento do objeto. Os estudos da linguagem, graças aos do discurso, caminham, assim, para a multidisciplinaridade para o exame de outras linguagens, além da verbal, ainda que o verbal continue a ter papel privilegiado na linguagem e em seus estudos, mesmo nos discursivos. Os estudos

do discurso facilitam ou mesmo incitam os diálogos da Linguística com outras disciplinas, principalmente com as demais ciências humanas. Dessa forma, os estudos da linguagem têm, por meio dos estudos do discurso, a possibilidade e a responsabilidade de dar a conhecer, de outra perspectiva, o homem, a história, a sociedade.

Falaremos, principalmente, de um dos estudos do texto e do discurso, a Semiótica discursiva, de origem francesa, perspectiva em que trabalhamos.

2. FILIAÇÃO SAUSSURIANA DOS ESTUDOS SEMIÓTICOS

A teoria semiótica discursiva tem seu marco fundador nos seminários de A. J. Greimas na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e na publicação de *Sémantique Structurale*, em 1966. Os estudos de Semiótica do discurso, ainda que localizados no lugar instável em que colocamos os estudos do discurso, estão direta ou indiretamente filiados à linguística saussuriana. Além de uma clara filiação saussuriana, de que falaremos a seguir, a Semiótica em suas origens dialoga, fortemente, com Hjelmslev (e a semântica estrutural), Lévi-Strauss, Dumézil e Propp. Esse caminho faz da Semiótica francesa uma teoria do discurso, com características específicas em relação às outras teorias do discurso. Ela tem por finalidade o exame dos processos de significação dos textos, para mostrar o que o texto diz, que sentidos produz e com que procedimentos linguístico-discursivos constrói os sentidos. Trata-se de uma teoria geral, que procura dar conta dos diferentes níveis de organização dos textos e dos discursos, e que busca construir os sentidos dos textos a partir de procedimentos discursivos que produzem esses sentidos e a partir dos diálogos que os textos mantêm com outros textos.

A filiação mais direta a Saussure ocorre, por exemplo, quando a semiótica discursiva toma como seu princípio de base a noção saussuriana de relação. A menos direta, embora ainda muito próxima, é a que se dá por meio dos trabalhos de Hjelmslev ou

de Lévi-Strauss, mais distanciada ainda a que se faz pelos estudos de Jakobson. Essa filiação foi uma das razões da recepção calorosa e precoce da Semiótica no Brasil e nos demais países da América Latina. Se a Semiótica discursiva foi introduzida cedo (nos anos 60-70, bem no início, portanto da semiótica greimasiana) e com entusiasmo no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, uma das razões, sem dúvida, foi o grande desenvolvimento, entre nós, da linguística saussuriana, do estruturalismo, em campos diversos, e dos vários estudos semiológicos. Esses estudos foram precursores dos estudos da semiótica discursiva e, para muitos estudiosos, constituíram, na América Latina, uma primeira geração de semioticistas “avant la lettre”. Embasavam-se nos trabalhos de Barthes, Kristeva, Todorov, Eco, Lévi-Strauss, Marin, Durand, Metz, Ruwet, nas publicações da revista *Communications*, entre outros (Barros, 2012).

A recepção calorosa deveu-se também ao fato de sua introdução na América Latina ter sido feita por professores e pesquisadores que leram *Semântica estrutural* ou que tiveram alguma relação mais pessoal com Greimas (foram seus alunos, de forma regular ou não, na Escola de Altos Estudos em Paris, ou o encontraram nas visitas do mestre à América Latina - Greimas veio ao Brasil já em 1973) e perceberam nesses estudos uma nova forma de tratar da linguagem e de examinar o sentido. Esses primeiros entusiastas da teoria semiótica eram estudiosos ligados à tradição universitária, sobretudo nas áreas de Letras (linguística, teoria literária) e de Comunicação e Artes, e formaram uma escola de semiótica, pois ofereceram cursos introdutórios e avançados nas universidades em que trabalhavam, escreveram livros de fundamentos, desenvolveram aspectos teóricos e metodológicos, fizeram muitas e variadas análises, traduziram estudos dos semioticistas franceses. A formação institucional em semiótica, com a disciplinarização universitária, é um dos traços característicos de sua recepção e desenvolvimento no Brasil, e também nos demais países da América Latina e, sem dúvida, o que lhe deu mais força e permitiu a adequada conciliação entre a novidade e a tradição (Barros, 2012).

Tratemos agora das várias formas de filiação da Semiótica à linguística saussuriana.

A Semiótica discursiva de linha francesa tem como um de seus veios de origem as teorias linguísticas, em especial, o *Curso* de Saussure e os trabalhos de L. Hjelmslev (1968), embora deva ser mencionada também a sintaxe de Tesnière. É preciso lembrar que os diálogos atuais da Semiótica com a Linguística em sentido restrito, ao contrário dos fundadores, tomam caminhos diferentes, e não apenas o de mão única dos estudos linguísticos aos semióticos. Não trataremos da questão neste estudo.

Os conceitos de base da teoria semiótica do discurso são saussurianos.

Seu princípio fundamental é o de relação ou de valor, e o ponto de partida é a afirmação revolucionária de Saussure de que a língua é feita de oposições: o mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais do que a contraparte daquelas (Saussure, 1969: 139); “na língua só existem diferenças” (p. 139). Da mesma forma, Greimas define toda semiótica como um sistema de relações, indiferente à natureza dos termos-objetos (1970: 23). Em outras palavras, o universo dos sentidos é recortado em semióticas particulares, cada uma delas concebida como uma hierarquia relacional e em que os termos são o resultado de relações ou de intersecções de redes de relações. Os termos não são assim objeto de ciência (Greimas, 1970, 22).

Ao apresentar sua *Semântica estrutural*, de 1966, Greimas diz que “o mundo humano se define essencialmente como o mundo da significação” e que “só pode ser chamado “humano” na medida em que significa alguma coisa” (1976 (1966):11). Para propor uma teoria semântica, a parente pobre da linguística, mesmo no âmbito da linguística estrutural, o autor considera a descrição semântica como a construção de uma metalinguagem e faz algumas escolhas teóricas e metodológicas, sempre no quadro da linguística saussuriana e a partir da noção de relação. Propõe, como primeira escolha epistemológica, considerar a percepção como o lugar não linguístico da significação (1976:15), o que tem a van-

tagem de aplicar-se a todo sistema de significação, verbal ou não verbal. Continua, mais adiante, afirmando que “percebemos diferenças e, graças a essa percepção, o mundo “toma forma” diante de nós e para nós”, ou seja, “a significação pressupõe a existência da relação: é o aparecimento da relação entre os termos que é a condição necessária da significação” (1976 (1966): 28).

O estatuto estrutural da significação, tal como apresenta, sempre a partir de Saussure, é também uma questão da descrição semântica proposta:

Le sens apparaît toujours comme une donnée immédiate : cela suffit à l'homme pour vivre et agir dans un monde signifiant. La question du statut structural de la signification ne se pose qu'avec le projet de sa description scientifique. Le sémanticien peut assumer l'hypothèse structurale en disant soit qu'il existe une structure sémantique organisant l'univers du sens, soit qu'une telle structure est postulée en vue de l'investigation de l'univers sémantique. Les conséquences pratiques seront les mêmes : le sémanticien aura à élaborer une théorie qui lui permette de construire des modèles formels conformes à la structure sémantique préexistante (ou susceptibles de rendre compte des univers sémantiques donnés) et une méta-théorie épistémologique le rendant capable d'apprécier l'adéquation de ces modèles. (1970:39)

Greimas, para descrever o universo semântico como uma estrutura, além do princípio semântico de relação, recupera da linguística saussuriana a concepção de dois planos da linguagem, o da expressão e o do conteúdo, em que a existência da expressão é considerada como condição da existência do sentido. Dessa forma, é possível, segundo o autor, postular o paralelismo entre os dois planos; conceber o modo de existência e de articulação da significação nessa relação; considerar o plano da expressão como constituído de elementos diferenciais que garantem a apreensão do sentido articulado; definir a estrutura semântica como uma articulação do universo semântico em unidades de significação

mínima. Em outras palavras, as diferenças no plano da expressão que correspondem a diferenças no plano do conteúdo são consequência da percepção de descontinuidades no mundo. A significação surge da apreensão de descontinuidades, mas não se devem confundir, apesar de estreitamente relacionadas, percepção e significação. As descontinuidades, criadoras de diferenças no nível da percepção são “naturais, ao passo que a significação, construída graças a essas diferenças, é “humana” (Greimas). A semiótica, herdeira de Saussure, não toma, portanto, a linguagem como sistema de signos, mas como sistema e processo de significação, ou melhor, de relações que produzem sentido.

A proposta de uma semântica estrutural, nos anos 60, já traz em seu bojo, como se pode verificar na concepção de percepção e de significação, as raízes da Semiótica discursiva.

L. Hjelmslev, segundo Greimas, completa e formaliza a teoria saussuriana (1979:20). Muitos dos ensinamentos de Saussure, retomados por Greimas para criar a sua teoria semiótica, são recuperados por via de Hjelmslev. É o caso dos planos da expressão e do conteúdo de Hjelmslev que dão mais conta dos planos do discurso do que a dicotomia significante e significado, de que decorrem, ou das noções de forma e de substância da linguística saussuriana mais aprofundadas nos escritos de Hjelmslev, e que Greimas recupera para sua definição de língua: uma forma obtida pela junção de duas substâncias diferentes – substância do conteúdo e substância da expressão – em suas formas semióticas particulares (1970:42). Propor forma e substância da expressão e forma e substância do conteúdo, em lugar da distinção entre forma e conteúdo, é outra das mudanças relevantes da linguística saussuriana em relação aos estudos linguísticos anteriores, bem incorporada pela Semiótica discursiva.

O conceito de figura e o de função são mais algumas marcas da filiação saussuriana da Semiótica, mas com a formalização de Hjelmslev.

Hjelmslev entende função na acepção lógico-matemática de relação de dependência que define duas grandezas ou funtivos, e

mostra que a relação pode surgir como conjunção ou disjunção. Para a significação é imprescindível que a relação manifeste sua dupla natureza. É a partir dessas noções que a Semiótica define o enunciado elementar da sintaxe narrativa por uma relação-função que constitui actantes como seus termos-resultantes. Com um investimento semântico mínimo, a relação-função que caracteriza o enunciado elementar é a de transitividade, e os actantes, definidos por tal relação, são o actante sujeito e o objeto. A relação transitiva entre sujeito e objeto dá-lhes existência, sempre com a concepção de relação da linguística saussuriana. É por isso, também, que a sintaxe narrativa não é uma sintaxe de sujeito-predicado, como as da gramática gerativa ou da sintaxe distribucional, mas uma sintaxe semelhante às de Tesnière ou Fillmore, em que o núcleo é a relação-função (“o verbo”), que define os actantes pela relação entre eles.

A concepção hjelmsleviana de figura pode ser tomada, por sua vez, como ponto de partida dos desenvolvimentos que culminaram na semântica estrutural e também da proposta metodológica fundamental da semiótica discursiva, a do percurso gerativo da significação. Ao constatar que há duas fronteiras numa análise rigorosa, a passagem de um inventário infinito a um finito e a passagem do signo a partes do signo, que não são mais signos, Hjelmslev denomina figuras os não-signos em número limitado, sejam eles do plano da expressão (femas, fonemas, sílabas) ou do plano do conteúdo (semas, sememas). Antes de Hjelmslev, aceitava-se a possibilidade de análise do plano da expressão em um número reduzido de relações e unidades, mas não se aventava tratamento semelhante para o plano do conteúdo. Com base na noção de figura e na proposta de paralelismo, mas não de isomorfismo, na descrição da expressão e do conteúdo, Greimas ressalta que, tal como propõe Saussure, expressão e conteúdo implicam-se mutuamente no signo e no texto, mas sua separação pode ser realizada por uma necessidade metodológica da construção da metalinguagem descritiva.

A separação metodológica entre os planos da expressão e do conteúdo levou a Semiótica a propor que o plano do conteúdo de um texto, independente de sua manifestação, pode ser concebido sob a forma de um percurso gerativo da significação. Em outras palavras, o trabalho de construção do sentido, da imanência à aparência, pode ser considerado como um percurso gerativo do conteúdo. A noção de percurso gerativo é fundamental para a teoria semiótica e pode ser resumida como:

- o percurso gerativo do sentido vai do mais simples e abstrato ao mais concreto e complexo;

- são estabelecidas três etapas no percurso – a fundamental, a narrativa e a discursiva –, podendo cada uma delas ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, que comporta uma sintaxe e uma semântica, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis;

- o percurso gerativo dos sentidos, ao separar metodologicamente expressão e conteúdo, descreve e explica a organização do conteúdo de qualquer tipo de texto (verbal, gestual, visual, sincrético, etc.) e permite que esses diferentes textos sejam aproximados e comparados em um mesmo quadro teórico e metodológico.

Outro desenvolvimento da teoria semiótica, a partir do princípio saussuriano de relação, foi o da estrutura elementar em um modelo quaternário, que pode ser aproximado, com algumas poucas diferenças, do quadrado lógico das oposições. O modelo quaternário deve ser concebido como o desenvolvimento lógico de uma estrutura elementar binária, cujos termos se definem pela relação de contrariedade ou de oposição por contraste e que podem projetar, cada um deles, graças a uma operação de negação, um novo termo, seu contraditório. Lévi-Strauss foi uma das influências de Greimas, para o tratamento das relações saussurianas sob a forma de um quadrado, pois propôs modelo semelhante para o mito. Também Jakobson, de clara filiação saussuriana, elaborou, para o plano da expressão, um modelo em que estabelece

oposições de contrariedade e de contradição, bastante próximo do que foi proposto por Greimas.

Aproveitemos para falar um pouquinho de Jakobson, nesses cruzamentos de fios intrincados de influências teóricas, em que a ponta da meada está, sem sombra de dúvidas, nos ensinamentos de Saussure. Não há hoje nenhuma dúvida, entre os estudiosos da linguagem, sobre o papel que teve e tem Roman Jakobson no desenvolvimento dos estudos linguísticos e, principalmente, no crescimento e no alargamento de seus limites. Ao colocar os estudos linguísticos em constante diálogo com as ciências humanas e sociais, ao construir a multidisciplinaridade dos estudos da linguagem, Jakobson mudou posicionamentos, rompeu paradigmas e, antecipadamente, assumiu a perspectiva da linguagem e da língua em uso, que caracteriza hoje os diferentes estudos do discurso, entre outras vertentes da Linguística. Graças a seus trabalhos e a seus relacionamentos, como, por exemplo, com Claude Lévi-Strauss, Jakobson contribuiu fortemente para a elaboração e a boa aceitação do estruturalismo linguístico, em diferentes ramos do conhecimento. Lévi-Strauss (1976) diz, no prefácio do livro de Jakobson em que estão reunidas suas aulas sobre o som e o sentido, ministradas em Nova York, que o ensinamento de Jakobson trouxe-lhe “la révélation de la linguistique structurale” (p. 7). Se Greimas leu Saussure também pelos escritos da antropologia estrutural de Lévi-Strauss e da Linguística e da Fonologia de Jakobson, para, por exemplo, propor o quadrado semiótico das relações, Lévi-Strauss, por sua vez, se diz devedor de Jakobson que lhe revelou o estruturalismo linguístico. Como dissemos, os fios se cruzam, aparecem nós e riscos de ruptura, mas chegam sempre a Saussure e à sua noção de valor.

3. CONTINUIDADES E RUPTURA

Procuramos mostrar a filiação clara da Semiótica discursiva à linguística saussuriana. Não se trata do aproveitamento de alguns conceitos saussurianos esparsos, mas da construção dos funda-

mentos teóricos e metodológicos da Semiótica. Apontamos a herança direta dos conceitos e métodos definidores da semiótica discursiva: noção de relação, na definição de significação, na estrutura semântica fundamental, no enunciado elementar da sintaxe narrativa, no percurso gerativo da significação, nos laços entre os planos da expressão e do conteúdo. Mostramos as relações indiretas por meio dos estudos de Hjelmslev, Lévi-Strauss e Jakobson. E muito mais poderia ser dito – sobre os sistemas semissimbólicos, por exemplo –, pois é impossível não reconhecer a continuidade dos princípios saussurianos na Semiótica discursiva.

Começamos, porém, esta apresentação falando de ruptura. Se os estudos do texto e discurso, entre os quais se colocam os semióticos, se caracterizam como uma fratura nos estudos linguísticos anteriores, se a vocação desses estudos discursivos é a de ocupar o “vão” entre posições estabelecidas e de não ser “nem isto e nem aquilo”, como conciliar essas considerações com a afirmação de filiação direta dos estudos semióticos, e também de outros estudos do discurso, à linguística saussuriana? Parece haver aí incoerência. Tentemos “desenredar” a questão, como diria Guimarães Rosa, desembaraçando três fios principais.

O primeiro deles é o fato de que a linguística saussuriana, ao estabelecer novos paradigmas para os estudos da linguagem, contém já as bases para os estudos do discurso, para os estudos dos sentidos que deram continuidade, em determinadas questões às rupturas provocadas por Saussure. Greimas coloca Saussure como precursor e pioneiro dos estudos do discurso. Para ele, nem Saussure, nem Hjelmslev, nem Jakobson, nem o conjunto da tradição saussuriana se fecharam no domínio linguístico em sentido restrito, o que levou, de um lado, a que a linguística nos Estados Unidos, nos anos 60 e 70, pusesse os ensinamentos de Saussure entre parênteses ou mesmo os ignorasse completamente, e de outro, a que eles se tornassem fundamentos dos estudos sobre o sentido, sobretudo no quadro dos estudos do discurso e dos semióticos, em particular. Lembra ainda o semioticista que as

metáforas de Saussure, que continuam a tocar nossa imaginação e a nos assombrar, como a do jogo de xadrez ou a da folha de papel, são todas extralinguísticas, e que a descrição das línguas naturais é, para Saussure, como bem se sabe, uma tarefa particular de uma vasta semiologia (1970: 20).

O segundo fio a ser puxado, para desembaraçar a questão, é o de “fidelidade” e “mudança” nos projetos de ciência no campo da linguagem, e mais ainda no da significação e dos sentidos. Na introdução de *Sobre o sentido II*, Greimas procura explicar seu livro com os termos “fidelidade” e “mudança”, dizendo ainda que “talvez seja um pouco paradoxal para um pesquisador afirmar que deseja permanecer fiel a si mesmo quando o projeto científico é hoje o único espaço em que a noção de progresso ainda faz sentido e no qual a renovação se mostra intrínseca a todo esforço teórico”. Estamos convencida de que essa questão, que temos tratado como manutenção de rumo da teoria, é uma das características da teoria semiótica discursiva e, também, da linguística saussuriana.

No Dicionário Houaiss, um dos sentidos encontrados para “rumo” é o de “percurso, orientação a seguir para ir de um lugar a outro, caminho, vereda, itinerário, rota”. A partir dessa definição, “rumo” pode ser entendido, semioticamente, como movimento, construção, transformação, intencionalidade e direcionalidade, e é com essa concepção que temos pensado nos rumos da Semiótica discursiva e da linguística saussuriana. A Semiótica discursiva tem, em geral, mantido o rumo: apresentada como uma teoria fundamentada na linguística saussuriana e que leva à construção dos sentidos do texto – ou seja, daquilo que o texto diz – e dos procedimentos para que ele diga o que diz, caracterizada como uma teoria que procura dar conta dos processos de significação e dos mecanismos de construção dos sentidos, a Semiótica tem seguido o caminho proposto. Para tanto, a teoria tem sofrido alterações, mudanças, desenvolvimentos, pois é concebida como uma atividade de construção ou, melhor ainda, como um projeto coletivo de construção teórica. Refazendo-se, retificando-se, consertando-se, modificando-se, desenvolvendo-se, dessa forma é

preciso pensar a Semiótica, pois é o único meio de conservar-se o “rumo”. E nesse “rumo” mantido com fidelidade, apesar ou por causa de suas mudanças e desenvolvimentos, encontram-se os caminhos abertos por Saussure.

Nos primeiros momentos, o desenvolvimento da semiótica deu-se principalmente pela recuperação de questões teóricas e de objetos de análise que, de início, foram postos de lado: os da enunciação, os da oralidade, os da expressão. Nos últimos anos, os desenvolvimentos da teoria aconteceram, sobretudo, nos pontos extremos do percurso da geração da significação, isto é, nas estruturas fundamentais e nas discursivas, ou mesmo fora dele, no seu além e no seu aquém, mas continuou a haver mudança também no nível narrativo. Com os avanços teóricos que trouxeram para o campo da semiótica essas novas preocupações e reflexões, pôde a semiótica conservar seu rumo e suas raízes saussurianas na tarefa de construção dos sentidos do texto.

O terceiro fio a ser desembaraçado é o do não dito, o do mal-entendido, o dos “brancos”, de que nos falou Herman Parret no congresso Cem anos sem Saussure, dos “espaços cinzas”, de que tratou Edward Lopes, no mesmo evento, o da aparente incoerência dos escritos saussurianos, o das rasuras nos manuscritos, que funcionam no texto saussuriano como uma espécie de conectores de isotopia, pois “puxam” outras leituras, abrem novos caminhos, entre os quais os da sensorialidade e da corporalidade dos textos, os dos estudos enunciativos e da intersubjetividade que, entre outros, caracterizam hoje estudos do discurso.

A linguística saussuriana continuada e renovada na semiótica discursiva manteve assim sua vitalidade e atualidade. Mas não é isso que acontece sempre nos estudos inovadores? Os ensinamentos de Saussure e os desenvolvimentos da Semiótica discursiva estão nesse caso: enveredaram, sem medo, por caminhos que abriram ou por desvios, diversos e pouco seguros, mantiveram a preocupação com a linguagem, a sociedade, a cultura e a história, procuraram estar no centro dos diálogos que constroem os estudos da linguagem, o homem e a sociedade, e sem perder o rumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de Barros (1988) *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- _____ (1990) *Teoria do Discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- _____ (1995) Sintaxe Narrativa. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. *Do inteligível ao sensível*. São Paulo: EDUC, p. 81-98.
- _____ (1999) Estudos do texto e do discurso no Brasil. DELTA, vol. 15 – nº especial, p. 183-199.
- _____ (2007) “Rumos da Semiótica”. *Revista Todas as Letras*, v. 9, pp. 12-23.
- _____ (2009) “O papel dos estudos do discurso”, in DA HORA, ALVES & ESPÍNDOLA (orgs.) *ABRALIN - 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária, pp. 118-154.
- ESPAR, Teresa (1989) *Semiótica general y el discurso literario latinoamericano*. Caracas: Monte Ávila.
- _____ (2006) *Semántica al día*. Mérida: Grupo de Investigaciones Semiolingüísticas, Consejo de Estudios de Postgrado, Consejo de Desarrollo Científico, Humanístico y Tecnológico, Universidad de Los Andes.
- FIORIN, José Luiz (1988b) *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática.
- _____ (1990) *Elementos de análise do discurso*. São Paulo; Contexto/EDUSP.
- _____ (1994) Lingüística: perspectivas e aplicações. *Estudos Lingüísticos*. XXIII Anais de Seminários do GEL, I :18-25.
- _____ (1996) *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.

- _____ (2008) *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto.
- FONTANILLE, Jacques e ZILBERBERG, Claude (2001). *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso/Humanitas (original francês de 1988).
- GREIMAS, A. J. (1966) *Sémantique Structurale*. Paris : Larousse.
- _____ (1970) *Du sens*. Paris : Seuil.
- _____ (1983) *Du sens II*. Paris : Seuil.
- _____ (1987) *De l'imperfection*. Paris : Pierre Fanlac.
- GREIMAS, A. J. ; COURTÉS, J. (s/d) *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix (1ª edição francesa de 1979).
- GREIMAS, A. J. ; FONTANILLE, J. (1993) *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática.
- HJELMSLEV, Louis (1968) *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit.
- JAKOBSON, Roman (1963) *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.
- LOPES, Edward (1997) *Discurso, texto e significação*. São Paulo: Cultrix.
- ____ (1986) *Metáfora: da retórica à semiótica*, São Paulo, Atual.
- LOPES, Ivã Carlos (2011) « Les activités sémiotiques au Brésil en 2010: survol à grande altitude ». *Signata*, v. 1, pp. 1-2.
- ____ (2012) « Coup d'oeil sur la sémiotique au Brésil en 2011 ». *Signata*, v. 2, pp. 1-3.
- OLIVEIRA, Ana Claudia de ; TEIXEIRA, Lucia (orgs.) (2009) *Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- _____ (1987) *De l'imperfection*. Paris : Pierre Fanlac.
- ZILBERBERG, Claude (2007) Louvando o acontecimento. *Galáxia* 13, p. 13-28.

A Semiologia de Saussure como epistemologia discursiva

WALDIR BEIVIDAS
USP/CNPQ

...mais il est souvent plus aisé de découvrir une vérité que de lui assigner la place qui lui revient.

F. de Saussure

...nous sommes en pleine épistémologie discursive...En fait, les données sont ici des résultats.

G. Bachelard

I. INTRODUÇÃO

Considerada a perspectiva de 100 anos da morte de Ferdinand de Saussure e quase o mesmo tanto da publicação do *Curso de Linguística Geral*, é difícil contestar que seu pensamento e suas formulações sobre a língua tenham ganhado imensa notabilidade: (i) notabilidade de *fundação* (estrutural) de inúmeros estudos e teorias modernas na ampla área da linguística, (ii) notabilidade de *indução* (estruturante) em outros tantos estudos não linguísticos – da antropologia de Lévi-Strauss à psicanálise de Lacan. Se as idéias saussurianas não constituíram de igual modo, para todas elas, suas próprias *linhas de força*, tal como em Hjelmslev, Greimas, Benveniste, Ducrot – para citar nomes consensuais – estiveram presentes quer como bússola de direção, como baliza de demarcação, ou até mesmo como barreira de franca oposição. Tomá-lo como pai da linguística moderna não nos parece portanto proselitismo de grupo pequeno. Nesse sentido, o presente

congresso, cujo título “com” Saussure o traz *in praesentia*, é também, em sua escala própria, testemunho vivo disso.

Sem pretender costurar história filigranada da presença saussuriana no mundo das idéias linguísticas e não linguísticas, neste centenário transcorrido, resumiríamos tudo – e todo resumo é certamente infiel perante o dado – ao dizer que seu pensamento, na tarefa de construir uma *teoria* científica da língua, na tarefa de conceptualizar as ferramentas de sua *descrição*, foi bem contemplado, e com inúmeros avanços. Seus conceitos foram discutidos aqui, reformulados ali, contestados acolá, mas todos, literalmente todos, foram passados pelo tribunal exigente de mentes exigentes, mormente linguistas. Podemos portanto dizer que, no mundo da linguística, como teoria e descrição, o corpo de Saussure, isto é, seu *corpus*, tal como apregoa o mito freudiano da horda primitiva, foi convenientemente devorado por filhos vorazes. Cumprimos bem o papel, enquanto linguistas. E o presente congresso continua o festim: continuamos aqui a “devorá-lo”. Tal totem, como o pai da horda primitiva freudiana, o pai da linguística moderna recebe toda nossa veneração.

Não obstante tamanha difusão, um rebento singular do seu pensamento ficou aquém do que faz jus, de tudo o que acarreta, e da atenção que deveria merecer: refiro-me à proposição de sua *Semiologia*. Até as recentes descobertas de seus antigos manuscritos, publicados nos *Escritos de Linguística Geral*, as reflexões sobre essa nova ciência, salvo desinformação ou algum engano não propositado, estiveram no mais das vezes apenas demarcando a geografia da sua extensão, a partir da geografia de duas páginas do *Curso*, se tanto. Disciplina ampla que cuidaria da vida dos signos no âmbito da vida social, a Semiologia faria parte do campo da Psicologia Social e, portanto, da Psicologia Geral, a englobar também a Linguística.

Sabemos que nenhuma Psicologia de porte a adotou, tendo de se contentar em ser acolhida apenas e basicamente pelo campo linguístico que se desenhava nos anos 50 e 60 do século de sua morte – por Roland Barthes, Georges Mounin, Pierre Guiraud,

Eric Buysens, Luis Prieto, entre outros, como Semiologia s gnica e comunicacional, ou ainda pelo que veio a se transmutar na Teoria Semiótica de Hjelmslev, Greimas, e seguidores mais ou menos nesta engajados, como teoria dos sistemas de significa o.

Ora, em meu entendimento, há algo ainda escondido, não revelado e não estimado em toda sua extensão, algo que chamaria, por assim dizer, uma *ordem filosófica de razão*, na proposi o da Semiologia, cujo edifício se alicerça no princípio do arbitrário do signo – arbitrariedade *radical*, expressão desaparecida da reda o dada ao princípio no texto editado do *Curso*. A Semiologia estipula, para todo tipo de linguagem, e portanto para todo tipo de percep o e cogni o humanas, a *gera o do sentido*, aonde *nada havia*. A Semiologia saussuriana se propõe de maneira tal que ultrapassa a discussão, localizada, da natureza apenas teórica e descritiva das línguas e linguagens, ou da distribui o de tarefas entre as ciências dos sistemas significantes. O sentido, gerado pelo ato semiológico de arbitrariedade radical, nos mergulha num verdadeiro problema de ordem *filosófica* e, mais diretamente, *epistemológica*. A questão do sentido, produzido semiologicamente,   questão de estatuto filosófico, questão ainda não enfrentada face a face pelo campo da linguística, arriscar amos a dizer: nem mesmo talvez, a contento, pelo campo da filosofia.

Alguém poderá logo objetar: e Merleau-Ponty? e Jacques Derrida, dentre outros? Temos de convir: conceder que Saussure tenha sido visitado pela pena de grandes filósofos como esses ou algum outro, dentre os poucos que o fizeram, não significa se convencer de que a visita tenha provocado alguma indu o significativa em suas filosofias, ou avançado integralmente na questão do sentido, pela  tica semiológica. Correndo o risco talvez de grave injustiça, chamaria “visita de cortesia” a Saussure, por parte de poucos filósofos, visita que não produziu nenhuma nova inflexão em seus entendimentos sobre a língua, nenhuma contribui o decisiva sobre o papel peremptório da língua, seja na *fundaa o do pensamento*, seja na cria o da única realidade disponível ao homem, tal como decorre da formula o saussuriana no *Curso*:

Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde *nada* está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e *nada* é distinto antes do aparecimento da língua. (1995: 130 – ênfase os dois *nadas* que serão encarecidos ao final deste artigo, estando o primeiro diretamente relacionado ao pensamento e o segundo estendido a tudo o mais).

Para dizê-lo de modo breve e cabal, entre filosofia e semiologia saussuriana há uma passarela ainda não transitada na frequência que caberia. Por isso, é de saudar, no campo linguístico, o acontecimento raro, por exemplo, de quando um filósofo se dedica há uma década aos manuscritos saussurianos depositados em Harvard (H. Parret, 1993) ou de quando outro, mais recentemente, toma como objetivo central de sua tese de doutoramento refletir filosoficamente sobre *A vida enigmática dos signos* (P. Maniglier, 2006). Ou seja, a reflexão filosófica e epistemológica, sobre as proposições saussurianas a respeito da Semiologia, sobre as concepções de linguagem dela derivadas e sobre a questão filosófica do sentido daí decorrente, é bastante recente, localizada, portanto ainda a quem do que deve.

Na outra margem do rio, há e sempre houve grande reticência do linguista de metiê diante do vasto mundo intrincado do conceptuário filosófico. É até certo ponto compreensível entendê-lo. Intimidado pelo prestígio enorme e milenar de que goza a vizinha no mundo das idéias humanas, guardiã severa do pensamento, Destinadora perene a sancionar as demais disciplinas, para o melhor tanto quanto para o pior, o linguista prefere sentir-se mais confortável na cozinha das descrições, e fazê-las com sua competência de hábito, do que na sala das cogitações, e claudicá-las com sua pouca filosofia. E assim foi, desde Saussure, a envolver até mesmo nomes eminentes como Benveniste e Greimas. Determinadas proposições desses linguistas costeiam a margem filosófica da questão semiológica do sentido mas não

aportam nelas seus barcos para uma exploração, digamos, mais bandeirante.

Se quisermos um exemplo em Benveniste, basta reportarmos-nos à sua reflexão, em 1958, no artigo em que demonstra, longa e finamente, que as categorias do pensamento se subordinam às categorias de língua:

É o que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito (1991: 76 – itálicos meus).

Benveniste conclui o artigo com uma frase bem saussuriana: “pensar é manejar os signos da língua” (p. 74). Desnecessário frisar o teor filosófico e epistemológico desse entendimento. Mais que isso, quando em reflexão posterior (1963) comenta o desenvolvimento da linguística, chega a uma formulação ainda mais radical e certa. Não é apenas o pensamento que se curva à linguagem, a própria realidade tem de o fazer:

A linguagem re-produz a realidade. Isso deve-se entender da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem” (1991: 26 – sublinho o hífen e o itálico do original, ênfases importantes, que foram desconsiderados na tradução brasileira).

Ocorre que logo em seguida ele se demite perante custo filosófico da formulação:

Surgem aqui imediatamente graves problemas que deixaremos para os filósofos, principalmente o da adequação do espírito à “realidade”. O linguista por seu lado estima que não poderia existir pensamento sem linguagem e que por conseguinte o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe [...] A “forma” do pensamento é configurada pela estrutura da língua. (1991 : 26).

Ora, por que abandonarmos aos filósofos quando é de nosso quinhão levar às últimas consequências as implicações e configurações que a linguagem impõe ao pensamento e à realidade?

Se quisermos outro exemplo, agora em Greimas, basta reportarmo-nos à abertura de seu *Du sens*, texto que reputo dos mais belos, filosoficamente, do semioticista lituano, mas que, ao final, declina da investigação da *natureza* do sentido para optar manter a sua semiótica nos limites da descrição de sua manifestação e de sua transformação nos discursos:

Sem que saibamos nada de mais sobre a natureza do sentido, aprendemos a melhor conhecer onde ele se manifesta e como se transforma (1970: 17 – tradução minha).

Ou então quando, no importante verbete sobre a “estrutura”, em seu *Dictionnaire* (1979), ao discutir a questão delicada sobre se a estrutura estaria inscrita na matéria dos objetos ou no espírito cognoscente, remete a questão ao filósofo e a exclui das preocupações propriamente semióticas. Cabe aqui portanto a mesma pergunta de há pouco.

Então o problema resta por inteiro, em círculo vicioso: o filósofo via de regra põe em cena a finura de seu pensamento sobre uma filosofia do sentido, mas tem compreensão minorada da linguagem, por vezes nomenclaturista, reduzida a veículo de expressão de um pensamento já bem arquitetado de antemão, com antecedência, autonomia e prioridade; a linguagem se vê reduzida a instrumento de captação de um mundo já bem organizado, em realidade independente. Mesmo respeitadas eventuais posições melhor matizadas sobre isso, em todo caso, a filosofia, em geral, não conhece a linguagem a fundo e *de seu interior*. O linguista, por sua vez, tem a destreza de conhecimento do âmago da língua, mas falta-lhe instrumentos de transposição para a ordem filosófica das coisas. Curioso isso ter sido notado por Sausure, ele mesmo, no próprio ato de lançamento ao mundo da sua Semiologia:

Por que não é esta ainda reconhecida como ciência autônoma, tendo, como qualquer outra, seu objeto próprio? É que rodamos em círculo; dum lado, nada mais adequado que a língua para fazermos compreender a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua *em si*; ora, até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista (1995: 24-25 – itálicos meus)

A questão então se impõe: como seria a reflexão epistemológica de uma disciplina, a Semiologia, que se mantivesse convenientemente no âmbito de seu próprio ponto de vista interior, isto é, *imane*nte à linguagem – até aqui, operação já levada a efeito, e a bom termo, reconheçamos, pelas proposições da teoria semiótica de Hjelmslev e de Greimas – mas que, ao mesmo tempo, adentrasse e interferisse na ordem filosófica da questão do sentido, que pudesse dialogar com a magna filosofia e, tomemos a devida coragem, também com a epistemologia das ciências naturais, modernamente neurociências, como um todo, frente à questão do sentido do mundo?

2. A SEMIOLOGIA: UMA EPISTEMOLOGIA?

Perante o cenário assim desenhado de um vácuo entre as proposições semiológicas, em teoria e descrição, e as implicações filosóficas e epistemológicas que elas acarretam, minha maneira pessoal de homenagear a Saussure neste congresso e nos limites desta comunicação, toma o rumo incômodo de procurar alguma pista e tentar entrar nesse vácuo, entre a ousadia e a temeridade. Noticio então brevemente apenas uma reflexão liminar, de pesquisa mais ampla, cujo objetivo central é investigar o alcance *epistemológico* da proposição da Semiologia de Saussure, e defender para ela o estatuto de uma *epistemologia discursiva* – expressão a ser justificada adiante – perante o tribunal da grande filosofia e o tribunal das ciências naturais. Bem, até aqui a ousadia. A temeridade é fazê-lo sem a competência do filósofo, e do cientista,

apenas procurando avançar com a crença de ter estado visitando a linguagem no seu interior, como linguista e semioticista, há bom tempo. Haverá sempre um consolo: quem vem atrás poderá evitar lá na frente os erros aqui cometidos. Trata-se, pois, de um ponto de vista linguístico sobre a ordem filosófica que o sentido adentra, porque gerado em semiologia, e não de algum ponto de vista filosófico sobre o fato linguístico do sentido.

Desvencilhando-nos dos pesos semânticos graves do termo epistemologia, em filosofia, tomo-o aqui simplesmente no sentido de (i) explorar as decorrências possíveis da estipulação saussuriana do princípio de *arbitrariedade* radical do signo, na base da fundação da sua Semiologia; (ii) explorar conseqüências que incidem não apenas sobre o modo como nos comunicamos sobre o mundo, mas, antes, sobre o modo como *concebemos* o mundo, como o *percebemos*, como construímos todo o conhecimento sobre ele. Qual seja, trata-se de perseguir as implicações para as teorias do conhecimento sobre um mundo que se pleiteia como objetivo (pelas ciências exatas) e sobre um mundo que se quer subjetivo (das ciências humanas) perante o fato da *presença* da linguagem no homem e sua operação semiológica.

O parágrafo do *Curso*, visto acima, que dá direito de cidadania à nova ciência da Semiologia é menos incisivo do que sua Certidão de Nascimento, por assim dizer, apresentada em antigos documentos dos manuscritos, postos em circulação por R. Engler. Saussure prepara sua semiologia como o

estudo *do que se produz* assim que o homem tenta *significar seu pensamento* por meio de uma *convenção necessária* (2002: 262 – itálicos meus a serem encarecidos em seguida).

Detenhamos um momento nessa proposição. A simplicidade surpreendente dos termos esconde talvez uma exorbitância epistemológica. Os itálicos estão aí colocados unicamente porque nos levam a perguntar se essa frase não constrói, num só golpe,

uma *epistemologia semiológica* cuja paternidade estou aqui reivindicando a Saussure:

– (i) *o que se produz*: em minha leitura o que se produz aí é o próprio mundo dos objetos disponíveis ao homem; é o mundo mesmo das coisas e do humano, talvez o único mundo possível, criado pela convenção necessária do universo dos signos, elaborados em discursos e, em decorrência, nas *racionalidades discursivas* paulatinamente instauradas ao longo da história do homem. Tais racionalidades discursivas, por sua vez, vão gerenciar os universos de discurso, científicos numa ponta, filosóficos na outra, e todos os demais discursos humanos no entremeio. É pela fabricação semiológica dos signos, sobretudo por aqueles que criam enunciados acirradamente existenciais – as coisas *são* o que *são*, a realidade *existe*, existe a *matéria* do mundo, *há* montanhas, mares e florestas – é por tais tipos de signos existenciais que o mundo tomará a forma de uma *ontologia espontânea*, imediata, ao alcance das mãos e do olhar do homem comum, seja como mundo real, objetivo, seja como mundo psíquico, subjetivo. Noutros termos, o mundo passa a se apresentar como espontaneamente real pela maquinaria sintática e semântica dos signos em discurso, como produto do ato de *significar* o pensamento;

– (ii) *significar seu pensamento*: a meu ver trata-se do que vem a dar estatuto mesmo de pensamento (raciocinado) à massa amorfa do pensamento em nebulosa, da metáfora saussuriana vista atrás. Vejo aqui o imperativo epistemológico de levar a filosofia a ceder o passo e atribuir primazia da linguagem perante o pensamento. O contrário disso é desconhecer o papel da linguagem, na sua integralidade, desconhecê-la de seu interior;

– (iii) *convenção necessária*: economizo, por não caber aqui, a discussão de especialistas na matéria sobre os termos “convenção” e “arbitrário”, e traduzo a expressão como o alicerce arbitrário de todo o edifício epistemológico da linguagem, de toda a semiologia saussuriana. Deixemos de lado o lado técnico, descritivo, do princípio da arbitrariedade, mesmo porque o único a já ter recebido os devidos ajustes. Não cabe aqui rever o tema para dis-

tribuir os signos por graus de arbitrariedade ou de motivação, sincronicamente no sistema, ou diacronicamente na história da língua. O que importa, na radicalidade do princípio, é que tudo, na composição do ato semiológico arbitrário do signo, poderia ter sido diferente, seja internamente entre os dois planos do signo, seja externamente na designação de seu alvo referente. Retomo e resumo aqui uma reflexão sintética e aguda de P. Maniglier:

O signo utilizado não tem *nenhuma razão positiva* de ser este ao invés de um outro, mas, precisamente por isso mesmo, nenhuma razão também de ser outro (2006: 355).

De modo que o modo como tudo o foi é plenamente legítimo; ficou como ficou e ponto final (sem prejuízo dos fatores históricos que podem tudo alterar). Por sua vez, tal arbitrariedade radical nos dispensa, com vantagem, de ter de procurar o primeiro grito das origens da linguagem ou alguma motivação primeva saída do barro adâmico. Assim pensado, resta apenas curvar-nos à única aporia que remanesce: a *presença* da linguagem no homem. Quanto a isso Benveniste tem a melhor formulação: “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a” (1991: 285).

Da arbitrariedade fundamental da instauração semiológica da língua e do princípio saussuriano, igualmente radical, de que a língua é *forma* e não substância, em todos os níveis em que se articule, seja em que plano a consideremos, Hjelmslev vai extrair, na expressão feliz de Zilberberg, cito de memória, uma tese “maximal” da língua, portanto da Semiologia. Essa tese maximal nos vem ao final de um texto do IV Congresso Internacional de Linguistas (1936), intitulado “Ensaio de uma teoria dos morfemas” e publicado nos *Essais linguistiques* (1971: 161-173). O texto, que se distingue por alto grau de refinamento em tecnicidade eminentemente linguística das categorias e funções morfemáticas postas em cena, sofre uma reviravolta estonteante nas suas últimas linhas. É quando Hjelmslev chama a atenção para as “con-

seqüências filosóficas” que sua teoria engaja. A formulação nos atordoia, em quatro golpes secos e incisivos (1971: 173):

- (i) Os fatos da linguagem nos conduziram aos fatos do pensamento;
- (ii) A língua é a forma pela qual nós concebemos o mundo;
- (iii) Não há teoria do conhecimento, objetiva e definitiva, sem recurso aos fatos da língua;
- (iv) Não há filosofia sem linguística.

Sem ter aqui espaço para comentá-las uma a uma, elas são suficientemente retóricas para inverter as primazias e as subordinações: o pensamento se curva à linguagem, a organização do mundo e do real se deduz da linguagem; a filosofia e a teoria do conhecimento não podem se elaborar sem a regência das categorias linguísticas. Hjelmslev, na abertura de seus *Prolegômenos* vai ilustrar concretamente aonde isso chega: a linguagem modela nosso pensamento, nosso sentimento, nossa emoção, nossos esforços e vontade, nossos atos, o modo como influenciemo-nos intersubjetivamente; impõe-se como “o último e mais profundo fundamento da sociedade humana” (1971a: 9). Se aplicamos as expressões usadas pelo linguista ao domínio das operações das ciências, é fácil deduzir: a linguagem modela a constituição das filosofias (pensamento), das psicologias (sentimentos, emoções), das teorias da práxis humana (ações), das retóricas (persuasão), das teorias da intencionalidade e do desejo inconsciente, e das teorias sociais; a linguagem, pelas suas categorias peremptórias, é sua infraestrutura modelar, para todas elas. A Semiologia saussuriana pede assim para ser alçada ao estatuto de uma verdadeira *epistemologia discursiva*.

3. UMA EPISTEMOLOGIA DISCURSIVA.

A expressão “epistemologia discursiva” que aqui utilizo não me veio de Saussure, nem de nenhum linguista, menos ainda de algum analista do discurso, semioticista ou do filósofo das

“formações discursivas”; ela foi inspirada de poucas páginas de reflexões mais antigas de G. Bachelard, em seu *Rationalisme appliqué* (1949). O filósofo é severo, crítico mordaz dos *obstáculos epistemológicos* que a discursividade do senso comum, o que ele também chama de “conhecimento comum”, antepõe ao conhecimento científico da contemporaneidade. A expressão “epistemologia discursiva” surge, quase inesperada, num contexto de reflexão eminentemente tecno-científica em que o grande epistemólogo trabalha justamente um capítulo opondo “Conhecimento comum e conhecimento científico”.

Insiste Bachelard que as ciências contemporâneas inauguraram domínios do pensamento que “rompem nitidamente com o conhecimento comum” (p. 102); que se trata de uma verdadeira “ruptura entre conhecimento comum e conhecimento científico” (p. 102). O que conta doravante, pela nova ciência, é o “caráter *indireto* das determinações do real científico” (itálico do autor) (p. 103). Na ciência contemporânea, pesar os isótopos, através da aparelhagem do espectroscópio de massa está a léguas de distância da balança que pesa o sal. É técnica nova, *indireta*, de construção do objeto a examinar.

O importante a ser ressaltado é que, segundo Bachelard, por mais precisa que seja uma balança que pesa o sal da cozinha, a nova técnica da pesagem dos isótopos “não tem *significação direta* na vida comum” (p. 103). O itálico do original nos pede que retenhamos a expressão: *significação direta* na vida comum que, continua o raciocínio de Bachelard, é “tão tranquilamente fundamental para o conhecimento comum” (p. 103). É então que deduz:

No que concerne ao espectroscópio de massa, estamos em plena *epistemologia discursiva*. Um longo circuito na ciência teórica é necessário para compreender os dados disso (1949: 103).

O arremate vem, como sempre, no estilo da profundidade simples e contundente do filósofo: “com efeito, os *dados* são aqui *resultados*” (p. 103). Isso quer dizer, a meu ver: adentrar uma epis-

temologia discursiva, na nova ordem da ciência contemporânea, significa assumir que *não há dados*, já dados, na natureza; só há *resultados*, criados e operados pelo discurso científico.

Vale a pena prosseguir numa réplica que Bachelard dirige a uma possível objeção de que sua distinção seja muito sutil na separação entre conhecimento científico e conhecimento comum. Ele retruca:

Mas é preciso compreender que as nuances são aqui filosoficamente decisivas. Trata-se de nada menos do que a primazia da reflexão sobre a apercepção, nada menos do que a preparação numenal dos fenômenos tecnicamente constituídos” (p. 103).

Detenhamo-nos apenas até aqui, para concluirmos, então, que Bachelard nos pede para observar, em sua epistemologia discursiva, que os *fenômenos naturais*, da nossa percepção do mundo, do sal pesado na balança, fenômenos de *significação direta* na vida comum, a seu ver, são transmutados em *fenômenos tecnicamente construídos*, aos quais dará até mesmo o título de “fenomenotécnica”, tudo logo no primeiro capítulo do seu *Rationalisme appliqué* (1949: 3).

Ora, a nossa objeção a Bachelard vai em outra direção, quase a contrapé. Sobre as nuances que possam distinguir conhecimento científico do conhecimento comum, fenomenológico-natural, nossa objeção vai em dois passos, o primeiro numa pergunta:

(i) por que razões temos de considerar que a balança que pesa o sal, através de uma agulha, que percorre um circuito qualquer pontilhado em marcas, tenha ela qualquer estatuto de *significação direta* na vida do conhecimento comum? Em meu entendimento, salvo melhor juízo, a significação aqui é *tão indireta* quanto a do espectrógrafo de massa de Bachelard, tão construída como o da física contemporânea, apenas construída por outro tipo de discurso, o das ciências mais antigas, de Newton a Lavoisier, ao qual *nos acostumamos* por convenções linguageiras a partir de então criadas;

(ii) O segundo passo é mais semiológico, ou saussuriano, e mais decisivo: retiremos quaisquer aspectos técnicos de uma balança que pesa o sal. O que nos resta? Resta-nos algo que também não faz parte de nenhuma eventual *fenomenologia direta e imediata do mundo* e sim resta-nos conceitos e usos linguageiros como o de peso, o de medida, o de sal, o de instrumento, de balança, enfim signos usuais da língua, crescentemente em expansão pela expansão dos discursos vários. São todos eles simplesmente *operações semiológicas* de instauração de um *sentido*, entre nós comunicável, sobre um *nada* que lá *não havia*. Antes de tal operação da linguagem *nada há sobre nada* – para repetirmos aqui os dois “nada” da primeira citação saussuriana neste texto, observando, ainda, que o recurso à expressão, é também ele integralmente marcado semiologicamente por signos como qualquer outros.

4. PRÉ-CONCLUSÃO

A Semiologia é, então, já de *per se*, uma teoria epistemológica discursiva, de linguagem, sobre o que quer que se entenda a respeito de um eventual mundo antes dela. Uma vez a linguagem *presentificada* no mundo, como operação semiológica arbitrária fundante, *não há mais dados*, já dados: tudo, doravante, são *resultados* (da operação semiológica). Não estamos em plena epistemologia discursiva apenas por causa dos aparelhos tecnológicos da nova ordem científica contemporânea, como o pensou Bachelard. Sempre o estivemos, sob a ordem da operação semiológica da linguagem sobre o *nada*, ou, se se quer, sobre um *tudo* nebuloso onde nada está previamente distinto ou pensado. A linguagem, como semiologia, é uma epistemologia discursiva de construção e do conhecimento de tudo o que há, seja do universo discursivo do conhecimento comum, seja do universo discursivo do conhecimento científico. Aos linguistas a tarefa de alçar isso do nível descritivo, onde costumam se deter, ao nível *filosófico e epistemológico* para onde o solicita a Semiologia de Saussure.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. (1949) *Le rationalisme appliqué*. Paris : PUF.
- BENVENISTE, E. (1991) *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. M. G. Novak e M. L. Neri. Campinas: Pontes,
- GREIMAS, A. J. (1970) *Du Sens*. Paris : Seuil.
- GREIMAS, A. J. ; COURTÉS, J. (1979) *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris : Hachette.
- HJELMSLEV, L.
- (1971a) *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris : Minuit.
- (1971b) *Essais linguistiques*. Paris : Minuit.
- MANIGLIER, P. (2006) *La vie énigmatique des signes. Saussure et la naissance du structuralisme*. Paris : Éditions Léo Scheer.
- PARRET, Herman (1993) Les manuscrits saussuriens de Harvard *Cahiers Ferdinand de Saussure* 47. Genève : Droz, p. 179-234. Pasta 37
- SAUSSURE, F.
- (1995) *Curso de Linguística Geral*. 20^a ed. Trad. A. Chelini, J. P. Paes, I. Blikstein. São Paulo : Cultrix.
- (2002) *Écrits de linguistique générale*. Paris : Gallimard.
- (2005) *Cours de linguistique générale*. Edition critique par Tullio di Mauro, Paris : Payot.

De frente com a enunciação: Saussure e a (in)consciência do sujeito falante

PATRICK DAHLET
UFMG/CNPQ

A famosa declaração de Saussure segundo a qual “é o ponto de vista que cria o objeto” (*Curso de linguística geral*, 1916/1983: 23) sempre foi interpretada como fundadora de um campo de estudo autônomo garantindo a cientificidade da linguística moderna, esquecendo que um ponto de vista pode ser corrigido por um outro, ser compatível com um outro ou impedir de ter um outro, uma vez que o próprio Saussure escreve nos *Escritos de linguística geral* (2002: 199):

Il n’y a rien, c’est-à-dire non seulement rien qui soit déterminé d’avance hors du point de vue, mais pas même un point de vue qui soit plus indiqué que les autres. [Não há nada, ou seja, não apenas nada que seja determinado de antemão fora do ponto de vista, mas nem mesmo um ponto de vista que seja mais indicado do que os outros (Tradução brasileira, 2004: 172)]

Sem esquecer, me atreveria a acrescentar, que sempre existe uma diferença entre um ponto de vista e sua prática real. Não se trata de explorar aqui diretamente aquele ponto de vista do linguísta Saussure - isso ultrapassaria o quadro desta mesa e minhas competências - mas de tentar delimitar alguns aspectos da maleabilidade de tal ponto de vista. Neste sentido o que ensina a reinvidicação saussuriana do ponto de vista como criador de

seu objeto, não é que tudo gira em torno da homogeneidade da língua, mas da heterogeneidade dos fatos de linguagem, nos ensinando que o objetivo não é de chegar à unicidade do pensamento linguístico e que a diversidade dos pontos de vista não é um erro lamentável.

São estes movimentos da subjetividade na língua saussuriana que percorrerei aqui, revisitando a imagem legalista de uma língua sem sujeito que nos foi transmitida pelo *Curso de Linguística Geral* (daqui para frente *C. L. G.*) à luz do que poderia se chamar a existência subjetiva que adquire a língua no decorrer da leitura dos manuscritos do mestre (sendo estes, como se sabe, da própria mão dele, ao contrário do *CLG* caracterizado por mutilações lamentáveis dos seus ensinamentos) publicados por Bouquet e Engler em 2002 nos *Escritos de Linguística Geral* (daqui para frente *E. L. G.*).

Destacarei assim primeiro o estatuto e a extensão das figuras do sujeito, tais como me parecem apresentar-se nos *E. L. G.*, para num segundo momento caracterizar o quanto a experiência saussuriana dos movimentos subjetivos da língua, ao avançar em situação de incerteza sobre suas próprias condições de teorização, alimenta e cruza, muito além da modelização da língua, os caminhos, feitos de desejos e inquietudes, das abordagens contemporâneas do poder significante da linguagem.

Não se tratará, claro, de transformar de repente Saussure em precursor das teorias da enunciação (o que seria nem mais nem menos arbitrário que de ligar sua proposta a uma neutralização epistemológica do sujeito e da sociedade), mas de delimitar e de avaliar o poder heurístico da sua circulação entre as diferentes vertentes subjetivas e significantes da linguagem para as teorias que não dissociam a concepção da linguagem de sua experiência subjetiva.

I. SAUSSURE E O SABER DO SUJEITO

Como qualquer discurso, a obra científica se caracteriza pelo fato de não reduzir-se a tal ou tal aparição, a tal maneira de ser

lida ou vista, à sua existência numinstante. Toda elaboração científica é retomada e o será, jamais idêntica a ela mesma. E reexplorando a obra saussuriana cem anos depois, se percebe que a imagem legalista de uma língua sem sujeito, idealizada como objeto quase transcendental da linguística, não vale.

Saussure não localiza os possíveis da língua fora da mediação subjetiva e discursiva. O que aparece no decorrer dos *E. L. G.* é uma língua que é sempre convenção por um lado e subjetivação discursiva, e portanto invenção por outro lado, sendo estes dois componentes inextricavelmente ligados. De fato, Saussure afirma sem reservas que

Un premier pas se fit: de la lettre on en vint à considérer le son articulé et du papier on passa au sujet parlant /.../. La conquête de ces dernières années est d'avoir enfin placé tout ce qui est le langage et la langue à son vrai foyer exclusivement dans le sujet parlant soit comme être humain soit comme être social » (*E. L. G.*, 2002 : 130) [Um primeiro passo se deu : da letra se veio a considerar o som articulado e do papel se passou ao sujeito falante (...) A conquista destes últimos anos é ter, enfim, colocado não apenas tudo o que é a linguagem e a língua em seu verdadeiro nicho exclusivamente no sujeito falante seja como ser humano seja como ser social (2004 : 116)].

Esta focalização subjetiva da língua está sistematicamente associada a um privilégio teórico concedido ao *discurso*:

Toute la langue entre d'abord dans notre esprit par le discursif, comme nous l'avons dit, et comme c'est forcé (*E. L. G.*, 2002: 118) [Toda a língua começa a penetrar em nosso espírito através do discurso, como dissemos, e como isso é forçado (2004: 105)].

que sintetiza a determinação discursiva da língua numa fórmula das mais categóricas ao declarar que «La langue n'est créée

qu'en vue du discours» (*E. L. G.*, 2002: 277) [“A língua só é criada em vista do discurso” (2004: 237)].

São numerosas as referências ao *sujeito falante* e ao *discurs(iv)* o nos *E. L. G.* (ao contrário, vale a pena notar que os transcriptores do *C. L. G.* não registram nenhum item de *sujeito* ou *discurso* no *index*, embora aparecem muitas ocorrências deles no próprio texto). Acrescentando aos 40 itens registrados no próprio *Index Rerum* dos *E. L. G.*, todas as formulações que implicam a presença e a atividade cognitivo-discursiva do sujeito, em torno das noções de *indivíduo*, *espírito / consciência* e finalidade comunicativa da língua, chega a mais de 200 as evocações do processamento subjetivo da língua nos *E. L. G.*, o que permite em si mesmo de medir a importância da temática na reflexão saussuriana, uma temática que, ao iterar seus termos, pode até provocar uma sensação de vertigem, como no caso desta anotação de Saussure: «chez le sujet parlant ou l'ensemble des sujets parlants – chez le sujet pensant et parlant» (*E. L. G.*, 2002: 129) [“para o sujeito falante ou conjunto de sujeitos falantes – para o sujeito pensante e falante” (2004: 115)].

O alto grau de recorrência do trio *língua-sujeito-discurso* na trama dos *E. L. G.* não se acompanha da delimitação de marcas linguísticas da subjetividade no discurso ou da reconstrução de operações intersubjetivas de produção / reconhecimento da significação. Portanto não emerge aqui, claro, uma representação teórica do funcionamento enunciativo da língua, simplesmente porque os componentes de uma modelização desta natureza não aparecem nesta obra (nem nos outros trabalhos de Saussure). Mas isso não significa que os termos da articulação *língua-sujeito-discurso* no texto saussuriano sejam irrelevantes para um programa de conceitualização enunciativa da língua. Bem pelo contrário, e isso paradoxalmente talvez porque esta evidência do enraizamento subjetivo-discursivo da língua, tal como concebida por Saussure, não se vê simultaneamente formalizada e observada em funcionamento.

Nesta perspectiva a ideia que queria argumentar aqui é que, mesmo não descrevendo os atributos possíveis da enunciação, a originalidade da configuração saussuriana da (dis)continuidade *língua-sujeito-discurso* abre um campo de possíveis aos empreendimentos teóricos da enunciação, qualquer que seja seu enfoque (semiótico ou semântico, indicial, operatório ou performativo), ao constituir o sujeito vinculado ao discurso como garantindo a realidade da língua e de seu processo de significação. Tudo acontece como se tivesse em permanência uma subjetividade latente atestando não tanto a significação quanto a realidade deste «*rapport global des termes et des valeurs*» (E. L. G:332, «*relação global dos termos e dos valores*») que (des)faz a *língua-objeto* de Saussure.

Esta insistência de Saussure sobre a discursivização da língua processada pelo sujeito traz à tona parâmetros cognitivos e subjetivos fundamentais, inclusive por ser de uma certa maneira até hoje inusitados, para a compreensão do jogo das forças subjetivas na linguagem. Reagruparei aqui o potencial deste quadro epistemológico em torno de três grandes teses que me parecem ativas no conjunto das investigações saussurianas do trio *língua-sujeito-discurso*.

2. A LÍNGUA, CONSCIÊNCIA DISCURSIVIZADA DO SUJEITO

A primeira remete à problemática da relação *linguagem / pensamento* que determina desde sempre, dependendo da posição adotada (*mais palavras que pensamentos* ou *mais pensamentos que palavras*), a maneira de reportar-se à linguagem no campo filosófico e linguístico. Se consideramos que a alternativa neste campo é entre uma concepção de *uma linguagem iluminação* (de pensamentos e verdades preexistentes fora dele ou depositados e enterrados dentro dele) e de uma *linguagem operação* (de pensamentos com a linguagem, ou seja concebidos e construídos através da própria atividade de linguagem), podemos dizer que Saussure não só toma uma posição firme em favor da *linguagem operação*, o que compõe também o paradigma de legitimação de

qualquer teoria da enunciação, mas abre a possibilidade de superar a alternativa, sugerindo uma interação dialética entre *linguagem e pensamento*.

Claramente para Saussure não há pensamento sem linguagem: « Ce n'est pas la pensée qui crée le signe, mais le signe qui guide primordialment la pensée » (*E. L. G*, 2002 : 46, « Não é o pensamento que cria o signo, mas o signo que guia primordialmente o pensamento » trad. pelo autor). Se percebe, com a forma negativa da primeira sequência, a função polêmica (que tem um ar de contra-atacar) e transformadora de tal posicionamento, enquanto resposta ao domínio de toda a tradição racionalista a qual ele se opõe ao definir a linguagem como condição do pensamento. A tomada de posição de Saussure a favor da *linguagem operação* não tem nada de óbvio na época. Basta lembrar que o próprio Hegel por exemplo, apesar de reconhecer que « querer pensar sem as palavras é uma tentativa insensata » e de explorar todos os recursos da língua alemã para pensar filosoficamente, nunca admitiu que a língua pode configurar a realidade do objeto que se pretende pensar.

Mas a postura transformadora de Saussure ultrapassa a ênfase da *linguagem operação* ao acrescentar o fato de que o signo guia o pensamento significa na verdade que ele « la crée en réalité, et la porte à son tour à créer des signes peu différents toujours de ceux qu'elle avait reçus » (*E. L. G*, 2002: 46, « o cria em realidade, e o leva por sua parte a criar também signos sempre pouco diferentes daqueles que ele (o pensamento) tinha absorvido » trad. pelo autor).

Além de ampliar assim a função operatória do signo, identificando-a a uma verdadeira capacidade de criação da própria realidade do objeto que se trata de pensar, a complementação está deconstruindo a exclusividade do pólo *linguagem operação*, induzindo que o signo funcione também, por sua vez, explorando as possibilidades acumuladas pelo dizer no pensamento. Ou seja a linguagem aparece aqui dialeticamente como a mediação que permite construir / criar o que todavia não tem sido pensado

e como o suporte no qual se pode considerar e verificar o que já foi pensado, precisando contudo que, no âmbito desta dialética, o signo continua com um potencial operador superior ao do pensamento, uma vez que os signos que emergem do pensamento são elementos como sendo só um «pouco diferentes» dos já conhecidos por ele. Mas isso não tira nada do impacto inovador, de natureza interacionista, da dialética *linguagem / pensamento* desenhada por Saussure, apontando que se a linguagem é de maneira decisiva pensamento, também não tem linguagem sem pensamento. Pode se ver aliás no sintagma « le sujet parlant et pensant» (*E. L. G.*, 2002: 129, «o sujeito falante e pensante» trad. pelo autor) empregado nesta ordem por Saussure, um tipo de incorporação sintética na figura subjetiva mesmo deste movimento dialético com a hierarquização das suas respectivas pressões. É uma incorporação que nos leva diretamente à segunda das teses interpretativas da travessia subjetiva da língua saussuriana que quero submeter.

Ela diz respeito à compreensão da relação entre imaterialidade e materialidade ou potencialidade e efetividade na língua. De fato a identificação por Saussure, já mencionada, do *sujeito falante* enquanto *verdadeiro lar da língua*, tem um significado heurístico que altera radicalmente a visão da dinâmica linguística, tal como foi repercutida por uma certa interpretação que eu chamarei de *totalista* dos hábitos estruturais.

Expressarei este significado dizendo simplesmente que na sequência da centralização saussuriana da língua no sujeito, a estruturação da língua não se encontra meramente nos dados, mas bem mais e sobretudo no espírito dos locutores, como podemos induzi-lo dos seguintes apontamentos de Saussure; entre muitos outros possíveis:

Ce qui est réel c'est ce dont les sujets parlants ont conscience à un degré quelconque; tout ce dont ils ont conscience et rien que ce dont ils peuvent avoir conscience. Or, dans tout état de langue, les sujets parlants ont conscience d'unités morphologiques /.../ (*E. L.*

G, 2002 : 183-184) [O que é real, é aquilo de que os sujeitos falantes têm consciência em um grau qualquer; tudo aquilo de que eles têm consciência e apenas aquilo de que eles podem ter consciência. Ora, em todo estado de língua, os sujeitos falantes têm consciência de unidades morfológicas (2004: 158-159)];

Tout ce qui est dans le sentiment des sujets parlants est phénomène réel» (E. L. G, 2002: 185) [Tudo o que existe no sentimento dos sujeitos falantes é fenômeno real (2004: 160)];

Je rappelle: Réalité = fait présent à la conscience des sujets parlants» (E. L. G, 2002 : 186-187) [Eu torno a lembrar : Realidade = fato presente na consciência dos sujeitos falantes (2004 : 161).

Não há assim realidade linguística que não seja produzida por uma consciência subjetiva, e isso ao ser reconhecida por ela. Tal processo está nitidamente detalhado quando Saussure ressalta por exemplo a relevância única do que ele chama a *impressão acústica*:

Autant que nous entendons, nous *parlons* /.../ mais jamais autrement que d'après l'impression acoustique non seulement reçue, mais reçue dans notre esprit (E. L. G, 2002 : 247) [Na mesma medida que ouvimos, nós *falamos* (...) mas sempre a partir da impressão acústica, não apenas recebida, mas recebida em nosso espírito (2004: 211)]

Além de coincidir com a necessidade primordial, elaborada por J. Coursil (2000), de ser um *sujeito ouvinte* (*un sujet entendant*) para poder assumir a função de falante, esta iluminação saussuriana da função imprescindível da consciência dos sujeitos na realização das funcionalidades da língua, vincula irredutivelmente – pelo menos é assim que interpreto os termos do processo – a constituição dela à construção de representações subjetivas de sua organização que podem até ser vistas como independentes

das categorias analíticas mesmo da língua, uma vez que o próprio Saussure chega a assimilá-las às meras rotinas dos sujeitos falantes:

(il est) faux de dire: ce mot. Il faut dire: habitude des sujets parlants de faire correspondre cette suite de sons à une idée déterminée(*E. L. G*, 2002 : 281) [É errado dizer : esta palavra. É preciso dizer : hábito dos sujeitos falantes de fazer com que esta sequência de sons corresponda a uma determinada ideia (2004 : 241)].

Ao dar lugar a representações subjetivas capazes de fomentar / reconhecer efeitos de continuidade e de alterações no tempo, o raciocínio saussuriano convida a elaborar formas explicativas que não são necessariamente dedutíveis da organização da língua em questão, multiplicando as dimensões do dinamismo linguístico ao sugerir que ele pode ser orientado pela língua ou pelos locutores sem que possa ser excluída, claro, uma combinação dos dois parâmetros. Se a reconstrução das propriedades formais da língua permanece fundamental, a relevância delas precisa ser especificada por um conjunto de fatores não estritamente linguísticos, portanto de ordem psicossocial centrados sobre os contatos entre línguas e locutores, abrindo assim campos de pesquisa de natureza pragmatico-enunciativos, e até sociolinguísticos, uma vez que tal perspectiva, ao induzir que comunidades de locutores poderiam gerar suas próprias regularidades linguísticas, em, função do grau de autonomização ou peculiaridade de suas representações da materialidade linguística, poderia exigir novas hipóteses sobre as modalidades de transformação das línguas em função de situações sociolinguísticas diferenciadas.

A terceira e última tese interpretativa que quero trazer à tona, está intrinsecamente ligada ao anterior, na medida em que, saindo da referência a um tipo de consciência linguística dos sujeitos falantes, focaliza a concepção deste sujeito mesmo, transitando entre o signo e as representações que ele ativa de seu funcionamento no fluxo dos discursos. A tese pode ser apresentada da seguinte maneira: apesar de representar-se a língua na modalidade

da consciência, o *sujeito falante / ouvinte* de Saussure não é um sujeito de plena consciência; é um sujeito indeterminado e finito (e neste sentido não muito longe talvez do sujeito de Kant, um sujeito portanto radicalmente dependente das necessidades e das determinações da linguagem, mas que precisamente por causa de suas indeterminações (ou graças a elas) tem a possibilidade de mover-se de maneira relativamente livre neste universo de *linguagem-pensamento*.

Abundam assim nos *E. L. G.* as evocações da obrigação onde se encontra o sujeito de se submeter ao sistema geral da língua. São essas por exemplo:

le sujet parlant ne se propose jamais d'exécuter "des mouvements", mais les mouvements qu'impose une série fixe de sons à réaliser (*E. L. G.*, 2002 : 254) [o sujeito falante nunca se propõe a executar "movimentos", mas movimentos impostos por uma série fixa de sons a realizar (2004: 217)];

le tout se passe hors de l'esprit, dans la sphère des mutations de sons qui bientôt imposent un joug absolu à l'esprit, et le forcent d'entrer dans la voie spéciale qui lui est laissée par l'état matériel des signes (*E. L. G.*, 2002 : 215) [tudo se passa fora do espírito, na esfera das mutações de sons, que logo impõem um jugo absoluto ao espírito e o forçam a entrar no caminho especial que lhe é deixado pelo estado material dos signos (2004: 185)]

Estas são restrições e obrigações que, devido à indeterminação do sujeito frente a elas não impedem uma margem de liberdade, pois, como o escreve Saussure:

il y a des *choses*, des objets donnés, que l'on est libre de considérer ensuite à différents points de vue (*E. L. G.*, 2002: 200) [há *coisas*, os objetos dados, que se é livre para considerar, em seguida, de diversos pontos de vista (2004: 172)].

Além do mais a própria coerção pode consentir um espaço de liberdade ao sujeito, como o vemos supra onde se deixa aberto um caminho especial para o sujeito (E. L. G, 2002 : 200) e ao contrario

quand intervient le *Temps* combiné avec le fait de la psychologie sociale, c'est alors que nous sentons que la langue n'est pas libre (E. L. G, 2002: 334) [quando intervém o *Tempo*, combinado com o fato da psicologia social, sentimos que a língua não é livre (2004 : 288)].

É deste entrelaçamento do jogo da linguagem num universo determinado por sua organização tipológica, e do jogo do sujeito num universo psicossocial indeterminado pelas singularidades dos processos de individuação, que emerge do vazio – porque «La langue n'est pas dans ce qui nous frappe comme indispensable pour la produire» (E. L. G, 2002: 288) [A língua não está no que nos parece indispensável para produzi-la (2004: 247)] – uma (in)consciência subjetiva que se representa a realidade da língua para moldar um discurso que por sua vez deixará na língua traços deste movimento de individuação.

Assim o *sujeito falante* saussuriano é aquele sujeito que procura, a partir de seu discurso, no sistema autônomo da língua elementos de uma trajetória significativa que, por sua vez, possa aparecer depois como sendo também a sua própria, ou pelo menos apresentando algumas convergências com a linhas singulares do indivíduo que fala naquele contexto.

Sintetizando as implicações de nossas três teses para a (re) definição da língua e do sujeito, eu diria o seguinte. Se, como o escreve Saussure, «pour qu'il y ait langue, il faut une masse parlante se servant de la Langue» (E. L. G, 2002 : 334) [para que haja língua, é preciso uma massa falante que se sirva da língua (2004: 288)], ao agir sobre os sujeitos e a ser reconhecida e, de alguma maneira, resemantizada por eles, tal língua me parece poder ser definida como um espaço de individuação coletiva, ou seja não só a ferramenta de uma massa falante, mas ao mesmo tempo o produto, sempre disponível para alterações, de todas

as individuações que se produziram nela e o princípio destas individuações, configurando o locutor como um indivíduo dentro de um coletivo. Por isso, passando para a figura do sujeito, e considerando por um lado que a subjetividade não se encontra no dispositivo saussuriano inscrita na língua por marcas específicas, e por outro lado que o sujeito falante saussuriano não pensa (nem pode pensar-se) sem línguas, me parece que ele pode ser representado como um sujeito que procura a si mesmo na língua, procurando a si mesmo enquanto indivíduo articulado ao social e que só pode encontrar-se ao achar-se integrante de uma língua comum, que de sua parte também não falaria mesmo sem a auto-procura deste sujeito.

3. UMA LINGUAGEM PARA IDENTIFICAR-SE: A LÍNGUA-DISCURSO.

Não pensando sem a língua, o sujeito não tem uma identidade imutável, mas uma identidade dinâmica, constitutivamente ligada às alterações dos signos no tempo e à significação sempre casual de suas diferenças a cada momento de sua articulação.

Nesta última etapa, gostaria de mostrar que, embora o processamento linguageiro da subjetividade não tenha sido estudado explicitamente por Saussure (uma vez que não era o objeto dele), as suas considerações do movimento de subjetivação / individuação da língua, que acabamos de percorrer, não ficaram sem consequências sobre o pensamento saussuriano da língua. Entre outras repercussões, incidiram sobre os próprios conceitos mobilizados por Saussure para descrever seu objeto. Apontarei aqui quatro meta-oscilações desta natureza.

As duas primeiras dizem respeito às denominações da própria unidade fundamental de qualquer fato de linguagem: o signo. De fato nos *E. L. G.*, a noção de *signo* pode se encontrar modificada por uma caracterização enquanto *signes de parole / signos de fala*, quando Saussure remete aos « signes de parole qui constituent le langage » (*E. L. G.*, 2002: 265) [signos de fala que constituem a linguagem (2004: 226)] ou por uma substituição pelo termo de

símbolo, quando ele refere-se à linguagem como sendo « ce système particulier de symboles *indépendants* qui est le langage » (E. L. G, 2002: 209) [esse sistema particular de signos *independentes* que é a linguagem (2004: 179)].

Da ocorrência de *signos de fala*, direi simplesmente que me parece significativa ao mesmo tempo a vontade de Saussure de não deixar a fala fora da teoria da linguagem, apesar da representação tradicional da dicotomia *língua / fala* como excluindo o segundo termo da modelização e embora esteja notificado no C. L. G (1916 : 38) que «il ne faudra pas confondre avec la linguistique proprement dite» une éventuelle «linguistique de la parole» [não deverá confundir-se com a linguística propriamente dita uma eventual “linguística da fala”. Trad. pelo autor], e sobretudo da tensão, ou até da contradição inerente a qualquer projeto de teorização da enunciação: como integrar numa linguística que pretende formalizar os valores significantes dos signos no sistema da língua, os indicadores, aparentemente vazios de sentido, que remetem à atividade de fala e de enunciação?

Nestas condições, não é por acaso que a designação saussuriana de *signos de fala* faz eco, vinte anos depois, com a denominação proposta para os mesmos elementos por Bally, ou seja « signos situacionais» (1932: 44), no âmbito de seu programa de teoria geral da enunciação. Embora os dois programas tenham sido tradicionalmente apresentados como quase opostos, e talvez por este motivo mesmo, vale a pena notar que assistimos aqui a um mesmo esforço de consideração dos índices da enunciação, geralmente então percebidos como linguisticamente marginais, enquanto « signos como os outros » (Bally, 1932: 74), pelo simples fato de ser chamados também de *signos*. É um esforço notável, mas que segue beirando à contradição, uma vez que as formas da enunciação justamente não são signos como os outros e requerem que sejam teoricamente incorporadas sem que se esgote a sua maleabilidade, desafiando assim qualquer sistematização,

Quanto à substituição mencionada de *signos* por *símbolos*, ela remete à outra dimensão da linguagem, a diacrônica, aquela

que faz com que a linguística para Saussure seja «foncièrement double» (*E. L. G.*, 2002: 206, «intrinsecamente dupla», trad. pelo autor), confrontada a uma língua que é ao mesmo tempo produto histórico e processo sincrônico. Não vou me alongar aqui sobre a coerência das pesquisas de Saussure sobre a formação do símbolo na lenda de Tristão e Isolda e a *Nibelungenlied* que chegaram a lançar as bases de uma verdadeira mitografia, ao remeter a elaboração de qualquer símbolo a um mecanismo operatório geral de redução simbólica, ampliação épica e erro de transmissão (cf. Dahlet, 1997).

Só sublinharei aqui que, ao vincular as reflexões dos *E. L. G.* a estas pesquisas, que levam Saussure a afirmar que «aucun symbole n'existe si ce n'est parce qu'il est mis en circulation» (citado por Starobinski; 1971: 16 [nenhum símbolo existe a não ser porque está posto em circulação, trad. pelo autor], tal alternância terminológica nos *E. L. G.* do *signo* e do *símbolo* me parecem sugerir a possibilidade (e o desejo?) de incorporar à teoria da linguagem de um lado o tempo do discurso, uma vez que todo discurso é também produto histórico, e de outro lado a socialização (e não só a arbitrariedade) como critério de reconhecimento de um fenômeno no campo da semiologia, o símbolo transferindo por sua vez ao signo a necessidade de uma teleonomia subjetiva em ação para que possam ser representados e comunicados seus valores.

As duas outras oscilações que quero destacar não deixam de ser particularmente impactantes, e isso porque elas refazem a língua-objeto sobre ela mesma. Trata-se da reformulação da *língua* como sendo o *sujeito falante* na sequência «la langue (c'est-à-dire le sujet parlant)» (*E. L. G.*, 2002: 39) e de todos os enunciados que caracterizam a língua ou a *linguagem* como sendo por si mesma *discurso*. Encontramos assim «un langage discursif» / «uma linguagem discursiva» (*E. L. G.*, 2002 : 95), ou «une langue discursive» / «uma língua discursiva» (*E. L. G.*, 2002: 117). É a língua toda que flutua nestas flutuações terminológicas sob a pressão subjetiva.

Trabalhada pela consciência subjetiva, a *língua* aparece equiparada ao *sujeito falante*, auto-gerada de uma certa maneira pela relação de dependência recíproca postulada entre ela e ele. Embora a língua se define como um puro jogo de diferenças, ela se encontra aqui, feita sujeito falante, agindo sobre estas diferenças para fazê-las significar. A língua, indissociável do seu sujeito, se torna uma língua falante, caracterizada assim por um tipo de inflexão volitiva, legível aliás nas metáforas personificantes da língua, tais como:

la langue (c'est-à-dire le sujet parlant) n'aperçoit ni l'idée a, ni la forme A » (E. L. G, 2002: 39) [a língua (ou seja, o sujeito falante) não percebe nem a idéia *a* nem a forma A (2004: 39)];

la langue n'a conscience du son que comme signe (E. L. G, 2002: 182) [a língua só tem consciência do som como signo (2004: 157)];

la langue avait commencé par puiser / . / dans des mots déjà faits (E. L. G, 2002: 192) [a língua tinha começado por extrair (...) das palavras já prontas (2004: 165)];

de cela l'auteur est innocent, la langue seule est coupable (E. L. G, 2002: 265) [disso o autor é inocente, só a língua se pode culpar (2004: 226)].

Ressalto contudo que esta (re)identificação da língua ao sujeito não significa que a língua encontrou dono, Seria mais até o contrário. Já a caracterizamos: a relação língua / sujeito é de dependência recíproca, uma vez que ela faz sentido sem que o sujeito diretamente o quer, segundo uma afirmação do próprio Saussure nos Manuscritos de Harvard: «il n'y a pas d'actes purement mécaniques, seulement des actes indirectement volontaires» (in Parret, 1993: 207, « não há atos meramente mecânicos, só atos indiretamente voluntários» trad. pelo autor).

Quanto à expressão *língua / linguagem discursiva*, ela me parece marcar que o valor do signo é continuamente ligado à duração do seu discurso, ultrapassando manifestamente assim a separação teórica das duas dimensões. Tal composição demons-

tra ao meu ver, nitidamente, que Saussure, ao construir a língua como um sistema de signos, definido e dirigido pelo jogo de suas diferenças, nunca deixou de pensar, ao experimentar seu objeto sob enfoques diferentes (sem que este pensamento fosse restrito a um Saussure visto como clandestino e escondido no espaço dos *Anagramas*, das *Lendas* e da *Glossolalia*) que a língua possa ter outra identidade que aquela sob a qual a linguística a representa num determinado momento como objeto de conhecimento. O que tende a infirmar a afirmação de Benveniste segundo a qual Saussure não « semble pas avoir envisagé » que « la langue /.../ système de signes /.../ pût être autre chose en même temps » (Benveniste, 1974: 219, Saussure não « parece ter considerado » que « a língua /.../ sistema de signos /.../ podia ser outra coisa no mesmo tempo » trad. pelo autor). Na verdade (mas Benveniste justamente à época não teve acesso ao acervo dos manuscritos de Saussure) o mestre de Gênova desconfiava, sim, que uma outra representação da língua fosse possível, antecipando e cruzando assim a reflexão e até os sonhos do próprio Benveniste. É com a evocação destas convergências que vou agora concluir este estudo dizendo o seguinte.

O que é problemático não é o princípio da dicotomia língua / fala, mas seus limites ou suas condições de aplicação. Além de seu potencial explicativo da língua-objeto, a elaboração saussuriana constitui um imenso saber, precisamente porque não pode dizer os limites, reais ou imaginários, da enunciação da sua língua-discurso. É um desejo e uma inquietude que ele compartilha com todo empreendimento teórico que procura (re)introduzir a linguagem na língua – espero ter contribuído a explicitá-lo –, e com o de Benveniste em particular.

Não é por acaso que à *lingua discursiva* de Saussure faz eco a denominação de *língua-discurso* proposta por Benveniste (1974: 229) para dar conta da mesma visão de uma língua (diferente) transbordada por um movimento subjetivo e uma atividade discursiva incessante.

Embora não tem – quero reiterá-lo – nenhum vestígio de análise enunciativa em Saussure, estaria tentado a aproximar a concepção saussuriana do sujeito falante / ouvinte da língua, impressionado pelo signo, com o que chamei (Dahlet, 1996) de *programa perceptiva* da enunciação em Benveniste (coexistindo com dois outros: o *indicial* e o *metalinguístico*) onde, numa perspectiva fenomenológica a posição regente é antes de tudo a do objeto, que concede um lugar ao sujeito.

Mas além mesmo desta possível coincidência programática, são as fundações conceituais de uma introdução da linguagem na língua que aproximam, e até unem, os projetos de Saussure e Benveniste, e especificamente a consciência da relevância crucial da questão da significação. De fato à afirmação saussuriana de que «la langue hors de ce “pouvoir [de] signifier” cesserait d’être quoi que ce soit » (*E. L. G*, 2002 : 226) [a língua, sem esse “poder [de] significar”, deixaria de ser o que quer que fosse (2004: 194)] corresponde a convicção benvenistiana de que «le problème le plus important (est) le problème de la signification. Avant tout le langage signifie» (Benveniste, 1974 : 217, [o problema mais importante (é) o problema da significação. Antes de tudo a linguagem significa. Trad. do autor] (e aproveito a oportunidade para homenagear neste momento a Profa. Claudine Normand, que nos deixou, e que iluminou o *papel central da significação* na obra de Benveniste).

E é perseguindo a abertura do processo da significação que os dois linguístas reconhecem, os dois fascinados de uma certa maneira, que por apresentar-se com tantas variações se trata de um processo que não tem limites fixados *a priori*. Escreve Saussure:

le langage, pour accomplir la fonction qui lui revient entre les institutions humaines, est destitué d’une limite quelconque dans ses procédés (*E. L. G*, 2002: 214) [a linguagem, para cumprir a função que lhe cabe entre as instituições humanas, é destituída de qualquer limite em seus procedimentos (2004: 184)]

encontrando o encanto de Benveniste em frente anunciando que « le langage a, dans son utilisation, une diversité d'emplois, de jeu dont nous ne pouvons pas encore nous faire une idée» (1974: 230) [a linguagem tem, no seu uso, uma diversidade de empregos e de jogo dos quais nós ainda não podemos ter ideia (trad. do autor)].

E é, contemplando este horizonte, investido de desejo, e infinitamente re(des)feito pela exigência de transformar a(s) língua(s) em discurso(s) para falar, que Saussure se pergunta: «mais qu'est-ce qui sépare le discours de la langue, ou qu'est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que la langue *entre en action comme discours?*» (E. L. G, 2002: 277) [mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso?* (2004: 237)] convidando assim a inscrever, com Benveniste, o debate sobre a língua na articulação teórica do semiótico e do semântico e na experiência linguageira da ruptura entre língua e discurso, cujo vestígio não deixa de ser fundador da historicidade do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIVÉ, M. (1986) *Linguistique et psychanalyse. Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan et les autres*. Paris : Méridiens Klincksieck,.
- BENVENISTE, E. (1966 e 1974) *Problèmes de linguistique générale I-II*. Paris : Gallimard,.
- BOUQUET, S. (dir) *Saussure*. Paris : Ed. de l'Herne, 2003.
- BRONCKART, J. ; BULEA, E. , Bota, C. (dir.) (2010) *Le projet de Ferdinand de Saussure*. Genève / Paris : Droz.
- COURSIL, J. (2000) *La fonction muette du langage. Essai de linguistique générale contemporaine*. Petit Bourg / Guadeloupe : Ibis Rouge / Presses Universitaires Créole / GEREC.

- DAHLET, P. (1996) « Benveniste et l'effusion énonciative de la langue », *Sémiotiques, 10 Nouvelles problématiques de l'énonciation*. Paris : Didier Erudition-CNRS-INALF, p. 99-121.
- DAHLET, P. (1997) « Saussure e a (in)existência do signo » *Serie Linguagem, 2*. São Paulo: Ed. Lovise, p. 23-38
- DAHLET, P. (2006) « Deux narrations de l'arbitrarité: les sujets parlants de Bally et Benveniste » In CHISS J. L. (dir.) *Charles Bally (1865-1947). Historicité des débats linguistiques et didactiques. Stylistique, énonciation, crise du français*. Louvain – Paris : Peeters, p. 135-154.
- DEPECKER, L. (dir.) (2012) « L'apport des manuscrits de Saussure » *Langages, 185*. Paris : Larousse.
- NORMAND, C. (1995) « Le cours de linguistique générale, métaphore et métalangage » *Langages, 120*, Paris : Larousse, p. 78-90.
- NORMAND, C. (2000) *Saussure*. Paris : Les Belles Lettres.
- PARRET, H. (1993) « Les manuscrits saussuriens de Harvard » *Cahiers Ferdinand de Saussure, 47*. Genève : Librairie Droz, p. 179-234.
- SAUSSURE, F. (de) (1916 / 1983) *Cours de linguistique générale*. Paris : Payot.
- SAUSSURE, F. (de) (2002) *Ecrits de linguistique générale* [édités par S. Bouquet ; R. Engler]. Paris : Nrf Gallimard.
- SAUSSURE, F. (de) (2004) *Escritos de Linguística Geral* [Trad. C. A. L. Salum e A. L. Franco]. São Paulo: Cultrix.

O semioticista: um herdeiro de saussure

NORMA DISCINI
USP

I. NOTAS INICIAIS

Greimas (2000), em estudo intitulado “A atualidade do saussurismo”, refere-se a uma história da literatura, que, feita ao longo do século XIX, teria “destruído o objeto literário ao reduzi-lo, com a ajuda de múltiplas causalidades psicológicas e sociológicas, seja à ‘história das ideias’, seja à psicologia da imaginação criadora” (p. 376). Aponta então para o empenho dos linguistas em dar “sua própria versão do fenômeno literário” (*Ibid.*), o que teria constituído vastos repertórios de figuras e de procedimentos estilísticos, para o que são citados “os dois últimos volumes da *Histoire de la langue française*, de Charles Bruneau” (*Ibid.*). Avança nessa reflexão sobre as pesquisas linguísticas voltadas ao fenômeno literário e acrescenta esta avaliação:

As investigações desse tipo, ainda que consagradas quase exclusivamente ao estudo “da língua e do estilo” de autores individuais, produzem, entretanto, pela própria justaposição, a noção empírica de “estilo de época”, e sobretudo postulam implicitamente, graças à uniformidade dos métodos empregados, a existência de um plano único e homogêneo sobre o qual se constroem as obras e se desenvolvem os acontecimentos literários. Esse catálogo de formas literárias que, se fosse exaustivo, poderia constituir o significante

de uma metalinguagem literária, mantém-se, entretanto, inutilizável, enquanto não se afirma a existência paralela e imanente ao significante, de um significado global que dá conta da escolha das formas utilizadas e de sua destinação social, que comporta ao mesmo tempo a estética e a moral de determinada linguagem literária (Greimas, 2000: 376-377)¹.

Greimas assim se expressa, após ter ressaltado a importância da aplicação, nas ciências humanas, de postulados saussurianos, que, tal qual revistos por Hjelmslev, teriam constituído uma “sugestão fecunda” para pensarmos no que nomeia como “sistemas mitológicos, religiosos, ou nesta forma moderna de fabulação que é a literatura” (p. 376): isso, como sugere, seria feito a partir do exame dos “conjuntos estruturados” (*Ibid.*) que compõem e organizam tais sistemas². Estaria aí, segundo ele, uma alternativa para a superação da “noção empírica de ‘estilo de época’”.

Na direção de tais inquietações, a presença do pensamento de Saussure no âmago do projeto semiótico será trazida à luz, na medida em que serão cotejados, com princípios e métodos da semiótica de base greimasiana, alguns tópicos do *Curso de Linguística Geral* (Saussure, 1970), com vistas a contemplarmos o rendimento desse cotejo no âmbito de uma estilística discursiva, que pensa o *estilo como o homem*: um homem levado em conta como efeito de identidade, arquitetado nos próprios textos conforme um ator da enunciação dotado de um corpo, de uma voz e de um caráter.

Procuraremos então observar como e por que o exame das condições de emergência do corpo actorial beneficia-se do discurso de fundação do estruturalismo, que é o pensamento saussuriano, enquanto esse corpo é visto como um esquema de valorações axiológicas sobre o mundo e como um esquema de

1. Os excertos colhidos de originais publicados em francês encontram tradução livre, feita para este estudo.
2. Ao longo de seu texto, ao referir-se a Hjelmslev, Greimas fará citações da obra *Prolegomena to a Theory of Language*, Indiana University Publications, 1953.

percepção do *sujeito-no-mundo*. (Levamos em conta a percepção como uma semiose, ou seja, um efeito de sentido produzido na relação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo dos textos, o que remonta à relação *significante/significado* constituinte do signo). Concomitantemente, somos levados a pensar no próprio estilo como fato diferencial, ou seja, um estilo é pensado na oposição recíproca com outro, enquanto, no interior da totalidade discursiva correspondente, um enunciado é pensado na dependência recíproca com outro, o que remonta à definição negativa do signo, bem como ao princípio de que na língua só há diferenças. Essas proposições são levadas adiante, na semiótica, mediante a operacionalização analítica que contempla os textos na relação entre a forma da expressão e a forma do conteúdo que os constitui.

Desse modo, enquanto ficamos emparelhados a Hjelmslev (2003), que, a partir de Saussure, ilumina a possibilidade de olharmos para os textos segundo a imanência constitutiva deles, imanência que supõe uma rede interna de interdependências, ao permanecermos no âmbito da relação *significante/significado* somos remetidos à *forma* hjelmsleviana, calcada na noção saussuriana de valor. A partir daí, se escapamos da concepção ingênua de língua como rotulação do que preexiste a ela, deparamo-nos com a definição semiótica de mundo natural, a qual supõe a relação de intersemiotividade entre o mundo e as línguas naturais, na medida em que estas conformam aquele a cada sistema linguístico convocado. Diz Saussure que “em Linguística, os dados naturais não têm nenhum lugar” (p. 96).

Por fim, ao pensarmos em enunciado e em enunciação, se não nos circunscrevemos aos limites das proposições saussurianas relativas à dicotomia *língua/fala*, já que a fala no *CLG* é vista como não sistemática, logo não passível de descrição, continuamos a encontrar benefício nessa mesma distinção, na medida em que atentamos para as fronteiras entre o social e o individual e na medida em que, a partir do território da língua, somos autorizados a discutir a existência de uma fala regrada. Segundo Saussure,

“é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (p. 16-17). Então, embora no *CLG* não esteja prevista a instalação dos parceiros de uma comunicação efetiva no “circuito da fala” (p. 19), apresentado como o que se processa meramente entre as fases da audição e da fonação dos signos, desencadeadas pelas “duas pessoas, A e B, que conversam” (p. 19), e embora Saussure permita pensarmos nela como “um ato individual de vontade e inteligência” (p. 22) contraposto ao sistema linguístico, perseguiremos “o homem na língua” para discorrer sobre o estilo.

Com Benveniste (1995), que realça o locutor como uma categoria de pessoa e entende “o plano do discurso” (p. 267), “na sua mais ampla extensão” (*Ibid.*), como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (*Ibid.*), temos o falante relacionado à subjetividade na linguagem, bem como uma fala vinculada ao aparelho formal da enunciação. Assim chegamos à noção de uma fala regrada, o que fundamenta investigações sobre o sujeito discursivo correlato a um corpo actorial: um sujeito que encarna, na semântica discursiva, o que é projetado desde o nível fundamental, aquém do qual se destacam as pré-condições da geração do sentido, as quais são nomeadas pelos estudos tensivos da semiótica como “profundidades figurais”³.

O estilo, seja aquele dos gêneros, seja o de autor, ou ainda o lembrado como “de época”, permeia esses mecanismos discursivos como uma voz, um tom de voz, um caráter, que, jungidos entre si como efeitos de sentido colhidos no interior dos textos, cravam-se na experiência sensível do ator, para que se articule o

3. Zilberberg (1986, p. 92), ao referir-se a “um princípio de desdobramento constitutivo do percurso gerativo”, formula a oposição *figural/ figurativo*; na mesma obra, ao estudar o aspecto como categoria discursiva (p. 23), fala em “nível aspectal” e “nível aspectivo”, postulando, para o primeiro, uma localização “mais baixa”. Zilberberg lembra então que o nível em *-al* é o pressuposto, e o outro, em *-ivo*, o pressuponente, e completa: “Se a operação de deiscência recaí, realmente, sobre todo nível reconhecido, significa que, como na rima, nada se dá, nada vale sem ressonância” (p. 24).

corpo do falante como um sujeito enunciador pressuposto a uma totalidade de enunciados, movida por uma *ressonância* do todo nas partes. A par disso, o estilo, como um todo, define-se como um fato diferencial.

Por conseguinte, podemos estudar o estilo no cotejo entre distintas esferas de comunicação, como os discursos jornalístico e literário, enquanto a identidade estilística é corroborada como uma unidade diferencial. Contemplam-se uma e outra esfera, um e outro estilo autoral apreensível de cada esfera, ou, no interior do circuito das artes, um e outro estilo “de época” e assim por diante. As unidades relativas a um todo, que é o estilo, definem-se tão somente por meio da relação de oposição recíproca estabelecida entre elas, concebida, cada unidade, como um termo cujo valor está garantido pela mutualidade da relação instaurada com o outro. Depreende-se o estilo na articulação levada em conta de um texto com outro ou de um texto com aquilo que o rodeia e o atravessa, seja o gênero discursivo convocado, sejam as coerções oferecidas pela esfera de comunicação, bem como as coerções constituintes da totalidade autoral e do “estilo de época”. O conceito de estilo como fato diferencial remonta à noção de uma imanência transcendente, enquanto permanece em evidência o princípio de diferenciação mútua entre os signos, radicado na noção saussuriana de valor.

Tais reflexões são certamente legitimadas por meio da noção de valor, sustento para o conceito de forma, a qual respalda a noção de um corpo que, como estrutura, radica o estilo: estrutura aberta, porém, já que contingente autenticidade ou ao encontro *homem/ mundo*, seja esse encontro relativo ao mundo axiomatizado, seja esse encontro relativo ao mundo percebido. Para o viés da axiomatização, contemplam-se, no âmbito do percurso gerativo do sentido, os mecanismos que partem do nível fundamental com a timia compreendida entre o que é eufórico e o que é disfórico, o que permeia os níveis narrativo e discursivo dos textos como valoração moral dos valores. Para o viés da percepção, contemplam-se os movimentos que amparam a regência do

sensível sobre o inteligível, o que é proposto pelos desdobramentos contemporâneos da semiótica, em especial no que concerne à noção de tensividade (Zilberberg, 2011). No que diz respeito aos primeiros movimentos referidos, vemos firmar-se um corpo actorial apresentado no seu perfil judicativo, o que privilegia o enunciador como um *éthos* radicado no compromisso de persuasão, que lhe é próprio. Temos um gesto enunciativo que, tomado em acepção equivalente àquela de uma *performance* discursiva, é orientado por um *fazer-criar* para *fazer-saber* e *fazer-fazer*. No que diz respeito aos segundos movimentos referidos, vemos firmar-se um corpo actorial apresentado no seu perfil sensível, o que privilegia o enunciador como um sujeito pático, enquanto a noção de *páthos* firma-se vinculada à etimologia, que apresenta o termo relacionado à ideia de *páthos*, *sofrer as coisas do mundo*. Aí o sensível aparece na correlação com *os estados de alma*, as paixões.

Em semiótica, para o sensível, pensa-se particularmente num nível tensivo, que subjaz a todo o percurso gerativo do sentido e que sustenta todos os níveis desse percurso, bem como as nuances do sentido emergente da relação entre os planos da expressão e do conteúdo dos textos. O pressuposto (nível tensivo), que privilegia a descrição dos mecanismos de construção do sensível, permeia os níveis fundamental, narrativo e discursivo, para que, no discurso, firme-se o *éthos* como corpo, voz e caráter de um sujeito, mas um *éthos* com dois perfis – o judicativo e o pático – um que se define na delimitação mútua com o outro. Se nos amparamos nas noções da retórica clássica (Aristóteles, s/d) de *éthos*, *lógos* e *páthos*, para pensarmos o ator da enunciação como um *éthos* discursivo, ou seja, a imagem de quem diz dada por um modo recorrente e sistemático de dizer, portanto um simulacro discursivo, é a partir de um *lógos* necessariamente conotado em função do todo que o sustenta que entendemos poder obter um *éthos* também necessariamente conotado, tal qual previu Barthes (1975).

O todo levado em consideração emerge, pois, tanto dos discursos examinados como esferas de comunicação munidas dos

gêneros por elas convocados, como do próprio conjunto de enunciados que se sistematizam segundo inclinações “individuais”, as quais delineiam o fundo de determinado estilo. Esse fundo projeta-se conforme a “torção” peculiar a um corpo actorial, a qual se respalda na conotação do *lógos*. Para essa conotação pensamos no “sentido nascente nas bordas dos signos”, ainda vistos em estado de língua, bem como vistos ao serem incorporados por determinada fala; lá, as coerções do sistema linguístico; cá, as coerções do discurso. A conotação assim concebida vincula-se à noção saussuriana de arbitrariedade.

Considerado em qualquer de suas extensões (uma unidade lexical, a página de um livro, a obra inteira de um autor, etc.), o signo baseia-se na convenção que sustenta a relação *significante/significado*, logo no fato de que o “laço que une o significante ao significado é arbitrário” (Saussure, 1970: 81). Diz o genebrino que “todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção” (p. 82). Mas a arbitrariedade da relação *significante/significado* estabelecida no interior do signo não pode restringir-se ao interior de um signo isolado, pois o próprio signo, como unidade da língua, não pode ser concebido isolado do seu “derredor”. O princípio de não isolamento das unidades da língua faz fronteira com outro, aquele relativo às relações sintagmáticas e paradigmáticas.

Diz Saussure, após examinar a horizontalidade entre *des-* e *-fazer*, como componentes, na “cadeia da fala” (p. 149), de *desfazer*, que esta última forma não seria analisável se outras, “contendo *des* e *fazer* desaparecessem da língua” (p. 150). Saussure exemplifica as outras formas, de um lado, com palavras como “*descolar, deslocar, descoser, etc.*”; de outro, com “*fazer, refazer, contrafazer, etc.*” (*Ibid.*). Enquanto isso, ele sugere a relevância do que está nas vizinhanças delimitadoras de determinado signo, para que esse signo seja decomposto em unidades menores, ocasião em que lembra também a palavra *quadruplex*: “É na medida em que essas outras formas flutuam em derredor de *desfazer* ou

de *quadruplex* que essas duas palavras podem ser decompostas em subunidades ou, dito de outro modo, são sintagmas” (p. 150)⁴. O princípio que contempla a relevância de signos que “flutuam em derredor” de outro não só viabiliza a decomposição do signo em subunidades, mas também serve para compô-lo como unidade, e unidade diferencial, própria a um sistema, o que converge para o conceito de valor: “A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa” (p. 134).

Creemos poder colher desse conjunto de formulações saussurianas indicações que sustentam um princípio de conotação sígnica no interior da língua, o que não se alija de uma forma (da expressão e do conteúdo) arbitrária. Se a concepção de um signo como necessariamente conotado alia-se ao conceito de arbitrariedade exposto no *CLG*, o que reverbera nos estudos semióticos sobre o estilo, já que o próprio “simulacro” de um ator é arbitrário, também naquela obra podemos apreender subsídios para o que pensa a semiótica sobre a geração do sentido. Entre eles estão as referidas relações sintagmáticas e paradigmáticas. Já a tripartição do plano do conteúdo dos textos num percurso gerativo, articulado de acordo com os patamares fundamental, narrativo e discursivo, legitima-se conforme o princípio segundo o qual um nível evoca o outro, o que acontece enquanto mecanismos engendrados num patamar associam-se aos mecanismos engendrados em outro, à moda de “paradigmas de flexão”, lembrados por Saussure (p. 147) como uma “série associativa”, em que a

4. Na tradução considerada do *Cours* (Saussure, 1970: 150), aparece “É na medida em que essas outras formas flutuam em derredor de *refazer* [...]”. Na edição consultada em francês está: “C’est dans la mesure où ces autres formes flottent autour de *défaire*[...]” (Saussure, 2005, p. 178). Procuramos fazer alguns ajustes, ao colocar, no trecho em pauta, o verbo *desfazer* no lugar de *refazer*, como pede a versão francesa, e ao conjugar o verbo *flutuar* no indicativo, em interpretação aparentemente possível a partir do “espírito” das questões levantadas.

ordem dos termos é necessariamente indeterminada e o número deles é facultativamente indefinido.

Saussure lembra, no âmbito do latim, o caso de “*dominus, domini, domino*, etc.” (*Ibid.*), ao relacionar esse tipo de agrupamento aos paradigmas de flexão. Sobre aqueles termos latinos, salientados na formação desenvolvida a partir de “um elemento comum, o tema nominal *domin*” (*Ibid.*), Saussure ainda afirma: “é por um ato puramente arbitrário que o gramático os agrupa de uma maneira e não de outra” (*Ibid.*).

Em conexão com o princípio relativo à arbitrariedade aí destacada, entendemos assentar-se a definição do percurso gerativo, convencionado pela semiótica como um simulacro metodológico. Por sua vez, para o sujeito apresentado como o enunciatário-analista, que recupera o sentido por meio de uma leitura metodologicamente organizada, não será segundo uma ordem pré-definida que um nível e não outro do percurso gerativo será levado em conta. O simulacro metodológico confirma-se como arbitrário. Enquanto isso, certamente um nível diz algo apenas porque se destaca dos outros, seja na relação associativa entre eles, na medida em que um nível evoca o outro mantido *in absentia*, seja na lateralidade ou porosidade entre os níveis pensados *in praesentia*.

Se, para Saussure, é a relação lateral do signo com o signo que torna ambos significantes, e o sentido só aparece na intersecção entre eles, isso é equivalente ao que pensamos processar-se no percurso gerativo do sentido e, em relação à “encarnação” de um corpo actorial, ao que pensamos processar-se como uma fala cravada tanto na semântica discursiva, como no âmbito das tensões da afetividade. Tal qual o tema *domin-* das associações referidas, uma *quase-presença* articula-se, como permanência, à arquitetura do sentido dos textos. A *quase-presença* confirma-se como o que há de comum entre aqueles níveis e conforme se apresenta virtualizada, potencializada, atualizada, realizada: isso acontece, na medida em que o sentido dela própria só aparece e tem seu valor verificável na consideração feita da intersecção entre um nível e

outro no interior de cada enunciado e na consideração feita da contiguidade entre um enunciado e outro de uma totalidade.

As relações associativas e as combinatórias, fonte para pensarmos o todo compartimentado no percurso gerativo do sentido, também constituem fonte para pensarmos o todo que sustenta as unidades constitutivas da totalidade de um estilo, enquanto elevado em conta o processamento de uma fala regrada. Há associação e lateralidade nos níveis de geração do sentido, que constituem a imanência de cada enunciado, assim como as há entre um enunciado e outro de uma totalidade estilística. Lê-se a cada vez um texto como uma unidade componente do todo, que é o estilo. Mas em cada enunciado está o todo, que, conforme uma *quase-presença*, realiza-se de maneira única e nova a cada vez que a enunciação se enuncia.

Entendemos que não estamos alijados do pensamento de Saussure, que, ao discorrer sobre a “dualidade interna de todas as ciências que operam com valores” (p. 94), alerta para os eixos sobre os quais estão situadas as coisas de que se ocupam essas ciências:

1º O eixo das simultaneidades (AB), concernente às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui, e 2º o eixo das sucessões (CD), sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações” (Saussure, 1970: 95).

Ao pensar em totalidade e num corpo actorial daí apreensível, ambos como correlatos a um estilo, tocamos, quem sabe, naquilo que Greimas assinalou como uma alternativa para que se pudesse fugir ao “conceito empírico de ‘estilo de época’: a atenção a ser dada a um “significado global”, que, como conjunto estruturado e como forma arbitrária, comportaria simultaneamente “a estética e a moral de determinada linguagem literária”.

2. DO VIRTUAL AO REALIZADO

Pensamos então no semiótico como um herdeiro de Saussure, na medida em que a semiótica, a partir da incorporação feita da teoria da enunciação, vivifica questões relativas à constituição do sujeito enunciativo, o falante, cujo conceito é esboçado de vários modos no *CLG* (1970). Primeiro temos um falante declaradamente alijado de qualquer função no interior do sistema linguístico. “A língua não constitui uma função do falante” (p. 22). Concomitantemente, a língua é realçada segundo a “atividade de classificação” (*Ibid.*) inerente a ela, e definida como o “produto que o indivíduo registra passivamente” (*Ibid.*). Sem olharmos tanto para a característica de *registro passivo*, vemos que tal sistema, coletivo e social, em que, “de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (p. 23), é definido segundo sua “natureza homogênea”, “concreta” (p. 22), e concreta “não menos que a fala” (p. 23). Desse conjunto de definições confirma-se a reciprocidade e não a exclusão entre os termos *língua* e *fala*. Por sua vez os signos, tidos como essencialmente psíquicos, no interior do sistema linguístico também são realçados não como abstrações, já que “as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro” (p. 23). A alusão feita ao cérebro, ao signo e suas duas partes, igualmente psíquicas, indiretamente confirma a remissão a um individual correlacionado ao social.

A partir daí entendemos que a não abstração referida, logo a concretude dos signos, relacionada àquelas associações, pode ancorar princípios que, na semiótica, destacam-se da organização do sentido no âmbito discursivo. Tais associações, que se confirmam como relações paradigmáticas, estabelecidas por Saussure como um dos eixos da linguagem, na semiótica podem ser trazidas à luz como esteio da semântica discursiva, da qual saltam temas e figuras juntamente com os papéis temáticos, segundo os quais o sujeito se posiciona na construção do sentido.

“O que é verdadeiro do valor o é também da unidade”, diz Saussure (p. 140), que completa: “Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. A diferença é o que faz a característica, como faz o valor e a unidade” (p. 140-141). Dizer de um pescador, actante do enunciado, personagem de suposta cena de pescaria, que ele *começou a recear* que um temporal *desabasse* e dizer que ele pôs-se a temer que um temporal *caísse* certamente remete a escolhas entre unidades linguísticas, que, ao exprimir ideias vizinhas e limitar-se reciprocamente, constituem figuras afins, porém distintas, no discurso. A escolha imbricada entre língua e discurso remete a uma função do falante.

As oposições sistematizadas fundamentam a língua como “*uma forma e não uma substância*” (p. 141) e, ao fazê-lo, radicam, no discurso, as formações discursivas – essa organização dos temas e figuras, que põe em ato sistemas de regras e preceitos sociais, apresentados como formações ideológicas. Fundadas linguisticamente, tanto aquelas como estas orientam a semântica discursiva, patamar em que elas se materializam não apenas por meio do recorte temático e figurativo escolhido por determinado discurso, mas também pelo modo de discursivizar os temas e as figuras. Um mesmo rio, ainda numa narrativa de pescaria, seria categorizado diferentemente, se fosse nomeado como elemento que, vindo ao encontro do observador, fosse personificado numa prosopopeia e, em intensidade crescente daquele olhar em intersecção com ele, coisa do mundo, pudesse fortalecer o impacto emocional sofrido pelo sujeito observador; ou poderia apresentar-se como o lugar favorável a uma serena contemplação; ou, agora no lado judicativo da observação, poderia configurar-se como um espaço propício à sanção desencadeada em relação a um sujeito evocado como aquele que o polui. Essas direções do olhar do observador sustentam dois tipos de papéis para o ator: os temáticos, no caso do posicionamento social apresentado por meio do julgamento, o que pode ressaltar um crer vinculado a

uma convicção moralizante; o patêmico, no caso da inclinação emocional priorizada no encontro *homem/ mundo*.

Nada escapa ao sistema da língua, que, sustento das escolhas lexicais e gramaticais, subsidia a semântica discursiva, firmando o princípio de diferenciação mútua entre os signos. Enquanto isso, para a coerência interna do texto e do discurso, o mesmo sistema traz à luz a “iminência do todo nas partes”, tomando para nós o que Merleau-Ponty (1991, p. 41) afirma, ao desenvolver um estudo com base no pensamento saussuriano. Diz o filósofo sobre a mutualidade delimitadora entre os signos: “Esse sentido nascente na borda dos signos, essa iminência do todo nas partes encontram-se em toda a história da cultura” (*Ibid.*). Língua e cultura, estrutura e acontecimento: firmam-se indicações de que passam a ser vistos como diluídos os limites entre os termos da dicotomia *interno/ externo*, o que ampara pensarmos num “homem na língua”, como prevê Benveniste (1995: 245).

A semântica discursiva é o lugar privilegiado para contemplarmos a intersecção entre o interno e o externo, em termos de posicionamento social do sujeito. Para isso, volta à luz a noção saussuriana de relações associativas. Essa noção, ao incluir “grupos formados por associação mental” (p. 145), os quais “não se limitam a aproximar termos que apresentem algo em comum” (*Ibid.*), traz à luz também o “espírito” que “capta” a natureza das relações que unem os termos “em cada caso” (*Ibid.*). Para isso, remete indiretamente à possível incorporação, feita pelo sujeito, dos desdobramentos ocorridos em cada “família associativa”, relativos à “analogia dos significados (*ensino, instrução, aprendizagem, educação, etc.*)” (*Ibid.*). No âmbito do discurso, tais associações reverberam na textualização, que supõe a etapa em que o plano do conteúdo vem a jungir-se com o plano da expressão, envolvendo a funcionalidade discursiva do léxico e dos fatos gramaticais.

Num modo próprio de herdar Saussure, apreendemos, pois, da consideração feita dos gestos discursivos relativos a determinada *fala*, um sujeito cuja presença não se circunscreve a um

cérebro, suposta “sede” de tais associações, mas funda-se como lugar de engendramento delas. Eis o poder fundador da língua, equivalente ao que é referido por Benveniste como “capacidade simbólica” do homem. Esse linguista, para destacar o elo entre o homem, a língua e a cultura, realça o fato de que “não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem” (1995: 31) e completa: “É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano” (*Ibid.*) A “capacidade simbólica” funda a tematização e a figurativização discursivas, essas operações radicadas nas relações associativas, vindas à luz por meio de combinações alinhadas em sintagmas, os quais, compostos de duas ou mais unidades consecutivas, acabam por corroborar o princípio de que “um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos”, como diz Saussure (p. 142).

As associações emergem, portanto, como o que sustenta o princípio de classificação inerente à língua, o qual não exclui a perspectiva ou o ponto de vista do sujeito, que, como falante, põe em funcionamento a própria língua. Se, de acordo com o *CLG*, a partir de “ensinamento”, um conjunto de termos reunidos por “associação mental” fundamenta-se “na analogia dos significados” (p. 145) e pode trazer à luz, com *aprendizagem, educação*, qualquer outro termo posto sob essa mesma dimensão, a qual se vincula à arquitetura do mundo como uma rede semântica de relações, convimos que, de *ensinamento*, podem desdobrar-se termos como *correção, salvação* e outros afins, comprometidos com o crivo feito pelo falante, o que é fato individual e social. O “termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida”, diz Saussure (p. 146). A “família associativa” (*Ibid.*), que, juntamente com as combinações sintagmáticas, constitui “duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua” (p. 142), entendemos, portanto, que pode ser confirma-

da, no âmbito da “analogia dos significados”, como respaldo para a movimentação possível do sentido entre temas e figuras de um discurso e como respaldo para o tratamento dado pelo sujeito na tematização e figurativização do mundo conforme um modo próprio de habitá-lo. Juntamente com as associações, que remetem ao que está *in absentia*, logo às possibilidades de escolha, para que o elemento escolhido signifique na medida em que se opõe ao que permaneceu na virtualidade, firmam-se as relações que, da parte do sintagma, remetem à “liberdade das combinações” (p. 144): “liberdade”, que entendemos poder ser cotejada, nos estudos discursivos, com a presença em ato, ou com o processamento do corpo do ator no ato de enunciar.

Temas e figuras radicam a semântica discursiva. Podemos, portanto, apreender daí um *homem* que, como sujeito de sua fala, está esboçado na língua em uso, na medida em que a língua permite projetarem-se, conforme a intencionalidade discursiva, determinados termos e não outros das relações associativas no ato de sintagmatização das ideias ou da linearização delas, conforme uma fala contemplada como ato ou gesto discursivo. Lembra Saussure que, “no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato da língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual” (p. 145). Se a ausência de um “limite categórico” entre o fato da língua e o fato da fala puder levar-nos a incluir língua e fala na organização do pensamento, entendemos que esse princípio, que confirma a diluição de limites, acaba por remeter ao que disse Greimas (2000: 373) sobre a ultrapassagem feita pela teoria saussuriana da “antinomia entre pensamento e linguagem”.

No seu ensaio Greimas (2000) não só faz comentários sobre os ecos do saussurismo na Europa, mas também realça, ao lado do que entende como uma incorporação da linguística, feita por outras ciências humanas, “a extrapolação metodológica do saussurismo” (p. 372). Assim, enquanto destaca, do “encontro de epistemes” (*Ibid.*), a confirmação do postulado saussuriano rela-

tivo a “um mundo estruturado, apreensível nas suas significações” (*Ibid.*), afirma:

O pouco de ressonância que teve a teoria saussuriana na França deve ser imputado, em grande parte, à inexistência de uma psicologia da linguagem que, ultrapassando a antinomia do pensamento e da linguagem, teria vindo a sustentá-la e a auxiliá-la, ou, acima de tudo, à perseverança de uma psicologia tradicional que procurava a todo custo interpretar os fenômenos linguísticos no quadro das relações recíprocas de duas “substâncias”: o pensamento e a linguagem. A ausência de tal psicologia explica não somente o fracasso parcial da escola de Genebra que, nas aplicações da teoria de Saussure, resulta continuamente na interpretação psicologista, mas também o formalismo, talvez demasiadamente estreito, da escola de Praga (Greimas, 2000: 373).

Greimas finaliza essa reflexão por meio da alusão, detalhada em nota suplementar (p. 380), a duas obras de S. Ullman, *Principles of Semantics* e *Précis de sémantique française*, e faz isso ao referir-se a certa inspiração de determinados estudos semânticos, que, por terem-se apoiado na “justaposição eclética do saussurismo e da linguística de inspiração psicologista ou behaviorista” (p. 373), teriam posto em cheque qualquer tentativa de renovação dos estudos linguísticos. A partir daí, Greimas chegará a abeirar-se de uma contextualização, no âmbito da linguística, do pensamento merleau-pontyano, e fará isso ao contrapor-se àquela tendência referida como de “justaposição eclética” de quadros teóricos:

É sob essa perspectiva que a linguística saussuriana acolherá com reconhecimento os esforços de M. Merleau-Ponty, os quais aspiram a elaborar uma psicologia da linguagem na qual a dicotomia *pensamento e linguagem* é abandonada em benefício de uma concepção da linguagem segundo a qual o sentido é imanente à forma linguística e que, levando em conta o tom bastante pessoal do au-

tor e as convergências de múltiplos pensamentos, apresenta-se, sob diversos aspectos, como o prolongamento natural do pensamento saussuriano (Greimas, 2000: 373)⁵.

O alerta dado por Greimas, no que diz respeito à importância da noção saussuriana de forma, bem como a uma espécie de vizinhança possível entre princípios linguísticos e o método fenomenológico do pensamento vem ao encontro do que procuramos pensar como fundamento para o conceito de estilo: um *homem*, que, visto como ator da enunciação, logo como efeito de sentido produzido pelos enunciados, é, ele próprio, um signo, jamais levado em conta, porém, como signo em si. Por sua vez, emparelhamo-nos ao método fenomenológico do pensamento, ao pensar no ator como uma estrutura aberta ao fenômeno e ao vincular o estilo a certa “torção secreta” que as palavras sofrem nas mãos do autor, como diz Merleau-Ponty, em *A prosa do mundo* (2002: 34). Permanecemos ainda nas fronteiras com a fenomenologia ao postular o estilo como um corpo que diz respeito ao *sujeito-no-mundo*, na medida em que o objeto, coisa do mundo, é entendido discursivamente como o que atravessa necessariamente o sujeito. Logo, não supomos para o sujeito de um estilo uma presença encerrada numa subjetividade autossuficiente. Mas tudo começa pelo fato de a função do falante ser admitida como cravada na língua em uso, ponto a que é possível chegar a partir dos postulados de desenvolvidos no *CLG* e não apesar deles.

Reconhecido o circuito da fala como “embrião da linguagem” (p. 21), do qual é preciso sair com vistas a “abordar o fato social” (*Ibid.*), nada impede que, como leitores de Saussure, façamos um caminho diverso, ao considerar meios de apreensão do falante no interior da língua, feita uso e feita discurso. A partir daí, nada impede tangenciarmos as formações discursivas, que, como sistematização de temas e figuras, remetem às coerções sofridas pelo

5. Em nota, Greimas (2000: 380) refere-se à obra *Phénoménologie de la perception*, Paris, NRF, 1945, “e sobretudo ao capítulo intitulado ‘Le corps comme expression et la parole.’”

ato discursivo, seja diante do estilo dos gêneros, seja diante das expectativas geradas pela esfera de comunicação, ou, ainda, até diante da “torção” sofrida pela palavra no interior da obra de um autor. A “liberdade” do falante para as escolhas que ele realiza é relativa, até porque, longe de isentar-se das coerções exercidas pelo derredor do ato da fala, o mesmo falante é atravessado pelo que circunda esse ato. A identidade estilística do falante emerge da reação a tais coerções.

Saussure, em que pese a prioridade estabelecida para o exame da língua, atenta para o “ato individual da fala”, ao realçar o que se passa ao derredor desse ato, enquanto examina tais circunstâncias conforme determinada “cristalização social” (p. 21). Após voltar ao tópico relativo à “faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados” (*Ibid.*) e discorrer sobre o “papel” desempenhado por essa faculdade “na organização da língua enquanto sistema” (*Ibid.*), o genebrino afirma: “Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (*Ibid.*). A noção de “indivíduos” desse modo articulados, se confirma a intersecção entre o individual e o social, também não diverge do que, a partir de Saussure, pensamos como categorização sógnica do mundo, e não diverge ainda daquilo que, como quer Benveniste, resulta da capacidade simbólica da linguagem. Num caso e no outro estamos respaldados para firmar o ator da enunciação nos seus papéis temáticos, que, para compor um estilo, decorrem de um modo sistemático de tratar eticamente temas e percursos temáticos no interior e ao longo de uma totalidade de discursos. Esse ator vincula-se ao enunciado, assim como o falante vincula-se à língua. Para questões de estilo, esse ator também se vincula com o derredor da totalidade de enunciados que o compõe.

Apesar de reforçar o fato de que a língua será vista “desembaraçada do restante” [da fala] (*Ibid.*), ao aludir à língua como “um

tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos” (*Ibid.*), certamente Saussure esboça uma conexão entre o virtual, que é social e sistêmico, e o realizado, que é um “ato individual de vontade e inteligência” (p. 22). Enquanto se confirmam aí indicações de que o falante não se aparta da língua, projeta-se, daí em diante, uma possibilidade de pensarmos no mesmo falante segundo um princípio opositivo e relativo, do que decorrem subsídios para a noção de estilo.

Uma das proposições de base do pensamento do genebrino, voltada para a “ligação lateral do signo com o signo” como realça Merleau-Ponty (1991: 40), legitima o conceito que se faz da identidade discursiva como o enunciador de um estilo, pensado, esse sujeito, na relação de lateralidade com o *outro*, posto sob co-tejo. Entendemos que o princípio de reciprocidade de forças entre os termos postos em mútua relação de oposição, ao respaldar diferenças de um modo de dizer em relação a outro, a partir de semelhanças, aquelas e estas constatadas no plano do conteúdo e no plano da expressão dos textos, fundamenta o conceito de estilo, conforme o processamento discursivo do ator da enunciação. Para isso, ainda vem ao nosso encontro a noção relativa a uma língua que “não está completa” no indivíduo ou num conjunto de indivíduos, como sugere o mesmo Saussure (p. 21), o que deixa ao léu supostas transparências de uma denotação “pura” na realização em fala do que é virtual no sistema. Mas, a partir do mesmo *CLG*, entendemos que é possível supor que a limitação recíproca entre ideias vizinhas, exprimidas no interior de uma mesma língua, funda um princípio de conotação como contingência do sentido já no interior do sistema. É contingente o sentido do verbo *temer*, numa língua em que ele aparece encadeado com *recrear*: “se recrear não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes” (p. 135). Opacidade, conotação e contingência são termos confluentes.

Confirma-se, então, a partir dos tópicos saussurianos que reúnem e separam a língua e a fala, o fato de que uma e outra estão correlacionadas. A língua, “parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (p. 22), “não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade” (*Ibid.*). Por sua vez, tal noção de *contrato* ou *acordo coletivo*, se projeta a possibilidade de pensarmos em falantes de uma comunidade atrelados à língua, não diverge do princípio de que um ponto de vista (individual e coletivo) articula-se a partir das relações estabelecidas no interior da própria língua. Ficam fundamentados distintos pontos de vista sobre o mundo, para o falante do inglês e do português, quando se constata que no primeiro idioma é preciso dizer *sheep* para nomear o carneiro no pasto e *mutton* para o carneiro servido à mesa, enquanto em português tal delimitação recíproca não existe. O sentido, como valor relativo ao nome *carneiro*, apresenta-se segundo contingências próprias ao inglês e ao português, o que sustenta distintos princípios de categorização do mundo.

Firmamos, pois, o entendimento, a partir de Saussure, de que a presença como crivo do olhar do falante permeia a própria constituição do signo, considerado convencional desde a relação estabelecida entre a imagem acústica e o conceito. À imagem acústica, que é a “impressão (*empreinte*) psíquica” que temos do som, “a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos” (p. 80), correlaciona-se o conceito, para que tenhamos o signo constituído no seu interior: o significado é a contraparte do significante. Entretanto, não concebido “como um domínio fechado existente por si próprio” (p. 133), o signo é “de igual modo a contraparte dos outros signos da língua” (p. *Ibid.*), “visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários” (*Ibid.*): uma solidariedade vinculada ao princípio de reciprocidade, sustento da noção de valor. O valor do signo “depende do que está fora e em redor dele” (p. 135), diz Saussure, após ter lembrado que “nem sequer da palavra que significa ‘sol’ se pode

fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer ‘sentar-se ao sol’” (*Ibid.*). Ao instalar o pensamento no âmbito das relações entre termos reciprocamente determinados, Saussure formula um postulado que ilumina a noção hjelmsleviana de forma, já amparada pelo princípio da definição negativa do signo.

O signo acaba, pois, por aventar em si e nas relações estabelecidas nas suas bordas, uma liga ou uma rede interna de interdependências, para que as palavras não representem “conceitos dados de antemão” (p. 135): e elas não representam conceitos dados de antemão, justamente porque se limitam reciprocamente, seja na relação de semelhança, seja na relação de dessemelhança, o que confirma seu valor. A uma língua interiormente regrada, que é forma, não substância, logo que permite pensarmos na significação imanente a uma forma linguística, não escapará a constituição da fala e, como refletimos a partir da teoria da enunciação, não escapará também a constituição do falante. São palavras de Greimas:

A famosa distinção saussuriana entre a língua e a fala – ela postula que à fala, que se instala indefinidamente no tempo, corresponde um sistema linguístico anterior e que por si só torna a comunicação possível, formulada em termos mais gerais por Hjelmslev que propõe, em princípio, que todo *processo* subentende, pressupõe sempre um *sistema* – encontra-se investida de um valor epistemológico incontestável (Greimas, 2000: 374).

A fala, mediante “manifestações”, vistas como “individuais e momentâneas” (Saussure, 1970: 28), pode ser firmada como correlata ao ato enunciativo no âmbito dos estudos do discurso. Para isso ela passa a ser vista na correspondência comum gesto do sujeito, o enunciador apreensível do próprio enunciado como ator da enunciação. O enunciador, pessoa discursiva, configura-se como ator, na medida em que se concretiza por meio de papéis temáticos que compõem o discurso e também ao ser depreendi-

do “da totalidade de seus enunciados” (Greimas; Courtés, 2008: 45). Deparamo-nos então com o falante não só como aquele que confronta com a língua, mas também como quem se compõe no interior dela e no interior dos enunciados. Desse modo, o falante confirma-se orientado conforme um princípio de conotação que, a partir da língua, radica a fala concebida como discurso. Tal conotação firma o ator como ponto de vista ou esquema de valorações sociais no âmbito da semântica discursiva, enquanto obtemos o perfil social e histórico do sujeito que enuncia. Isso se dá a ver por meio de papéis temáticos que, desempenhados pelo sujeito, firmam o exterior na imanência dos textos. Mas a conotação é também estésica, na medida em que se relaciona à percepção, o que é contemplado por meio do exame feito da correlação entre a intensidade do afeto (relativa a um sujeito que percebe o mundo) e a extensidade das coisas percebidas. Assim se delinea o viés sensível de observação. O sujeito, visto embora nos seus dois vieses de observação, mantém-se como um corpo homogêneo, porque sistematizado já na reciprocidade entre um viés e outro. Para isso admitimos que, sob o escopo do Saussure do *CLG* (1970), o conceito de língua ilumina o conceito de fala, formalizado pós-*CLG* como enunciação e discurso.

Ao firmar a oposição *língua/fala*, a partir da qual são engendrados outros pares opositivos, tais quais: *virtual/realizado*; *social/individual*; *essencial/secundário*; *domínio do sistema/reino da livre criação*, sem que se postulem mecanismos de conversão do primeiro termo no segundo, Saussure corrobora apenas a língua como objeto da Linguística. Entretanto, se as bifurcações são mantidas, salta aos olhos que, apesar de claramente postos como “caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo” (p. 28), os quais “devem ser seguidos separadamente” (*Ibid.*), o estudo da língua e o estudo da fala remetem a elas mesmas como termos não excludentes entre si. Ao realçar a mútua implicação entre “esses dois objetos” “estritamente ligados” (p. 27), afirma Saussure: “a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se

estabeleça” (*Ibid.*). Ainda: “A atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua têm lugar na Linguística” (*Ibid.*). Como herdeiros de Saussure, é justamente da relação com a língua, vista em uso nos enunciados, que entendemos despontar o sujeito discursivo como pessoa encarnada semântica e tensivamente.

Se Benveniste, mediante as categorias de pessoa, tempo e espaço, cuidou de mecanismos de conversão da língua em fala, ou da atualização do que é virtual no que é realizado, enquanto jogava luz na enunciação como instância mediadora entre língua e discurso, entendemos que é possível examinar a atualização do que é virtual no que é realizado em discurso, também por meio da consideração feita da semantização da pessoa, do tempo e do espaço, o que supõe uma conotação constitutiva da língua, da fala e do corpo do falante.

3. O TODO E AS PARTES

“O todo vale pelas suas partes, as partes valem também em virtude de seu lugar no todo, e eis porque a relação sintagmática da parte com o todo é tão importante quanto a das partes entre si” (Saussure, 1970: 148-149). A noção de um todo que tem sua funcionalidade nas partes que o compõem, bem como a noção relativa à funcionalidade das partes no interior do todo que as sustenta emparelham-se à ideia saussuriana de convenção da língua, e todos esses princípios fundamentam uma estilística que leva em conta um conjunto de enunciados que compreende uma práxis enunciativa. Por sua vez, a noção de arbitrariedade, ao extrapolar o âmbito *signifiantel/significado* do signo em si, já que estamos diante de uma língua concebida como “um sistema de signos” (p. 24), reaparece avivada no circuito daquela práxis, que radica um estilo.

A partir de Saussure, vemos que as noções de arbitrariedade e de um sistema que faz emergir o valor e, com esse valor, a identidade de cada unidade (linguística ou semiológica, segundo o

genebrino), vão ao encontro do conceito semiótico de simulacro. Esse conceito, ao ser incorporado pelos estudos discursivos sobre o estilo, volta-se para o simulacro do ator da enunciação como a imagem de quem diz dada por um modo recorrente, sistematizado e peculiar de dizer, definição em que o peculiar não é levado em conta como um “desvio” pontual em relação a determinada norma. A peculiaridade está no todo que, como certa norma, funda o corpo como um simulacro. Ou está na “torção” do próprio corpo, provocada pelas relações estabelecidas do todo com as partes e das partes entre si. A “torção” é arbitrária.

Reconhecida, a partir de uma língua concebida como uma convenção, a possibilidade de alargamento do conceito de arbitrariedade para além da relação *significante/ significado* do signo em si, temos amparada a noção de um falante que, como simulacro enunciativo, é também convencional. Greimas (1983) refina o conceito de simulacro ao vinculá-lo ao engendramento narrativo e discursivo de determinadas paixões. Ao estudar as condições de emergência da cólera no interior dos processos de geração do sentido, destacando que faz isso a partir de uma “escolha metodológica” (p. 225) e de uma atitude analítica “francamente sintagmática e mesmo, frequentemente, sintática” (Ibid.), desenvolve o estudo de determinadas configurações passionais, vistas como imbricações de estados do sujeito e como apenas à espera fiduciária de um sujeito em relação a outro. O sujeito da espera poderá tornar-se movido pela cólera e até pela vingança, segundo Greimas, para o que o semioticista lembra os estados de insatisfação e decepção, entre outros, que precedem aquelas paixões. São estados “de falta”, que decorrem da tal espera no processamento do fracasso relativo à fideducía. O lituano alude então a um contrato de confiança imaginário, para o que leva em consideração *simulacros*, isto é, “objetos imaginários” (Ibid.), construídos por um sujeito em relação ao *outro*, com o qual se confronta o sujeito da dita espera. Mas o semioticista alerta principalmente para o fato de que, nessa relação fiduciária, o sujeito (S1) relaciona-se com o simulacro que ele próprio construiu do

outro (S2), não com o *outro* em si; por isso não se efetua, segundo Greimas, uma “relação intersubjetiva” (*Ibid.*). Sugerindo que se pode pensar num “crer” ou numa “fé” subjacente a essa relação fiduciária entre o sujeito (S1) e o simulacro construído por ele do *outro* (S2), Greimas aventa a possibilidade de emergência de uma “obrigação conjuntiva” (*Ibid.*) em relação a determinado objeto: seria uma conjunção a ser realizada obrigatoriamente pelo *outro* (S2), conforme o que lhe é imputado pela crença gerada pelo primeiro actante (S1). Não apenas o critério que leva a examinar a *sintagmática* dos estados afetivos deve tributo a Saussure, mas também essa noção de espera fiduciária em relação ao *outro*, fundada num simulacro que reverbera o princípio da arbitrariedade.

O simulacro supõe, portanto, um fato discursivo que comporta os traços do que é arbitrário. Não há elo natural entre a imagem acústica e o conceito na composição de um signo; nem há esse elo entre a linguagem e o pensamento; logo, tampouco há elo natural entre o homem colhido no interior dos seus enunciados, por meio das marcas aí espalhadas como enunciação enunciada, e o homem mundano, visto como um pretense sujeito “em si”. O homem está na língua e no discurso. Convencional, porque um efeito de sentido, o ator da enunciação se firmará mediante um corpo flexível conforme a situação de comunicação, corroborando-se, pois, na contingência que vem do signo no interior da língua. Landowski (1986: 206) vincula o conceito de simulacro à competência discursiva dos actantes da enunciação, os quais, segundo o semiótico, “deixam-se mutuamente apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado”. Ao prosseguir nesse estudo feito sobre o simulacro, Landowski alerta para o fato de que o percurso gerativo da significação também é “um simulacro da geração do sentido, que não poderá então ser confundido com a descrição positiva dos processos genéticos ‘reais’ de seu engendramento, objeto da psicologia e/ ou da sociologia (se não, em última instância, da biologia) (*Ibid.*)”.

O simulacro do ator da enunciação, apreendido a partir do quadro teórico da semiótica, radica-se então em princípios da

linguística, para firmar-se como arbitrário e sistematizado. Se, enquanto para Saussure, “a Linguística pode erigir-se em padrão de toda Semiologia” (p. 82), pensamos numa linguística erigida em padrão para a semiótica, ao procurarmos contemplar um sujeito discursivo como um falante firmado na língua, o que tentamos levar a efeito, amparados pelos fundamentos do saussurismo, pela noção benvenistiana de enunciação e, no interior da semiótica, pelo conceito de enunciação enunciada, tal como desenvolvido por Fiorin (1996). Fiorin, ao remeter à actorialização como um dos “componentes da discursivização” (p. 59), realça, para as operações que constituem essa actorialização, o componente sintáxico e o semântico do discurso. Postula, então, para aqueles, mecanismos de debreagem e embreagem, que “instalam no enunciado a pessoa” (*Ibid.*), segundo sistemas organizados da produção do sentido, o que inclui as instabilidades discursivas. Pensa, para isso, numa organização subjacente à delegação de vozes: do enunciador, sempre pressuposto, para um narrador, sempre implícito e eventualmente explícito; do narrador para um interlocutor, este último um actante do enunciado, sujeito que se apropria de um turno de fala por meio do discurso relatado na forma de discurso direto⁶. Certamente expande-se a noção de um simulacro enunciativo, vinculado então aos desdobramentos oriundos desse sistema de delegação de vozes, que assim fica precisado por Fiorin (p. 115): “No caso da pessoa, não só a voz que enuncia está ligada à instância da enunciação, mas também as pessoas que designam os actantes da narrativa são indicadas em relação ao eu do narrador” (Fiorin, 1996: 115).

Um sujeito visto como um ator radicado no conceito de simulacro, já que apreensível do discurso enunciado, ao ser vali-

6; Lembramos que cada uma dessas instâncias recobre de fato “duas posições actanciais”, como está ressaltado por Fiorin no mesmo estudo (p. 65): ao enunciador corresponde o enunciatário; ao narrador, o narratário; ao interlocutor, o interlocutário. Ainda, não fica excluída dessa investigação sobre a categoria de pessoa a questão do discurso indireto, no interior do qual Fiorin (p. 70) vislumbra “um enunciado de um narrador e um enunciado de um locutor, ambos ditos pelo primeiro.”

dado como um fato convencional, respalda a ideia de um *éthos* necessariamente conotado, fundamentado num *lógos* também necessariamente conotado⁷. Para o estilo, consideramos então, entre convenção, arbitrariedade e conotação firmadas na língua, um corpo sistematicamente constituído, já que decorrente de uma identidade articulada tanto no interior de cada enunciado (visto o próprio enunciado como um todo), e um corpo também articulado ao longo de um todo que, processado na lateralidade das suas partes, apresenta-se como sequência delas e combinação entre elas, dimensão em que pulsam as partes no encadeamento de uma a outra. Cada enunciado tem seu valor definido de acordo com as “regras do jogo” estabelecidas por um estilo.

Diz Saussure que, “nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente” (p. 128). Ao ser examinado na composição de um estilo, cada enunciado, considerado em presença de outro, não se restringe, pois, à organização promovida por uma relação de justaposição ou soma entre eles, mas compõem, dois, três, quatro ou mais enunciados, algo apreensível do todo que sustenta cada um deles: a presença do ator da enunciação, realizada, atualizada, virtualizada, potencializada, a depender do que é convocado dela, enquanto ela mesma é vista como um *campo de presença*, ou presença que se estende ao longo de um todo⁸. O todo é o *unus* (unidade realizada), mas é também o *totus* (totalidade atualizada), enquanto a primeira grandeza relaciona-se por oposição ao *nemo* (unidade virtualizada), e a segunda, ao *omnis* (totalizada potencializada), se recuperarmos entidades numéricas estudadas por Brøndal (1986),

7. Landowski (1986, p. 206), ao referir-se ao conceito de simulacro, alerta para o “caráter não referencial” dele, tal como das “construções com a ajuda das quais a semiótica tenta dar conta dos fenômenos de produção e de apreensão do sentido”.

8. As etapas da presença são proposições desenvolvidas na semiótica, em especial no capítulo *Presença*, da obra de Fontanille e Zilberberg (2001, p. 123 – 151).

tal qual assimiladas por pesquisas que repensam o estilo como o corpo do um ator da enunciação apreensível de uma totalidade (Discini, 2009; 2013).

Levar em conta o corpo como um simulacro, logo um fato discursivo, sistemático e convencional, se traz consequências para a consideração de um estilo visto como “o próprio homem” em consonância com o dito de Buffon (1707-1788), confirma-se como movimento tributário ao pensamento de Saussure, desde os conceitos relativos ao que é arbitrário e relacional, vistos, esses termos, como interseccionados, como faz Claudine Normand (2004), que, ao interrogar o *arbitrário*, assim se expressa:

Esse termo, por meio do qual Saussure caracteriza o signo ou mais especificamente a ligação significante-significado, permite fazermos a apropriação do mistério da ligação som-sentido e abandonarmos ao mesmo tempo toda questão sobre a origem da linguagem: afirmar a princípio que “o signo é arbitrário”, efetivamente volta a dizer que um linguista deve admitir esse axioma e não perder tempo ao tentar demonstrar o que é uma posição filosófica incontornável (geralmente admitida no fim do século XIX): a língua é uma convenção (Normand, 2004: 58).

A linguista argumenta ainda que tal posição de princípio, suficiente para tornar uma linguística possível, não tem mais de ser comprovada enquanto tal, isto é, na relação de oposição com o “racional ou natural” (*Ibid.*), e acrescenta:

O termo *arbitrário* é importante tão somente porque define um sistema linguístico por um “É assim porque é assim” que deve acabar com toda consideração filosófica sobre a linguagem, o “porquê” de sua existência e de suas modalidades, e dar espaço somente à descrição do funcionamento de tal ou tal língua (o “como é o que é”). Essa brusca tomada de posição rompe com todas as considerações e discussões tradicionais sobre a natureza da linguagem (reflexo da razão ou imitação da natureza) por meio

de um posicionamento sobre a questão pensamento-língua que substitui as metáforas do “modelo” ou do “reflexo” pelo esquema de uma (misteriosa) elaboração interna (Normand, 2004: 58).

Ao enfatizar que “tudo é arbitrário na língua” (p. 59), ou seja, tanto a ligação *significado/ significante*, como “as relações entre signos no interior das quais se constitui um enunciado” (*Ibid.*), a linguista lembra a demonstração de tais mecanismos, feita por Saussure, a partir do já citado exame empreendido sobre as relações entre os termos que em inglês se distinguem como *mutton* e *sheep*, enquanto em francês se emprega tão somente *mouton* na nomeação feita desse animal. A partir daí, Normand destaca as coerções próprias a cada língua, as quais são salientadas na sua característica de “contingentes e acima de tudo arbitrárias” (*Ibid.*), para o que ressalta “a regra da ordenação das palavras e a existência do artigo em francês, distintas do latim” (*Ibid.*). Normand prossegue e remete à questão do lugar do falante na língua assim concebida. Alerta então para o fato de que esses “pontos do léxico, da morfologia ou da sintaxe” não dizem respeito ao falante, se pensarmos que ele não coloca para si o problema de tais empregos, “os quais lhe parecem ‘naturais’” (*Ibid.*). Normand completa: “O importante é que o falante tem o conhecimento das ligações específicas e das regras de combinação que constituem sua língua” (*Ibid.*). Aí a linguista alude a certa “competência linguística”, fazendo breve remissão a Chomsky e, na continuação de seu texto, Normand lembra que, se no interior de tal quadro de coerções, o desempenho do falante for mais hábil, mais original, ou menos, isso depende das “particularidades individuais do sujeito considerado numa história, ou seja, é o domínio da *parole*, e Saussure o exclui, de qualquer modo provisoriamente, da linguística propriamente dita” (p. 59-60).

Mantemos, para nossas reflexões, principalmente o realce feito por Normand ao sistema de coerções que fundam a língua e, tal qual entendemos, fundam o corpo do sujeito falante, no âmbito discursivo visto como o ator da enunciação, o que confirma

a contingência: do signo e da língua, levada em consideração a convenção que os sustenta; do sujeito de um estilo, levado em consideração como um simulacro apreensível de uma totalidade de enunciados. Essa totalidade, que supõe um agrupamento de enunciados e de atos enunciativos num todo que é a cada vez uno, se evoca o postulado de que “não falamos por grupos isolados, mas por grupos de signos, por massas organizadas, que são elas próprias signos”, como diz Saussure ao discorrer sobre “as solidariedades sintagmáticas” (p. 148), evoca também a comparação feita por Saussure entre o funcionamento da língua e aquele de uma máquina. A relação de “solidariedade recíproca” (p. 149) entre as peças que compõem o todo, o que é considerado apreensível no interior de “unidades mais vastas” (*Ibid.*), torna-se então precisa por meio desta comparação: “Esse mecanismo, que consiste num jogo de termos sucessivos, se assemelha ao funcionamento de uma máquina cujas peças tenham todas uma ação recíproca, se bem que estejam dispostas numa só dimensão” (p. 149).

Eis a contingência que, tal qual realçada por Normand, vai ao encontro do princípio saussuriano que diz respeito à relação das partes com o todo, proposição da qual se depreende que o todo, para Saussure, precede as partes. O lugar ocupado pela parte no todo, se radica a parte conforme determinado valor, confirma-se, a partir de indicações que colhemos do *CLG*, como determinada *função*, desempenhada seja pelas partes relacionadas num enca德amento linear, seja pelas partes relacionadas com o que está *in absentia*. Mas o todo estará sempre “aí”, como o “edifício” que sustenta suas colunas e é sustentado por elas, conforme também ilustra Saussure (p. 143).

4. NOTAS FINAIS

Greimas (2000), ao comentar a distinção saussuriana entre a língua e a fala, realçando a formulação feita dessa mesma distinção por Hjelmslev, prossegue em sua alusão ao princípio de que

“todo processo subentende, pressupõe um sistema” (p. 374), e faz menção a um linguista, que seria avesso a tais fundamentos da sistematização do conhecimento e, por isso, ficaria “embaraçado pela infinidade de fatos da fala e dos modos de expressão” (*Ibid.*). Segundo o lituano, trata-se de um sujeito que “chega a constituir, em vez de uma sintaxe, tão somente uma estilística de valores sintáticos” (*Ibid.*). Esse caso de embaraço teórico e metodológico aparece na comparação feita com outro: Greimas fala então do sociólogo “desarmado diante da diversidade de perspectivas de pesquisa, diante da infinidade das relações sociais” (*Ibid.*), e aponta para um sujeito que “se vê reduzido a visões particulares, a estudos de microsociologia” (*Ibid.*). Tais pesquisadores são identificados como o antípoda daquele que consegue haver-se em acordo com tais princípios saussurianos, ao conseguir opor eficazmente “o ‘processo’ da comunicação entre as mulheres às estruturas de parentesco”, para o que é lembrado o nome de Claude Lévi-Strauss⁹.

Em conformidade com esse estudo greimasiano, que realça o pensamento de Saussure como “uma teoria do conhecimento e uma metodologia linguística” (p. 372), mantemo-nos vinculados à noção relativa a um olhar que “vê” o mundo “como uma vasta rede de relações, como uma arquitetura de formas carregadas de sentido, as quais levam consigo sua própria significação” (*Ibid.*). Enquanto isso, entendemos que Greimas, ao realçar a noção de “rede de relações”, certamente acaba por ressaltar o postulado segundo o qual a língua é “uma forma e não uma substância” (Saussure, 1970: 131). Tais reflexões do semioticista juntam-se a outras observações feitas por ele sobre “as ciências do homem”, destacadas na sua vinculação ao “mito romântico do gênio” (p. 377). Da progressão do mesmo estudo, surge então um alerta em relação à “história literária, história da arte, história da música, etc.” (p. 378), as quais teriam sido prejudicadas pelo privilégio

9. Greimas (2000, p. 381) faz esta referência específica: C. Lévi-Strauss, *Structure sociale*, in *Bulletin de psychologie*, t. VII, Paris, mai 1953, p. 539 et 370.

concedido ao que é “individual”, ao que é “anormal” (*Ibid.*) no processo criador. Não à toa Greimas reafirmará que “o renascimento contemporâneo do saussurismo e sua expansão metodológica” (p. 374) dizem respeito ao “domínio da formalização” (*Ibid.*).

Afinadas com tais princípios, investigações sobre o chamado “estilo de época” podem levar, no âmbito da literatura brasileira, à estética romântica, a partir da qual cremos despontar, compatíveis à estrutura que sustenta o corpo actorial, vetores de um estilo. Entre eles, supomos encontrar um *estado de alma*: a insatisfação, como um estado de falta, que, ao ser trazido à luz de modo a monopolizar o olhar do sujeito sobre o mundo, pode ser examinado em poemas de Gonçalves Dias (1823-1864), entre os quais se destaca *Amor, delírio, engano*, extraído dos *Primeiros Cantos*:

Existo; e ela de mim jaz esquecida!
Esquecida talvez de amor tamanho,
Derramando talvez noutros ouvidos
Frasas doces de amor, que dos seus lábios
Tantas vezes ouvi, – que tantas vezes
Em êxtasis divino aos céus me alçaram,
– Que dando à terra ingrata o que era terra
Minha alma além das nuvens transportaram.
Existo! como outrora, no meu peito
Férvido o coração pular sentindo,
Todo o fogo da vida derramando
Em queixas mulheris, em moles versos.
E ela!...ela talvez nos braços doutrem
Com sua vida alimenta uma outra vida,
Com o seu coração o de outro amante,
Que mais feliz do que eu, inferno! a goza.
Ela, que eu respeitei, que eu venerava
Como a relíquia santa! – a quem meus olhos,
Receando ofendê-la, tantas vezes
De castos e de humildes se abaixaram!

Ela, perante quem sentia eu presa
A voz nos lábios e a paixão no peito!
Ela, ídolo meu, a quem o orgulho,
A força d'homem, o sentir, vontade
Própria e minha dediquei, – sujeita
À voz de alguém que não sou eu, – desperta,
Talvez no instante em que de mim se lembra,
Por um ósculo frio, por carícias
Devidas dum esposo!...
Oh! não poder-te
Abutre roedor, cruel ciúme,
Tua funda raiz e a imagem dela
No peito em sangue espedaçar raivoso!

Mas tu, cruel, que és meu rival, numa hora,
Em que ela só julgar-se, hás de escutar-lhe
Um quebrado suspiro, do imo peito,
Que d'eras já passadas se recorda.
Hás de escutá-lo, e ver-lhe a cor do rosto
Enrubescer-se ao deparar contigo!
Presa serás também d'atros cuidados,
Terás ciúme, e sofrerás qual sofro:
Nem menor que o meu mal quero a vingança.
(DIAS, 2001, p. 58-59)

Diante de uma insatisfação que evolui ao serem concretizados movimentos constituintes da configuração afetiva do ciúme, contemplamos o que se processa no encontro entre os planos do conteúdo e da expressão do poema: a textualização, da qual desponta a funcionalidade discursiva dos fatos gramaticais. Encontramos, então, já no primeiro verso: “Existo: e ela de mim jaz esquecida”. O uso do predicativo do sujeito (*esquecida*), recorrente em *raivoso* (Oh! Não poder-te espedaçar *raivoso*...), enquanto remete a um predicado verbo-nominal na constituição gramatical dos versos e representa a compactação resultante de um predicado verbal e

de um predicado nominal, aponta, no discurso, para um corpo enunciativo também inclinado à concentração: uma compactação da própria presença, o que acontece à proporção que o corpo vai-se configurando orientado por uma força ascendente da intensidade dos afetos. Por meio dessa intensidade crescente, torna-se adensada a insatisfação, esse *estado de alma* que é pivô passional das paixões de crise fiduciária, logo, esteio do ciúme, sob o qual palpita o corpo do ator que sofre no poema o *amor*, o *delírio* e o *engano*. O ciumento, ator do enunciado enquanto enunciação enunciada, logo figura participante da própria história narrada, transita, na sintagmática dos estados passionais, da insatisfação para a decepção. Como crise de confiança, a decepção é explicada por Greimas (1983: 233) sob dois pontos de vista: “o sujeito 2 não mereceu a confiança que foi nele depositada”; “o sujeito 1 pode acusar-se a si mesmo pela confiança mal empregada”: “Ela, que eu respeitei, que eu venerava/ Como a relíquia santa! – a quem meus olhos,/ Receando ofendê-la, tantas vezes/ De castos e de humildes se abaixaram!”. Tais formas desalentadoras do afeto subsidiam no discurso o ciumento rancoroso, ligado ao desejo de vingança: o rival que o faz sofrer deverá sofrer igualmente. Para isso, o uso da interjeição emparelhado às exclamações ao longo do texto mantém em ascensão a força das emoções, enquanto o sujeito se entrega a perturbações mais e mais impactantes na sua experiência sensível diante do mundo.

O abalo daí decorrente acontece no campo perceptivo, que radica o julgamento epistêmico de quem quis, pôde, soube acreditar e acreditou na verdade do *outro*, segundo um crer que julgava o outro competente para suprir seus anseios de sujeito expectante, ainda que a competência do *outro* para responder a tais anseios fosse mero simulacro projetado pelo próprio sujeito expectante, o que afirmamos novamente com base em Greimas (1983). “Ela, ídolo meu, a quem o orgulho, /A força d’homem, o sentir, vontade/ Própria e minha dediquei, – sujeita/ À voz de alguém que não sou eu– desperta [...]!”. Confirma-se, então, no enunciado, a partir dos regimes axiológicos da triagem e da mis-

tura, a dominância de valores de absoluto, que afastam a mistura, para que se firme a triagem potencializada sensivelmente, o que significa vinculada a um corpo de percepção tônica sobre as coisas do mundo, não excluídas, essas coisas, da percepção que o sujeito tem de si mesmo. Afinal o sujeito de um estilo é considerado um *sujeito-no-mundo*.

Na lateralidade entre um estilo autoral e outro, embora contemplados ainda segundo meros vetores, ou seja, segundo indicações da direção seguida por um corpo em devir, deparamo-nos com estes versos: “Tu, ontem,/ Na dança/ Que cansa,/ Voavas/ Co’as faces/ Em rosas/ Formosas/ De vivo,/ Lascivo/ Carmim;/ Na valsa/ Tão falsa,/ Corrias,/ Fugias,/ Ardente,/ Contente,/ Tranquila,/ Serena,/ Sem pena/ De mim!” Trata-se da entrega do corpo da mulher à movimentação rítmica de uma valsa, na intersecção com o olhar que a contempla, enquanto ela dança com o *outro*, o rival daquele que a observa arrebatado. Os versos da estrofe subsequente a essa refinam a cena, na proporção que modulam a voz no tom adequado a esse abalo fiduciário, sentido em grande impacto: “Quem dera/ Que sintas/ As dores/ De amores/ Que louco/ Senti!/ Quem dera/ Que sintas!.../ – Não negues,/ Não mintas.../ Eu vi!” (Abreu, 2010: 87).

Mediante o tom queixoso daquele que contempla a amada, que, enquanto se movimenta nos volteios da valsa, mantém-se desatenta a quem padece por ela, começa então a compor-se *A Valsa*, de Casimiro de Abreu (1839-1860). O mesmo tom é reiterado nos versos subsequentes. Assim o poema, ritmado por meio de 155 versos, todos dissílabos (com exceção do verso de nº 136, *Rosa*, quando, devido a um ligeiro cansaço o corpo tropeça, conforme sugerem mecanismos semissimbólicos), ao instituir o *tu* no discurso, mais tônica torna a presença do “eu” lírico. Temos um corpo concentradamente fixo no ponto que convoca o olhar do observador afeito ao hermetismo, o que confirma a triagem feita sob a direção de uma percepção que se recrudescerá ao sabor do im-

pacto emocional¹⁰. Para corroborar o centro obsedante da visão, à moda de uma vingança exacerbada pelo refrão, é retomada cinco vezes, ao longo do poema, esta estrofe: “Quem dera/ Que sintas/ As dores/ De amores/ Que louco/ Senti!/ Quem dera/ Que sintas!.../ – Não negues,/ Não mintas.../ Eu vi!”

Temos aí a insistente formulação de um desejo, amparada tanto pela entonação exclamativa como pelo uso de *quem dera* (oxalá, tomara que isso sucedesse), numa expressão que faz realizar-se o desejo no ato mesmo de enunciá-lo, de modo equivalente aos ditos *atos de fala*, postulados por Austin (1990) como ilocucionários. Mas tal força de realização do ato de desejar na formulação mesma do desejo confina, no poema, com a possibilidade de execução de outro ato, aquele da vingança, também posto ao ser formulado. A vingança, que, conforme foi descrita por Greimas (1983, p. 242), favorece um reequilíbrio de sofrimentos ao supor a sequência “*sofrer, fazer sofrer, sentir prazer*”, no poema confirma-se por meio do ato de formular o desejo de vingança, o que se limita com a promessa feita em *Amor, Delírio, Engano: Há de...* Neste último texto, o poeta ameaça recorrentemente o rival por meio do recurso linguístico que junta, ao verbo *haver* usado como auxiliar e seguido da preposição *de*, o infinitivo de outro verbo: “hás de escutar-lhe/ Um quebrado suspiro, do imo peito,/ Que d’eras já passadas se recorda. /Hás de escutá-lo, e ver-lhe a cor do rosto/ Enrubescer-se ao deparar contigo!”. A locução *hás de...* exprime futuridade promissiva com ideia de desejo intenso, segundo o dicionário (Houaiss, 2009).

Por conseguinte, os mecanismos de textualização, que contemplam escolhas feitas pelo falante diante das virtualidades oferecidas pela língua, apresentam-se como procedimentos vizinhos e limitados reciprocamente, entre um poema de um autor e de outro. A partir daí, num sistema que sustenta a voz de um “estilo de época”, vemos confirmar-se o fato de que o sentido de uma

10. Zilberberg (2011, p. 86), ao validar o conteúdo semiótico de um tempo-espaço figural, para uma “direção” possível da espacialidade lembra o que se apresenta como “hermético”.

paixão está determinado pela imbricação interna entre estados “de alma” que sustentam sua configuração, bem como pelo que existe fora e ao redor dessa mesma paixão, o que, em se tratando de estilo, ampara mecanismos de constituição de um corpo. Para o “estilo de época” considerado, levamos então em conta o princípio de que o valor das paixões de abalo fiduciário está determinado na relação estabelecida pelo todo que transcende um poema e outro, que, de autoria de dois poetas românticos brasileiros, radicam-se em sentimentos vizinhos. Esses sentimentos estão limitados reciprocamente na definição de um estilo autoral e de outro, dos quais ainda despontam apenas semelhanças na configuração da paixão. A organização passional projeta vetores de determinado “estilo de época”.

Sob outra extensão da comparação, nada impede que procuremos reconhecer o estilo romântico como identidade, na medida em que o cotejo se efetue com outro estilo, contemplados, cada qual, na relação de oposição recíproca que os pode constituir, ainda como hipótese para a análise. Aquela valsa, por exemplo, delinea-se como compasso que enrijece o corpo da mulher, diferentemente de um ritmo que seria gerado no e pelo próprio corpo, como poderíamos supor encontrar, no domínio das artes plásticas, em *A Dança*, de Matisse (1909), em que parece processar-se nos corpos que dançam o contrário do estreitamento de focalização do observador e o contrário da estaticidade materializada nos poemas por meio do ritmo regular dos versos. Teríamos, para sustento da análise, e ainda como hipótese, uma comparação que nasceria legitimada pela possibilidade teórica de pensarmos o que está *in absentia* (aquela pintura) como o que se correlaciona com o que está *in praesentia* (aqueles poemas). Isso seria viabilizado na apreensão do corpo que se daria a ver segundo distintas inclinações “individuais” para apropriar-se do movimento: no recorte feito sobre a questão do movimento estaria uma semelhança, a partir da qual emergiriam as diferenças. Mantida a hipótese que sustenta o problema, poderíamos obter indicações de que, na oposição *figura enrijecida* vs. *figura elástica*

a primeira ancora, na enunciação da estética romântica, o corpo sem brechas de inacabamento, para o que contribui o juízo epistêmico da certeza. Mas a rigidez do corpo romântico adquiriria valor próprio diante dos movimentos dos corpos do quadro de Matisse. Vale, por enquanto, que, no interior da totalidade literária contemplada (os dois poemas românticos), mantém-se sólido o mundo que, centrado, confirma-se sem ambiguidades e possibilidades de equívoco, para que se radique no romantismo uma estética, que é uma ética.

No romantismo, a conotação do *lógos* e do *éthos*, efetuada na ordem da triagem que ampara a força ascendente das emoções, encadeia-se, então, por meio da recção estabelecida entre as unidades da sequência *expectativa amorosa/ abalo de confiança/ sofrimento/ reequilíbrio de sofrimentos*, sintagmatizada no interior dos enunciados e no intervalo entre eles. Mas da recção entre as unidades contíguas no interior de cada sequência e no interior de cada enunciado, vamos à direção estabelecida pelo estilo, a qual se vincula ao corpo do ator: tão convicto no ato de julgar e tão exacerbado diante do objeto de sua contemplação, que chega a tornar átono ou pouco ativado o objeto, mundo contemplado¹¹. Assim vingança, e o ciúme que a antecede e a circunda, passam a desempenhar função própria no interior de um mesmo estilo, para que se configure o ciumento romântico. A paixão tem um valor que depende daquilo que a rodeia como mecanismo discursivo na constituição do ator da enunciação, visto como fundação de um “estilo de época”.

Confirma-se a literatura que, como “prática significante”, instala-se entre “as significações que se referem ao homem tal como se comporta e se significa para si mesmo e para os outros”, como dizem Greimas e Courtés ao conceituar o “mundo natural” como

11. As noções de uma recção que se processa “no interior de uma sequência” e de uma direção que se estabelece “entre duas sequências – e, por recursividade à cadeia” foram tomadas de Zilberberg (2006, p. 140). As noções relativas a uma “ativação do sujeito” e a uma “ativação do objeto”, vinculada, aquela, a certa “etização”, e, esta, a certa “estetização”, também vêm de Zilberberg (Idem, p. 145).

uma semiótica. Referem-se os autores à gestualidade, à proxêmica e enfim a “práticas semióticas” como a “comportamentos mais ou menos programados, orientados para um determinado fim”: comportamentos “analísáveis como ‘discursos’ do mundo natural” (Greimas; Courtés, 2008: 325).

Temos indicações, ainda como vetores oferecidos pelos poemas referidos, de que, como estilo, o ator romântico é pautado por um regime de triagem, enquanto firma determinado “comportamento” como um sistema semiótico apreensível no interior da totalidade. Mas a triagem sensibiliza-se por meio de um afeto peculiar, que faz o sujeito “ver” as coisas do mundo de modo tão acelerado, que se perdem os contornos das outras coisas fora do foco ou daquilo que não está no circuito do foco, enquanto se concentra a extensidade do mundo percebido na ordem do abalo fiduciário: uma aceleração romântica, como se pode deduzir. Por conseguinte, ao lado da conotação que incorpora o social no discurso por meio da triagem e o regime convocado de “exclusão-concentração” (Fontanille; Zilberberg, 2001: 49), temos a conotação sensível que, no romantismo, confirma um corpo não somente inclinado à intensidade robustecida dos afetos, mas também rijo, porque afeito a uma remissividade da percepção. Para o conceito de *remissivo*, aproveitamos o que está sugerido por Zilberberg (2006): o semioticista, ao pensar no tempo e no espaço como grandezas relativas a profundidades figurais, destaca, para o *fazer remissivo*, um movimento que privilegia o cessar ou a parada dos próprios movimentos. No romantismo, temos indicações de que há uma inclinação para o corpo prender-se a uma parada no tempo-espaço, processada na medida em que o sujeito mantém-se atado ao próprio espanto diante do mundo. Que o digam os poemas evocados, em que o ator toma, para os embates do padecimento e na constituição dos próprios afetos, o corpo do anti-sujeito cristalizado no rival: um rival, esboçado, entretanto, com pouca ativação da própria presença, para que o ciúme romântico tenha o valor imprimido pelo todo do estilo, que cuida da “ativação do sujeito” e de uma “desativação do ob-

jeto”. Esse todo é respaldado por uma tendência para fortalecer a voz do próprio *éthos* no seu teor judicativo. Zilberberg (2006, p. 145), ao discorrer sobre a possibilidade de uma “etização”, que, como criadora de tensão e como moralização, tenderia a ativar o sujeito e a desativar o objeto, permite remetermos também desse modo ao corpo romântico, que assim se define articulado à contensão.

Será distinta a configuração de um corpo que, mediante um abalo de fidedúcia, se apresente apartado de tal contensão: na diferença, está a identidade. Mediante circunstâncias a ser averiguadas relativas a um novo contrato enunciativo que ampararia a conotação de um novo *éthos*, teríamos condições para investigar a emergência de um sujeito não assumidamente convicto diante da experiência de um abalo da confiança: um sujeito suspeito, por exemplo. Tais movimentos, que, presumidamente serão de distensão, delimitar-se-ão reciprocamente com os da contensão romântica, para que prossiga a interrogação sobre o “estilo de época”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Casimiro de. (2010) *Obra Completa*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Jean Voilquin e Jean Capelle. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.
- AUSTIN, John Langshaw (1990) *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BARTHES, Roland (1975) A retórica antiga. In: COHEN, J. et al. *Pesquisas de Retórica*. Trad. Leda Pinto Mafrá Iruzun. Petrópolis: Vozes, p. 147-221.
- BENVENISTE, Émile (1995) *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas: Pontes.

BRØNDAL, Viggo (1986) *Omnis et totus. Actes Sémiotiques – Documents VIII*, 72. Paris : Groupe de Recherches sémio-linguistiques ; École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 11-18.

DIAS, Gonçalves (2001) *Cantos*. São Paulo: Martins Fontes.

DISCINI, Norma. (2009) *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto.

____ (2013) *Estilo e corpo*. Tese de livre docência defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FIORIN, José Luiz (1996) *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude (2001) *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/ FFLCH/ USP.

GREIMAS, Algirdas Julien. (1983) *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil,

____ (2000) L'actualité du saussurisme. In: GREIMAS, A. J. *La mode en 1830*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 371 – 382.

____ (2002) *Da imperfeição*. Trad. Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores,

____; COURTÉS, Joseph (2008) *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto,

HJELMSLEV, Louis (2003) *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. 2. ed. Trad. J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva,

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles de (2009) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LANDOWSKI, Eric (1986) Simulacre. In GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* Tome 2. Paris: Hachette, p. 206-207.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1991) *Signos*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2002) *A prosa do mundo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify,

NORMAND, Claudine (2004) *Saussure*. 2ed. Paris: Les Belles Lettres,

SAUSSURE, Ferdinand de (1970) *Curso de linguística geral*. 2. ed. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo : Cultrix.

_____ (2005) *Cours de linguistique générale*. Paris: Éditions Payot & Rivages.

ZILBERBERG, Claude (2011) *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial.

_____ (2006) *Razão e poética do sentido*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Bevidas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (1986) Aspectualisation. In GREIMAS, A. J. ; COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* Tome 2. Paris: Hachette, p. 23-24.

_____ 1986 Figure. In GREIMAS, A. J. ; COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* Tome 2. Paris: Hachette, p. 91-93.

Saussure e a transposição do sentido na epistemologia da semiótica

RICARDO LOPES LEITE
UFC

Não existe filosofia sem linguística.
(Hjelmslev, 1991: 149)

Pretendemos aqui ressaltar a atualidade do pensamento saussuriano para a epistemologia da semiótica de linha francesa. O que vamos dizer não deve ser novidade para um semioticista familiarizado com os postulados greimasianos, ou pelo menos não deveria ser, na medida em que a filiação de Greimas e seguidores ao pensamento de Saussure, como sabemos, é explícita.

No entanto, a retomada do tema é pertinente pelo fato de que, atualmente, algumas correntes da semiótica intentam romper a “barreira” da imanência, sob a alegação de que a semiótica estaria mergulhada num “idealismo”, o que a manteria num insulamento teórico, impossibilitando o diálogo com outras disciplinas (cf. Beividas e Lopes, 2012). Há ainda a alegação de que o princípio da imanência escamoteia o acesso à dimensão sensível da significação, bem como às práticas sociais que se constituem por meio da linguagem.

Diante disso, perguntamo-nos se ainda é possível conceber uma semiótica, herdeira de Saussure, sem incorrer em um possível viés ontologizante da teoria, quando a barreira da imanência é rompida e entram em cena, por exemplo, as noções de *corpo* ou de *(poli)sensorialidade*, cada vez mais em voga nos estudos semióticos. O uso desses termos exige cautela, pois, se *corpo* for interpretado como *base biológica* do sentido e *(poli)sensorialidade*

como *fase inaugural* da constituição do sentido, a semiótica perde a especificidade que lhe garantiu um campo de atuação próprio no que concerne às questões relacionadas à produção e à interpretação do sentido textualmente manifestado.

Correndo o risco de simplificar em demasia, assumamos a seguinte polarização: ou mantemos o legado de Saussure que atravessa todo o percurso teórico da semiótica greimassiana e fundamenta a heurística do modelo, afastando, assim, o risco de *ontologização* da análise semiótica, ou, como defendem alguns, é chegada a hora da semiótica ocupar-se da percepção virgínea, da instância substancial do sentido, seja pela via puramente fenomenológica, seja pela via naturalista, abraçada especialmente pelas ciências cognitivas atuais.

Reconhecemos a polêmica e não pretendemos nos desviar dela, mas argumentar a favor da posição imanentista de Saussure. Não temos a intenção de adentrar o terreno da filosofia, sob pena de parecermos maus filósofos, para lembrar um comentário feito por Greimas¹². O foco da discussão será, portanto, estritamente semiolinguístico, na medida em que se pretende destacar o gesto saussuriano de colocar entre parênteses o referente, mediante a noção de valor, sustentada pelo postulado da negatividade do signo, bem como assumir a noção de *transposição do sentido* como operação metalinguística que resguarda a teoria semiótica de um viés ontologizante.

Para evitar uma longa digressão sobre os já conhecidos postulados de Saussure, destacamos, especialmente, trechos dos *Escritos de Linguística Geral*, obra em que o pensamento epistemológico de Saussure mais se revela inovador. É nele que o mestre genebrino busca esquivar-se explicitamente de qualquer recurso à ontologia tanto na teorização quanto na análise dos fatos da linguagem, salvaguardando, desse modo, a sua opção pela imanência.

Começemos pelo excerto abaixo, em que é apresentada a problemática do *ponto de vista*.

12 Comentário feito por Greimas, em *Sobre o sentido* (1975: 10).

Não se tem razão ao dizer: um fato de linguagem precisa ser considerado de vários pontos de vista; nem mesmo ao dizer: esse fato de linguagem será, realmente, duas coisas diferentes, conforme o ponto de vista. Porque se começa supondo que o fato de linguagem é dado fora do ponto de vista. É preciso dizer: primordialmente, existem pontos de vista; senão, é simplesmente impossível perceber um fato de linguagem (Saussure, 2012: 23).

A citação nos mostra a posição antirrealista de Saussure na lida com os fatos linguísticos. Ao afirmar que não se pode supor que o fato de linguagem seja dado fora do ponto de vista, Saussure assegura a aplicação do princípio de imanência à linguagem, já que se estabelece uma relação de interdependência entre os termos “fato de linguagem” e “ponto de vista”, na qual a existência do fato linguístico fica vinculada ao ponto de vista, que nada mais é do que a metalinguagem que o descreve.

Costuma-se argumentar que a adoção de vários pontos de vista permitiria uma descrição mais objetiva e exaustiva do “objeto”, que seria abordado sob várias perspetivações. É preciso dizer que Saussure não nega a existência de pontos de vista distintos, mas reconhece a dificuldade de articulá-los numa descrição coerente, restando ao estudioso da linguagem escolher um só ponto de vista para não cair num ecletismo inconsequente, ou melhor, prenhe de consequências. Trata-se, portanto, de uma escolha de método, em que é preciso estabelecer proposições teóricas que evidenciem a dependência do objeto ao ponto de vista escolhido.

Ademais, se seguirmos a linha de raciocínio da citação acima, o apotegma saussuriano “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, [...] é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, *s/d*, p. 15), tão citado nos livros de Linguística e Semiótica, também não deveria ser lido sob o prisma da imanência? Ou seja, todo aquele que admite que “o ponto de vista cria o objeto” não se torna incontinente um imanentista?

Em outro trecho, encontramos, num tom quase filosófico, o arremate de Saussure (2012, p. 26) para esta questão:

Ora, há de primordial na linguagem e inerente à natureza da linguagem o fato de que, por qualquer lado que se tente abordá-la – justificável ou não – não se poderá jamais descobrir, aí, *indivíduos*, ou seja, seres (ou quantidades) determinados em si mesmos sobre os quais se opera, depois, uma generalização. Mas, há, ANTES DE TUDO, a generalização e nada há além dela: ora, como a generalização supõe *um ponto de vista* que serve de critério, as primeiras e mais irreduzíveis entidades com que se pode ocupar o linguista já são o produto de uma operação latente do espírito. [grifos do autor]

Como se pode observar, Saussure, explicitamente, põe à margem qualquer consideração ontológica sobre a linguagem, quando afirma “ANTES DE TUDO, a generalização”. Ora, longe de ser uma abstração ingênua, essa generalização garante a assunção de que as entidades do mundo designadas pelas unidades linguísticas possuem somente existência semiótica, pois toma a língua como um “princípio de classificação”, de natureza sistêmica, subjacente a toda ação pela linguagem.

A posição imanentista se torna ainda mais evidente nesta passagem: “como a generalização supõe *um ponto de vista*, que serve de critério, as primeiras e mais irreduzíveis entidades com que se pode ocupar o linguista já são o produto de uma operação latente do espírito”.

Trata-se, pois, de uma espécie de *esvaziamento ontológico* das unidades linguísticas, consequência do primado da negatividade do signo, cujo fundamento reside no fato de que não se deve atribuir uma realidade positiva, concreta, às unidades da língua, já que essa realidade é sempre imaginária, só a diferença existe. No sistema de valores, que é a língua, tudo é relação, e falar em sentido de cada forma particular equivale a falar somente da diferença das formas entre si. Ou seja, *sentido* implica valor diferente. Daí, a célebre frase: “uma forma não significa, mas vale” (Saussure, 2012: 30).

O caráter essencialmente negativo das entidades linguísticas produz uma *ilusão de positividade*, pela qual tendemos a atribuir

à significação um valor referencial e não relacional. Saussure, por sua vez, nos mostra que a aparente positividade das unidades da língua não deve ser assumida como exterior ao sistema, mas sim como um efeito do sistema, criada internamente. Segundo Saussure, se somos desafiados a aceitar essa “ficção” de positividade, é somente pelo fato de que, sem ela, não teríamos como lidar com a matéria do mundo, vivendo o paradoxo de sermos a parte dele que o pensa. Eis a condição de existência semiótica das entidades da língua: a primazia heurística do ato semiológico (função semiótica) sobre o ato perceptivo.

Seguidor imediato de Saussure, Hjelmslev (1975, 1991) mostra ter aprendido bem a lição do mestre genebrino quando define língua como uma rede de dependências internas e uma semiótica como hierarquia. Segundo Hjelmslev (1975: 9), “o objetivo da teoria da linguagem é verificar a tese de um sistema subjacente ao processo, e a tese de uma constância que subentende as flutuações, e aplicar esse sistema a um objeto que parece prestar-se a isso de modo particular”. Como se vê, trata-se de um método científico, que parte dedutivamente da classe para o componente, numa formalização generalizadora, e que poderia ser empregado na descrição de toda sorte de linguagem ou, se preferirmos, de toda sorte de semiótica. Além disso, toma como pressuposto o princípio do empirismo, que afirma que “descrição deve ser não contraditória, exaustiva e tão simples quanto possível” (Hjelmslev, 1975: 11).

O linguista/semiotista dinamarquês se circunscreve à forma e evita, a todo custo, o apelo à substância, radicalizando assim a ideia de *valor* como sendo originado pela relação, pela dependência. Para ele:

Uma substância só se reconhece por uma *forma* apriorística ou aposteriorística. A forma aposteriorística de que se pode deduzir a substância das ideias ou as significações é a forma do conteúdo linguístico, a única forma aposteriorística em matéria de ontologia

[...]. Conhecer a verdadeira natureza de um objeto é encontrar a forma da qual ele é função (Hjelmslev, 1991: 148-149).

Para nos certificarmos disso, basta voltarmos nossa atenção para as definições de forma e substância como sendo dois functivos da função *manifestação*, aquela, na qualidade de manifestada; esta, na de manifestante (cf. Hjelmslev, 1992). Eis aí a retomada do primado da negatividade, na qual a aparente positividade do signo encontra seu fundamento.

Greimas, seguidor de Saussure e de Hjelmslev, também se apoia no princípio da imanência para colocar entre parênteses a substância. No dicionário de semiótica, Greimas e Courtés (2008: 194-195) assumem claramente o ponto de vista saussuriano ao assinalarem que, “consagrando-se ao estudo da forma, e não ao da substância, a semiótica não poderia permitir-se juízos ontológicos sobre a natureza dos objetos que analisa”. Para esses dois autores, a semiótica deveria pronunciar-se sobre a *existência semiótica* e poderia “contentar-se com uma definição operatória”, segundo a qual “a existência semiótica de uma grandeza qualquer é determinada pela relação transitiva que, tomando-a como objeto de saber, a liga a um sujeito cognitivo”. No que tange a essa questão, vale a pena lembrar uma passagem de *Semiótica das paixões*:

Manter um discurso no ‘horizonte ôntico’ é, para a semiótica, interrogar um conjunto de condições e de precondições, esboçar uma imagem do sentido anterior e necessária ao mesmo tempo à sua discretização, e não procurar fazer reconhecer seus fundamentos ontológicos. É a esse custo apenas que a teoria semiótica pode justificar sua própria atividade, sem para tanto transformar-se numa filosofia que ela não conseguiria ser. (Greimas e Fontanille, 1993:12).

Trata-se, portanto, de uma explícita recusa da ontologia, uma clara tomada de posição que estabelece a existência semiótica como objeto de estudo para a teoria. É o gesto inaugural de uma

visada que delimita um objeto de estudo e que procura preservar um campo de atuação específico para que o *fazer* de uma disciplina não se confunda com o de outra área de atuação.

Fontanille (2004: 93), entretanto, apresenta essa problemática de maneira um tanto diferente. Para ele, há novos desafios que se colocam para a semiótica, dentre os quais está o de como tratar as questões relativas ao sentido sob um ângulo fenomenal. Mais especificamente, o autor quer saber:

Como passar do actante concebido como uma pura posição formal [...] a um actante concebido como posição corporal, isto é, como uma carne e um ícone corporal, primeiro lugar das impulsões e das resistências geradoras da ação transformadora dos estados de coisas.

Assim, definições como arbitrariedade e necessidade “não são muito operatórias” para descrever a função semiótica, do ponto de vista de uma significação sensível (Fontanille, 2007: 49). Deve-se, portanto, abandonar a ideia de uma relação lógica, pressuposta entre significante/significado, para se examinar a formação de diferenças significativas a partir da percepção e da presença do “invólucro sensível”, que é o corpo. Em decorrência disso, Fontanille (p. 44) sugere a substituição dos tradicionais termos plano da expressão e plano do conteúdo pelos termos “exteroceptivo” e “interoceptivo”, respectivamente. Além desses, acrescenta um terceiro, o “proprioceptivo”, que designa a posição assumida pelo sujeito da percepção no momento em ocorre sua “tomada de posição” no mundo significante. Essa mudança de nomenclatura coloca o corpo no centro da semiose, na condição de operador que possibilita a significação, que, para o autor, nada mais é do que o ato que reúne duas macrossemióticas: uma, de ordem interoceptiva, que toma a forma de uma língua natural, e outra, de ordem exteroceptiva, que toma a forma de uma semiótica do mundo natural.

Em seu livro *Corps et sens*, Fontanille (2011: 12) parece diluir ainda mais os contornos da imanência ao afirmar que o corpo-

-carne está ao mesmo tempo “no fundamento da dêixis” e “no nó sensorio-motor da experiência semiótica”. Acrescenta ainda que a experiência semiótica, por sua vez, é geradora de um campo semiótico, isto é, de um campo de presença, “um domínio espaço-temporal em que a instância de enunciação se dá, nele tomando posição” (p. 57). A reflexão sobre a função semiótica passa a ser, por conseguinte, uma reflexão sobre uma “semiótica do corpo significante” (Fontanille, 2004: 91).

Ora, não é o corpo biológico, como se sabe, que interessa à semiótica, pois ela se volta para a manifestação desse corpo nas práticas linguageiras, isto é, para o corpo semiotizado e semiotizante que se manifesta em textos. Isso vale inclusive para a semiótica tensiva, de Claude Zilberberg, que, ao contrário do que alguns possam pensar, não se compromete com a ontologização do corpo, pois o toma como um construto teórico, apenas. Uma função entre dois functivos, a intensidade e a extensidade.

A despeito disso, a via “realista” encontra eco em outros autores como, por exemplo, Jean-Marie Klinkenberg, Francis Édeline (ambos do Grupo μ , de Liège) e Jean Petitot (1985; 2011). Os dois primeiros propõem um programa de Semiótica materialista, cuja meta é estudar a emergência do sentido por um viés neurobiológico, que, em última instância, obriga o semioticista a retroagir à biologia elementar dos organismos para recuperar a “semiogênese” do sentido. O segundo, seguindo a mesma linha, propõe uma “morfodinâmica cognitiva” para estudar, dentre outras coisas, as bases e os padrões perceptuais que “auto-organizam” e categorizam o universo do sentido.

Insistimos, entretanto, no fato de que a manipulação de conceitos como “percepção”, “corpo-carne”, “invólucro sensível” e “sensorialidade” deve ser feita com cautela pelo semioticista para que ele não comprometa sua filiação ao pensamento saussuriano. Isto equivale a dizer que esses conceitos devem ser interpretados somente como postulações teórico-metodológicas mínimas para poder pensar o sentido. Não cabe ao semioticista buscar a nascente do sentido, na medida em que, como nos diz Greimas (1975: 12)

“o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência”, daí a possibilidade de se falar dele, mediante sempre a operação de transposição deste sentido, isto é, de sua tradução.

Greimas e Courtés (2008: 459) definem a transposição como a operação metalinguística de constituição do sentido, que se apresenta sempre articulado numa forma. Transposição é, portanto, nesta acepção, sinônimo de significação, ou seja, produção e apreensão de diferenças no momento mesmo da manipulação do sentido. Em outras palavras, a significação nada mais é do que a transposição de um nível de linguagem a outro, ou ainda, de uma linguagem para outra linguagem, enquanto “o sentido é apenas essa possibilidade de transcodificação” (GREIMAS, 1975: 13). A transposição, assim entendida, fundamenta, por conseguinte, a própria condição de imanência da linguagem.

Cabe destacar aqui a interessante distinção entre três tipos de transposição proposta por Herman Parret (1988): a transposição discursiva, ou paráfrase, a transposição hermenêutica, ou interpretação, e a transposição científica, ou metalinguagem. A primeira é aquela “exercida ‘naturalmente’ e infinitamente pelos discursos tanto cotidiano como artístico e poético”. A segunda se dá por meio do ato de leitura ou comentário de um texto e está próxima da tradição hermenêutica de interpretação. A terceira procura elaborar um aparelho descritivo-explicativo que dê conta dos processos de constituição do sentido, através de uma metalinguagem, o que lhe confere certa estabilidade terminológica e um poder de predição próprios do fazer científico. Assim, neste último caso, procura-se elaborar um método para manipular o sentido e transpô-lo em estruturas de significação.

É interessante notar os desdobramentos desse terceiro tipo de transposição, na medida em que Greimas (1975) defende que uma semiótica só existe implicitamente, como possibilidade de descrição. Somente o processo cognitivo de sua descrição assegura-lhe existência concreta, ao mesmo tempo em que só pode ser concebida como produção de uma nova linguagem. Antes de ser um sim-

ples processo de semiose, essa operação cumpre um papel teórico importante, pois permite que, a cada transposição, haja tanto uma depuração dos seus instrumentos descritivos quanto uma correção da descrição anterior. E como bem diz Greimas (1975: 22):

Este processo vertical, preço de nossa prisão no universo da linguagem, afeta a própria teoria da linguagem [...]. Mesmo se concebida como uma teoria geral que, em vista de sua articulação interna, opera com os postulados e os conceitos comuns a todas as teorias científicas, a teoria da linguagem não é nada mais que uma semiótica e, como tal, suscetível de nova descrição. Uma das particularidades da teoria da linguagem reside pois no fato de que entre suas premissas ela inclui a exigência de sua própria superação. Apesar de seu suposto caráter estático, é mais aberta ao progresso do que certas epistemologias que se pretendem dinâmicas.

Greimas (1956: 192), a propósito, nota um produtivo paradoxo no pensamento saussuriano, relacionado à língua e à metalinguagem:

Il semble bien que, dans ce cas, la langue, tout en restant à l'égard de ces ensembles à signification autonome ce qu'elle est, c'est-à-dire un système de signes, se trouve en même temps utilisée comme instrument, et serve à construire des « ordres de pensée » médiatisés, des *métalangages*. De même que la langue, pour se construire ses systèmes de signes, utilise des structures phonologiques qui, en droit sinon en fait, lui sont antérieures, de même, pourrait-on dire, les métalangages se servent des signes linguistiques pour développer leurs formes autonomes¹³.

13. Parece na verdade que, nesse caso, a língua, mesmo permanecendo o que é - um sistema de signos - frente a esses conjuntos de significação autônoma, comporta-se ao mesmo tempo como instrumento, e serve para construir 'ordens de pensamento' mediatizadas, *as metalinguagens*. Assim como a língua, para construir seus sistemas de signos, utiliza estruturas fonológicas que, se não de fato, ao menos de direito, lhe são anteriores, assim também, poderíamos dizer, as metalinguagens se servem dos signos linguísticos para

Apesar de tudo que foi exposto aqui, curiosamente, o conceito de transposição não é muito lembrado pelos semioticistas, sobretudo quando o assunto é a imanência. Ainda mais surpreendente é o fato de que esse “esquecimento” não se justifica, pois esse conceito subjaz a toda epistemologia linguística de Saussure, base doutrinária da semiótica discursiva. Para reforçar esse comentário, vale citar mais uma vez um trecho de Saussure:

Depois de ter denominado um certo objeto, abandonado o ponto de vista A, que não tem existência absolutamente a não ser na ordem A, e que não seria mesmo uma coisa delimitada fora da ordem A, é permitido, talvez, (em certos casos), ver como se apresenta esse objeto da ordem A, visto segundo B [...]. Para cada ordem, com efeito, sente-se a necessidade de determinar o objeto; e, para determiná-lo, recorre-se, maquinalmente, a uma segunda ordem qualquer, porque não há outro meio disponível na ausência total de entidades concretas: eternamente, então, o gramático, ou o linguista, nos dá, por entidade concreta, e por entidade absoluta que serve de base para suas operações, a entidade abstrata e relativa que ele acaba de inventar em um capítulo anterior. Imenso círculo vicioso, que só pode ser rompido substituindo-se, de uma vez por todas, em linguística, pela discussão dos pontos de vista, a dos ‘fatos’, porque não há o menor traço de *fato linguístico*, nem a menor possibilidade de perceber ou de determinar um fato linguístico fora da adoção anterior de um ponto de vista (Saussure, 2012: 26-27).

Essa longa citação nos mostra, tacitamente, como a noção de *transposição do sentido* costura todo o pensamento epistemológico de Saussure e justifica sua afirmação de que a língua é um sistema que conhece sua própria ordem. É, pois, por meio desse fio condutor que constatamos a continuidade entre Saussure e seus principais seguidores, Hjelmslev e Greimas, bem como a contri-

desenvolver suas formas autônomas (Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luis Tatit e Waldir Beividas).

buição epistemológica que Saussure deixou para a heurística do modelo de semiótica articulado por Greimas.

Seguindo, então, a lição de Hjelmslev (1975), pergunto: Já chegamos a resultados definitivos, adotando esse ponto de vista, para mudarmos para outro ponto de vista? Greimas (1975: 17) sugeria como tarefa vindoura do semioticista (dentre outras) “determinar as múltiplas formas de presença do sentido e os modos de sua existência, interpretá-los como instâncias horizontais e níveis verticais da significação e descrever os percursos das transposições e transformações dos conteúdos”. Para ele, somente uma semiótica de “formas” é possível como linguagem que permite falar do sentido “porque a forma semiótica é exatamente o sentido do sentido”. Já realizamos essas tarefas para abandonarmos esse canteiro de obras?

Restam outras indagações: é possível sair da imanência da linguagem quando, segundo Greimas (1975: 13), não é “possível interrogar-se sobre o sentido”, pois “toda interrogação é metalinguística”? Ao romper a “barreira” da imanência, em função, muitas vezes, de uma *interdisciplinaridade indisciplinada*, não estaríamos, sem o saber, multiplicando os pontos de vista e, de certo modo, negando a colocação entre parênteses da relação entre realidade e linguagem que fundamenta o fazer científico do linguísta ou do semioticista?

Não se pode negar que a interdisciplinaridade, esse movimento de “mistura”, deve ser exercitada, pois a semiótica não pode se escusar de abrir novas frentes de investigação. Contudo, para que isso ocorra, é preciso que não comprometa sua condição de disciplina com vocação científica, cuja tarefa é investir no que Hjelmslev chamava de *semiótica científica*.

Pensemos no realismo neurológico dos cognitivistas radicais, como os conexionistas, ou nos linguistas cognitivistas que adotam o ponto de vista realista-experencialista de Maturana e Varela (1998) ou de Lakoff e Johnson (1999), por exemplo. Os primeiros acreditam que a mente é o próprio cérebro, enquanto os segundos apostam na ideia de que a significação está

radicada no corpo biológico. Pensemos também nas abordagens semiótico-materialistas citadas anteriormente. Do ponto de vista da transposição do sentido, ao apostarem na sensorialidade e no corpo, não estariam eles, com efeito, criando uma metalinguagem científica com seus modelos descritivo-explicativos?

Aqueles que criticam o princípio de imanência afirmam que sua aplicação coloca o semioticista diante de um problema: ao consagrar a dimensão teórica, com seu sistema de relações formais, ele não levaria em conta o mundo, quer extralinguístico, quer extrasemiótico. Esse mundo fora da linguagem, segundo esses críticos, seria a verdadeira razão de ser da própria linguagem. Desse modo, a teoria semiótica seria totalmente idealista, pois ela determinaria completamente o objeto, ou seja, “o mundo objetivo” seria o que dele fizesse a teoria.

A questão permanece em aberto e ainda será objeto de muita reflexão. No momento atual, no entanto, por uma questão de metodologia da pesquisa científica, temos que tomar posição.

O que está em jogo, em última instância, é o dilema entre assumir a possibilidade de transcender a “prisão” da linguagem em direção a um suposto *fora* dela, ou admitir que a descrição teórica faz desse fora um ser de linguagem, lógica segundo a qual o fora da linguagem se apresentaria sempre como um *dentro*. Neste caso, a tomada de posição a favor da imanência é fundamental para um projeto de natureza científica, em que se prioriza a questão metodológica. Da perspectiva da imanência e da transposição, é a descrição e o seu ponto de vista gerador que criam o “objeto-linguagem”, de modo que este não existiria fora da relação que ele guarda com a metalinguagem que o descreve.

Devemos lembrar que rejeitar o princípio da imanência faz o semioticista esquecer o “pacto” epistemológico firmado com o postulado da arbitrariedade do signo, bem como negligenciar o fato de que “a ciência não é uma adesão à realidade do mundo, mas uma prospecção desta realidade, um esforço de inteligibilidade, no sentido epistemológico da palavra” (Greimas, 1975: 20).

O debate está aberto e encontra guarida na própria filosofia atual. Exemplo disso é a chamada “filosofia sistemático-estrutural”, compilada na obra *Estrutura e Ser*, do filósofo Lorez B. Puntel, cuja tese básica pode ser assim resumida: para que alguma coisa possa ser objeto de consideração filosófica, alguma linguagem já deve estar disponível, do contrário, não se pode falar sobre essa coisa. Para o autor, a linguagem constitui “a dimensão expressante do real” e deve ser compreendida como pressuposto básico de qualquer empreendimento teórico. Ou seja, antes do tratamento de qualquer questão filosófica, temos que dispor de uma (meta)linguagem, que já se apresenta como transposição, operação fundamental de constituição do sentido.

No prefácio da obra de Puntel, o filósofo Nelson Gonçalves Gomes afirma que a Filosofia é “uma forma de apresentação”, o que condiz perfeitamente com os argumentos que estamos tentando defender, surpreende-nos, contudo, o fato de que um filósofo como Puntel (2008: 331), que atribui tal importância à linguagem, seja o mesmo que afirma que:

As estruturas apresentadas na sistemática estrutural só serão inteiramente explicitadas ou completamente determinadas, quando forem compreendidas e expostas como *estruturas-do-mundo* (e, como ainda se verá, do ser em seu todo): ‘no fundo’, elas sempre já são *ontológicas* [grifos do autor].

É fácil perceber a circularidade desse raciocínio, que identifica mundo e linguagem, sobretudo se prosseguirmos na citação:

O mundo de qualquer modo só é apreensível ‘articulável, compreensível, etc’ se for compreendido como estruturado desta ou daquela maneira; dito de modo ainda mais preciso: *o fato de* o mundo ser apreensível ou compreensível significa que ele se apresenta estruturado desta ou daquela maneira [grifos do autor].

As questões filosóficas são, sem dúvida, importantes, mas não basta levar a discussão para o terreno da filosofia, como fazem muitos semioticistas: essa não é a *morada do ser* do semioticista. A semiótica opera sobre o parecer do sentido e não sobre o seu ser, como bem advertia Greimas. Em outros termos, citando o que disse o professor Edward Lopes em sua conferência: “o que importa é a passagem, e não o que passa”.

Enfim, as questões levantadas por Saussure, no princípio do século passado, ainda não foram esgotadas. Greimas (1956) lembra que Saussure conseguiu, com originalidade, transformar uma visão de mundo que lhe era peculiar (o mundo como uma vasta rede de relações, que trazem em si mesmas sua própria significação) em uma teoria do conhecimento e uma metodologia linguística. Ainda estamos trilhando o caminho aberto pelo mestre suíço, cujas ideias estão a nutrir as discussões epistemológicas travadas no campo da Linguística e da Semiótica. É por isso que podemos comemorar estes cem anos *com*, e não *sem* Saussure.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIVIDAS, W. E LOPES, I. C. (2012) Interdisciplinaridade: triagem e mistura na identidade da Semiótica. In: PORTELA, J. C. et al (org.). *Semiótica: identidade e diálogos*. São Paulo, Cultura Acadêmica.

FONTANILLE, J. (2004) A semiótica do corpo: entre psicanálise, fenomenologia e Antropologia. In: CORTINA, A. e MARCHEZAN, R. C. *Razões e sensibilidade: a semiótica em foco*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.

----- (2007) *Semiótica do discurso*. São Paulo: contexto.

----- (2011) *Corp et sens*. Paris: PUF.

GREIMAS, A. J. (1956) *L'actualité du saussurisme*, *Le Français moderne*, n. 3,

----- (1975) *Sobre o sentido*. Petrópolis: Vozes.

GREIMAS, A. J. E COURTÉS, J. (2008) *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto.

GREIMAS, A. J. E FONTANILLE, J. (1993) *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática.

HJELMSLEV, L. (1975) *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

----- (1991) *Ensaaios linguísticos*. São Paulo: Perspectiva.

----- (1992) *Nouveaux Essais*. Paris : PUF.

KLINKLENBERG, J. M. ; ÉDELINE, F. (1998) Voir, percevoir, concevoir. Du sensoriel au catégoriel. *Voir n° 16*. L 'image mentale.

LAKOFF, J. E JOHNSON, M. (1999) *Philosophy In The Flesh: the Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. Basic Books,.

PETITOT, J. (1985) *Morphogenèse du sens*. Paris : PUF.

----- (2011) Cognitive Morphodynamics. *Dynamical Morphological Models of Constituency in Perception and Syntax*” (with R. Dourzat). Bern: Peter Lang.

PUNTEL, L. B. (2008) *Estrutura e Ser: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. São Leopoldo: Unisinos.

SAUSSURE, F. de (s/d). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

----- (2012) *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

VARELA, F. e MATURANA, H. *The Tree of Knowledge: The Biological Roots of Human Understanding*. Boston: Shambhala Press.

Saussure e Peirce: dois conceitos de signo complementares

JOSÉ AMÉRICO BEZERRA SARAIVA
UFC

INTRODUÇÃO

A definição de signo herdada da antiguidade, segundo a qual o signo é *aliquid pro aliquo*, ou seja, “alguma coisa que está por outra”, tem o mérito de explicitar, na sua generalidade, o modo básico da existência semiótica. O signo constitui, assim, o fundamento do fenômeno da representação (ou re-(a)presentação), em que um dado sensível, de ordem matéria, *in praesentia*, portanto, remete a algum outro elemento, na maioria das vezes *in absentia*. Acontece, porém, que a existência sígnica, na qualidade de representação de algo, pode ser concebida como relação diádica, se adotarmos a perspectiva dos sistemas de significação que fundamentam a atividade comunicativa, ou como relação triádica, caso o foco recaia no processo de construção do signo. Com base nesta distinção, duas tradições do pensamento semiótico se firmaram no ocidente: uma que responde pela visada sistematizante, e outra que é adepta da visada processualizante.

Como se sabe, na origem destas duas perspetivações do pensamento semiótico, encontram-se o nome do americano Charles Sanders Peirce e o do suíço Ferdinand de Saussure, cada qual, segundo muitos dos seus comentadores, tendo desenvolvido suas ideias com absoluto desconhecimento do trabalho realizado no outro lado do Atlântico.

Em seu livro *Matrizes da linguagem e do pensamento*, Lúcia Santaella (2001), pesquisadora brasileira especialista na obra de Peirce, destaca a definição de signo abaixo, dentre tantas outras fornecidas pelo pragmaticista estadunidense, por conta de sua completude e nuançamento:

Um signo intenta representar, em parte, pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo que o signo represente o objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente de tal modo que, de certa maneira, determina, naquela mente, algo que é mediadamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo e da qual a causa mediada é o objeto pode ser chamada de interpretante. (p. 42-43)

Como se pode observar, a definição descreve abstratamente a atividade geradora do signo e apresenta seus elementos mínimos e seu modo de funcionamento. Assim definido, *signo* equivale a *fenômeno*, ou seja, a tudo aquilo que toma existência numa mente qualquer, isto é, numa instância concebida não apenas como instância de intelecção, mas como lugar de operação, lugar onde o *fenômeno* se dá pelo « con-t-acto » hílico. Trata-se de uma definição que coloca em cena três actantes em relação de interdependência e que parece dar primazia ao objeto, na medida em que ele determina o signo. Mas só parece, porque, para Peirce, o primeiro desta relação é, de fato, o signo. Como elemento que representa outro, o signo é o que primeiro tem existência numa mente qualquer, e o objeto representado por ele passa a ser uma decorrência do signo, algo segundo, para o qual ele remete.

O ponto central do conceito reside nas ideias de representação e determinação. Assim concebida, a noção de signo em Peirce pode parecer obra de um realismo ingênuo, em que os signos têm uma função nomenclatural, isto é, servem para nomear « as coi-

sas », os objetos pré-existentes à atividade semiótica. Nada menos peirceano que isso. Na verdade, Peirce atribui à atividade semiótica a constituição do próprio objeto, como o segundo de um primeiro (o signo), todos envolvidos na « realidade » do fenômeno.

Lúcia Santaella (2001), após fornecer a definição de signo acima, que é, reiteremos, a mais completa e nuançada que encontrou na extensa obra do pensador estadunidense, extai dela os seguintes pontos:

- 1) o signo é determinado pelo objeto, isto é, o objeto causa o signo, mas
- 2) o signo representa o objeto, por isso mesmo é signo;
- 3) o signo representa algo, mas é determinado por aquilo que ele representa;
- 4) o signo só pode representar o objeto parcialmente e
- 5) pode, até mesmo, representá-lo falsamente;
- 6) representar o objeto significa que o signo está apto a afetar uma mente, isto é, nela produzir algum tipo de efeito;
- 7) esse efeito produzido é chamado de interpretante do signo;
- 8) o interpretante é imediatamente determinado pelo signo e imediatamente determinado pelo objeto, isto é,
- 9) o objeto também causa o interpretante, mas através da mediação do signo;
- 10) o signo é uma mediação entre o objeto (aquilo que ele representa) e o interpretante (o efeito que ele produz), assim como
- 11) o interpretante é uma mediação entre o signo e um outro signo futuro (p. 43).

Este modo de descrição do fenômeno já seria suficiente para reinstaurar a polêmica que ronda a concepção de signo no que tange à natureza imanente ou transcendente do objeto representado. O modalizador “falsamente” do ponto (5) acima convoca o seu contrário “verdadeiramente” e nos faz perguntar pelos critérios definidores das representações falsa e verdadeira. Onde buscá-los? Na adequação do signo ao objeto que o determinou? Neste caso, isto é, no caso de ser o signo determinado pelo obje-

to, poderia o signo “representá-lo falsamente”? Responder a estas indagações é resolver uma questão aberta desde os pré-socráticos, tarefa que não temos a pretensão de realizar.

Parece-nos, todavia, lícito dizer que, observados os onze pontos acima, o objeto vem à existência mediante o exercício de criação *sígnica*, e o « real », isto é, a totalidade do mundo do qual somos parte, anterior ao revestimento *sígnico*, escapa inexoravelmente às tentativas de sua apreensão, apesar de ser o que motiva e determina o signo. O « real », a *coisa em si* kantiana, é algo da ordem do inapreensível, por heterogêneo, multifacetado e dinâmico. É por admitir este *a priori* constitutivo do signo, reconhecer-lhe a fluidez e atribuir-lhe a função motivadora da semiose que Peirce estabelece a diferença entre o *objeto dinâmico*, o *a priori* motivador, heterogêneo, multifacetado e dinâmico, que provoca o signo, mas é inapreensível em sua complexidade, e o *objeto imediato*, objeto parcial, fundado na relação com o signo, objeto que mediatiza o vínculo do signo com o *objeto dinâmico*. Nestes termos, pode-se dizer que, com o signo, realiza-se um ato referencial que tem como foco o objeto dinâmico, mas isso só é possível pela mediação do objeto imediato. Peirce, no entanto, não para nessa constatação, até certo ponto banal.

Além desses dois elementos, signo e objeto (não importa se dinâmico ou imediato, neste momento), que se pressupõem reciprocamente, Peirce postula outra mediação, desta vez entre o signo e o seu objeto imediato, mediação de mediação, portanto, que se efetivaria pelo concurso do que ele chama *interpretante*. O interpretante seria, assim, nada mais nada menos que outro signo que « traduzisse » a relação do primeiro signo com seu objeto imediato.

Atentemos para o fato de que, nessa operação mediadora, em que um signo « traduz » outro, a relação do signo com o objeto dinâmico, com o núcleo ontológico e base do ato referencial da atividade *sígnica*, que Peirce parece querer preservar a todo custo, vai se perdendo numa cadeia de remissões *sígnicas* de tal modo infinita que assistimos à prevalência absoluta da ordem do

significante sem *significado*, tal como postulou Lacan, a partir de Saussure.

De fato, essa série de relações remissivas faz da semiose uma cadeia ininterrupta de *interpretantes* (de signos, portanto), já que a relação entre um *signo* e seu *objeto imediato* é mediada pelo *interpretante*, que, tendo também natureza *sígnica*, é nova relação entre *signo* e *objeto imediato*, que, por sua vez, pede a intervenção de outro *interpretante*, e assim sucessivamente, num processo gerador de signos que inflaciona sem cessar o que Lózman chama de Semiosfera. Ora, é precisamente isso que Santaella (1995) assevera na passagem abaixo:

Note-se que Peirce não fala de significado do signo. Contudo, certas inferências podem ser feitas a esse respeito. O interpretante é o significado do signo, ao mesmo tempo que se constitui em outro signo, o que redundará na já famosa afirmação peirceana de que o significado de um signo é um outro signo. Nesse sentido, o processo de significação é sempre continuidade e crescimento. Para significar, um signo tem de se desenvolver em outro signo. (p. 88)

Com efeito, o *objeto dinâmico* em Peirce funciona como *origo*, instância *a quo*, resíduo ou fantasma, que nos impõem a semiose como condição de possibilidade de todo ser e fazer. A realidade, humana ou não, é, assim, de ordem *sígnica*, e todos lidamos com *objetos imediatos*, isto é, com construções de linguagem, só acessíveis mediante o concurso de outras construções de linguagem.

À primeira vista, tudo se passa como se o *objeto dinâmico* provocasse o fenômeno, e o fenômeno se tornasse representante deste *objeto dinâmico* mediante a construção de um objeto outro que se interpusse entre o fenômeno, cuja natureza já é *sígnica* desde a origem, e o objeto primeiro que o determinou.

Ocorre, porém, que o objeto que determinou o signo pertence à ordem do dinâmico, ou, nos termos de Hjelmslev, à ordem do contínuo amorfo, e, por isso, talvez nem mereça a designação « objeto ». Em razão de sua amplitude e generalidade, o objeto

dinâmico corresponde à categoria filosófica do *ser*, horizonte último do sentido, que sempre estará se negando à apreensão completa num incontornável recuo para os confins do possível. E deste *ser* fugidio apreendemos apenas os resíduos fantasmáticos, que, é certo, continuarão inapelavelmente a nos exortar à ação por estarmos sempre voltando a ele, prestando-lhe contas. Mas o *ser*, *objeto dinâmico* que é, não se dá à existência, numa mente qualquer, senão mediante as operações de linguagem que o tornam, no processo mesmo de existir, um *ser de linguagem*.

Umberto Eco, por exemplo, refletindo sobre este horizonte ontológico do sentido que nos exorta à ação, em *Kant e o ornitorringo*, propõe substituir a palavra « ser » pelo pronome indefinido de função substantiva « algo », em virtude da pesada carga semântica que o termo « ser » foi adquirindo ao longo dos dois séculos e meio de problematização filosófica e da natureza mais vaga e imprecisa que o pronome confere ao ato referencial, no sentido de « ir para », que, em última instância, está contido no conceito de *intencionalidade*. Segundo Eco (1997), este *algo*, resíduo fantasmático e fugidio, corresponde a um « duro sustentáculo do ser » cuja ação é, a um só tempo, exortar-nos à semiose e resistir à nossa ação sobre ele. Em outras palavras, o *algo* (ou o *ser*) equivale ao que se dá a nós, sem se dar completamente, ao que se põe e se contrapõe à nossa atividade linguageira, ao que dá azo à semiose e estabelece seus limites, *algo* cuja positividade única se apresenta por negação, como recusa à nossa atividade semiósica, como pura resistência à nossa ação discursivizante. Por isso, não estaria no poder da linguagem fazer deste *algo* o que lhe aprouvesse, pois ele, na condição de um *já dado*, impõe as suas « linhas de resistência », ou, se quisermos evocar Espinosa, impõe, como limite último ao nosso poder discursivizante, as « nervuras do real ». É certo que este *algo* não é, enfim, mero efeito de linguagem, uma vez que o nosso exercício linguageiro sempre presta contas a ele. Mas é igualmente certo que não há como garantir que a forma que este *algo* toma pode escapar às coerções das linguagens pelas quais ele se dá a nós, pois, como diz Eco (1997):

Afirmar que existem linhas de resistência quer dizer apenas que, mesmo que apareça como efeito de linguagem, o ser [o algo] não o é no sentido em que a linguagem livremente o constrói. Mesmo quem afirmasse que o ser [o algo] é puro Caos, e portanto susceptível de qualquer discurso, deveria ao menos excluir que este seja Ordem firme. A linguagem não constrói o ser *ex novo*: interroga-o, encontrando sempre e de algum modo algo *já dado* (mesmo que já ser dado não signifique já estar acabado e completo). Ainda que o ser [o algo] existisse carcomido, existiria sempre um tecido cuja trama e urdidura, confundidas pelos infinitos buracos que corroeram, subsistem de algum modo obstinado. (p. 52)

Para o semioticista italiano, a semiótica, na qualidade de filosofia da linguagem, « se encontra diante não só de um *terminus ad quem* mas também de um *terminus a quo* » e, por isso, « não só deve perguntar-se ‘a que nos referimos quando falamos, e com que credibilidade?’ [...], mas também: ‘o que faz com que falemos?’ » (p. 20). Por esta razão é que Eco vai endossar os postulados da semiótica peirceana, que resumimos abaixo para efeitos de comparação com os da semiótica de inspiração saussureana.

Pode-se dizer em suma que, para Peirce, em linhas gerais, o processo sótico ou semiose se constitui com base em três elementos: (1) o *representâmen*, ou signo *stricto sensu*, conforme a tradição anglo-saxônica, elemento *in praesentia*, o primeiro de uma relação triádica, que remete a um segundo elemento, seu *objeto imediato*, do qual ele é signo; (2) o *objeto imediato* do signo *stricto sensu*; e (3) o *interpretante*, outro signo que vai mediar a relação entre o *representâmen* e seu *objeto*.

Saliente-se que, segundo este modo de ver, o objeto dinâmico constitui não só a fonte que gera e determina o signo, mas também o ponto fugidio e fantasmático para o qual todo signo aponta referencialmente. Ora, se esse apontar nunca é direto por passar pela mediação do objeto imediato e do interpretante, então estamos diante de uma complexa cadeia de signos cujo efeito é descontínuar ligeiramente o contínuo amorfo para que se

possa lidar referencialmente com ele. Trata-se de um paradoxo da linguagem, segundo o qual, para conquistar o contínuo, é preciso antes de tudo perdê-lo pela mediação da linguagem descontinuizadora. Pensando desse modo, é evidente que o objeto dinâmico perde sua relevância descritiva e figura apenas como construto teórico, na qualidade de um *terminus a quo* ou de um *terminus ad quem*, do qual uma teoria semiótica que não pretendesse pensar o processo de geração do signo desde o *ser* não precisaria tratar.

Santaella (1995) julga poder escapar a essa crítica quando assinala, em tom conclusivo:

Todo interpretante é um signo, assim como todo signo é um interpretante. Note-se, porém, que não há nenhuma circularidade nisso, uma vez que aquilo que efetivamente define o processo de representação não são os substantivos (objeto-signo-interpretante), mas as relações diferenciais de implicação e determinação entre eles. Numa semiose genuína, esses três elementos têm natureza sígnica. O primeiro se chama signo porque representa o objeto; o segundo se chama objeto porque determina o signo; e o terceiro se chama interpretante porque é determinado imediatamente pelo signo e mediatamente pelo objeto. (p. 89)

Sem dúvida, é engenhosa a saída teórica de Peirce para incorporar o referente em suas postulações. Na verdade, nada mais adequado para quem pensa o processo de constituição do signo desde o *ser*. Com efeito, Peirce toma o referente como *terminus a quo* e *terminus ad quem*, residual e fantasmático a um só tempo, do qual a atividade semiótica não deve ser desvinculada, porque ele não só motiva e determina o signo, mas também constitui seu objeto último, a razão de sua existência, o “duro sustentáculo do ser” para onde todo signo aponta em última instância, objeto esquivo às apreensões sígnicas, é certo, porque dinâmico, mas objeto que constitui, paradoxalmente, a fonte geradora e a meta derradeira do ato intencional.

Todavia, pensamos que, salvo engano, esse jogo de remissões que envolve a tríade objeto-signo-interpretante não só acaba por lançar, como já admitimos, o objeto dinâmico nos confins do possível, como também deixa confuso o estatuto do objeto imediato. Este depende, segundo lição de Peirce, do que está no fundamento de sua relação com o objeto dinâmico via signo, o que parece fazer do signo a única evidência fenomênica, principalmente se nos detivermos na afirmação de que, « numa semiose genuína, esses três elementos [objeto-signo-interpretante] têm natureza *sígnica* ». Em última análise, da tríade peirciana apenas o signo e o interpretante parecem ter estatuto bem definido, e o referente, entendido como objeto do signo, seja na qualidade de *terminus a quo*, seja na de *terminus ad quem*, poderia ser colocado entre parênteses numa visada que priorizasse não mais o processo de constituição do signo desde as nascentes, mas a estrutura e o funcionamento de sistemas que estão na base da atividade comunicativa.

Saussure, por exemplo, cuja concepção de signo apresentaremos a seguir, afasta o referente de suas ponderações e vê o fenômeno *sígnico* como um relação diádica. Seu foco não é o processo de geração do signo desde o *ser*, mas a descrição dos sistemas subjacentes à geração dos signos, entendidos como entidade dotada de duas dimensões que se correlacionam reciprocamente: a do *significante* e a do *significado*.

A CONCEPÇÃO DE SIGNO NA SEMIÓTICA DE INSPIRAÇÃO SAUSSUREANA

No *Curso de linguística geral*, não se encontra uma definição de signo *lato sensu*, como a de Peirce. O que se tem, de fato, é uma reflexão acerca da constituição do signo linguístico na imanência de sistemas que constituem o fundamento da comunicação humana. Nele, assume-se a posição teórica segundo a qual o foco da descrição deve voltar-se para os sistemas de comunicação, dos quais as línguas naturais são, de longe, os mais complexos.

No capítulo 1 do *Curso*, num esforço teórico para definir o objeto da linguística, a reflexão sobre o sistema adota o circuito da comunicação como ponto de partida. Este é o objetivo desde o início. Saussure está verdadeiramente preocupado com as formas linguísticas que sustentam a comunicação humana, com o mecanismo subjacente aos atos de fala, isto é, com o funcionamento sistemático das línguas naturais. Aos dados psicofisiológicos envolvidos no processo de comunicação, o mestre genebrino quer acrescentar: « uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate de **signos isolados** [destaque nosso]; é a faculdade que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema » (p. 21). E aí está o ponto. Saussure tem como meta pensar o signo dentro dos sistemas que lhe conferem valor, não o signo isolado ou nas suas nascentes. Interessa-lhe estudar a dimensão códica por trás dos atos de comunicação concretos, pois, a seu ver, para bem compreender essa faculdade de associação e de coordenação sistemáticas, «impõe-se sair do ato **individual** [destaque nosso], que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social» (p. 21).

As passagens acima transcritas revelam a clara opção de Saussure pelo que há de social na língua, opção contrapontisticamente complementar à de Peirce, cujo estudo se volta para o ato individual da constituição do signo. O *Curso* não se ocupa, assim, da geração do signo desde o *ser*, isto é, dos fundamentos da constituição do signo *ab ovo*, como faz Peirce, mas do valor que ele assume ou pode assumir dentro de um sistema linguístico. O mote é o sistema e o valor de seus elementos como produto das relações que eles mantêm entre si. O referente fica, assim, excluído das ponderações do *Curso*, e Saussure, por conta disso, pode postular a arbitrariedade do signo linguístico¹⁴.

14. Cumpre lembrar aqui a questão da onomatopeia, cujo caráter arbitrário, dependente do sistema fonológico das línguas particulares, o *Curso de linguística geral* intenta provar. A semiótica peirceana, por sua vez, classifica a onomatopeia como um caso de **ÍCONE**, em que o signo, ou significante, guarda relação de “semelhança” com o objeto representado.

De acordo com Greimas (1975), foi exatamente a postulação do princípio da arbitrariedade do signo que “permitiu a Saussure proclamar a autonomia do objeto linguístico, e desde então o discurso científico pôde, nesse campo, satisfazer-se de sua coerência interna, visto ser adequada ao seu objeto” (p. 48). Nesse ponto, a linguística saussureana se contrapõe radicalmente à lógica neopositivista, cuja validade dos juízos se mede pela adequação deles a algum referente externo. A razão da divergência, vamos ao núcleo da questão, reside no fato de que, para os saussureanos, os neopositivistas não dão o devido peso à participação da língua “na construção do mundo dos objetos”, nem prestam contas à “realidade do recorte do mundo das significações, correspondente à diversidade das sociedades humanas” (p. 48). Por outro lado, o ponto de vista saussureano é acusado de hipostasiar a língua como um universo fechado e auto-suficiente, gerador do mundo dos objetos. Para Greimas (1975), esse impasse pode, todavia, ser superado desde que se conceba a própria percepção “como o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação” (p. 15) e, a partir disso, se labore em prol de uma semiótica, entendida como “teoria de todas as linguagens e de todos os sistemas de significação” (p. 48).

Segundo este modo de ver, a percepção e a significação correspondem-se, pois perceber é captar diferenças, é construir estruturas diferenciais de significação para que “o mundo ‘tome forma’ diante de nós, e para nós” (Greimas, 1996: 28). Em outros termos, assumir o mundo “natural” como significante para o homem é admitir a existência semiótica como objeto de investigação e inaugurar uma visada segundo a qual o ponto de vista é determinante para a constituição do próprio objeto. Consciente disso, Saussure chega a nós, pelas mãos de alguns de seus alunos, no *Curso de linguística geral*, como aquele que inaugura a Linguística moderna com sua inovadora postura epistemológica.

Como se sabe, o *Curso* considera as línguas naturais um fato social, e o signo linguístico é descrito como sendo uma entidade bifacetada, composta de um *significante* e de um *significado*, em

relação de dependência recíproca, cuja existência só pode ser concebida no interior de um sistema de valores, abstrato e coletivo, que subjaz a todo ato de comunicação, sustentando-o.

Se compararmos esta definição com a de Peirce, perceberemos que signo, para o filósofo estadunidense, corresponde apenas ao significante saussureano, o primeiro da relação triádica peirceana. Ora, se assim for, então, cumpre perguntar: essas duas concepções de signo podem ser aproximadas? Em caso afirmativo: qual(is) elemento(s) da concepção de signo de Peirce poderia(m) ser colocado(s) em correspondência com o significado saussureano: o objeto dinâmico, o objeto imediato ou o interpretante?

Problema intrincado este, de difícil tratamento, que lança estas duas vertentes da semiótica numa disputa fratricida, sobretudo quando os raciocínios desenvolvidos em suas trincheiras esforçam-se em autorizar um dos teóricos promovendo o sacrifício do outro.

Para Greimas e Courtés (2008), o problema gerador do dissenso entre elas reside na intromissão do referente, que:

amplia ainda mais o fosso que continua a separar as duas concepções da linguística e, sobretudo, da semiótica. Enquanto a análise dos signos não é para a semiótica europeia senão uma etapa a ser vencida rumo à descrição das redes de articulação das formas, a semiótica norte-americana (T. Sebeok) tende a marcar uma parada no nível dos signos e a proceder à sua classificação, que está baseada, então, em grande parte, no tipo de relação que o signo mantém com o referente. (p. 463)

De fato, além dessa parada na dimensão do signo, é forte o viés taxionômico da semiótica peirceana. Basta lembrarmos das tríades tipológicas elaboradas por Peirce (1975 e 1995) em função dos três elementos básicos que compõem o fenômeno sógnico, tal como ele as apresenta, ou seja:

- a) se considerada a relação do signo consigo mesmo, tem-se a tríade: quali-signo, sin-signo e legi-signo;
- b) se considerada a relação do signo com seu objeto, tem-se a tríade: ícone, índice e símbolo;
- c) se considerada a relação do signo com seu interpretante, tem-se a tríade: rema, discente e argumento.

Em seguida, ao propor uma rede em que essas tríades se interseccionam, formando novas tríades (desta vez, constituídas pelas combinações de signo, objeto e interpretante), Peirce (1975 e 1995) chega a um total de 27 elementos, mas destaca apenas dez como os signos possíveis, a saber:

- I) Quali-signo, icônico, remático
- II) Sin-signo, icônico, remático
- III) Sin-signo, indicial, remático
- IV) Sin-signo, indicial, dicente
- V) Legi-signo, icônico, remático
- VI) Legi-signo, indicial, remático
- VII) Legi-signo, indicial, discente
- VIII) Legi-signo, simbólico, remático
- IX) Legi-signo, simbólico, dicente
- X) Legi-signo, simbólico, argumental

A tipologia acima, além de evidenciar a parada na dimensão sgnica própria da semiótica peirceana e servir de exemplo de sua preocupação taxionomizante, permite perceber a presença forte do referente nas suas postulações teóricas, sobretudo se centrarmos nossa atenção na classe I, em que o signo é: com relação a si mesmo, uma pura qualidade; com relação ao objeto representado, um análogo; e com relação ao interpretante, um rema. Vê-se que o ponto do qual parte Peirce é o da qualidade sensível do mundo, daí o signo mais básico ser, para ele, o quali-signo. Em contraponto, a tradição saussureana procurou observar o fenô-

meno sígnico a partir da dimensão do legi-signo, estrato em que a noção de referente não tem tanta pertinência assim.

Na verdade, a tradição saussureana tem evitado tratar do referente porque este tema já foi objeto de tanta discussão, com cada escola de pensamento, ou pensador particular, esboçando ideias tão divergentes sobre ele, que, no ver de Greimas (1975), nós, os semioticistas, se formos tratar deste intrincado problema, correremos o risco de vermo-nos “mergulhados novamente, sem querer, na ‘eterna filosofia’”, correndo “o risco de nos transformarmos de linguistas (diríamos, hoje, semioticistas) – situação em que nos sentíamos mais ou menos à vontade – em maus filósofos” (p. 10).

Para evitar esta deriva é que Greimas e Courtés (2008), assuindo claramente o ponto de vista saussureano, assinalam que, “consagrando-se ao estudo da forma, e não ao da substância, a semiótica não poderia permitir-se juízos ontológicos sobre a natureza dos objetos que analisa.” (p. 194). Para estes dois autores, a semiótica deveria pronunciar-se sobre a *existência semiótica* e poderia “contentar-se com uma definição operatória”, segundo a qual “a existência semiótica de uma grandeza qualquer é determinada pela relação transitiva que, tomando-a como objeto de saber, a liga a um sujeito cognitivo” (p. 195). Ou seja, tudo parte da constatação de que “há sentido”, da qual decorre “a possibilidade de dizer alguma coisa a seu respeito”, mediante sempre a operação de *transposição* desse sentido, isto é, sua tradução. Assim, para Greimas e Courtés (2008), “falar do sentido’ é ao mesmo tempo traduzir e produzir significação” (p. 508), transpor a substância do sentido em significação, ou seja, em sentido articulado numa forma. O ato de transposição do sentido e as formas languageiras empregadas com este fim é o que, de fato, interessam à semiótica de linha saussureana.

PONTOS DE CONTATO

Para nós, o conceito de *transposição* da semiótica greimasiana pode ser aproximado do conceito de *interpretante* de Peirce, pois

ambos têm em comum a função tradutora. Assim como o interpretante é um signo que traduz outro signo, haveria igualmente dois signos envolvidos no processo da transposição: o transposto e o transponente. Nesse caso, a mediação a ser traduzida pelo signo transponente não envolveria o objeto (dinâmico ou imediato), como em Peirce, mas o significado, ou seja, o conteúdo do signo transposto, uma vez que o referente, entendido como coisa no mundo, não entra em cena nas postulações saussureanas. Desse modo, estabelecer-se-ia, de transposição em transposição, a mesma semiose ilimitada que vemos no jogo infinito dos interpretantes de Peirce. Essa constatação confere razão ao ponto de vista segundo o qual, na cadeia de signos que se forma nesse processo, só haveria significantes. Admitimos isso sem problema. No entanto, queremos fazer uma ressalva com base na afirmação de Santaella (1995), já citada aqui, que reproduzimos abaixo:

Peirce não fala de significado do signo. Contudo, certas inferências podem ser feitas a esse respeito. O interpretante é o significado do signo, ao mesmo tempo que se constitui em outro signo, o que redundava na já famosa afirmação peirceana de que o significado de um signo é um outro signo. (p. 88)

Se esta inferência tem lugar em Peirce, se, de fato, pudermos atribuir ao interpretante o estatuto de significado, é porque ele estabilizou-se numa relação de natureza sistêmica, na qual assume valor. Caso contrário, se não admitirmos uma parada, mesmo que momentânea, na deriva que leva de interpretante a interpretante, o processo de comunicação se inviabiliza, e não podemos mais falar de significação nem de significado.

Reiteremos. Para que o processo de tradução, mediante a intervenção de interpretantes, sirva à comunicação humana (ponto de vista saussureano), é preciso que algum interpretante se estabeleça num sistema, de cujas relações extraia seu valor. No momento em que um interpretante que traduz um signo é tomado como valor dentro de um sistema (de meros significantes, que seja!), ele

torna-se significado, isto é, passa a valer pela relação diferencial que mantém com outros interpretantes do mesmo sistema de significação. Portanto, na cadeia de interpretantes que o processo semiótico dispara, ganha verdadeiramente o estatuto de significado aquele(s) interpretante(s) que permite(m) ao “intérprete” (mente ou quase-mente) repousar num sistema.

Vamos a um exemplo bastante tosco que ilustra bem o que queremos dizer. Suponhamos que um silvícola da Amazônia brasileira não conheça a fruta “maçã”, e um antropólogo alemão, num primeiro contato com a tribo dele, queira fazê-lo realizar o ato referencial que aponte imprecisamente “no mundo”, em termos peirceanos, o objeto dinâmico referido via objeto imediato. Primeiro, o antropólogo diz “Apfel”, e o índio não compreende. Depois, diz “apple”, e novamente o ato de comunicação se frustra. Em seguida, por estar num país luso-falante, tenta “maçã”, e o índio continua sem entender. O antropólogo resolve, então, traçar algumas linhas na areia, mas não obtém êxito. Por fim, lembrando que trazia consigo um exemplar da fruta, saca-o da bolsa e mostra ao índio, crendo que finalmente o ato de comunicação se consumaria. Porém, o índio continua com o mesmo ar de interrogação. O que se passa entre o antropólogo e o índio?

O antropólogo está tentando estabelecer e gerenciar um ato de atenção conjunta com o índio, está tentando comunicar-se com ele, e, para isso, lança mão de significantes. Como não fala alemão, o índio desconhece o significado de “Apfel”. Por isso, o antropólogo recorre a outro significante (o interpretante “apple”) para traduzir a primeira relação signíca, mas o índio não sabe inglês e, portanto, não pode acessar o conteúdo do significante nesta língua. E assim por diante. O desenho não resolve o problema, nem mesmo um exemplar da fruta faz o índio entender o que o antropólogo quer dizer. Isto acontece porque nenhum dos significantes (ou interpretantes), nem mesmo o exemplar de maçã, na qualidade de *token* de um *type*, repousou num sistema, do qual pudesse extrair seu valor. Para que a compreensão se efetivasse

pelo ato ostensivo, o índio teria que dispor de uma estrutura mínima de significação das frutas.

Ora, é claro que o jogo de remissões entre significantes (ou interpretantes) na semiose é um dado incontornável. Mas também é claro que esse jogo não encontra o seu fim, pois é função do interpretante mediar a relação entre o signo e seu objeto (dinâmico ou imediato?). O interpretante, como se sabe, tem, para Peirce, natureza *sígnica* (constitui-se como “significante”) e, por isso, carece da mediação de outro interpretante, e assim segue. No entanto, num processo de comunicação efetivo, essa remissão sem fim, de interpretante para interpretante, levaria os seus actantes à falência orgânica por exaustão. Trata-se de uma experiência que se dilui na ordem do vivido, porque não replicável. É preciso conceber um sistema, mínimo que seja, para que a replicabilidade da experiência aconteça. Portanto, a noção de signo de Peirce não dispensa a de Saussure, pois o fenômeno da semiose é complexo o suficiente para as subsumir. Um ato de comunicação não pode prescindir de um sistema em sua base, mas também os sistemas não são conjuntos de signos estabilizados em termos de significante e significado, mas “uma reunião, cuja economia deve ser precisada, de estruturas de significação” (Greimas, 1976: 30). Dentro da tradição saussureana, Greimas, inspirado em Hjelmslev, tratou de dinamizar os sistemas de significação com o conceito de transposição, ao passo que Eco, por sua vez, dentro da tradição peirceana, procurou pensar, em seu *Tratado geral de semiótica*, a visão processualizante do signo de Peirce sem deixar de considerar a sua natureza sistemático-comunicacional. Assim, a trilha encontra-se aberta. Cumpre saber, então, quem estará disposto a trilhá-la.

Podemos dizer, em suma, que uma concepção de signo não dispensa a outra. Pelo contrário, vislumbramos a dimensão sistêmica de Saussure no conceito peirceano de *legi-signo*, em virtude do caráter simbólico deste, e, como procuramos mostrar, entendemos a operação realizada pelo *interpretante* de Peirce como similar à operação de *transposição* do sentido, cara à semiótica de inspiração saussureana.

Vistas sob este prisma, as concepções de signo nas semióticas de inspiração peirceana e saussureana não são tão inconciliáveis como podem parecer à primeira vista. Na verdade, certos pontos de convergência estão aí para serem identificados. Mais do que isso ainda, pode-se admitir certa complementaridade entre elas, sem que, para isso, tenhamos que necessariamente descurar das diferenças teóricas que as separam.

REFERÊNCIAS

- Eco, U. (1991) *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1997) *Kant e o ornitorrinco*. São Paulo: Record.
- GREIMAS, A. J. (1976) *Semântica estrutural: Pesquisa de método*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1975) *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes
- GREIMAS, A. J. E COURTÉS, J. (2008) *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto.
- HJELMSLEV, L. (1975) *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- PEIRCE, C. S. (1975) *Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1995) *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- SANTAELLA, L. (1995) *A teoria geral dos signos: semiose e autogeração*. São Paulo: Ática.
- _____ (2001) *Matrizes da linguagem e do pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras,.
- SAUSSURE, F. de. (s/d.) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

Afinação do sentido no progresso semiótico

LUIZ TATIT
USP/CNPQ

PRIMEIROS ACORDES

Ao destacar que na língua só há *diferenças*, Saussure criou as bases de um pensamento relacional que não apenas favoreceram o nascimento de diversas concepções sistêmicas nas teorias da linguagem do início do século XX, como também exportaram aos demais domínios das ciências humanas a necessidade de uma metodologia de cunho *estrutural*. Para o linguista suíço, a língua internalizada pelo falante era um sistema de signos, homogêneo em sua totalidade, mas distintivo e significativo quando examinado no âmbito dos seus termos e relações. Embora levasse em conta as semelhanças que tornam os objetos comparáveis, Saussure via em suas oposições a verdadeira fonte do sentido.

Seguidor fiel de Saussure, o dinamarquês L. Hjelmslev adota, ainda com mais rigor, o pensamento relacional, mas, em vez das diferenças, chama a atenção para as *dependências* internas que asseguram a conformidade do sistema geral. Mais sintagmática do que paradigmática, a teoria do linguista de Copenhague já previa uma concepção de texto na qual os dados locais se integram na construção global e dão origem a um sentido coerente. Nesses termos, para Hjelmslev, mais importante que o sistema de signos era o processo de significação, ou seja, a construção do sentido a partir dos discursos.

Em sua primeira grande pesquisa de método para a análise do sentido nos textos, lançada com o título de *Semântica Estrutural* (1973), edição original de 1966, A. J. Greimas concebeu sua famosa “estrutura elementar” da significação conciliando diferenças e dependências no mesmo modelo e se posicionando diante das orientações linguísticas da época que hesitavam entre, de um lado, abordagens contínuas e evolutivas e, de outro, perspectivas descontínuas e sistêmicas. Como já deixa entender no seu tema de pesquisa, Greimas adota o enfoque estrutural, fundado nas relações e oposições sêmicas, como o único capaz de promover uma descrição científica da linguagem. Abandona a visão histórica, mas reincorpora o conceito de continuidade como parte categorial da própria estrutura elementar: ao mesmo tempo que constatamos uma nítida distinção entre, por exemplo, pera e maçã, reconhecemos que há continuidade entre ambas no interior da categoria “fruta”. Esta ocupa, portanto, a posição definida pelo semiótico como “eixo semântico”, espécie de cruzamento que reúne continuidade e descontinuidade na mesma célula estrutural.

Tal célula tornou-se também o embrião da teoria narrativa cujas bases foram lançadas pelo escritor lituano no mesmo volume: as conjunções e disjunções entre actantes nada mais eram então que a expansão ao longo do texto das semelhanças e diferenças já contidas no eixo semântico (nesse caso, a “junção”). Greimas traçava um paralelo evidente entre os conceitos de “semelhança”, “continuidade”, “conjunção” e, ainda, “identidade” (Greimas, 1973: 29) para caracterizar o que havia de comum entre dois termos e, conseqüentemente, já deixava implícitas as noções de “diferença”, “descontinuidade”, “disjunção” e “alteridade” para explicar a apreensão das distinções.

Essa tradição da semiótica greimasiana é bem conhecida, mas o progresso teórico que posteriormente desembocou nos estudos passionais, estésicos e estéticos das últimas duas décadas deixou uma lacuna poucas vezes mencionada, e quase nunca bem explicada, por seus pesquisadores. A recuperação dessa espécie de elo

perdido, entre a semiótica do *fazer* e a semiótica do *ser*, encontra-se, a nosso ver, num pequeno artigo escrito pelo semioticista brasileiro Edward Lopes num período em que surgiam as primeiras propostas para um estudo metódico das paixões (Lopes, 1989/1990).

Segundo este autor, já existe uma historização no âmago da estrutura elementar que faz com que todo sujeito seja não apenas um *ser* (sujeito de estado com suas crenças e competências modais), mas sobretudo um *ser em transição*, que transporta em si a própria história. Explica que, pelo princípio da identidade e na qualidade de *ser*, esse sujeito é sempre um pouco do que já foi no passado e embrião do que virá a ser no futuro; pelo princípio da alteridade e na qualidade de *não-ser* (pois o sujeito nunca está completo), esse sujeito não é mais o que foi no passado nem é ainda, plenamente, o que virá a ser no futuro.

É nessa acepção temporal de estrutura que enxergamos a primeira analogia com o conceito de acorde musical, na medida em que as notas que o compõem mantêm entre si relações de consonância (identidade), baseadas em intervalos de terça, quinta, sexta e oitava, ou de dissonância (alteridade), baseadas em intervalos de segunda, sétima e versões aumentadas e diminutas. O acorde também deve ser avaliado como um ser em transição no interior do sintagma da obra, já que suas funções (subdominante, dominante, tônica etc.) se alteram de acordo com a tonalidade geral acusticamente depreendida na evolução da peça. Numa sequência em que a tonalidade ampla se caracteriza como Sol maior, por exemplo, os movimentos cadenciais em torno do acorde G (o próprio sol, suas relativas menores, mais os acordes de dó e ré) só reiteram a identidade tonal da música facilitando o seu reconhecimento como tal. A inserção de intervalos alterados nessa sequência de acordes nos apresenta o *não-ser* da obra, ou seja, a alteridade que nos leva a constatar que a música presente só se completará de fato quando incorporar a música ausente. Isso ocorre no sistema tonal toda vez que se executa uma modulação.

O tonalismo tem na chamada série harmônica um parâmetro seguro para o estabelecimento de identidades. De todo modo, à medida que se afastam do núcleo da nota acionada, os harmônicos que a compõem tornam-se alturas ambíguas e cada vez menos dependentes do tom principal. São dissonâncias implícitas ao sistema tonal que sugerem passagens para outras tonalidades ou, simplesmente, instabilidades que limitam a força centrípeta dos acordes. Os modelos seriais e atonais, em especial o dodecafonismo, tentaram insistentemente abandonar a referência quase onipresente da série harmônica no monumental repertório da música europeia criada até o século XIX. Forçoso reconhecer que, de fato, conseguiram baixar expressivamente o poder centralizador do sistema substituindo a própria noção de acorde pela de “agregado” de notas, uma vez que os tons tocados em concomitância não mais se baseavam em compatibilidade harmônica. Se essas experiências não se impuseram como a “música do futuro” – assim desejavam os seus criadores –, trouxeram exemplos-limite de rejeição aos “acordos” e dependências que garantiram a longa hegemonia dos processos tonais de composição. Os agregados não deixavam de ser acordes que privilegiavam bem mais as diferenças e as alteridades que as dependências e as identidades. Nesse sentido, uma obra dodecafônica dirige-se mais para a música ausente que para si própria, o que faz com que, até hoje, transmita estranheza aos ouvidos menos treinados (e mesmo aos mais treinados).

Assim como vimos no caso da historização da estrutura elementar, os conceitos sintagmáticos de Greimas também operam com expansões do acorde ao longo do texto. Quando reconhecemos que a noção de *isotopia* prevê um processo de recorrência sêmica, o qual, por sua vez, reforça um núcleo de sentido e ajuda a dissolver possíveis ambiguidades do discurso, estamos concebendo verdadeiras cadências em torno de uma tonalidade de conteúdo e evitando dissonâncias que provoquem desvios (de

sentido) indesejáveis. Por outro lado, as evoluções de uma isotopia a outra são movimentos conceituais que muito se assemelham às modulações tonais.

No nível narrativo, o acorde expandido se manifesta nos estados de junção entre sujeito e objeto e nas relações intersubjetivas, contratuais ou polêmicas. No primeiro caso, a plenitude conjuntiva dos actantes sujeito e objeto polariza a identidade e a noção que temos de um ser em total “harmonia”: o objeto (o outro) deixa de existir temporariamente pois foi absorvido pelo sujeito. Esse actante único não vê sentido em se deslocar (o objeto já está dentro de si) e não se desloca porque não vê sentido (não precisa tomar uma direção). A harmonia enfraquece o sentido (a busca do outro) na mesma proporção em que o sentido, a direção, desfaz a harmonia. O ser em transição deve sua mobilidade narrativa à alternância dessas duas situações. Do mesmo modo, no plano intersubjetivo, as relações contratuais entre Destinator (D^r) e Destinatário (D^o) garantem a consonância plena dos interesses, a estabilidade do quadro actancial, enquanto as relações polêmicas, entre sujeito (S) e antissujeito (A), respondem pelas dissonâncias irresolúveis que instabilizam a narrativa ao mesmo tempo que a fazem progredir. A relação contratual é de natureza contínua e unidirecional (D^r → D^o) e se baseia na conciliação; a relação polêmica é de cunho descontínuo e opositivo e se baseia no conflito (S ≠ A). Greimas e Courtés já diziam, no *Dicionário de Semiótica*¹⁵, que a primeira relação determinou a visão da sociedade como instância de “troca” e “coesão social”, ao passo que, a segunda, determinou a abordagem social como “luta de classes” (Greimas & Courtés, 2008: 376). Impossível não enxergar, no primeiro caso, a predominância das relações de dependência hjelmslevianas, no segundo, o reino das oposições saussurianas, e, em ambos, os componentes de um acorde que dosa, no desenrolar sintagmático, as porções de identidade e alteridade.

O mesmo princípio explica as relações de junção no universo passional. Os sentimentos de falta quase sempre envolvem rup-

15. Edição francesa original de 1979.

turas pontuais num domínio de forte prevalência dos laços afetivos. As disjunções espaciais entre actantes (perdas, separações, desencontros etc.) só adquirem valor realmente passional quando ocorrem num contexto de significativa conjugação temporal. São os vínculos com o passado (saudade, recordação, nostalgia etc.) ou com o futuro (esperança, atração, desejo etc.) que dramatizam a desunião espacial do presente. Sem eles, as disjunções seriam estados actanciais mecânicos pouco relacionados com o que conhecemos como progresso narrativo. A extensão temporal é o eixo semântico que dá sentido às oposições actanciais.

O compositor brasileiro Chico Buarque escreveu na década de 1980 uma letra de canção que apresenta claramente, em registro lírico-passional, a subordinação das relações disjuntivas espaciais às relações conjuntivas temporais. Sob o título sugestivo “Pedaço de Mim”, o compositor, à época engajado com o clamor nacional pela anistia aos exilados políticos, propõe a figura de um enunciador (eu) que se dirige ao enunciatário (tu) como se este fosse a parte que lhe falta para completar a própria identidade. Nessa acepção, a necessidade do outro vai muito além da determinação sintáctica que faz de todo sujeito um “buscador” de objetos. Indica, isto sim, que a alteridade é elemento constituinte da identidade. Diante da impossibilidade de recuperar o outro (tu) e, portanto, de completar o seu próprio “ser”, aniquilado por forças antagonistas, o enunciador roga-lhe que desapareça definitivamente, já que o elo temporal perene (“a saudade”) não permite que a ferida cicatrize:

“Oh, pedaço de mim
Oh, metade amputada de mim
Leva o que há de ti
Que a saudade dói latejada
É assim como uma fígada
No membro que já perdi”

A POTENCIALIZAÇÃO

Os estados de junção do sujeito narrativo sempre estiveram na base da reflexão sobre a existência semiótica. Para evitar as definições ontológicas que isolam sujeitos e objetos, atribuindo-lhes traços substanciais, os autores do *Dicionário de Semiótica* estabeleceram graus de proximidade entre esses actantes que responderiam em última instância pelos seus respectivos modos de existência: [1] virtual, quando há disjunção entre sujeito e objeto; [2] atual, quando atinge a fase de não-disjunção e [3] real, quando há plena conjunção. No período de implantação da semiótica das paixões, houve um esforço especial no sentido de inserir no modelo os graus de afastamento entre tais funções, o que, de acordo com os termos do quadrado semiótico, se resumia em conceituar o modo de existência próprio da não-conjunção. Depois de alguns desvios e correções de rota, a semiótica elegeu a “potencialização” como o modo que define a perda do objeto ou, para falarmos em tom mais tensivo, a progressiva perda de densidade de presença do objeto-valor. Hoje em dia, o modo de presença potencializado (tem sido mais frequente o termo “presença” no lugar de existência) é aquele que sucede a plena realização conjuntiva entre sujeito e objeto e que antecede a disjunção propriamente dita, na qual as relações entre os actantes tornam-se apenas virtuais.

Na verdade, ao trazer para o quadro teórico da semiótica a noção de “densidade de presença” (Fontanille & Zilberberg, 2001: 59), os pesquisadores estavam incorporando, embora não as tenham mencionado explicitamente, as propostas sugeridas por Greimas em sua última obra exclusiva: *De l'imperfection* (1987). É nesse volume que o autor trata de encontros especiais entre sujeito e objeto, mostrando que nem sempre a conjunção decorre dos processos narrativos baseados na espera. Às vezes, podemos ter os chamados encontros epifânicos, ou de outra natureza, que emergem de forma inesperada no campo de presença do sujeito provocando rupturas significativas no seu projeto de vida. Nesse

caso, a realização corresponde a um aumento expressivo da densidade de presença do objeto, o que o torna distinto dos objetos conquistados diariamente. Tomemos um exemplo retirado do primeiro ensaio do livro *O Arco-Íris Branco*, escrito pelo poeta concretista Haroldo de Campos:

Em 25 de julho de 1814, o velho Goethe (em um mês e poucos dias, agosto, 28, completaria 65 anos) decide-se a revisitar sua cidade natal, Frankfurt, com destino a Wiesbaden, para uma estação de repouso, a conselho médico. Assim que ele empreende a viagem de Weimar, por Erfurt, à querida região renana que o viu nascer, ele entrevê, nas brumas da manhã, um arco-íris branco. Henri Lichtenberger, que descreve o episódio no prefácio à edição Aubier, bilíngue, do *Divã Ocidental-Oriental*, comenta que, à visão desse raro fenômeno meteorológico (um arco-íris sem raios coloridos), o poeta-naturalista se sentiu rejuvenescer, interpretando-o como presságio de ‘uma nova puberdade’. (Campos, 1997: 15)

Todas as ocorrências típicas de uma estação de repouso (em Wiesbaden), assim como o reencontro com pessoas e imagens de sua terra natal (em Frankfurt), estavam previstos na trajetória narrativa do escritor alemão. Esses contatos teriam, certamente, alguma (ou muita) importância em sua história de vida, mas nada se compara com a visão surpreendente de um arco-íris branco que lhe surge à frente e o faz experimentar a sensação agradável de rejuvenescimento. A densidade de presença deste último objeto, deste acontecimento tonificado, é bem maior que a apreendida pelo sujeito em seus outros momentos de viagem. Ao término de toda a experiência, podemos imaginar que a potencialização dessa visão específica, embora sofra a mesma atenuação das demais (toda potencialização é pós-impacto), passe a ocupar um lugar especial no mundo subjetivo de quem a vivenciou. Por isso, esse modo de presença pressupõe que a realização da plenitude conjuntiva esteja encerrada e que, doravante, só se possa contar

com a memória, do ponto de vista individual, e com a história, do ponto de vista coletivo (Zilberberg, 2011: 169).

De fato, quando nos referimos à memória, quase sempre nos apoiamos em registros nítidos de relativamente poucas ocorrências que se convertem em verdadeiras balizas para a reconstituição dos dados menos marcantes, mas que também compuseram nossa atual identidade. As práticas psicanalíticas já deram bastante notoriedade a esse processo mental. Para a semiótica, a potencialização é o modo de presença que tenta explicar essa absorção da experiência conjuntiva (do sujeito com objetos do mundo e com outros sujeitos) na vida dos seres humanos. Conforme a densidade de presença do acontecimento, teremos potencialização mais átona ou mais tônica. A mais átona descreve o ato simples de assimilação de toda e qualquer vivência para reaproveitá-la em situações futuras ou novas atualizações. Muitas vezes o sujeito nem possui consciência dessa assimilação, visto que decorre de experiências cotidianas aparentemente irrelevantes, mas que, nem por isso, escapam de sua apreensão. Nessa acepção, potencializar significa passar para um estado “potencial”, latente e temporariamente inativo. A pouca densidade de presença do fenômeno em realização não chega, nesse caso, a despertar a consciência da assimilação, ainda que esta se evidencie nas novas manifestações do sujeito, quando, por exemplo, segue ritos sociais, incorpora operações mecânicas, domina sua língua materna e novas línguas, ou, simplesmente, repete (ou altera) comportamentos em função da experiência anterior.

A potencialização mais tônica resulta da alta densidade de presença do objeto, como no caso do arco-íris branco. Mesmo que tal densidade necessariamente se atenua, o impacto da realização deixa marcas profundas na memória do sujeito. Como já disseram os autores de *Tensão e Significação*, “para uma semiótica da presença, a relação não vai da diferença para a tonicidade, mas sim da tonicidade para a diferença” (Fontanille & Zilberberg, 2001: 133). Ou seja, o que surge como força e acento em realização se potencializa como diferença e relevo e produz no sujeito

uma “saudade da comoção”. É previsível que essa disjunção virtual logo se reatualize em sentimento de falta e, por fim, se realize em nova conjunção. Nessa acepção tônica, potencialização significa que um objeto concentrado, com alta densidade de presença, ingressa na memória com maior potência e maior propensão para novamente atrair o sujeito ou para lhe auxiliar, como ponto de referência, na reconstituição das lembranças menos marcantes. (Tatit, 2010: 154-156)

Não é difícil reconhecer que a potencialização átona, ao assimilar progressivamente ritos, hábitos, formas gramaticais etc., garante ao sujeito sua constituição identitária, enquanto a potencialização tônica, ao introjetar forças que se convertem em diferenças, permite ao sujeito uma relação mais profunda com o outro ou com aquilo que se destaca em seu universo sensível e cognitivo. Novamente, instala-se o acorde, com seus componentes átonos e tônicos, já presente na estrutura elementar da significação idealizada por Greimas nos anos 1960, mas, desta vez, semiotizando as famosas experiências estéticas relatadas pelo autor no livro de 1987.

TONALIDADE E TONICIDADE

Essa metáfora musical pode trazer alguma confusão conceitual, talvez mais para os músicos que para os semioticistas. Houve momentos neste trabalho em que falamos de “tônica” referindo-nos ao sistema tonal (tonalismo, tonalidade) e ao acorde musical que representa o centro desse modelo de criação estética. Ao definirmos a potencialização, porém, empregamos o termo “tônico(a)” no sentido semiótico, ou seja, em oposição ao termo “átono(a)”, ambos como articulações da categoria “tonicidade”, que abrange as variações de intensidade ou de ênfase tanto no plano da expressão como no plano do conteúdo (Zilberberg, 2011: 289).

Para o raciocínio que vimos desenvolvendo, essas diferenças de acepção produzem efeitos contrários. O acorde de tônica exer-

ce função identitária no universo musical e pode ser caracterizado por certa atonia no plano semiótico. Ele apenas confirma o regresso ao centro do sistema e que a música, em última instância, é fiel a si própria. Já a significação tônica é aquela que se sobressai numa prática significante e vira motivo de destaque no interior do sujeito, atraindo-o para uma relação com o outro. No campo musical, são as notas estranhas à tonalidade que “tonificam” o acorde mobilizando-o em direção a outros tons e, por vezes, a outras músicas.

Lembramos que o acorde aqui concebido é composto tanto de elementos átonos, fartamente reiterados no decorrer de um processo sintagmático, que asseguram a homogeneidade do seu “ser”, sua identidade, quanto de elementos tônicos, apreendidos como destaques e absorvidos como diferenças pertinentes, que asseguram a heterogeneidade desse mesmo “ser”, sua alteridade. As célebres consonâncias (átonas) e dissonâncias (tônicas), tão estudadas na área musical, são conceitos que nos ajudam a compreender as variações de tonicidade (e não de tonalidade) que regulam essa atividade artística.

CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS SEMIÓTICAS

O fato de a semiótica ter surgido como uma rigorosa “pesquisa de método” (expressão que serviu de complemento ao título de sua obra inaugural: *Sémantique structurale: recherche de méthode*) e de ter abraçado o pensamento estrutural como conduta científica acabou determinando suas escolhas epistemológicas e mesmo seus principais objetos de estudo. Tivemos um longo período no qual eram privilegiadas as reiterações sêmicas e actanciais, as poucas modalidades presentes em todo discurso, as três etapas narrativas (manipulação, ação e sanção), a sintaxe sumária do quadrado semiótico, a organização das categorias num percurso gerativo, enfim, tudo que pudesse traduzir constância no universo extremamente variado do sentido. E para que a abordagem tivesse base científica, todas as noções deveriam ser expressas por

uma “malha funcional de dependências” (Hjelmslev, 1975: 83), o que, aliás, se realizou com brilho na publicação do mencionado *Dicionário de Semiótica*. Assim, podemos dizer que, mesmo reconhecendo o lugar teórico das diferenças e admitindo a existência dos dados inesperados – e tonificados – na manifestação do sentido, a semiótica empenhou-se por quase duas décadas em sua atonização, redução e inclusão nas categorias já existentes. Um dos sintomas dessa atitude eram os procedimentos, necessários ao modelo narrativo, de “liquidação da falta” e, menos frequentemente, de contenção do excesso.

Ora, tudo ocorre como se o acorde do sentido não suportasse dissonâncias e essas fossem geradas por aspectos quantitativos. O sentimento de falta é um caso de ausência que precisa ser narrativamente recusado por um sujeito para que este possa, em seguida, ingressar numa esfera de positividade e aumentar os seus valores desejados ou devidos. Ambos os estágios podem ser lidos com a ajuda das “sílabas tensivas” *mais* e *menos* propostas recentemente por C. Zilberberg (2011: 54-60). O primeiro, ainda no terreno da negatividade, representa a etapa do restabelecimento (*menos menos*), enquanto o segundo já define a fase do recrudescimento (*mais mais*). Até aqui, temos uma faixa comedida, moderada, agora no campo da positividade. Se a progressão persistir, podemos chegar à saturação, a um excesso de *mais* (ou a “somente mais”, nas palavras de Zilberberg). Para conter o excesso, é preciso que o sujeito siga um itinerário descendente, amenizando o que é considerado exorbitante (*menos mais*) e, por vezes, se contentando com quantidades mínimas (*mais menos*), como ocorre com os poetas japoneses que se dedicam ao haikai. São fases de atenuação e minimização. Para além dessas etapas teremos um excesso de *menos* (ou “somente menos”), equivalente à extinção, o que pode conduzir a novo sentimento de falta e nova ascendência.

Essas quantificações totalmente subjetivas (daí o seu interesse) já estão presentes na denominação dos intervalos entre as notas de um acorde musical. Dizemos “quinta aumentada”,

“quinta diminuta”, “nona aumentada”, “sétima diminuta” etc., para nos referirmos às dissonâncias causadas por intervalos que ultrapassam, para mais ou para menos, os medidas justas ou, simplesmente, maiores. No âmbito da música tonal, ao longo de muitas décadas, esses “excessos” podiam ser utilizados desde que “resolvidos” nos graus diatônicos da escala, ou seja, os aumentos e as diminuições dos intervalos eram admitidos apenas em acordes transitórios que se afastavam do tom mas mantinham a promessa de a ele retornar.

Pois a semiótica operou, até o início da década de 90, com “consonâncias” comedidas. As surpresas eram consideradas manobras do antissujeito que precisavam ser contornadas pelos processos narrativos e reintegradas ao modelo baseado na espera. Os excessos de *mais* ou de *menos* eram respectivamente corrigidos pelas atenuações e pelos restabelecimentos. Eram também “dissonâncias” admitidas, mas logo refutadas pelos procedimentos analíticos que não a previam. Os dados tônicos do texto descrito sofriam um processo de atonização para fazerem parte da rede conceitual já construída. Num exemplo banal, diríamos que um estado final de conjunção, expresso na indefectível fórmula S O, servia para representar tanto o encontro de Goethe com o arco-íris branco como o encontro de um ator qualquer com seus documentos numa seção de “achados e perdidos”.

Talvez o desprestígio da retórica e da estilística na era das ciências estruturalistas, em particular da linguística com pretensões científicas, tenha sido responsável por esse tipo de nivelamento descritivo que deixou de considerar as diferenças de intensidade e densidade criadas nos textos, a ponto de quase reduzi-los a uma espécie de denominador comum formado por noções operacionais indiferentes aos graus de acentuação. A própria dupla Greimas e Courtés exaltava, no prefácio do segundo volume do seu *Dicionário de Semiótica*¹⁶, a contribuição dos semioticistas (“um núcleo sólido”) que, em seus verbetes, consolidavam a fun-

16. *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, vol. II, 1986, p. 6. Obra não traduzida em português.

ção metodológica da semiótica, refinando os seus conceitos já consagrados na tradição estrutural, ao mesmo tempo que deixava transparecer, sem perder a cortesia, certo desconforto com as tendências que pleiteavam, de um lado, a formalização matemática dos conceitos (“physique des humanités”) e, de outro, a dinamização das estruturas (“une sorte de vitalisme renaissant”). Não obstante, na mesma época, nas páginas do já citado *De l'imperfection*, Greimas, tentando equacionar de algum modo a apreensão estética, faz indagações parassemióticas sobre justamente as mudanças de acentuação:

Pour éviter que l'itération d'attentes ne dégénère en monotonie, un déplacement d'accentuation, risqué, est concevable : une syncope tensives, réalisant le temps fort par anticipation et une prévenance à l'égard de l'attente d'autrui ; ou alors un *sostenuto* prolongeant l'attente, accompagné d'inquiétude, mais revigorant le temps fort encore espéré. La turbulence ainsi créée revalorise alors de rythme essoufflé. (Greimas, 1987: 94)

A TONIFICAÇÃO

Há encontros com objetos altamente tonificados que exigem recursos analíticos mais apurados. A tonificação é atualmente o modo dinâmico de estabelecer diferenças. A prática da homogeneização dos termos numa categoria mais abstrata e o costume de privilegiar a relação em detrimento das oposições representaram progresso científico para as teorias da linguagem, mas viraram, quase sempre, formas de atonização dos objetos de estudo. Não é por outra razão que Claude Zilberberg vem cada vez mais chamando a atenção para o papel do acontecimento na semiótica de hoje. Para o autor, não se trata apenas de inserir o inesperado no coração de uma teoria que se baseava na espera, mas, sim, de introduzir esse conceito numa semiótica da interdependência em que o elemento acentuado afeta e é afetado por todas as coordenadas tensivas que lhe tornaram perceptível. É assim

que o teórico francês traduz semioticamente o aforisma de Paul Valéry: “Tout événement brusque touche le tout. Le brusque est un mode de propagation” (1973: 1288).

O acontecimento no plano objetual corresponde àquilo que *sobrevém* no plano subjetal, mas ele só pode ser devidamente avaliado, em primeiro lugar, no interior de uma célula complexa que pressupõe o *advir* de uma grandeza num dado campo de presença e sua constante articulação com a progressividade do *pervir* (parvenir). Em contraste com este último, a cifra intensiva do sobrevir é acelerada e tonificada, de tal modo que o acontecimento só pode ser compreendido depois de sua ocorrência. É o depois que explica o antes, assim como no caso dos acordes dissonantes: o caminho harmônico posterior justifica as alterações (intervalos aumentados e diminutos) inseridas num acorde anterior. Essas condições de andamento e tonicidade acabam também influenciando sua natureza extensiva, normalmente associada à brevidade. Em segundo lugar, pelo fato de o campo de presença não dispor dos elementos que poderiam prevenir o sujeito da sua chegada, o acontecimento, quanto mais tônico, menos se insere nos termos de um pensamento implicativo, o que põe em xeque a competência modal do sujeito. O arco-íris branco paralisa Goethe, retira-lhe a competência, até que, mais tarde, ele consegue interpretá-lo como o sinal de uma nova puberdade. Afinal, tratava-se de um raro fenômeno meteorológico com o qual, em princípio, ninguém espera se defrontar. Mas o impossível, ou quase impossível, acontece. Traduzido pelo pensamento concessivo: embora não se esperasse, aconteceu! Para descrever o gesto inconcebível do protagonista de um dos seus principais contos (“A Terceira Margem do Rio”), aquele que decidiu permanecer numa canoa sobre as águas de um rio por toda a vida, o escritor João Guimarães Rosa expõe o sumo do pensamento concessivo: “Aquilo que não havia, acontecia” (Rosa, 1968: 33).

É Guimarães Rosa, aliás, quem, através de suas histórias com personagens infantis, estuda a fundo a questão do acontecimento. No conto “Os Cimos”, o Menino indaga “por que não podíamos

apreciar plenamente as coisas boas que aconteciam?” O mesmo personagem responde à pergunta levantando diversas hipóteses, das quais comentaremos apenas as duas primeiras: [1] “porque sobrevinham depressa e inesperadamente, a gente nem estando arrumado.” (Rosa, 1968: 170)

Essa hipótese envolve o “sobrevir” na esfera do sujeito, o andamento acelerado na esfera do objeto, o salto de etapas que instaura o conceito de *surpresa* (“inesperadamente”) e ainda um modo figurativo de se referir a uma desordem no campo da identidade (“a gente nem estando arrumado”). Quando o acontecimento tônico sobrevém, a velocidade do objeto se mostra sempre superior à velocidade presumida pelo sujeito. Parafraseando P. Valéry, *o que já é* [no plano objetual] *não é ainda* [no plano subjetual] – *eis a Surpresa* (Valéry, 1973: 1290). É fácil estabelecer a concessão subjacente: embora o sujeito não esperasse o objeto, ele surgiu.

SURPRESA	
acontecimento (plano objetual)	sobrevir (plano subjetual)
já é	não é ainda

Uma vez que a surpresa figura no conto como razão para o não aproveitamento pleno dos acontecimentos positivos, podemos deduzir que sua velocidade exorbitou, prejudicando a capacidade de avaliação do personagem. Isso significa que existem outras condições, opostas a essas, que favorecem a apreensão do sujeito. Em vez do “sobrevir”, que fratura sua identidade, o “pervir” (chegar gradualmente de um ponto a outro), que supõe um planejamento para o encontro do objeto bem antes de sua chegada. Nos termos de Valéry: *o que não é ainda* [no plano objetual] *já é* [no plano subjetual] – *eis a espera* (idem). Também é fácil estabelecer a implicação subjacente: dado que o sujeito esperava o objeto, ele surgiu. Essa é a articulação da espera que norteou a semiótica narrativa desde os seus primórdios. Assim como o sobrevir é de-

terminado pela alta tonicidade e aceleração do acontecimento, o pervir é gerado pela atonia e desaceleração do “exercício”, termo esse escolhido por Zilberberg (2012: 60-61):

ESPERA	
exercício (plano objetal)	pervir (plano subjetal)
não é ainda	já é

É essa complexidade associada à espera que assegura ao sujeito uma identidade plenamente reconhecível, sem acidentes de percurso. Sua competência de actante ativo é preservada já que mantém sob controle não apenas o objeto, mas principalmente o tempo dispendido para obtê-lo. Nesse âmbito da espera encontra-se o personagem “arrumado” do texto rosiano, ocupando o eixo semântico átono do ser que dá respaldo à percepção do não-ser, a alteridade incômoda responsável pela autonomia do objeto e por sua capacidade de surpreender.

AFINAÇÃO DO SENTIDO

Para se sentir “arrumado” e poder aproveitar melhor os benefícios do bom acontecimento, o Menino precisaria corrigir alguns parâmetros tensivos: acelerar um pouco o andamento do sujeito enquanto desacelera o do objeto, diminuir o excesso de tonicidade, expandir a alta concentração do acontecimento traduzindo-o em etapas de um exercício. Enfim, precisaria “afinar” o acorde do sentido com movimentos ascendentes ou descendentes até atingir um ponto ideal de apreensão. Antes de contar com os recursos tensivos, C. Lévi-Strauss já reconhecia esses movimentos na audição de peças musicais: “A emoção musical provém precisamente do fato de que a cada instante o compositor retira ou acrescenta mais ou menos do que prevê o ouvinte [...]” (1991: 25).

Mas a afinação desse acorde é bastante delicada. Se, por exemplo, a desaceleração do objeto ultrapassa um dado limite e a tonicidade perde sua força, o acontecimento pode se descaracterizar e, novamente, deixaremos escapar as boas coisas que ele nos proporciona. Desta vez, por excesso de lentidão e atonia ou, de acordo com a segunda hipótese do Menino, pelo fato de se transformarem em coisas excessivamente [2] “esperadas, e então não tinham gosto de tão boas, eram só um arremedado grosseiro” (Rosa, 1968: 170).

A espera decorre de consonâncias no plano subjetivo do ator que, à custa de muito exercício, conquista uma série de previsões e organiza o seu percurso narrativo. A surpresa decorre de dissonâncias ocasionadas por acontecimentos inesperados que desestabilizam a temporalidade interna do sujeito. Ambos os conceitos, porém, convivem, e formam verdadeiros acordes, sobretudo quando há ajustes de suas “cordas”, as qualidades tensivas definidas por oscilações de andamento, tonicidade, abrangência, extensão (temporal e espacial) etc. Estes são os recursos atuais que articulam os termos complexos “espera” e “surpresa” e evitam que fiquemos nos comentários gerais sobre as relações entre o previsível e o inopinado.

Esse acorde, composto ao mesmo tempo de elementos átonos e tônicos, aparece na mesma obra de Guimarães Rosa numa única expressão: “soência de sobrevir” (Rosa, 1968: 173). O Menino se encanta com um lindo pássaro colorido, um tucano, único remanescente de dezenas dessa espécie que lhe aparecia regularmente ao amanhecer no topo das árvores por apenas 10 minutos. Numa autêntica “espera do inesperado” (Greimas, 1987: 89), já que a possibilidade de o tucano não mais aparecer, como os demais, fazia sempre de sua vinda um acontecimento, o Menino respeita a pontualidade habitual (a soência) do pássaro, mas não deixa de se surpreender cada vez que aquelas cores lhe sobrevivem. Afinando as cordas do sentido, ele capta a intensidade do momento vivido sem perder as balizas da própria identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Haroldo (1997) *O Arco-Íris Branco*. São Paulo: Imago.
- FONTANILLE, Jacques & ZILBERBERG, Claude (2001) *Tensão e Significação*. São Paulo: Discurso Editorial : Humanitas. .
- GREIMAS, Algirdas Julien (1973) *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- _____ (1987) *De l'imperfection*. Périgueux : Pierre Fanlac.
- _____ & COURTÉS, Joseph (2008) *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto.
- _____ & COURTÉS, Joseph (1986) *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris : Hachette, v. II.
- HJELMSLEV, Louis (1975) *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1991) *O Cru e o cozido*. São Paulo: Brasiliense.
- LOPES, Edward (1989-1990) “Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais”. *Cruzeiro Semiótico* (“Semiótica das paixões”). Porto: Associação Portuguesa de Semiótica.
- ROSA, João Guimarães (1968) *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TATIT, Luiz (2010) *Semiótica à Luz de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- VALÉRY, Paul (1973) *Cahiers*, tome 1. coll. La Pléiade. Paris : Gallimard.
- ZILBERBERG, Claude (2011) *Elementos de Semiótica Tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- _____ (2012) *La structure tensiva*. Liège: Presses Universitaires de Liège

PARTE II

**ESTUDOS HISTÓRICOS
E DA RECEPÇÃO**

Trubetzkoy e Saussure

LEDA BISOL
PUCRS/CNPQ

A gramática sincrônica que se instaura com as ideias de Saussure e teve como seus primeiros representantes Trubetzkoy e Bloomfield é o resultado natural do desenvolvimento dos estudos linguísticos que se seguiram aos estudos de gramática histórica.

Bopp e Grimm iniciaram os estudos histórico-comparativos da linguagem que, com Max Muller, Schlegel e Schleicher desenvolveram-se no sec. XIX, consagrando a linguística como ciência. Nesses estudos, foi introduzida a teoria de Darwin por Schleicher com três ideias básicas: a) a língua é um organismo natural e, como tal, deve ser estudada; b) a língua, em suas mudanças, tem uma evolução natural no sentido darwiniano, e não é um aspecto da história; c) a língua depende dos pensamentos e órgãos dos homens e é um traço deles.¹⁷

Sob a égide dessas ideias, estabeleceram-se as famílias da línguas indo-europeias, um dos momentos importantes da gramática histórica. Mas o movimento dos neogramáticos de fins do sec. XIX a início de XX com Hermann Paul, Karl Brugmann, Osthof e Ascoli, entre outros, não aderiu aos estudos da gramática comparativa, conclamando que os estudos históricos no estilo em voga estavam esgotados e que era necessário estudar a língua como um fato real do conhecimento humano. Saussure que, por

17. Para mais detalhes sobre gramática histórica e movimento dos neogramáticos, ver Camara Jr. (1975).

formação, foi um neogramático tinha, por conseguinte, uma pré-compreensão do que poderia ser esse tipo de estudo, para o qual elaborou suas ideias que foram expostas em cursos e artigos de publicação póstuma.

Nesse panorama, Saussure estabelece os fundamentos da gramática sincrônica, de modo geral, como um plano de ideias para a construção de diferentes áreas da Língua. E seus seguidores criaram teorias específicas para essas áreas. Entre esses, citam-se Trubetzkoy com *Princípios de Fonologia* e Bloomfield com *Linguagem*; o primeiro, um dos pesquisadores do Círculo linguístico de Praga, Jakobson, Trubetzkoy e Karcevski; o segundo, um dos pesquisadores da Escola Americana, Boas, Sapir e Bloomfield. O Círculo de Praga que também cultivava a gramática histórica oferece com Trubetzkoy uma teoria sincrônica que se destina à descrição de qualquer estado de língua e com Jakobson dá início aos estudos sobre aquisição de linguagem. A Escola Americana, que tinha por objetivo descrever as línguas autóctones dos Estados Unidos, lança uma teoria para o estudo gramatical dos sons, cujo ponto central é o fonema, que foi estudado em toda a sua abrangência, com particularidades documentadas nas línguas que eram o objeto de estudo e em obras de autores de renome. Designada por fonêmica é a consagração do modelo estruturalista.

Como dizíamos, o pensamento de Saussure procede de maneira a traçar um plano geral para as diferentes áreas da linguagem, sedimentando pontos-chave, tais como fonética *versus* fonologia, as duas faces da língua, o conceito de signo linguístico, um método de análise com base na oposição e um conceito original de gramática. Em se tratando de Fonologia, essas ideias foram desenvolvidas e discutidas na Escola de Praga e na Fonêmica Americana, ambas na linha do estruturalismo linguístico. É a presença de Saussure na Escola de Praga, via um de seus arautos, Trubetzkoy, que este texto contempla.

A obra de Trubetzkoy, (1890- 1938), que teve uma pequena edição em (1939), é uma teoria fonológica destinada ao estudo de estados de língua inteiramente fundamentada em Saussure.

Com 394 páginas, obra ainda inacabada quando o autor morreu, foi publicada intata em 1964 na Alemanha e em 1967 na França, seguindo-se edições em outras línguas. Trubetzkoy que estudou 299 sistemas fonológicos contava com bom suporte de evidências para sustentar as novas ideias expostas em *Princípios de Fonologia*, uma teoria de relações que explica fatos da língua em conformidade com a proposta saussureana, enriquecendo-a com na sua contribuição.¹⁸

Passemos a considerar a presença de Saussure na obra de Trubetzkoy, considerando os pontos-chave nomeados:

I. FONÉTICA *VERSUS* FONOLOGIA

Ao traçar um plano geral de análise sincrônica independentemente da área linguística, Saussure chama atenção para a necessidade de se olhar diferentemente para a fonética e para a fonologia. Todavia a fonologia, assim como o fonema, uma de suas unidades, são ideias sugeridas não devidamente esclarecidas, por vezes equivocadas. No entanto, não faltam exemplos de fonologia para ressaltar a importância na análise sincrônica do valor opositivo de pares de sons de que resulta o diferente, talvez os mais expressivos e recorrentes nesta obra.¹⁹

Essa diferença muito importante para Saussure, que inaugurava uma nova visão de análise linguística, é precisamente estabelecida no desenvolvimento da proposta de Trubetzkoy em que a fonética está presente quando se trata da realização dos sons, enquanto a fonologia, o cerne da obra, trata da teoria dos sons, desfazendo-se as ambiguidades aludidas. Nesse sentido, tanto a Escola de Praga quanto a de Bloomfield e Sapir da fonêmica americana tiveram um papel explanatório decisivo ao estabelecerem regras e princípios da teoria fonológica. Trubetzkoy não traça um plano mas uma teoria de princípios e regras fundamentadas nas ideias saussurianas para a descrição fonológica de toda e qual-

18. Prefácio do Circulo de Praga em Trubetzkoy (1967)

19. Ver Sechehaye(1959. p. 84).

quer língua. Detém-se na discussão das diferentes definições de fonema existentes, desfazendo a ambiguidade que por vezes se manifesta na fonte norteadora. Rejeita com razões explicitadas a definição de Baudouin de Courtenay como “o equivalente psicológico dos sons”, a de Daniel Jones que o tem como uma família de sons aparentados, acústica ou foneticamente, assim como rejeita outras, para aceitar duas delas, a de Bloomfield como “a menor unidade distintiva”, entendida como unidade segmentável, e a de Bühler, “marca fônica no corpo da palavras”. (Trubetzkoy, 1967: 30-44).

2. AS DUAS FACES DA LÍNGUA

Saussure, ao considerar esgotado todo método exclusivamente comparativo, inclusive os que sucederam como o dos neogramáticos, independentemente de reconhecer seus méritos, afirma que os estudos linguísticos ainda têm muitos problemas à espera de solução. Nesse sentido, propõe uma definição de língua sob duas dimensões: *langue*, a parte essencial e *parole*, o produto da faculdade da linguagem, isto é, um conjunto de convenções para a comunicação, mas ressalta que não é suficiente o estudo do sistema interno, tampouco é suficiente o estudo de seu produto, pois, para se ter conhecimento da língua, as duas faces de relação mútua não podem ser ignoradas.

Trubetzkoy (1967: 1), ao dar início a sua obra sobre a teoria dos sons, assim se manifesta:

Chaque fois qu'un homme dit quelque chose à un autre homme *c'est un acte de parole*. L'acte de parole est toujours concret; il a lieu à un endroit déterminé et à un moment déterminé. Il suppose: une personne déterminée qui parle (un sujet parlant), et une personne déterminée à qui l'on parle (un auditeur) et un état de choses déterminé auquel cet acte de parole se réfère. Ces éléments (sujet parlant, auditeur et état de choses) varient tous trois d'un acte de parole à un autre. Mais l'acte de parole suppose encore autre chose:

pour que la personne à qui l'on parle comprenne la personne qui lui parle, il faut que toutes les deux possèdent le même langage; l'existence d'un langage vivant dans la conscience des membres de la communauté linguistique est donc la condition préalable de tout acte de parole.

A língua existe na consciência de todos os membros de uma comunidade linguística, pois é o fundamento de inumeráveis atos concretos da *parole*. As duas faces do signo linguístico estão ligadas uma à outra de um modo inseparável como um só fenômeno, a linguagem. Todavia salienta que as duas faces inseparáveis de um fenômeno só que se recobrem mutuamente são em essência diferentes e, por consequência, devem ser estudadas à parte.

3. UM NOVO CONCEITO: O SIGNO LINGUÍSTICO

A morfologia foi privilegiada com um novo conceito saussureano, o signo linguístico, que, de uma forma ou de outra, está presente em todas as áreas da linguística. Depois de referi-lo como um conceito e uma imagem acústica, passa a redefini-lo como uma unidade de duas faces, em que se estabelece a relação entre significante e significado. Com essa definição este conceito foi consagrado, passando a figurar em outros domínios como o da filosofia e o do psicologia. Saussure considera que todo mecanismo da língua depende deste princípio que relaciona significado a significante.

Trubetzkoy, seguindo Saussure, reafirma que “tudo que pertence à língua tem duas faces, o significado e o significante, de modo que linguagem é sempre uma associação ou um recobrimento recíproco do significado e do significante”; E que “o significado é na parole uma comunicação, de alguma maneira, concreta; ao contrário, o significante é representado por regras abstratas-sintáticas, fraseológicas, morfológicas, lexicais (Trubetzkoy, 1967: 2).

4. UM CONCEITO ORIGINAL DE GRAMÁTICA

Para o pensamento saussuriano, gramática é o estudo de um estado de língua. Em outros termos, o que se chama gramática geral pertence à sincronia, pois somente por estados de língua se estabelecem as relações que incumbem à gramática (cf. Bally e Sechehaye, 1945: 175). Não é um simples ponto na história das línguas, mas é um ponto com duração, isto é, um dado tempo no espaço de comunidades linguísticas que compartilham o mesmo sistema. Previamente é impossível a delimitação, mas corresponde a um período sem mudanças, embora a variação esteja presente.

A intenção de Trubetzkoy não é a descrição e a explicação do estado de uma dada língua mas a de oferecer uma teoria para a descrição e explicação de processos fonológicos, regras ou normas que constituem estados de línguas. Todavia com o conhecimento que tinha de diversas línguas não lhe faltaram evidências da *parole* para sustentar as proposições relativas ao sistema interno, *langue*, seu foco.

A palavra gramática não aparece na obra de Trubetzkoy, mas está implícita, pois seu objetivo de estudo foi a língua como um sistema, o que se subentende por gramática, uma das faces do fenômeno. “A língua, em oposição à *parole* é um sistema ou um conjunto de sistemas. As categorias gramaticais formam um sistema, as categorias semânticas formam diversos sistemas semânticos.” (Trubetzkoy, 1967: 3). O sistema fonológico, isto é, dos sons das línguas humanas à luz das ideias de Saussure é o foco de Trubetzkoy em *Princípios de Fonologia*.

5. UM MÉTODO DIFERENTE DE ANÁLISE

O método é o das oposições. Em outros termos, a ciência dos sons não adquire valor senão quando dois ou mais sons se encontram implicados em oposições. Assim *selo* e *zelo*, ligados paradigmaticamente como nomes têm uma diferença mínima

entre si que é o traço de sonoridade [voz], que está presente em uma das sibilantes iniciais do par citado e ausente na outra. A ideia básica é a relação que supõe o diferente. Por outro lado, unidades mínimas bem formadas unem-se para a construção de unidades maiores. Assim a sílaba se une a outra sílaba para formar o pé métrico e conseqüentemente a palavra, a qual por sua vez se une a outra palavra para formar a frase e assim sucessivamente. Segundo Saussure:

A língua repousa sobre um certo número de diferenças ou de oposições que ela reconhece, sem se preocupar essencialmente com o valor absoluto dos termos opostos, que poderá variar consideravelmente, sem que o estado da língua seja destruído. [...] Mas “todo estado de língua pressupõe flutuações. (Cf. Bouquet e Engler, 2002: 37).

Por conseguinte, em todo sistema de língua ao lado do irredutível pode existir o flutuante, que exemplifica com o r francês na palavra *courir*, cuja pronúncia variável é referida por *r grasseyé non roulé*, ou *r grasseyé roulé* ou *r dental*. São três sons diferentes que formam uma só unidade fonológica. Fenômeno semelhante ocorre com o r português, embora as variantes não sejam as mesmas.

Ao retomar a ideia de Saussure de oposição e diferença, Trubetzkoy (1967: 47-49) salienta que há dois tipos de sons: distintivos e não distintivos “aqueles que na língua em questão formam oposições distintivas e aqueles que não formam oposições distintivas”, formalizando as ideias de Saussure com respeito aos sons em três regras:

Primeira regra: Se dois sons da mesma língua aparecem exatamente no mesmo contexto fônico, e pode um substituir o outro sem produzir diferença na produção intelectual do nome, então os dois sons são variantes facultativas de um só fonema. É o caso de flutuação que existe em todo sistema, a exemplo de *menina* ~ *minina*, *coruja* ~ *curuja*.

Segunda regra: Se dois sons aparecem exatamente na mesma posição fônica e um não pode substituir o outro sem modificar a significação das palavras ou sem que o som se torne irreconhecível, então os dois sons são realizações de dois fonemas diferentes. É o caso de sons irredutíveis, ou seja, fonemas de um sistema, a exemplo de /p/ *versus* /b/ em pala *versus* bala.

Terceira regra: se dois sons não se apresentam jamais no mesmo contexto, eles devem ser considerados como variantes combinatórias do mesmo fonema. É o caso de distribuição complementar, a exemplo da oclusiva coronal /t/ ou /d/ que se manifesta palatalizada diante de /i/, a exemplo de dela, dado, etc. mas [dʃ]ia.

Tais princípios que formalizam as ideias de Saussure também estão presentes em Bloomfield. Todavia, Trubetzkoy (1967: 82-87) amplia o campo deste estudo com um novo conceito, o da neutralização, assim denominada a perda do traço que distingue um par de fonemas minimamente distintos. Em outros termos, neutralização é a oposição anulada em certas posições. O termo arquifonema é usado para representar o resultado da neutralização com um símbolo em letra capital que apenas sugere a realização fonética. Quatro são os casos previstos:

I- O representante da neutralização não é idêntico a nenhum dos termos da oposição, mas é um som intermediário ou b) um terceiro som que, embora tenha traços em comum com os termos da oposição, tem traços específicos que lhe são próprios. Tudo indica ser o caso do português europeu que substitui as vogais médias [-post], neutralizadas em posição átona, por [«] alofone da vogal alta, a exemplo de b[E]lo, mas [b[«]leza.

II- O representante da neutralização é idêntico a um dos termos da oposição mas é condicionado exteriormente. É o caso do par opositivo s/z no português, selo/zelo, que é neutralizado em posição pós-vocálica, realizando-se em conformidade com o traço sonoro da consoante vizinha, como em pasta e azma.

III- O representante da neutralização é a) um dos termos da oposição, sem nenhuma influência externa, a exemplo do portu-

guês brasileiro no sistema das vogais em que os pares /E, e/ e /O, o/ são neutralizados respectivamente para /e/ e /o/ na pretônica, a exemplo de bElo > beleza, sOl > solar; b) no entanto se a oposição neutralizável não for privativa mas gradual, então é favorecido o termo extremo da oposição que aparece na posição de neutralização, como nos pares e-i em favor de i e o-u em favor de u, em sílaba átona no grego. A redução das átonas do português brasileiro do sul e sudeste tem sido explicada por a), mas há evidência de que também seja explicável por b).

IV-Os dois termos do par opositivo podem representar o resultado da neutralização: um termo em uma parte e o outro termo em outra parte das posições da neutralização. É o caso mais raro, muitas vezes resultante da combinação da segunda e da terceira, como afirma o proponente. Variedades do norte nordeste, como em Pará e Piauí, encaixam-se nesse caso, manifestando-se ambas a medias neutralizadas como produto de assimilação, isto é, em conformidade com a vogal da sílaba seguinte. Assim sendo, fica bElo > bEldade e bElo > beleza.

Como vemos, é o pensamento saussuriano formalizado e ampliado com o conceito de neutralização, em voga na teoria moderna. Vale observar ainda que Trubetzkoy dedicou páginas de sua obra também a outros valores de relação, valores recíprocos ou de entidades negativas e sobretudo valores que dizem respeito à correlação, essa privilegiada com um grande espaço.

Por fim, segue um rápido olhar para a presença de Saussure no desenvolvimento da Linguística, especificamente na área da fonologia, em que se insere este texto.

6. REPERCUSSÕES DE SAUSSURE NA TEORIA CONTEMPORÂNEA

Todo estudo que se fundamenta no pensamento de Saussure sobre língua e linguagem, que se detém na construção de estruturas ou sistemas, e em que dado e teoria andam juntos, como em Trubetzkoy e Bloomfield, insere-se no estruturalismo inspirado em Claude Levi-Strauss, o criador da antropologia estrutural.

Nessa linha, o estudo de um som isoladamente sem relacionar com o outro pode trazer informações fonéticas importantes mas não é fonologia. Todo som ou conjunto de sons tem de ser estudado em relação com o outro e em dado espaço de tempo.

Se partirmos de um exame acurado de tudo o que está implícito na obra de Trubetzkoy, temos de convir que estamos diante de uma teoria estruturalista sobre sons linguísticos que se assenta na ideia saussuriana do contraste e do diferente, vista sob diferentes ângulos e formalizada em princípios, condições e regras. O exposto em páginas precedentes o diz.

Na década de sessenta, uma nova teoria entra em cena com a fonologia de Chomsky and Halle (1968), invertendo-se o caminho da análise: o ponto de partida é o pensamento, isto é, as hipóteses. No julgamento de dados, a intuição do falante é priorizada. E sob o lema de que a língua é uma propriedade natural do homem, a teoria fundamenta-se na filosofia de Decartes (sec XVIII), tomando a forma de regras e princípios. Conhecida como teoria gerativa, é expressivamente diferente da teoria precedente, por método, ideologia e formalização. Todavia, a primeira organização dos dados com vistas à relação entre os sons, conjunto de sons e subsistemas, segue a trilha do estruturalismo, preparando o campo para novas reorganizações que se fizerem necessárias e nova interpretação e explicação à luz da proposta gerativa.

A partir da década de 80, inova-se a teoria gerativa com a fonologia não linear com os primeiros sinais em Goldsmith (1976), desenvolvendo-se com a contribuição de muitos linguistas, entre eles Kiparsky (1982) e Clements (1985). Destacam-se três áreas de estudo: Fonologia Lexical, que trata da formação da palavra na interação fonologia e morfologia, Fonologia Autossegmental, que visualiza as propriedades internas do som linguístico, via traços tidos individualmente como autossegmentos, cujo comportamento visualizado por representações arbóreas explica regras e processos do sistema, e Fonologia Métrica, que instaura o estatuto fonológico do acento e da sílaba negligenciado até então, embora raras vezes o tenham reverenciado. Como este modelo é

uma nova fase do gerativismo, a presença do estruturalismo, ao menos nos termos supramencionados, continua.

Por fim, inicia-se a Teoria da Otimidade com Prince and Smolensky (1991) e McCarthy, J. and Prince, A. (1993), cujo foco não é a construção do fato linguístico em si mesmo, como nas teorias precedentes, mas é o resultado do fato, como é, como acontece. Seus efeitos conduzem à reflexão que, guiada por princípios e restrições universais, no sentido de condições para todas as línguas, manifestando-se aqui e acolá de uma forma ou de outra, leva o linguista à gramática do fato em estudo entendida como um conjunto de restrições hierarquizadas. Hierarquias diferentes para o mesmo conjunto de restrições apontam para gramáticas diferentes. O estruturalismo nos termos da comparação precedente não é a questão, pois a reflexão se faz sobre coisas prontas. Todavia a fonologia pressupõe sempre relação, seja opositiva seja de outro valor, um dos mandamentos do estruturalismo. Essa existe na Otimidade como correlação entre as restrições de uma gramática, das quais, minimamente duas devem estar em relação opositiva. É o que se espera de uma gramática ótima.

E assim finda este estudo que teve a intenção de ressaltar o papel de Trubezkoy na organização de gramáticas sincrônicas sob a égide das ideias de Saussure, cuja influência se estende a nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOMFIELD, L. *Lenguaje*. Tradução de Zubizarreta. Universidad Nacional Mayor de SanMarcos. Lima, Peru, 1964.

CAMARA JR. , J. M. *História da Linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CHOMSKY, N.; HALE, M. (1968). *The Sound Pattern of English*. New York: Harper and Row Publishers, 1968.

- CLEMENTS, G. N. The Geometry of phonological features. *Phonology* 2: 225-252, 1985.
- GOLDSMITH, J. *Autosegmental Phonology*. Doctoral Dissertation, MIT. New York: Garland Press, 1976.
- KIPARSKY, P. Lexical phonology and morphology. In. S. Yang (ed.) *Linguistics in the Morning Calm*, vol 2, Seoul: Hanshin, 3-91, 1982.
- LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Tradução de Katz, C. S. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- MCCARTHY, J. ; PRINCE, A. *Prosodic Morphology I: Constraint Interaction and Satisfaction*. Report no. RuCCS-TR-3. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.
- PRINCE, A; SMOLENSKY, P. *Optimaly Theory Constraint Interaction in Generative Grammar*. Report no. RuCCS-TR-2. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1991.
- SAPIR, E. *Linguística como Ciência*. Tradução de Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- TRUBETZSKOY, N. S. *Principes de Phonologie*. Paris: Editions Klincksieck, 1967.

Saussure: rupturas e subversões

IZIDORO BLIKSTEIN
USP/FGV

Neste artigo, meu objetivo é assinalar rupturas e subversões desencadeadas pelos ensinamentos, ideias e reflexões de Ferdinand de Saussure não só no campo da linguística, mas nas ciências humanas, de um modo geral. Com efeito, podemos dizer que, sem exagero, nenhuma área dos estudos sobre a linguagem ficou incólume depois da “revolução” operada pelo pensamento de Saussure. Assim, demonstraremos como, já na *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, monografia publicada em 1878, em Leipzig, Saussure, com apenas 21 anos, desmontava a concepção estereotipada do vocalismo do indo-europeu, construída pelos comparatistas alemães...vinculados justamente à Universidade de Leipzig.

A partir daí, a vida acadêmica e científica de Saussure foi pontilhada de turbulências e rupturas que culminariam, em 1916, na publicação póstuma do *Cours de Linguistique Générale*, obra seminal que marcaria os novos rumos da ciência linguística, gerando toda uma intertextualidade com desdobramentos e aplicações na literatura, na história, nas artes visuais, na antropologia, na filosofia, na psicologia e nas disciplinas ligadas à comunicação. Comprovam esse pioneirismo os trabalhos de Émile Benveniste, Roland Barthes, Eugenio Coseriu, Claude Lévi-Strauss, Roman Jakobson, Jacques Lacan e tantos outros.

Antes, porém, penso que seria útil traçar um breve itinerário biográfico que ilustra bem a mobilidade acadêmica e intelectual de Saussure (De Mauro, 1975: 319-394).

1857 – Nascimento em Genebra. Vale lembrar que, em 1856, nasceu Freud, também “subversivo” e rompedor de estereótipos.

1869-1870 – Contato com o linguista suíço Adolphe Pictet, autor de *Les Origines Indo-européennes, ou Les Aryas Primitifs: Essai de Paléontologie Linguistique* (1859-1863); esse trabalho pioneiro despertaria no jovem Saussure o interesse pelo estudo do indo-europeu.

1875 – Estudos de Física e Química na Universidade de Genebra.

1876 – Membro da Sociedade de Linguística de Paris.

1876 – Viagem a Leipzig.

1877 – Apresentação de quatro monografias na Sociedade de Linguística de Paris. Vale destacar, em especial, o *Essai d'une distinction des différents a indo-européens*, trabalho em que Saussure já revela sua preocupação com o vocalismo *a* do indo-europeu.

1878 – Publicação, em Leipzig, da *Mémoire sur le système primitif des voyelles indo-européennes*.

1880 – Tese de doutorado sobre *De l'emploi du génitif absolu en sanskrit*. Em Paris, segue os cursos de Michel Bréal.

1881 – Maître de conférences na École Pratique des Hautes Études, em Paris.

1882 – Secretário Adjunto da Sociedade de Linguística de Paris,

1890-1891 – Cursos na École Pratique de Hautes Études, em Paris.

1891-1896 – Professor extraordinário em Genebra.

1896 – Professor titular em Genebra.

1907 – 1º Curso de Linguística Geral.

1908 – Discípulos de Paris e Genebra oferecem a Saussure uma homenagem pelo 30º aniversário da *Mémoire* sobre as vogais indo-européias.

1908-1909 – 2º Curso de Linguística Geral.

1910-1911 – 3º Curso de Linguística Geral.

Essa mobilidade, conforme o relato de seus discípulos e comentaristas, como Léopold Gautier, (Salum, 1970: XVII), é fruto de uma insatisfação permanente e de seus embates e confrontos com o entorno acadêmico. E, por falar em embates, vamos começar pela 1ª ruptura de Saussure: a *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, publicada, como já observamos, exatamente em Leipzig, o centro de atuação dos comparatistas alemães (os chamados *neogramáticos*), como Karl Brugmann e Hermann Osthoff. Nessa monografia, o jovem Saussure expõe uma concepção revolucionária do vocalismo indo-europeu. Até então, conforme a lição de Brugmann, Osthoff e outros colegas do grupo de *neogramáticos* de Leipzig, na reconstrução do sistema vocálico do indo-europeu, pela comparação entre as línguas indo-europeias, o a seria a vogal primitiva da qual resultariam os timbres e e o; o sânscrito comprovaria essa lição dos neogramáticos, pois, uma vez que apresentava uma significativa predominância do timbre a e era considerado uma língua de características arcaicas – e, portanto, próxima da origem indo-europeia – ele ilustraria o sistema vocálico do indo-europeu. Com sua *Mémoire*, Saussure subverterá a explicação do grupo de Leipzig, demonstrando que o a das línguas indo-europeias é que constituiria uma inovação proveniente da abertura dos timbres primitivos e/o ou da evolução das soantes l, r, m, n ou ainda de uma soante laringal (o *chevá*, “nada”, em hebraico). Um corolário da interpretação perturbadora de Saussure é que o sânscrito não deveria ser considerado “arcaizante” mas inovador, não representando, portanto, um fiel espelho do indo-europeu. A *Mémoire*, evidentemente, não foi bem recebida pelo grupo de Leipzig. Segundo Tullio de Mauro (Nota), “...as sumidades da linguística alemã reagiram desfavoravelmente”. Para Osthoff, um dos líderes dos neogramáticos de Leipzig, a *Mémoire* foi *ein radikaler Irrtum*, “um erro básico” (De Mauro, 1975, p. 328). Mas o engano foi de Osthoff. Com efeito, a *Mémoire* foi a fonte inspiradora de Émile Benveniste para a elaboração de sua teoria da raiz trilítera que possibilitou uma explicação convincente acerca da formação do

vocabulário das línguas indo-europeias. Benveniste exalta o papel pioneiro de Saussure:

A condição preliminar para qualquer reconstrução indo-europeia foi fornecida pela genial descoberta de F. de Saussure relativa à natureza consonântica do fonema *chevá* (Benveniste, 1935: 148)

O papel da *Mémoire* tem sido ressaltado pelos modernos historiadores da linguística, como Maurice Leroy:

Enfim, diante do caso aparentemente insolúvel de alternâncias que, em certas raízes, pareciam encontrar-se fora do jogo normal *e / o / grau zero* ..., Saussure imaginava, por razões puramente teóricas, a existência, em indo-europeu, de um fonema (posteriormente chamado *chevá*) que se integrava no sistema bem flexível das soantes mas que teria desaparecido nas línguas historicamente atestadas; ora, esta solução, audaciosa para a época e a custo admitida, era justamente uma genial previsão como o mostrou a decifração do hitita (só realizada após a morte de Saussure); nessa língua, que permitiu remontar nosso conhecimento do indo-europeu ao segundo milênio antes de nossa era, encontram-se de fato atualizados esses fonemas cuja natureza e papel Saussure pressentira com rara felicidade (Leroy, 1971: 42).

Vale observar, entretanto, que, apesar do reconhecimento das ideias desbravadoras de Saussure na França, não houve, como já assinalamos, a mesma repercussão no âmbito dos comparatistas alemães. Assim, foi o conceito do sânscrito como língua arcaizante, espelho do indo-europeu primitivo, que prevaleceu e prosperou no mundo germânico, com desdobramentos geradores de uma intertextualidade que foi muito além dos aspectos especificamente linguísticos. O fato é que eclodiu, no começo do séc. XIX, um deslumbramento dos intelectuais e, particularmente, dos filólogos e linguistas: a reconstrução da língua original, o indo-europeu, a partir da comparação entre o sânscrito e as lín-

guas europeias. *Origem das línguas, reconstrução da língua primitiva, comparação* passam a ser os temas dominantes do momento. Assim é que, em seu entusiasmado livro *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (Sobre a Língua e a Sabedoria dos Indianos), publicado em 1808, Frederico Schleguel, pioneiro dos estudos indianos, foi um dos primeiros a utilizar a expressão *vergleichen-de Grammatik*, “gramática comparada”, bem como a proclamá-la como o método científico que conduziria à origem das línguas (Leroy, 1971: 18). Nessa obra tão representativa da mentalidade linguística da primeira metade do séc. XIX vale ressaltar duas questões de princípio, verdadeiros “pontos de honra”, ardorosamente defendidos por Schleguel, e cujos desdobramentos determinariam alguns rumos “enviesados” da ciência linguística. Um primeiro ponto de honra para Schleguel é que a *vergleichende Grammatik*, “gramática comparada”, ao estudar as relações entre o sânscrito e as demais línguas, poderia certamente fornecer “informações inteiramente novas acerca da genealogia da linguagem, assim como a anatomia comparada deitou luz sobre a história natural (Leroy, 1971: 18). Já é possível entrever nas palavras de Schleguel o vezo genealógico e o germe naturalista-positivista que iriam marcar toda uma geração de linguistas para quem as línguas deveriam ser estudadas como organismos naturais, que nascem, crescem, envelhecem e morrem. Um segundo ponto de honra era o papel primordial da Índia no contexto do mundo indo-europeu; dentro do clima de euforia gerado pela “descoberta” e o ensino do sânscrito (é bom lembrar a atuação desbravadora da Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas que, criada em Paris, em 1795, foi responsável pelo ensino e a divulgação das línguas e das literaturas da Índia e do Irã), Schleguel considerava os indianos como os criadores da linguagem, da sabedoria e da cultura indo-europeias. Tal concepção constituiu, na verdade, uma “faca de dois gumes” para a história do pensamento linguístico. De um lado, o entusiasmo pela Índia justificava-se plenamente: além de propiciar o estudo comparativo (ou a *gramática comparada*) e a descoberta da origem comum das línguas indo-europeias, a reve-

lação do sânscrito descortinou, para os intelectuais do Ocidente, toda a riqueza temática e linguística da cultura e da literatura indianas. De fato, as vastas e variadas coleções de textos indianos tratavam de tudo: cosmogonia e religião nos *Hinos Védicos*, filosofia nas *Upanichades*, história, astronomia, medicina, direito (*Leis de Manu*), erótica (*Kamasutra*), música, literatura (as epopeias *Mahabharata* e *Ramayana*), teatro, com as peças de Kalidasa.

Mas...na sinuosa história da Linguística há sempre um *porém* – o papel do sânscrito foi superestimado a partir de um viés da percepção histórica dos primeiros indo-europeístas. O fato é que o sânscrito foi valorizado não pelas qualidades e virtudes intrínsecas à expressão linguística e à cultura indianas, mas por um estereótipo que, durante o séc. XIX (e mesmo no séc XX!), norteou formulações pretensamente científicas, a saber, a Índia ou o povo indo-ariano como a fonte mais pura e antiga de nossas origens culturais e linguísticas. Essa percepção enviesada e, sobretudo, *entusiasmada* acabou por desencadear uma verdadeira *indomania* para cuja difusão muito contribuíram as teorias de dois eminentes linguistas alemães: Frans Bopp (1791 – 1867), o “descobridor” da gramática comparada das línguas indo-europeias, e August Schleicher (1821 – 1868), o “naturalista” da ciência linguística. Dois lances marcam o papel de Bopp na “entronização” do sânscrito como a língua que melhor representava o indo-europeu primitivo. O primeiro foi a publicação, em 1816, de *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache* (Sobre o Sistema de Conjugação Sânscrita Comparado ao das línguas grega, latina, persa e germânica), em que Bopp se empenha em demonstrar como o sânscrito é a língua que melhor ilustra a estrutura do indo-europeu (Blikstein, 1992: 107). Consequentemente, segundo Bopp, estará mais preservada a língua cuja estrutura apresentar mais afinidade com a do sânscrito. É o caso do grego, do latim e do germânico, citadas reiteradamente por Bopp como línguas mais “puras”, justamente por estarem mais próximas do sânscrito.

O segundo lance foi a publicação da *Vergleichende Grammatik des Sankrits, Zende, Griechischen, Lateinischen, Gotbischen und Deutschen* (Gramática Comparada do Sânscrito, do Zende, do Grego, do Latim, do Lituano, do Gótico e do Alemão), em 1833, quando Bopp enfatiza não só a condição do sânscrito como língua mais antiga e mais pura mas, sobretudo, o estreito parentesco entre essa língua e os dialetos germânicos. O entusiasmo de Bopp pela perfeição e pela pureza das línguas indo-europeias leva-o a um “disparate”: “as línguas semíticas são de uma natureza menos fina...” (sic!) (Blikstein, 1992: 107)

Infelizmente, tais observações, de cunho apenas metodológico, assumem o caráter de verdades e vão circular como autênticos clichês no senso comum do pensamento linguístico do séc. XIX, criando uma lógica casuística, base para o surgimento de alguns grande mitos sobre a origem dos povos e das línguas, bem como sobre as relações entre língua “pura” e raça “pura”..., como foi o caso do arianismo.

A partir de uma visão “naturalista” da evolução linguística, August Schleicher edifica todo um aparelho teórico, em sua obra *A Língua Alemã* (1860), para demonstrar que a evolução do indo-europeu para as línguas indo-europeias se deu de modo semelhante ao crescimento de uma planta: é como se a língua fosse um organismo “natural”, com raiz, tronco e ramificações. Para Schleicher, as transformações linguísticas constituíram um “afastamento”, uma espécie de degeneração, e era preciso, portanto, voltar ao tronco, à raiz, para reconstituir a origem “pura” das línguas indo-europeias; também aqui, o sânscrito era a língua mais próxima da raiz indo-europeia, razão pela qual Schleicher chegou a escrever fábulas em indo-europeu (Leroy, 1971: 23), tomando por base o vocalismo do sânscrito, em que a vogal predominante era *a* (*Avis Akvasas ca*, “a ovelha e o cavalo”). Ora, na verdade, já vimos que o sânscrito não era tão arcaizante assim, pois o timbre vocálico *a* constituía uma inovação, como tão bem o demonstrou Fernand de Saussure, em 1878, com o seu desbravador trabalho sobre o sistema primitivo de vogais em indo-europeu. Ocorre

que, como bem observou E. Coseriu, a história das ideias linguísticas, em vez de linear e lógica, é uma sequência desordenada e cheia de ociosos. Assim é que a lição de Saussure não teve a necessária repercussão na época e o que predominou foi a imagem de um sânscrito arcaico e puro, reforçando a indomania que carregava no seu bojo o mito ariano.

E como nesse mesmo séc. XIX, no esplendor do movimento romântico, uma certa intelectualidade alemã buscava as suas origens (*Ur*, em alemão) étnicas e linguísticas (a *Ursprünglich Sprache*, “a língua original”), surgiu a *germanomania* que muito se beneficiou da indomania. Uma explicação das origens do povo e da língua germânica elaborou-se casuisticamente, com a seguinte lógica:

- 1) O sânscrito, língua falada pelos *aryas*, reflete a pureza do indo-europeu.
- 2) O alemão está próximo do sânscrito e das origens arianas.
- 3) O alemão também reflete a pureza ariana.

Resulta daí o arianismo como um conceito étnico-linguístico! E o alemão é apresentado como a língua perfeita de uma raça igualmente perfeita: a raça ariana.

Não nos parece necessário mencionar as poucas lisonjeiras consequências da aplicação dessa teoria étnico-linguística. É uma pena que a *Mémoire* não tenha dado frutos em Leipzig.

Falemos de outro lance revolucionário de Saussure no contexto brasileiro. Trata-se da publicação da tradução brasileira do *Cours* (Saussure, 1970).

O *Cours* fazia parte de um ousado plano de publicações, apoiado por José Paulo Paes, poeta, crítico e editor da Cultrix. Era um plano ousado, pois José Paulo acreditava que haveria mercado para autores de linguística e semiótica, uma vez que a linguística se tornara disciplina obrigatória para os cursos de Letras e Comunicação. Assim é que foram traduzidas e publicadas obras de Roman Jakobson, Roland Barthes, Maurice Leroy, Éric

Buyssens, Algirdas Greimas e, naturalmente, Saussure. Vale lembrar que todos eles tiveram ampla aceitação no mercado. O *Curso* de Saussure desencadeou novas percepções da língua como meio de comunicação. Os estudantes passaram a conviver com as dicotomias saussurianas: língua/fala, sincronia/diacronia, significante/significado. A semiologia começa a ser aplicada na literatura e nas artes visuais.

É de fundamental importância observarmos que a edição ficou valorizada pelo *Prefácio* do Prof. Isaac Nicolau Salum (Salum, 1970: XIII-XXIII). Com elegância, profundidade e argúcia de filólogo e romanista, o Prof. Salum brinda o leitor com um estudo sobre a problemática do estabelecimento do texto, pois sabemos que o *Curso* foi escrito pelos alunos e não por Saussure. Como bom filólogo, diz Salum:

...hoje não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série interminável de problemas. Porque, no tocante a eles, Saussure – como Sócrates e Jesus – é recebido “de segunda mão”. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos foram os que nos transmitiram os seus discípulos, alguns dos quais não foram testemunhas oculares. Dá-se o mesmo com o *Cours* de Saussure (Salum, 1970: XVI).

Ao comentar a respeito da renovação do interesse pelo *Cours*, manifestado pelas sucessivas publicações e crítica das fontes do texto saussuriano, o Prof. Salum faz uma sábia advertência:

...Saussure está longe de vir a ser superado (Salum, 1970: XXII).

De fato, o *Cours* é uma “obra aberta”, a tal ponto que, a cada passo, podemos fazer descobertas. Assim, um dia, numa releitura do *Cours*, eis que deparo com a seguinte observação que me fez

rever toda a problemática das relações entre percepção, cognição, signos e realidade:

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (Saussure, 1970: 15).

Deus do céu! Pensei comigo mesmo: a semiótica e a linguística estão inteiras nessa frase de Saussure!

Pensei no signo bakhtiniano (tributário da dicotomia língua/fala). Para compreendermos o significado do signo, é preciso, antes, conhecer o ponto de vista que envolve este mesmo signo. O que será este **ponto de vista** afinal? Parece-me que o ponto de vista é a perspectiva construída por nosso repertório cultural que, por sua vez, é alimentado por toda uma intertextualidade. O entendimento dos signos depende do conhecimento do repertório e da intertextualidade, segundo conceitos de Bakhtin. Repertório e intertextualidade criam os referentes nos quais se incluem os signos; em outras palavras os signos dependem não só do repertório cultural em que estão inseridos mas também da intertextualidade que governa esse repertório. Vou exemplificar essa questão com o “caso da laje”. Certa vez, fui procurado por um menino, de uns doze anos, talvez, que me solicitou ajuda para melhorar sua redação. Justificou seu pedido, dizendo: “Sou pobre, preciso terminar logo a escola para começar a trabalhar e ajudar meus pais. Preciso tirar boas notas e passar de ano”. Para ajudar o garoto, pedi-lhe que redigisse um texto para eu corrigir e indiquei-lhe o tema: “Escreva sobre o maior sonho de sua vida”. Ele trouxe-me um texto em que comentava sobre o grande sonho de sua vida: ficar rico, comprar um carro, ter uma namorada, etc. Era uma boa redação, mas havia uma palavra que eu não entendia muito bem: *laje!* Esse termo era usado ao longo da redação inteira:

“Quando o professor me pediu para falar sobre o maior sonho da minha vida, eu fiquei pensando, pensando, e aí, eu imaginava o seguinte: eu iria subir lá para a laje e ficar lá, sentado, sonhando com a mi-

nha namorada, passeando de carro...ali na laje eu fiquei pensando que eu poderia também ganhar dinheiro, ter um bom emprego, dar um presente para minha mãe e sentado na laje eu fiquei pensando, pensando...”

Intrigado com a *laje*, perguntei ao menino: *Por que você sobe sempre para a laje?*

Ele respondeu: *Porque é a laje da minha casa, é para lá que vou quando quero pensar...*

Pus-me a analisar o significado da laje para o garoto. Para entender esse significado, é preciso conhecer o tipo de construção dos bairros pobres e das favelas. Eu passei a perceber algo em que eu nunca tinha reparado: a maioria dessas casas tem uma laje sobre o andar térreo. É porque, eventualmente, o morador irá construir um cômodo sobre a laje. O espaço da laje fica reservado para um eventual acréscimo na construção da casa, mas enquanto não há construção, pode-se “subir para laje”. Assim eu entendi que *subir para a laje* era um movimento de libertação e de sonho também. Estar em cima da laje é ver as coisas de cima para baixo, ver as coisas do alto e a laje é, na verdade, o lugar dos sonhos, é o lugar para onde, às vezes, as pessoas se retiram para sonhar etc. etc. A laje é o lugar de fuga, da evasão, do sonho. E aí eu passei a entender melhor a redação. O entendimento de signo *laje* depende do repertório e da intertextualidade que envolvem a vida social e cultural da comunidade. Como Bakhtin nos mostra, trata-se da heterogeneidade da linguagem, isto é, o uso de um termo envolve uma questão prática da vida mesmo. Não adianta irmos ao dicionário para ver qual é o significado de *laje*. Precisamos conhecer a que categoria se refere *laje* na vida daquele garoto. Isso envolve justamente a questão da intertextualidade dos muitos textos que se cruzam para explicar o significado de *laje*. E Bakhtin sempre manifestava uma indisposição em relação à língua, que era um sistema abstrato; e ele voltava-se para, não a *langue*, mas a *parole*; para a fala, para o ato concreto da fala. Ou, mais especificamente, para o mundo da vida. É ali que eu vou

descobrir o real significado das palavras. O mundo da vida. Vale lembrar o filósofo Habermas que fala da importância do mundo, da vida, em contraposição a elucubrações teóricas. Não adianta ficarmos trancados em nossas salas de trabalho, tentando fazer descrições linguísticas. Precisamos sair para o mundo da vida e ver como é que as pessoas usam os signos; devemos entender o contexto e esses textos que envolvem o signo. Aliás, Machado de Assis, exímio semiólogo, capaz descrever, minuciosamente, os signos das personagens, observava que, sem o conhecimento e a vivência direta do contexto...*tudo é calado e incolor* (Machado de Assis, 195: 202). De fato, se um linguista ou semiólogo não estiver atento a esse mundo da vida, ele estará lidando com signos calados e incolores. É preciso entrar no mundo da vida; é preciso entrar no mundo da laje para saber qual é o real significado do signo *laje*.

Todas essas reflexões nasceram da observação de Saussure, carregada de toda uma intertextualidade: “é o ponto de vista que cria o objeto”.

Tem razão o caro Prof. Salum: Saussure está longe de ser superado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, É. (1935) *Origines de la formation des noms en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve.

BLIKSTEIN, Izidoro (1992) Indo-europeu, linguística e... racismo. *Revis-tausp*. Universidade de São Paulo, nº 14, pp. 104-110.

DE MAURO, T. (1975) Notes Biographiques et Critiques sur F, de Saussure. *In Cours de Linguistique Générale*. Édition Critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot.

LEROY, M. (1971) *Les Grands Courants de la Linguistique Moderne*. Bruxelles : Éditions de l'Université de Bruxelles.

MACHADO de ASSIS, J. M. (1955) *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro : Jackson.

SALUM, I. N. (1970) Prefácio a Saussure, F. – *Curso de Linguística Geral*. [Trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein]. São Paulo : Cultrix.

SAUSSURE, F. (1970) *Curso de Linguística Geral*. [Trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein]. São Paulo: Cultrix.

Saussure: inventando a linguística, motivando o discurso

BETH BRAIT
(PUC-SP/USP/CNPQ)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Começo esta minha exposição com as palavras de Claudine Normand, essa grande estudiosa de Saussure, presentes no nº 8 da revista *Sciences du Langage: Carrefours et points de vue*, cuja temática é “Espaces théoriques du langage. Des parallèles Floues”. Esse número foi organizado por ela e Estanislao Sofia e foi lançado em 2012. O artigo intitula-se “Saussure: une épistémologie de la linguistique” e os trechos de que me valho ajudam a fundamentar a escolha feita por mim para falar de *um aspecto* da recepção do mestre de Genebra. Os excertos escolhidos encontram-se no item 1 do artigo, intitulado “Un choix de lecture” [*Uma escolha de leitura*].

No primeiro trecho, Claudine afirma:

De Saussure só se pode fazer leituras pessoais, o que sempre pressupõe escolhas e interpretações e, correlativamente, omissões e reduções. É assim desde 1916, data da publicação do *Curso de linguística geral* [...] por seus editores, conforme atestam diferentes resenhas feitas pelos contemporâneos (2112, p.11)²⁰.

20. Texto original: “De Saussure on ne peut faire que des lectures personnelles, ce que suppose, toujours des choix et des interprétations, et, corrélativement, des oublis et des réductions. C’est ainsi depuis 1916, date

E no segundo, ela complementa:

Cada geração de leitores produziu e continua produzindo seu modo preferencial de leitura, marcada pelo contexto intelectual do momento, de modo que se poderia fazer a história do pensamento saussureano como (sendo) a de suas interpretações há mais ou menos um século (2112, p.12)²¹.

Essas afirmações inspiraram a maneira como esta exposição se organiza, centrando-se na recepção das ideias de Saussure na Rússia, ainda nos anos 1920 e em sua sequência nos anos 1930. Isso só foi possível considerando trabalhos que têm sido realizados por vários estudiosos da linguagem e das ideias linguísticas, caso de Natalia Sljusareva, Inna Ageeva, Irina Ivanova, Patrick Sériot, Ekaterina Velmezova, Valéry Kouznetsov, dentre outros. Com eles é possível saber que a recepção russa da teoria saussureana se deu ainda nos anos 1920, quando os linguistas soviéticos descobriram o *CLG* de Ferdinand de Saussure, na versão francesa, em duas edições: a de 1916 e a de 1922. E que essa descoberta foi acompanhada de resenhas feitas por muitos linguistas dos dois grandes centros: Moscou e Leningrado. Um dos aspectos fundamentais do conhecimento dessa recepção é o de que, naquele momento, a linguística russa passava por uma crise, por uma transição, estando os linguistas empenhados em construir uma nova maneira de abordar a linguagem. O texto de Saussure *CLG*, que só seria traduzido para o russo em 1933²², foi conhecido já nos anos 1920, atraindo a atenção de todos os linguistas e,

de publication du Cours de Linguistique Générale [...] par ses éditeurs, comme le montrent les comptes rendus divers par les contemporaines”.

21. Texto original: “Chaque génération de lecteurs a produit et continue à produire son mode préférentiel de lecture, marqué par le contexte intellectuel du moment, si bien qu’on pourrait faire l’histoire de la pensée saussurienne comme celle de ses interprétations sur près d’un siècle”.
22. A tradução russa do *CLG*, feita por A.M. Suxotin (1888-1942), aparece em 1933 sob a direção de R.O. Šor (1894-1939).

ao mesmo tempo, dividindo-os em dois fortes grupos: o dos pró linguística saussureana e o dos contra.



URSS/МОСКВА/2012

Os trabalhos atuais sobre essa recepção apontam para o contexto sociocultural e acadêmico-científico em que ela se deu, demonstrando que a percepção do pensamento saussureano não aconteceu de maneira unânime. Ela provocou, de fato, significativas e acaloradas discussões, precisamente em função desse contexto complexo e atuante em que a linguística estava inserida. Essa recepção ambivalente e bivocal, por assim dizer, ficou regis-

trada em resenhas, comentários, conferências, oscilando entre a interlocução *valorativa* e a *polêmica*.

Se vários autores tratam dessa questão de forma pertinente, consistente e esclarecedora, uma sugestão para conhecer o alcance de Saussure na Rússia, de maneira mais abrangente do que será aqui exposta²³, pode ser feita por meio do texto “Recherches saussuriennes en Russie” [Pesquisas saussureanas na Rússia], de Valery Kouznetsov (KOUZNETSOV, 2013). Nesse trabalho, o objetivo do autor foi apresentar uma visão geral das pesquisas historiográficas sobre as ideias de Saussure e seus sucessores, e que foram realizadas na Rússia ao longo de duas décadas. O destaque inicial remete à pesquisadora Natalia Sljusareva (1918-2000), pioneira nessas pesquisas, de quem, dentre importantes atividades, podem ser destacadas duas: a iniciativa de publicar em russo “As notas sobre a linguística geral”, de Ferdinand de Saussure e a realização da edição crítica do *CLG*.

No polo circunscrito à interlocução polêmica, destacam-se dois grandes estudiosos: Valentin N. Volochínov (1895-1936) e Lev Jakubinskij (1892-1945). O primeiro, Volochínov, é um dos participantes do que hoje se convencionou chamar *Círculo de Bakhtin*, sendo conhecido e reconhecido especialmente pelas obras *O Freudismo: Um esboço crítico*, de 1926, *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem [MFL]*, de 1929, e pelos artigos “Que é linguagem”, “A construção da enunciação” e “A palavra e suas funções sociais”, todos de 1930. O segundo, Lev Jakubinskij, apresenta sua posição anti-saussureana, de maneira explícita, principalmente no artigo intitulado “F. de Saussure sur l'im-

23. Este texto resulta, com pequenas modificações, da fala apresentada na mesa-redonda 1, do Congresso Internacional *100 anos com Saussure*, realizado na FFLCH/USP, no período compreendido entre 16 a 20/09/2013. Considerando o tempo da apresentação e os objetivos da fala (e do texto nesta coletânea), os resultados da pesquisa sobre a recepção de Saussure na Rússia procuraram traçar algumas linhas gerais da pesquisa atual, mostrando o alcance e a importância das ideias saussureanas para a linguística russa, serem qualquer pretensão de esgotar o assunto.

possibilité de la politique linguistique”, de 1931. Recentemente, esse artigo foi traduzido do russo para o francês e incluído como Parte II da obra bilíngue *Lev Jakubinskij, une linguistique de la parole* (URSS, années 1920-1930) (JAKUBINSKIJ, 2012).

A interlocução *valorativa* aconteceu a partir da manifestação de vários linguistas russos, caso de Natalia Sljusareva, já mencionada a partir do texto de Kouznetsov (KOUZNETSOV, 2013). Nesta exposição, destacarei apenas uma delas: Rozalija Osipovna Šor (1894-1939), pensadora citada várias vezes por Volochínov e que fez, talvez, a mais importante resenha sobre *MFL*, quando foi publicado em 1929. A partir dessa recepção dividida, houve aplicações imediatas nas pesquisas daquele momento, o que significa importantes conseqüências para a nova linguística que se pretendia desenvolver na Rússia naquele momento. E mesmo os que recusaram as teorias saussureanas veiculadas pelo *CLG* não o fizeram de maneira leviana. Na verdade, se pensarmos em Bakhtin e o Círculo, vamos ver que eles tomaram Saussure como um interlocutor privilegiado, no sentido de funcionar como o contraponto para uma nova perspectiva, essencialmente discursiva, que eles pretendiam construir. E que construíram em bases muito mais filosóficas que linguísticas.

2. A CHEGADA DE SAUSSURE NA RÚSSIA E SEUS EFEITOS NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM REALIZADOS NOS ANOS 1920-1930

Isso posto, passo então à chegada de Saussure na Rússia e seus efeitos nos estudos da linguagem, baseando-me especialmente num artigo intitulado “La critique de F. de Saussure dans *Marxisme et philosophie du langage* de V.N. Vološinov et le contexte de la réception des idées saussuriennes dans les années 1920-1930 en Russie” (AGEEVA, 2009). Nele, a autora, Inna Ageeva (Université de Lausanne), vai mostrar que “a interpretação das ideias de Saussure, por vários linguistas russos, caso de R.O. Šor, M.N. Peterson, L.V. Ščerba, G.O. Vinokur, L.P. Jakubinskij, testemunha a ambivalência na maneira como a teoria saussureana foi per-

cebida” (p.73)²⁴. Qual seria a razão dessa forte recepção marcada pela divergência? É precisamente esse aspecto que nos interessa mais fortemente no trabalho de Inna Ageeva, razão pela qual o tomamos como base dessa discussão.

A recepção favorável, como ela explica, se deu principalmente por parte dos linguistas de Moscou, que enxergavam uma dimensão social na teoria saussureana, enquanto que a rejeição se deu por parte dos linguistas de Leningrado, que viam na teoria saussureana uma perspectiva “abstrata” da língua e, conseqüentemente, viam Saussure como um representante típico do ‘objetivismo abstrato’. Na nota número 8 do artigo, a autora explica que foi S. Bernštejn que apresentou a teoria de Saussure aos linguistas de Petrogrado (Leningrado a partir de 1924), em 8 dezembro 1923, por ocasião de sua exposição na seção Linguística do Instituto de Estudos Comparativos da línguas e literaturas do Oriente e do Ocidente (*ILJaZV*). Os linguistas de Moscou, por sua vez, entraram em contato com as concepções de Saussure em 1918, apresentadas por S.O. Karcevskij na Comissão dialetológica da Academia de Ciências de Moscou (AGEEVA, Nota 8, p. 75)²⁵.

O que Inna Ageeva nos oferece com seu trabalho é a possibilidade de conhecer as duas recepções do pensamento saussureano, tendo como fundo o contexto cultural, a história das ideias linguísticas em geral e da filosofia da linguagem em particular, interpretadas no cenário das ciências humanas e sociais dos anos 1920 e 1930 na Rússia/URSS (p.74)

24. No original: L'interprétation des idées de Saussure par R.O. Šor, M.N. Peterson, L.V. Šcerba, G.O. Vinokur, L.P. Jakubinskij témoigne de l'ambivalence de la réception de Saussure en Russie.

25. No original completo: “S. Bernštejn fait connaître la théorie de Saussure aux linguistes de Petrograd (Leningrad à partir de 1924) le 8 décembre 1923 lors de son exposé à la section linguistique de l'Institut d'études comparatives des langues et des littératures de l'Ouest et de l'Est (*ILJaZV*), où il utilise la terminologie mentionnée. En ce qui concerne les linguistes de Moscou, ils font la connaissance de la conception de Saussure en 1918, présentée par S.O. Karcevskij à la commission dialectologique de l'Académie des sciences à Moscou”.

2.1 A RECEPÇÃO FAVORÁVEL NOS ANOS 1920-1930

Rozalija Osipovna Šor (1894-1939), destacada no contexto da recepção positiva, era filóloga, linguista, culturóloga, especialista em literatura ocidental, linguística geral e comparada, além de semasiologia, fonética experimental, sociolinguística, estudos de folclore, linguística indo-europeia e, também, intermediária entre a linguística russa e a ocidental, comentando obras de A. Meillet, E. Sapir, O. Jespersen e F. de Saussure. Ao mesmo tempo, ela participava da tentativa de uma nova linguística que, naquele momento, eles denominavam *marxista*. Nos trabalhos, Rozalija Šor o que se observa, a partir dos estudiosos consultados, é que ao tentar formular os princípios teóricos da linguística associados ao marxismo, se afasta, por assim dizer do marxismo e apoia-se na teoria saussureana e de filósofos alemães (Humboldt, Marty, Husserl, Meinong), via interpretação de Gustav Špet em sua obra *Fragments esthétiques* (1922-1923).

Uma leitura atenta de *MFL*, mostra que Voloshinov cita várias vezes Rosalija Šor. No capítulo 4, intitulado “Das orientações do pensamento filosófico-linguístico”, na nota de rodapé número 2, ele faz uma importante referência a Rosalya Šor. Ao mencionar a existência de obras especializadas em história da filosofia da linguagem na Rússia naquele momento, ele diz:

Não existem atualmente obras especializadas em história da filosofia da linguagem [...] O único esboço atual relativamente sério de história da filosofia da linguagem acha-se no livro de Ernest Cassirer, *A filosofia das formas simbólicas*, I, A linguagem, cap. 1º, “O problema da linguagem na história da filosofia”. Em língua russa, encontraremos um esboço breve mais sério da situação atual da linguística e da filosofia da linguagem no artigo de R. Schor, “Krizis sovremiénnoi lingvistiki” (A Crise da Linguística Contemporânea), in *Iafetitcheski sbórník* (Coletânea Jafética) V, 1927, p. 32-71) (BAKHTIN/VOLOSHONOV MFL, 1997, p.71).

Ela vai ser citada outras vezes, como, por exemplo, na nota 14 quando Volochínov indica trabalhos linguísticos característicos do método vossleriano: “ [...] R. Schor, no esboço por nós citado [Referência ao texto “A Crise da Linguística Contemporânea”, referido na nota 2], só menciona Vossler no prefácio (1997, p.76);

Nota 21: O livro de R. Schor, *Iazik i óbchtchestvo* (Linguagem e Sociedade), Moscou, 1926, situa-se no espírito da escola de Genebra. Schor nele faz uma viva apologia das ideias fundamentais de Saussure, como também no artigo já citado “A Crise da Linguística Contemporânea”. Vinogradov se situa também como um êmulo da escola de Genebra. Duas escolas linguísticas russas, a escola de Fortunátov e a de Kazan (Kruchevski e Baudouin de Courtenay), que constituem uma expressão brilhante do formalismo em linguística, inserem-se perfeitamente no quadro da segunda orientação tal como a esboçamos (BAKHTIN/VOLOSHONOV MFL, 1997, p.1997, p. 84-85).

Mais adiante, no capítulo “A interação verbal”, ele vai referir-se a Rozalija Osipovna Šor da seguinte maneira:

Após ter mostrado a estrutura sociológica da enunciação, voltemos agora às duas orientações do pensamento filosófico-linguístico para tirar conclusões definitivas. A linguista moscovita R. Schor, que pertence à segunda orientação do pensamento filosófico-linguístico (objetivismo abstrato), termina com as seguintes palavras um breve esboço da situação da linguística contemporânea:

“A língua não é uma coisa (*ergon*), mas antes uma atividade natural e congênita do homem (*energeia*)”, proclamava a investigação linguística romântica do século XIX. É algo completamente diferente que diz a linguística teórica contemporânea: ‘A língua não é uma atividade individual (*energeia*), mas um legado histórico-cultural da humanidade (*ergon*).’ ([MFL, 1997, p. 126-127]

Ao final da citação, Volochínov introduz a Nota 7, esclarecendo: Artigo já citado de Schor, “Krizis sovremiénnoi lingvistiki” (A Crise da Linguística Contemporânea), p. 71.

Todas essas referências ajudam a entender que o debate a respeito das posições em torno das ideias saussureanas, antes mesmo de Volochínov publicar *MFL*, já estava em andamento, era bastante vivo, produtivo, a ponto de Volochínov recuperar aspectos importantes da produção de Rozalija Osipovna Šor, de maneira bastante acadêmica, ainda que a considerasse uma representante do “objetivismo abstrato”.

Inna Ageeva coloca nas referências de seu trabalho quatro textos de Rozalija Osipovna Šor, os quais demonstram a participação dessa estudiosa no debate linguístico existente na Rússia naquele momento e, especialmente, o texto em que ela refuta as críticas de Volochínov a Saussure. São eles: um artigo de 1926, intitulado “A crise da linguística contemporânea”, justamente o citado por Volochínov, como sendo de 1927; “A ortodoxia paradoxal”, de 1929; uma resenha ao livro *MFL*, também de 1929; *Introdução à Linguística*, obra datada de 1945, que ela escreveu em co-autoria com N. Čemodanov. É precisamente na resenha que Šor faz de *MFL* que encontramos uma crítica à oposição que Volochínov faz a Saussure. Como Inna vai explicar, ela refuta as objeções ao “objetivismo abstrato”, aceitando, entretanto, as críticas de Volochínov à oposição sincronia/ diacronia e à história da língua, na medida em que ela considera que sendo a teoria saussureana uma teoria sociológica, é muito estranho que ele explique as mudanças linguísticas por fatores psicológicos, separando a evolução da língua das condições socioeconômicas. Como esclarece Inna, Šor acredita que Saussure, ao falar da história da língua, compreende o ‘social’ como psicológico coletivo e separa

a evolução da língua da realidade e do ser da comunidade linguística (AGEEVA, p. 77)²⁶.

Afora essa reserva, a recepção é positiva, pois Šor entende que é inovador, da parte de Saussure, considerar a língua como um fato sócio-histórico, supra individual e convencional, o qual determina a atividade verbal do indivíduo e serve de meio de comunicação. A noção de língua enquanto sistema de signos, que ela entende que evolui continuamente, permite, segundo ela, analisar as tradições, a cultura, a psicologia étnica do falante, a coletividade linguística. Šor considera Saussure como fundador da “linguística sociológica francesa” a qual: a) recusa compreender a língua como um processo psico-fisiológico de produção verbal individual e sua estrutura como um reflexo do sistema psicológico; b) define a língua como um sistema de signos convencionais transmitidos por tradição na coletividade linguística; c) estuda os fundamentos sociais das categorias linguísticas. Este último aspecto Inna recupera a partir de *Introdução à linguística*, que ela escreveu em co-autoria com Čemodanov em 1945.

Um esclarecimento importante de Inna sobre as consequências da leitura positiva de Saussure na Rússia reside na ideia a respeito do caráter *social* e *arbitrário* da língua, aspectos que permitem a Šor, por exemplo, avançar na classificação dos signos e afirmar que as interjeições pertencentes a cada língua são determinadas pelo sistema como um todo. Essa não é a única consequência. Šor desenvolve várias teses, hoje retomadas pelos semioticistas russos para demonstrar a importância no panorama da linguística daquele momento. Até hoje as reflexões semióticas de Šor atraem a atenção de semioticistas como Ekaterina Velmezova (Faculdade de Letras/Centro de Linguística e Ciências da Linguagem/Língua e Civilização Eslava e da Ásia do Sul de Lausanne) que em *L'étude des interjections à la lumière de la réception des idées saussuriennes en Russie*, 2008, afirma:

26. No original : “Šor trouve qu'en parlant de l'histoire de la langue, Saussure comprend le 'social' comme 'psychologie collective' et coupe l'évolution de la langue de la réalité et de l'être de la communauté linguistique”.

pode-se distinguir, na história do estudo das interjeições em geral, várias etapas, sendo que uma começa com a publicação do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure (1857-1913). Entre outros, dois estudos inovadores sobre as interjeições provêm de pesquisadores de origem russa, influenciados pelas teorias saussureanas: são eles Rozalija Osipovna Šor (1894-1939) e Sergej Osipovič Karcevskij (Serge Karcevski) (1884-1955). (The Henry Sweet Society Bulletin, N. 50, May 2008, p. 46).²⁷

O que fica claro nessas breves mas fundamentais referências, é que essa estudiosa da linguagem, assim como outros linguistas russos empenhados na construção de uma nova linguística, a partir dos anos 1920, foram alentados e influenciados pelo pensamento saussureano, conciliado à filosofia da linguagem de Gustav Špet, que também é um autor citado por Voloschínov ao discutir, por exemplo a pertinência da expressão “psicologia étnica” que substitui “psicologia dos povos”:

O termo “psicologia étnica” foi proposto por G. Spätt para substituir o termo calcado no alemão *Völker Psychologie*, ou seja, psicologia dos povos. Esta última expressão, de fato, não é satisfatória e a expressão proposta por Spätt parece-nos bem melhor. Ver. G. Spätt, *Vvdiénie v etníčeskuiu psikhológuiiu* (Introdução à Psicologia Étnica), edições da Academia Estatal de Artes e Ciências, Moscou, 1927 [...]. (*MFL*, 1997, p. 74, nota 9).

Pensando na interlocução polêmica com Saussure, que aparece justamente em *MFL*, mas não só, devemos entender que Saussure desempenha um papel muito importante, na medida

27. No original: “on peut distinguer, dans l’histoire de l’étude des interjections en général, plusieurs étapes dont l’une commence avec la publication du *Cours de linguistique générale* (4) de Ferdinand de Saussure (1857-1913). Entre autres, deux études novatrices sur les interjections proviennent de chercheurs d’origine russe, influencés par les théories saussuriennes: ce sont Rozalija Osipovna Šor (1894-1939) et Sergej Osipovič Karcevskij (Serge Karcevski) (1884-1955).

em que é instaurado como interlocutor e é refutando sua teoria que Volochínov avança os princípios de base de sua própria concepção de linguagem. Naturalmente, do *CLG* ele selecionou as dicotomias langue/parole, social/individual, sincrônico/diacrônico, opondo-se à noção de língua enquanto sistema abstrato para propor a compreensão da língua enquanto fenômeno histórico e social em evolução contínua. Um dos aspectos mais interessantes nesse texto de Ageeva é o fato de ela explicitar que essa crítica de Volochínov se inscreve perfeitamente no contexto dos anos 1920-1930 na Rússia, caracterizado pela pesquisa por novos princípios fundamentais da linguística teórica e “marxista”, termo que ela coloca entre aspas. Ela procura compreender e explicar a maneira como Volochínov enfrenta a teoria saussureana, a posição que ele assume a partir dessa recepção, destacando as objeções que ele faz a Saussure e fazendo o leitor situar contextualmente essa perspectiva.

2.2 ALGUMAS QUESTÕES DE TRADUÇÃO, TERMINOLOGIA E CONCEPÇÕES

Se muitas vezes reclamamos das traduções que foram feitas das obras de Bakhtin e Volochínov para as línguas ocidentais, causando algumas confusões terminológicas, também a tradução do *CLG* para o russo merece algumas considerações de Inna Ageeva. Como se sabe, Volochínov utilizou a segunda edição do *CLG*, publicada em francês em 1922, conforme ele esclarece aos leitores na nota 22 do capítulo 4 - “Duas orientações do pensamento filosófico linguístico”:

A obra fundamental de Saussure, publicada depois de sua morte por seus discípulos, intitula-se *Curso de Linguística Geral* (1916). Nós a citaremos aqui na edição de 1922. É de causar admiração o fato de que este livro, tendo em conta sua enorme influência, nunca tenha sido traduzido para o russo. Podemos encontrar uma breve apresentação das ideias de Saussure no artigo já indicado de

Schorr e no artigo de Peterson, “Obchtchaia lingvistika” (Linguística Geral), in Petchát i revolútsia (Imprensa e Revolução), 1923, v.6. (MFL, 1997, p. 85, Nota 22).

É a partir da leitura dessa edição que, analisando as concepções filosófico-linguísticas de Saussure, Volochínov focaliza a distinção saussureana *langage*, *langue* et *parole*. A esses três termos, Volochínov dá sua própria interpretação, assinalando que o livro ainda não estava traduzido para o russo. *Langage* ele traduziu por um termo russo [*jazyk-rec'* (ou tout simplement *reč'*)], que significaria em francês ‘*langueparole / parole*’ em português *língua fala*; *língua* ele traduziu por – par *jazyk* e *parole* ele traduziu de forma [*vyskazyvanie* (ou par *govoreníe-vyskazyvaníe*), expressão ambígua, que pode significar não somente a produção verbal individual, a fala, a enunciação (física/fisiológica), mas também o enunciado, o resultado do ato de fala²⁸. Essa explicação nos é dada por Ageeva ao longo das páginas 74 e 75 de seu artigo, implicando uma importante reflexão. Segundo a autora, ainda no que diz respeito à terminologia, para apresentar as ideias de Saussure, Volochínov cita o artigo de M.N. Peterson (1885-1962)²⁹ sem utilizar a mesma terminologia, a saber, *reč'* – *jazyk* – *slovo*. Como Ageeva explica na nota 7:

28. É curioso observar que essa distinção enunciado/enunciação é retomada por Paulo Bezerra em nota presente no texto “Os gêneros do discurso”: “Bakhtin emprega o termo *viskázivanie*, derivado do infinitivo *viskázivat*, que significa ato de enunciar, de exprimir, de transmitir pensamentos, sentimentos, etc. em palavras. O próprio autor situa *viskázivanie* no campo da *parole saussureana*. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Hucitec, São Paulo), o mesmo termo aparece traduzido como “enunciação” e “enunciado”. Mas Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso, quer para o discurso estrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido pela cultura, etc. Por essa razão, resolvemos não desdobrar o termo (já que o próprio autor não o fez) e traduzir *viskázivanie* por enunciado. Paulo BEZERRA (BAKHTIN, 2003, p. 261, [N.T.]).

29. A autora faz referência a: PETERSON, Mixail Nikolaevič, 1923: “Obščaja lingvistika”, *in* *Pečat' i revolúcija*, 1923, N. 6, pp. 26-32. [La linguistique générale], mencionado na nota 6, p. 75 e nas Referências, p. 82.

O termo *slovo* é ambíguo. De acordo com o contexto de sua utilização, pode designar expressão verbal do pensamento sob a forma oral ou escrita: ‘langue’, ‘langage’, ‘discours’, ‘conversation’, e também palavra, no sentido linguístico do termo (p. 75).³⁰

Ageeva considera que para chegar à tríade saussureana, Volochínov apoia-se provavelmente em S.I. Bernštejn (1892-1970) (*reč’ – jazyk – govorenje*) et G.O. Vinokur (1896-1947)⁹ (*reč’ – jazykovaja sistema – individual’noe govorenje*). E como se pode observar, a análise comparativa da terminologia, para ela, mostra justamente a interlocução polêmica entre as concepções dos dois linguistas e suas epistemologias/gnoseológicas diferenciadas. Ela esclarece que se alguns termos coincidem, as escolhas feitas por Volochínov para traduzir *langage* e *parole* demonstram as diferenças entre os dois autores. Essa diferença aparece especialmente no que diz respeito à introdução do conceito de *interação verbal*, que, de certa forma, acaba confundindo-se com a noção de língua, que não se identifica simplesmente com comunicação, mas representa “o conjunto de signos ideológicos sociais exteriores à consciência individual”. Para Ageeva, esse conceito de língua, que implica um “dado anterior”, coincide com o conceito de linguagem de Saussure. Nesse sentido ela afirma: “A língua enquanto objeto social da linguística, na concepção de Volochínov, é a linguagem em termos saussureanos (2008, p. 76)³¹.”

No que diz respeito ao termo *vyskazyvanie*, que vai ser considerado equivalente à *parole* de Saussure, a autora lembra, como temos discutido em vários momentos, que não se trata da fala

30. No original: “Le terme russe *slovo* est ambigu. Selon le contexte de son utilisation, il peut désigner ‘expression verbale de la pensée sous forme orale ou écrite’, ‘langue’, ‘langage’, ‘discours’, ‘conversation’, ainsi que ‘mot’ au sens linguistique du terme”.

31. No original: “Ce fait me permet de tirer la conclusion que les concepts de *jazyk* chez Vološinov et de *langage* chez Saussure coïncident. Autrement dit, la langue en tant qu’objet d’étude de la linguistique dans la conception de Vološinov est bien le langage en termes saussuriens”.

individual, heteróclita, mas “enunciado concreto, resultado da produção verbal individual”.

E finalizando essa apreciação de Inna, mesclada aqui com outros pensadores e com a maneira como temos lido *MFL*, a interlocução polêmica que Volochínov estabelece com Saussure é feita para instaurar um ponto de vista, para iniciar uma nova perspectiva sobre a linguagem. Nesse sentido, Volochínov empreende um movimento duplo. De um lado, tem de se aproximar muito de Saussure para construir, como contraponto, sua concepção de linguagem, de língua, de enunciado concreto. E a tradução dos termos já é uma indicação de que essa aproximação não constitui *repetição*. Ao contrário, lança o alicerce para a concepção dialógica da linguagem, substituindo, por exemplo, *fala* por enunciado concreto.

Por outro lado, se é verdade, como diz Inna, que Volochínov não leva em conta o princípio fundamental das pesquisas de Saussure, ou seja, o ponto de vista sobre o objeto de estudo da linguística, ele o faz para, justamente, apresentar o seu ponto de vista. E, dessa perspectiva, o objeto passa a ser discursivo, real no sentido de ser enunciação, enunciado irrepitível, enquanto que o de Saussure é um objeto construído teoricamente. Mas ele escolhe esse interlocutor justamente para ter um ponto de partida consistente, elaborado por um pensador que constrói *discursividade* em torno de língua e de linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta apresentação partimos de uma ideia importante, a nosso ver, no âmbito das discussões promovidas pelo evento científico Cem anos de Saussure. A ideia pode ser resumida da seguinte forma: Mikhail Bakhtin e os demais membros do chamado Círculo instauram Saussure como um interlocutor privilegiado para que eles pudessem construir a própria concepção de linguagem e novas possibilidades de seu estudo, questão vital especialmente nos anos 1920 e 1930. Em diferentes obras, de

diferentes épocas, essa interlocução é instaurada. A leitura feita por Bakhtin e pelo Círculo do *CLG*, de Saussure, antecede sua tradução para o russo e as referências ao mestre genebrino começam a aparecer já nas obras do final dos anos 1920. Essas referências não são esporádicas e meramente contestatórias. Saussure é alçado por Volochínov, e mesmo por Bakhtin, como um dos mais importantes de seus interlocutores, juntando-se aos formalistas, à estilística clássica, ao marxismo ortodoxo. Certamente essa foi uma estratégia para que, desse amplo, polêmico, mas certamente produtivo diálogo, aflorasse uma nova concepção de linguagem e seu estudo, respondendo àquele momento de crise nos estudos linguísticos e de necessidade de construção “de uma linguística marxista, de uma filosofia marxista da linguagem”.

Se essa postura pode ser localizada em *MFL*, o mesmo poderia ser feito em relação a *Problemas da poética de Dostoiévski* [*PPD*], especialmente no momento em que M. Bakhtin propõe a *metalinguística* como o conjunto de disciplinas que teriam no discurso seu objeto. Ele faz isso de maneira refinada e explícita em relação à linguística, o que significa dizer em relação a Saussure, assim como o fará novamente no ensaio “Os gêneros do discurso”. De *PPD*, dentre outras coisas, podemos citar a seguinte afirmação:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o *discurso* ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística os que tem importância fundamental para nossos fins. Por esse motivo, as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subentendendo-a como um estudo - ainda não constituído em disciplinas particulares definidas - daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo absolutamente legítimo - os limites da linguística.

As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacetado – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência (BAKHTIN, 2008, 207).

E o segundo pertencente ao item dois de Os gêneros do discurso, intitulado O enunciado como unidade da comunicação discursiva. Diferença entre essa unidade e as unidades da língua (palavras e oração):

Desse modo, ao falante não são dadas apenas as formas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) obrigatórias para ele, mas também as formas de enunciado para ele obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso estes são tão indispensáveis para a compreensão mútua quanto as formas da língua (BAKHTIN, 2003, p.285).

Ao final deste trabalho, concluímos que a recepção de Saussure na Rússia tem merecido rigorosos e importantes estudos. Aqui, sem qualquer pretensão de abrangência e inovação, procuramos trazer para a cena, para a discussão, especialmente o papel uma estudiosa da linguagem, ŠOR, Rozalija Osipovna, que, demonstrando a contribuição saussureana para a linguística russa, *encontrou-se* com Valentín Volochínov. É ela que, não por acaso, faz uma importante resenha de seu *MFL* e que, ao mesmo tempo, está nele referenciada, confirmado a dupla mão da recepção polêmicamente constituída pelos linguistas russos.

Portanto, ao contrário do que se ouve muitas vezes, não há desprezo por Saussure nos trabalhos do Círculo ou pela língua e seus estudos inovadores realizados especialmente pelo mestre. Nem há troca pura e simples de análise da língua por análise de gêneros. Há sim, a construção de outro objeto, que é o discurso, a partir de ponto de vista em que o signo, necessariamente, é

signo ideológico. Mas para chegar aí, a interlocução com grandes correntes dos estudos da linguagem foi indispensável. E uma delas, obrigatoriamente, passa por Ferdinand de Saussure e sua linguística inaugural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEEVA, Inna. La critique de F. de Saussure dans *Marxisme et philosophie du langage* de V.N. Vološinov et le contexte de la réception des idées saussuriennes dans les années 1920-1930 en Russie. *Cahiers de l'ILSL*, N. 26, 2009, p. 73-84.

BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. 4.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins fontes, 2003, p. 261-306.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Trad. Michel Laud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOUISSAC, Paul. *Perspectives on Saussure*. 10 Nov. 2003. Disponível em:

<http://www.semioticon.com/people/articles/saussurecompanion.rtf.htm>. Acesso em 01 de agosto de 2013.

IVANOVA, Irina. Préface. In: JAKUBINSKIJ, LEV. *Lev Jakubinskij, une linguistique de la parole* (URSS, années 1920-1930). Textes édités et présentés par Irina Ivanova. Trad. Irina Ivanova et Patrick Sériot. Lausanne: Lambert-Lucas, 2012, p. 13-37.

JAKUBINSKIJ, LEV. *Lev Jakubinskij, une linguistique de la parole* (URSS, années 1920-1930). Textes édités et présentés par Irina Ivanova. Trad. Irina Ivanova et Patrick Sériot. Lausanne: Lambert-Lucas, 2012.

KOUZNETSOV, Valery. Recherches saussuriennes en Russie. [Oral presentation in session 1, Saussure and his legacy, 19th Congress of Linguistics, July 21-27 2013, Geneva, Switzerland. http://www.cil19.org/uploads/documents/Recherches_Saussuriennes_en_Russie.pdf

LÄTEENMÄKI, Mika. Da crítica de Saussure por Voloshinov e Jakubinski. Trad. Carlos Alberto Faraco. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. p. 125-132.

NORMAND, Claudine. Saussure : une épistemologie de la linguistique. In: NORMAND, Claudine e SOFIA, Estanislao (dir). *Sciences du Langage: Carrefours et points de vue - Espaces théoriques du langage. Des parallèles Floues*, N. 8, 2012. Louvain: L'Harmattan-Academia, p. 11-28.

PORSCHÉ, S. Cristina. Saussure e Volochínov: uma relação conturbada. *ReVEL*. Edição especial n.2, 2008. www.revel.inf.br. [revel_esp_2_saussure_e_volochinov[1].pdf]

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.

ŠOR, Rozalija Osipovna. Krizis sovremennoj lingvistiki. in *Jafetičeskij sbornik*, N.5, p. 32-71, 1926. [A crise da lingüística contemporânea]

_____. Paradoksal'naja ortodoksálnost, in *Literatura i marksizm*, N.2, p. 139-149, 1929a. [A ortodoxia paradoxal]

_____. Recenzija. V.N. Vološinov. *Marksizm i filosofija jazyka. Osnovnye problemy sociologičeskogo metoda v nauke o jazyke*. Priboj. Leningrad. In: *Russkij jazyk v sovetskoj škole*, 1929, N. 3, p. 149-154, 1929b. [Resenha de: *Marxisme et philosophie du langage. Problèmes fondamentaux de la méthode sociologique en linguistique* de V.N. Vološinov]

_____. ČEMODANOV, Nikolaj Sergeevič. *Vvedenie v jazykovedenie*. Moskva: Izdatel'stvo narkompressa RSFSR, 1945. [Introduction à la linguistique]

SOSSIUR, F. de. [SAUSSURE, F.] *Kurs óbchei lingvístiki: izdánnyi Ch. Bally i A. Seche pri utchástii A. Ridlinguera. (Curso de linguística geral: edição de Ch. Bally e A. Sechehaye com a participação de A. Riedlinger). Trad. A. M. Sukhotín. ed. estereotípica. Moscou: Librokom, 2012. 256 p. (Coleção Herança Linguística do Século XX; Izdánie stereotípnoe/edição sem modificações de conteúdo em relação à primeira). [1.ed. 1933]*

SLJUSAREVA, Natalia. Quelques considerations des linguistes soviétiques à propos des idées de F. de Saussure. *Cahiers Ferdinand de Saussure* 20, p. 23-46, 1963.

TYLKOWSKI, Inna. *Marxisme et philosophie du langage* (1929) de V. Vološinov et sa réception chez R. Šor: deux voies du développement de la science du langage «marxiste» dans les années 1920 en Russie. *Cahiers de l'ILSL*, N. 31, 2011, p. 195-221.

Semântica estrutural

JOSÉ LUIZ FIORIN
(USP)

Ubi materia, ibi geometria
Kepler

Eu não creio nas coisas; só creio nas relações entre elas.
Braque

As diferentes disciplinas adjetivadas de estrutural foram desenvolvidas não por Saussure, mas pelos diferentes Círculos Linguísticos com base nos postulados do *Curso*.

A semântica foi o ramo da linguística a que menos estudos foram dedicados. É a mais nova das disciplinas linguísticas; sua própria denominação só foi criada no século XIX. Foi precedida, no quadro do desenvolvimento da linguística histórica, pela fonética, que teve grande aprimoramento, depois pela gramática. Apesar de denominada e instaurada, ela não desenvolveu uma metodologia própria, mas tomou emprestados métodos seja da retórica clássica, seja da psicologia.

A linguística estrutural seguiu, em seu desenvolvimento, a mesma ordem. Depois que é publicado o *Curso de linguística geral*, a Escola de Praga desenvolve solidamente a fonologia estrutural; em seguida, a Escola de Copenhague debruçou-se sobre os estudos gramaticais. A semântica ficou pouco desenvolvida, porque apresenta dificuldades de todas as ordens seja na determinação de métodos próprios para a análise, seja na definição das unidades constitutivas de seu objeto.

Como em qualquer disciplina da chamada linguística estrutural, na constituição da semântica estrutural, levam-se em conta

as postulações teóricas de Saussure a respeito do signo. Três aspectos são relevantes:

O primeiro é que signo linguístico tem dupla face. Saussure diz que um signo não une uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica (1969: 80). Dessa forma, ele afasta-se de uma tradição que considerava (e até hoje considera) o signo a união de uma forma a um sentido, pois, como vai mostrar, as “formas” não independem de seu significado. Ademais, vai dar um novo sentido ao termo *forma*. Quando ele fala em imagem acústica não está referindo-se à materialidade física dos sons, mas às representações psíquicas desses sons que estão associadas a conceitos (1969: 80).

O pensamento não pode ser dissociado do sistema de nossa língua (1969: 130-132), pois ela não é uma nomenclatura; ao contrário, é uma forma de categorizar a experiência exterior e interior (1969: 136). Assim, os signos não são “coisas” que representam um referente pré-existente numa relação de um para um. São eles que dão sentido à realidade fenomenológica. Não há pensamento fora dos sistemas de signos que utilizamos.

O significante e o significado estão intimamente unidos como o verso e o anverso de uma folha de papel (1969: 131). Não se pode ter um significado sem o significante correspondente e vice-versa. Esse primeiro postulado significa que, na semântica estrutural, todo significado tem que estar ancorado na materialidade da linguagem e não na introspecção psíquica.

O segundo aspecto a ser levado em conta é a arbitrariedade do signo linguístico. Este é um postulado central da teoria saussuriana: o laço que une o significante ao significado é arbitrário (1969: 81-82). O conceito de “chuva” não está ligado, por nenhuma relação necessária, à sequência de sons /juva/, que o veicula. Nada há no significado de chuva que lembre os sons que o manifestam. Esse significado poderia ser sensorialmente concretizado por qualquer outra sequência, como demonstram os termos “equivalentes” de outras línguas, como o inglês *to rain*,

o francês *pleuvoir*, o italiano *piovere*, o espanhol *llover* e o romeno *a plouă*.

A consequência da arbitrariedade é que não há correspondência absoluta entre os signos de línguas diferentes (1969: 82). Por exemplo, o termo inglês *skin* é traduzido por, pelo menos, três palavras em português: *pele*, *casca* e *couro*. Em inglês, o significado de *skin* contém os traços semânticos /cobertura/ e /exterioridade/. Assim, *skin* é a pele do ser humano, é o couro da vaca, é a casca da banana e é até a nata do leite. A relação complica-se, pois, *pele*, em português, tem os traços /cobertura de animal ou frutas e legumes/, /maciez/, /flexibilidade/, /sedosidade/. Assim, tira-se a pele do tomate, mas não a pele da pera. Por outro lado, chama-se *pele* em português tanto a camada externa que cobre o corpo de um animal, quanto o couro separado do corpo, especialmente de animais de pelo sedoso e abundante, usado como agasalho ou guarnição de vestuário, o que em inglês é *fur*. A diferença entre /removido/ vs. /não removido/ existe na oposição entre *leather* e *skin*, enquanto em português chamamos *couro*, tanto “o tecido epitelial, espesso e resistente, de certos animais”, quanto “esse tecido já curtido e utilizado como matéria-prima para diversos setores, como confecção de roupa, calçados, etc.”

A arbitrariedade, alerta Saussure, não é a livre-escolha do signo pelo falante, pois o indivíduo não pode alterar nada no signo, já que ele é imposto pelo sistema da língua (1969: 83). Arbitrário significa imotivado (1969: 83). A língua é um fato social, porque o signo é arbitrário, o que quer dizer que seus valores residem no uso e consenso geral de uma comunidade (1969: 132).

A arbitrariedade não é um conceito em que dois polos se contrapõem. É antes uma noção que apresenta certa continuidade, pois, como mostra Saussure, há signos radicalmente arbitrários e signos relativamente motivados (1969: 153). O prefixo *in* é arbitrário, o termo *feliz* também. No entanto, *infeliz*, *infinito*, *indisposto*, *independente*, *ineficiente* são relativamente motivados, pois todos eles indicam a negação de determinada qualidade. A relativa motivação introduz um princípio de regularidade e de

ordem no sistema. Nela, um princípio de analogia restringe a arbitrariedade, o que significa estabelecer uma organização. É pela limitação da arbitrariedade que se diz *interviu* em lugar de *interveio*. A gramática é resultado dessa relativa motivação. As línguas oscilam entre um mínimo de organização e um mínimo de arbitrariedade. As que têm maior regularidade são chamadas *gramaticais*, como o grego, por exemplo, enquanto as que têm maior arbitrariedade são denominadas lexicológicas, como o inglês, por exemplo (1969: 152-155).

Com seu conceito de arbitrariedade do signo, Saussure contrapôs-se a uma concepção corrente na história das ideias linguísticas de que *nomina sunt consequentia rerum*³². Ao mostrar que não há relação entre o significante e o significado, ele desnaturalizou a linguagem, deixando claro que a ordem da língua é diferente da ordem do mundo, pois ela é uma instituição social.

O princípio da arbitrariedade é muito importante no estabelecimento de uma semiologia, pois permite postular a unicidade do sentido independentemente de sua manifestação. Assim, o sentido pode ser estudado da mesma maneira em todas as línguas.

O terceiro aspecto importante é a noção de valor. Como se disse acima, o senso comum imagina que a língua seja uma nomenclatura, em que cada item está relacionado com um significado. No entanto, quando comparamos uma língua com outra, percebemos que essa correspondência de um para um não existe. O que em inglês é denominado *shell* é expresso por, pelo menos, três palavras em português *casca*, *concha* e *casco*. *Shell* tem os tra-

32. Essa frase é citada por Dante no 4º parágrafo do capítulo XIII do *Vita nuova*, para mostrar que o nome corresponde à “coisa”: O outro era este: o nome de Amor é tão doce de ouvir que me parece impossível que a sua ação não seja também doce, se é fato que os nomes resultam das coisas nomeadas, como está escrito: “*Nomina sunt consequentia rerum*” (Os nomes são resultados das coisas). Essa expressão tem origem num passo das Instituições do Imperador Justiniano: *consequentia nomina rebus studentes* (Os nomes são congruentes com as coisas a que se aplicam) (II, 7, 3. *In*: Tosi, 1996: 42).

ços semânticos /cobertura/ e /dura/. Assim, *shell* é a casca do ovo, a concha dos moluscos, o casco da tartaruga. A relação é mais complicada, porque podemos também falar em casca de moluscos, principalmente, quando descrevemos seu preparo como alimento. Em português, *casca* é um termo mais geral, pois tem os traços /cobertura/ e /mais ou menos rígida/. Serve para ostras, pão (em inglês a casca do pão é *crust*), ovo, ferida (em inglês, a casca da ferida é *scab*), etc. *Casco* e *concha* são mais especializados. O primeiro tem os semas /cobertura/, /óssea/, /para animais ou partes de animais/; o segundo apresenta os traços /cobertura/, /calcário/, /para invertebrados/. Os elementos linguísticos não são independentes dos demais. Ao contrário, cada um deles tem um *valor* dado por sua relação com os outros. Por exemplo, *a* só é marca da primeira conjugação, em português, em oposição a *e* e *i* e em relação com um radical verbal; é preposição, quando se opõe a *em*, *de*, etc. e está relacionada a dois termos lexicais que une (verbo e substantivo; substantivo e substantivo), como *vou ao cinema*; *amor a Deus*. Dessa forma, a identidade de um elemento confunde-se com o seu valor (1969: 128). Os termos são resultado de relações.

A realidade da língua, suas entidades concretas, não são sons nem conceitos, mas valores (1969: 128). O valor de um signo provém da diferença com outros signos, o que significa que na língua não há elementos positivos, apenas negativos. “Na língua só há diferenças” (1969: 139), o que implica que a forma pressupõe pelo menos dois termos. No jogo de xadrez, que pode ser comparado a uma língua, é irrelevante a matéria de que as peças são feitas, seu formato, sua cor, bem como o fato de que elas representam a organização social de uma dada época e as mudanças que elas sofreram ao longo do tempo. O que é relevante é o valor de cada tipo de peça, determinado pela oposição a todas as outras no que concerne aos movimentos possíveis e à função dentro do jogo (1969: 128).

Cada língua tem um sistema particular de valores, o que significa que a linguística, apesar da Saussure considerá-la parte da

psicologia social, aproxima-se da antropologia, em seu estudo das singularidades de cada idioma.

A concepção de valor indica que uma semântica deve fundamentar-se no estudo das diferenças que criam significados. Dessa forma, ela aproxima-se de uma descrição da cultura. O significado, em função da arbitrariedade do signo, independe das formas de manifestação. No entanto, é preciso levar em conta a solidariedade entre expressão e conteúdo, o que significa que o significante só existe porque tem significação. A forma, mesmo da expressão, só é uma invariante diferencial porque produz diferenças de significado (por exemplo, o inglês distingue um *r retroflexo* de um *r aspirado* em início de sílaba: *rope* significa “corda”; *hope* quer dizer “esperança”). A “materialidade” da linguagem só ganha esse estatuto porque tem significação. Por outro lado, o elemento inteligível da linguagem só tem existência, porque é veiculado por um componente sensível.

Hjelmslev escreve, em 1957, um texto intitulado *Por uma semântica estrutural* (1991: 111-127), em que vai propor as bases de uma abordagem estrutural em semântica, a partir da constatação de que é cientificamente legítimo fazer essa tentativa (1991: 116). O linguista dinamarquês começa por mostrar que os domínios da fonologia e da gramática apresentam uma estruturação evidente, o que faz que o estruturalismo seja mais uma continuidade do que uma ruptura em relação a certos modos de análise da linguística clássica. Por outro lado, há certo ceticismo em relação à estruturalidade do vocabulário e, por conseguinte, à possibilidade de estudá-lo de um ponto de vista estrutural, pois, em oposição aos fonemas e morfemas, os vocábulos são, de um lado, numerosos (talvez em número ilimitado e incalculável) e, de outro, instáveis, dado que, a todo momento, palavras novas são criadas, enquanto outras se tornam velhas e caem em desuso (1991: 112-113). Conclui Hjelmslev, dizendo que “o vocabulário se apresenta, numa abordagem inicial, como a negação mesma de um estado, de uma estabilidade, de uma sincronia, de uma *estrutura*” (1991: 113) e, por isso, uma semântica estru-

tural “parece estar votada ao fracasso e se torna facilmente presa do ceticismo” (1991: 113). Por essas razões, considera ele que a lexicologia é uma casa vazia e que o estudo do vocabulário se limita a uma lexicografia, cujo trabalho consiste simplesmente em enumerar elementos a que se atribui um conjunto de empregos diferentes e aparentemente arbitrários. A semântica estrutural, diferentemente da fonologia e da gramática estruturais, não tem, pois, predecessores. Seu objeto deve ser não os significados, mas as relações que os constituem. Como diz Hjelmslev, “introduzir a noção de *estrutura* no estudo dos fatos semânticos é introduzir a noção de *valor* lado a lado com a de *significação*” (1991: 118).

A semântica estrutural, portanto, terá por objeto não o significado, mas a significação, isto é, os “valores linguísticos definidos pelas posições relativas das unidades no interior do sistema” (Hjelmslev, 1991: 38). O sentido não é algo isolado, mas surge da relação. Só há sentido na e pela diferença. Assim, os efeitos de sentido percebidos pelo falante pressupõem um sistema estruturado de relações. Por conseguinte, a semântica estrutural não visa propriamente ao sentido, mas a sua arquitetura, não tem por objetivo estudar o conteúdo, mas a forma do conteúdo.

Antes de prosseguir, analisemos mais detidamente o conceito de *relação*: é uma “atividade cognitiva que estabelece, de maneira concomitante, a identidade e a alteridade de duas ou mais grandezas (ou objetos de saber), ou o resultado desse ato” (Greimas e Courtés, 1979: 314). Assim, os objetos linguísticos serão criados pelas relações. Hjelmslev define os eixos paradigmático e sintagmático da linguagem pelo tipo de relações que os caracteriza: *ou...ou* e *e...e*. Na visão estrutural, pois, o mundo adquire sentido para nós, graças à percepção de diferenças. Perceber diferenças significa captar dois termos-objeto como simultaneamente presentes e a relação entre eles. Daí decorrem duas consequências: um só termo-objeto não comporta significação e esta pressupõe a existência de uma relação. O conceito de *relação* impõe duas constatações: “1. para que dois termos-objeto possam ser captados juntos, é preciso que tenham algo em comum (é o problema

da semelhança e, em suas extensões, o da identidade); 2. para que dois termos-objeto possam ser distinguidos, é preciso que sejam diferentes, qualquer que seja a forma (é o problema da diferença e da não identidade) (Greimas, 1973: 29). A relação tem pois uma dupla natureza: conjuntiva e disjuntiva (Greimas, 1973: 29). Por isso, diz-se que a relação estabelece, de maneira concomitante, a identidade e a alteridade.

No âmbito da semântica, a identidade é um eixo semântico, um fundo comum, sobre o qual se articulam as diferenças. Identidades e diferenças, no domínio semântico, são semas, traços distintivos do significado, elementos diferenciados do plano do conteúdo. Assim, por exemplo, a oposição *homem* vs. *mulher*, poderia ser analisada, postulando-se a articulação da diferença *masculinidade* vs. *feminilidade* sobre o eixo semântico *sexualidade*. Um problema que se colocava era o do modo de existência das articulações sêmicas. Isso opôs os partidários do binarismo e do não binarismo, que poderíamos representar por Jakobson e Brøndal. Os primeiros afirmavam que um eixo semântico se articula em dois semas, seja s^1 vs s^2 , isto é, dois semas efetivamente, seja s vs *não s*, isto é, presença e ausência de um sema. Os segundos diziam que, entre o positivo e o negativo, pode haver um neutro (nem positivo nem negativo) e um complexo (positivo e negativo). Essas duas posições teóricas parecem, à primeira vista, inconciliáveis. No entanto, sua contradição é apenas aparente, pois o que é complexo na postulação de Brøndal é a articulação, já que o número de semas permanece constante, o que significa que a estrutura brøndaliana é tão binária quanto a de Jakobson (Greimas, 1973: 34). Da mesma forma, não se pode postular na articulação diferencial de um eixo semântico, a ausência de um sema, pois “a não existência de um sema não é um sema”, mas resulta de uma operação de negação aplicada a cada um dos termos de uma dada categoria semântica (Greimas, 1973: 35).

Postulando o paralelismo dos dois planos da linguagem, Hjelmslev considerava que a *comutação* é a função decisiva para

sua análise. É ela uma “correlação que contrai uma relação com uma correlação do plano oposto da língua” (1991: 118).

Dois membros de um paradigma pertencente ao plano da expressão (ou ao significante) são ditos *comutáveis* (ou *invariantes*), se a substituição de um pelo outro levar a uma substituição análoga no plano do conteúdo (ou no significado); e, inversamente, dois membros de um paradigma do conteúdo são comutáveis se a substituição de um pelo outro pode levar a uma substituição análoga na expressão. Dois membros de um paradigma que não são comutáveis podem ser chamados *substituíveis* (ou *variantes*) (...) Há *sincretismo* no caso especial, em que, em condições sintagmáticas determinadas, uma comutação é obrigatoriamente suspensa (e, em consequência, suprida por uma substituição): assim, a comutação que se observa, em latim e em alemão, no plano do conteúdo, entre o nominativo e o acusativo, é suspensa sob o domínio do neutro (*bonum, gutes*) e, cede, nesta condição, lugar a um sincretismo entre dois casos (1991: 118-119).

Com esses princípios, Hjelmslev pretendia estabelecer as categorias semânticas utilizadas em cada língua ou cada estado de língua para constituir os significados. Agrupava palavras ou expressões que tivessem um sema comum (por exemplo, *parentesco colateral de primeiro grau*) e analisava as diferenças que se articulavam sobre esse eixo semântico (por exemplo, o húngaro articula sobre essa identidade as diferenças: *masculino vs. feminino* e *mais velho vs. mais novo*, já que tem um termo para designar o irmão mais velho, um para o irmão mais novo, um para a irmã mais velha e outro para a irmã mais nova; já o francês opõe sobre esse eixo apenas a articulação *masculino vs. feminino*; o malaio não estabelece oposições sobre esse eixo, pois possui apenas um termo para designar irmão mais velho, irmão mais novo, irmã mais velha e irmã mais nova (1991: 120):

	húngaro	francês	malaião
irmão mais velho	<i>bátya</i>	<i>frère</i>	<i>sudará</i>
irmão mais novo	<i>öccs</i>		
irmã mais velha	<i>néne</i>	<i>soeur</i>	
irmã mais nova	<i>búg</i>		

Estava, desse modo, reduzindo as classes abertas do léxico a classes fechadas, o que, para ele, era a condição necessária para efetuar uma descrição estrutural (1991: 126).

Para chegar a essas categorias, deveriam ser analisados todos os níveis da substância semântica (por exemplo, o nível físico, o das percepções ou avaliações ou apreciações coletivas) (1991: 124-125).

O objetivo da semântica estrutural seria, pois, o estabelecimento, de um ponto de vista imanente, ou seja, sem recorrer a nenhuma classificação extralinguística, de categorias semânticas (articulações semânticas estabelecidas sobre eixos semânticos) responsáveis, numa língua ou num estado de língua, pela criação de significados. Lembrava Hjelmslev que isso permitiria comparar estados de língua diferentes ou línguas distintas e estabelecer uma tipologia de base semântica das línguas. Estava enunciada a possibilidade de uma semântica estrutural diacrônica e de uma semântica estrutural contrastiva.

Coseriu desenvolve, com base nesses princípios, os fundamentos de uma semântica diacrônica estrutural, mostrando que, na diacronia, ocorre a dessemantização de oposições, a semantização de traços não pertinentes, a ressemantização de certas relações e assim por diante. Por exemplo, na passagem do latim para as línguas românicas dessemantizam-se oposições como *luminosidade vs não luminosidade*, estabelecida sobre o eixo *cor*, ou *materno vs paterno*, articulada sobre a identidade *irmão* (1964). Observe-se o quadro abaixo:

Latim	Francês	Italiano	Espanhol	Português	Catalão	Romeno
<i>patruus avunculus</i>	<i>oncle</i>	<i>zio</i>	<i>tío</i>	tio	<i>oncle</i>	<i>unchiu</i>
<i>amita matertera</i>	<i>tante</i>	<i>zia</i>	<i>tía</i>	tia	<i>tia</i>	<i>matușă</i>
<i>ater niger</i>	<i>noir</i>	<i>nero</i>	<i>negro</i>	preto	<i>negre</i>	<i>negru</i>
<i>albus candidus</i>	<i>blanc</i>	<i>bianco</i>	<i>blanco</i>	branco	<i>blanc</i>	<i>alb</i>

Para Hjelmslev, uma semântica estrutural era possível: “1) porque as significações particulares dependem de um cálculo de variantes que se deduzem logicamente das relações possíveis previstas na forma; e 2) porque as ‘significações gerais’, ou semantemas, dependem de valores que resultam igualmente da forma e definem as correlações possíveis” (1991: 124).

Finalmente, cabe lembrar que o projeto da semântica estrutural não ignorava a História, como se diz frequentemente. De um lado, Hjelmslev não negava as determinações históricas sobre a substância semântica (1991: 124-125). De outro, pensava que a descrição estrutural criaria uma lexicologia análoga à proposta por George Matoré, “disciplina sociológica que utiliza o material linguístico que são as palavras” (1991: 127). Dessa forma, poderia ela ajudar na compreensão da sociedade de uma dada época.

Essa primeira versão da semântica estrutural enfrentava dois problemas teóricos gigantescos: o primeiro era transformar uma classe tão aberta quanto o léxico numa classe fechada; o segundo era precisar as regras de compatibilidade e de incompatibilidade semântica, que presidem à construção de unidades maiores do que os sememas, como, por exemplo, enunciados e discursos. Por isso, não obteve resultados satisfatórios, a não ser na descrição de certos campos semânticos bem delimitados. A ideia de construir matrizes semânticas comparáveis às da fonologia foi abandonada.

Em língua portuguesa, essa versão da semântica estrutural foi apresentada por Mario Vilela, que, em sua obra *Estruturas léxicas do português* (1979), analisou diferentes domínios semânticos do português, que tinham sido estudados em outras línguas por

diversos semanticistas: o campo lexical de “assento”; o dos verbos de movimento; o sistema sêmico da espacialidade, o léxico da habitação; o campo lexical de “designação de parentesco”; o dos “adjetivos de idade”; o da “simpatia humana e social”; o dos “adjetivos de cor”; o dos “adjetivos de avaliação térmica”; o dos “cursos de água”; o das “vias de comunicação”; o dos verbos de “cozinhar”; o do “som”; o léxico do “vestuário”; os verbos do domínio “destruir”; o campo lexical dos verbos de “manifestação linguística humana”. No Brasil, essa vertente da semântica estrutural não teve um desenvolvimento significativo. Apenas alguns trabalhos de toponímia descreveram certos campos semânticos utilizados na denominação de lugares no Brasil.

Ao abandonar a ilusão dos anos 60 de que seria possível fazer uma análise exaustiva do plano do conteúdo das línguas naturais, uma vez que isso seria fazer uma descrição completa do conjunto das culturas, o projeto estrutural em semântica busca repensar seu objeto. Estabelece, então, as três condições que deveria satisfazer o estudo da significação:

a) ser *gerativo*, ou seja, “concebido sob a forma de investimentos de conteúdo progressivos, dispostos em patamares sucessivos, indo dos investimentos mais abstratos aos mais concretos e figurativos, de tal modo que cada um dos patamares pudesse receber uma representação metalinguística explícita” (Greimas e Courtés, 1979: 327);

b) ser *sintagmático*, isto é, deve explicar não as unidades lexicais particulares, mas a produção e a interpretação do discurso (Greimas e Courtés, 1979: 327);

c) ser *geral*, ou seja, deve ter como postulado a unicidade do sentido, que pode ser manifestado por diferentes planos de expressão ou por vários planos de expressão ao mesmo tempo, como no cinema, por exemplo (Greimas e Courtés, 1979: 328).

Ao estabelecer essas condições, a semântica estrutural abandona o objetivo de descrever exaustivamente o plano do conteúdo das línguas naturais e passa a se conceber como uma teoria do texto, visto como um todo de significação. Visa ela, então, menos

a descrever o que o texto diz, mas como o texto diz o que diz, ou seja, os mecanismos internos de agenciamento de sentido. Com isso, resolve os dois grandes problemas teóricos de uma semântica estrutural que tinha por objeto a descrição do plano de conteúdo das línguas naturais, pois opera com uma classe fechada, ou seja, o texto que manifesta um discurso, e busca estabelecer o sistema semântico que está na base da organização de um discurso.

Essa semântica, ao postular a unicidade do sentido, busca viabilizar o projeto saussuriano de uma semiologia, que seria a ciência geral dos sistemas de signos (Saussure, 1969, 24). Para demarcar-se do projeto semiológico, que, numa visão muito restrita da definição saussuriana de signo, não leva em conta o processo sêmico, ou seja, o discurso, essa semântica estrutural denomina-se *semiótica*. É ela uma teoria da significação, ou seja, seu trabalho é o de “explicitar, sob a forma de uma construção conceptual, as condições de apreensão e de produção do sentido” (Greimas e Courtés, 1979: 345). Situando-se na tradição saussuriana e hjelmsleviana, segundo a qual, a significação é a criação e/ou a apreensão de diferenças, procurará determinar o sistema estruturado de relações que produzem o sentido do texto. Como dizia Coquet, ela tem o objetivo de “explicitar as estruturas significantes que modelam o discurso social e o discurso individual” (1984: 21). Não se trata mais dos signos, mas da significação, ou seja, das relações diferenciais subjacentes que produzem o discurso. Vai estudar as estruturas, que são sempre relacionais, semânticas e sintáticas hierárquicas que produzem os sentidos dos universos discursivos.

Greimas mostra que o discurso é tanto da ordem do sistema, quanto da do acontecimento e, “como tal, submetido à história” (1973: 52-53). O sistema é constituído de invariantes, ou seja, generalizações semânticas feitas por uma dada cultura, tidas por universais. Essas generalizações são concretizadas variavelmente no processo discursivo, que é da ordem do acontecimento. É a enunciação que convoca ou subverte as estruturas do sistema (Greimas e Fontanille, 1993: 69-70). É preciso que fique claro que variante e invariante não são conceitos absolutos, mas relacionais. Assim,

vida vs. *morte* são “universais” responsáveis por distintos discursos em nossa sociedade. Em *morte e vida Severina*, de João Cabral, a vida, no quadro de um raciocínio concessivo, é o termo eufórico:

- Severino retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina (1994: 201-202).

Na teologia católica da salvação, a morte concretiza-se, num raciocínio implicativo, como um termo não disfórico, pois ela é a passagem para a verdadeira vida. É o que diz um trecho do prefácio I dos defuntos, do Missal Romano:

Senhor, para os que creem em vós, a vida não é tirada, mas transformada. E, desfeito o nosso corpo mortal, nos é dado nos céus, um corpo imperecível.

Vieira, também com uma argumentação implicativa, considera, na sétima parte do Sermão da Quarta-feira de Cinzas, para ser pregado na Capela Real, que a morte é eufórica:

E como por meio desta perpétua paz cessa a guerra da carne contra o espírito, e cessam as vitórias do pecado e perigos da graça, esta natural impecabilidade da morte é a mais cabal razão de ser a morte o maior bem da vida, porque, sendo o maior mal da vida o pecado, e estando a mesma vida sempre sujeita e arriscada a pecar, só a morte a livra e segura deste maior de todos os males.

No Brasil, essa segunda versão da semântica estrutural teve um grande desenvolvimento. Os trabalhos brasileiros de semiótica, além de contribuir para o desenvolvimento teórico da disciplina (por exemplo, com trabalhos sobre enunciação (atores da enunciação, projeção das categorias da enunciação no enunciado, organização narratológica do ato enunciativo); sobre a modulação e aspectualização; sobre a modalização e as modalidades; sobre o componente passional do enunciado e da enunciação; sobre os acontecimentos extensos; sobre as relações entre expressão e conteúdo; sobre os procedimentos e estratégias de persuasão e de manipulação (por exemplo, toda a problemática da argumentação); sobre as questões da mistura como mecanismo de construção do sentido, o que é muito importante numa sociedade que pretende não se ter construído sobre a pureza, mas como uma sociedade aberta para as diferentes culturas, etc.), buscam expli-

car os processos de significação dos discursos que configuram a formação social brasileira na atualidade, bem como dos discursos que, ao longo da história, construíram nossa identidade e nossa cultura (por exemplo, trabalhos que veem um jornal ou um museu como um discurso, estudos da canção brasileira, análises sobre o discurso da crítica de arte, trabalhos sobre os meios de comunicação de massa, como, por exemplo, televisão e mais recentemente as novas textualizações no ciberespaço, estudos do discurso político e do discurso religioso, trabalhos que analisam gramáticas e dicionários como discursos). Por isso, há, no Brasil, um forte desenvolvimento de pesquisas em sociossemiótica e em etnosemiótica.

O estruturalismo foi acusado de reducionismo, de a-historicismo, de estaticismo. No caso da linguística, dizia-se que ele não levava em conta a questão da variação, nem se preocupava com as determinações sociais que incidem sobre a linguagem. Essas críticas não são procedentes, na medida em que, como já dissemos, o que ele fez foi criar um objeto teórico, ao lado de outros criados pela linguística nos séculos XIX e XX, e ocupar-se dele. Os teóricos do estruturalismo não negavam a existência da variação, nem a historicidade da linguagem, o que faziam era interessar-se por um objeto teórico determinado. Esse processo de redução é inerente à ciência. Sua atitude científica era a de buscar estruturas imanentes ou construir modelos para explicar um conjunto de fenômenos. Num e noutro caso, o objeto do conhecimento é a relação (ou estrutura) e não os termos. Puseram em prática nas chamadas ciências humanas o princípio kepleriano de que *ubi materia, ibi geometria*. Como Braque, não se interessavam pelas coisas, mas pelas relações. A discussão dessas críticas ao estruturalismo poderia prolongar-se. No entanto, acredito que mais importante que repisar algumas coisas que são passado é preciso comentar o que pode ser considerado uma ironia da História: a crítica que tanto o marxismo quanto o estruturalismo têm sofrido de algumas correntes do pensamento que poderíamos, na falta de um termo melhor,

chamar pós-modernas. Ambos são acusados de totalitarismo, pois têm no seu centro a categoria de totalidade. Isso pode ser considerada uma ironia da História, pois, num certo tempo, uma vulgata marxista opunha-se ferozmente ao estruturalismo e hoje se veem ambos sob a mesma acusação. Essas correntes ditas pós-modernas erigiram o diferente, o incomensurável, o sujeito todo-poderoso, o irracionalismo contra a categoria da invariância, contra as coerções estruturais, contra a racionalidade explicativa do todo. Se elas têm o mérito de discutir a questão da liberdade individual e da imprevisibilidade, podem, em certos casos, ao negar radicalmente toda a ideia de racionalidade, de universalidade, de totalidade, servir de justificativa para o fundamentalismo triunfante, para o racismo re-emergente, para os nacionalismos ressurgentes, mesmo não sendo essa sua intenção. As teorias da totalidade, entre elas o estruturalismo, estão diante do desafio de pensar uma nova racionalidade, que possa reconciliar numa síntese dialética, as coerções e a liberdade, a instabilidade e a estabilidade, as rupturas e as condições de uma nova estabilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COQUET, Jean-Claude (1984). *Le discours et son sujet*. Paris: Klincksieck.

COSERIU, E. (1964). Pour une sémantique diachronique structurale. *Travaux de Linguistique et de Littérature*. Paris/Estrasburgo, Klincksieck/Université de Strasbourg, II, 1:139-186.

GREIMAS, A. J. (1973). *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.

_____ e COURTÉS, J. (1979). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette.

HJELMSLEV, L. (1991). *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva.

SAUSSURE, Ferdinand de (1969). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.

VILELA, Mário (1979). *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Livraria Almedina.

Do signo ao vocábulo: aspectos saussurianos da linguística mattosiana

VALDIR DO NASCIMENTO FLORES
UFRGS/CNPQ

I. INTRODUÇÃO

Este texto é a síntese de um estudo que busca, de um ponto de vista amplo, refletir a respeito da influência do pensamento de Ferdinand de Saussure (1857-1913) na formação da linguística brasileira e, de um ponto de vista mais específico, a respeito da contribuição de Joaquim Mattoso Câmara Junior (1904-1970) nessa formação.

Toma-se como âncora para o debate, a noção de vocábulo formal (vocábulo mórfico) desenvolvida por Mattoso Câmara. Busca-se responder a seguinte pergunta: como o conceito de signo linguístico, elaborado por Ferdinand de Saussure, no início do século XX, influencia a elaboração da noção de vocábulo formal de Mattoso e a sua consequente aplicação à descrição da morfologia da língua portuguesa?

Como é fácil notar, subjaz a essa pergunta a hipótese de que Saussure teria influenciado Mattoso. Isso, porém, não é algo evidente. É comum, entre os historiógrafos da linguística brasileira, atribuir à linguística americana – em especial a de Leonard Bloomfield (1887-1949) – a origem do pensamento de Mattoso, no Brasil.

Sem dúvida, há grande influência de Bloomfield na descrição linguística operada por Mattoso. Isso é inegável. A distinção

entre formas livres, presas e dependentes, por exemplo, deve-se à discussão, parcialmente homônima, efetuada por Bloomfield. Mas, no que tange especificamente à noção de vocábulo, a hipótese antes apresentada afirma algo mais complexo em suas relações conceituais: considera-se que, na formulação da noção de vocábulo mórfico, embora a terminologia e parte das definições utilizadas por Mattoso sejam de origem distribucionalista, o fundamento teórico que norteia a distinção é oriundo –ao menos parcialmente – de Saussure. Em outras palavras, a noção de vocábulo formal, no contexto da descrição do português brasileiro, proposta por Mattoso Câmara, é produto de uma espécie de hibridismo teórico: distribucionalismo e saussurianismo.

Para dar corpo às discussões acima, procede-se ao seguinte percurso: inicialmente, é apresentada a elaboração mattosiana de vocábulo formal; em seguida, precisam-se os termos pelos quais se pode pensar na influência saussuriana; finalmente, apresenta-se a conclusão.

2. O VOCÁBULO FORMAL SEGUNDO MATTOSO CÂMARA

A noção de vocábulo formal aparece, em formulação definitiva, no Capítulo VIII de *Estrutura da língua portuguesa*, livro publicado em sua primeira edição em 1970, e, em versão similar, em *Problemas de linguística descritiva*, livro de 1969. Encontra-se, também, sólida reflexão sobre o tema em *Princípios de linguística geral*, de 1942.

A definição de vocábulo formal deriva da distinção bloomfieldiana entre *formas livres* e *formas dependentes*.

Na leitura de Mattoso Câmara, as *formas livres* “constituem uma sequência que pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente (ex.: ‘Que vão fazer?’. Resposta: ‘Proscrever’. ‘Proscrever o quê?’. Resposta: ‘lei’)” (Câmara, 1970, p. 69). Assim, *proscrever* e *lei* são *formas livres*, uma vez que o teste das perguntas é suficiente para mostrar que ambas podem funcionar, nessa situação, como resposta, logo *como comunicação suficiente*.

te. As *formas presas*, em contrapartida, são aquelas “que só funcionam ligadas a outras (como *pro-* de *proscreever*, *prometer* etc.)” (Câmara, 1970, p. 69).

Nesse entendimento, o vocábulo formal seria “a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres” (Câmara, 1970, p. 69). A constituição do vocábulo formal seria, assim, heterogênea: poderia constar “de uma forma livre indivisível (ex.: *luz*), de duas ou mais formas presas (ex.: *im+pre+vis+ível*) ou de uma forma livre e uma ou mais formas presas (ex.: *in+feliz*)” (Câmara, 1970, p. 69-70).

Mattoso Câmara acrescenta a esse raciocínio a noção de *forma dependente*, incluindo, assim, as formas proclíticas e enclíticas do português (ex.: o *a* em *a lei*). Uma *forma dependente*, de um lado, difere de uma *forma livre* porque não funciona isoladamente como comunicação suficiente. Por outro lado, difere de uma *forma presa* porque permite dois tipos específicos de comportamento: em alguns casos – o artigo, por exemplo –, admite intercalação entre ela e a *forma livre* a que se encontra ligada (ex.: entre *a* e *lei*, em *a lei*, pode-se ter *grande*, o que resulta a *grande lei*) e, em outros casos – os pronomes átonos junto ao verbo, por exemplo –, admite mudança de posição em relação à *forma livre* a que está ligada (ex.: *se fala* ou *fala-se*).

O conceito de vocábulo formal ou vocábulo mórfico recebe, portanto, acréscimos com Mattoso. Pode-se, a partir do que foi exposto acima, dizer que um vocábulo formal, na perspectiva mattosiana, é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres ou dependentes.

Observe-se que o critério utilizado por Mattoso, para identificar e definir um vocábulo formal, é o papel que a unidade exerce no enunciado, o que vai ao encontro da visão distribucionalista desenvolvida por Leonard Bloomfield.

Antes de concluir esta parte cabe, ainda, retomar o contexto teórico no qual Mattoso Câmara propõe a distinção explicitada acima. Margarida Basílio, em importante artigo publicado no volume 20 da Revista D. E. L. T. A., “O conceito de vocábulo

na obra de Mattoso Câmara”, sugere um percurso interessante acerca disso.

Para ela, a primazia do morfema como unidade morfológica no estruturalismo americano é uma “consequência, e não causa, do abandono do princípio da palavra como elemento mínimo da análise linguística” (Basílio, 2004, p. 74). A palavra como unidade linguística já havia sido colocada em xeque desde os estudos comparativistas, atitude esta reforçada, no estruturalismo americano, pela necessidade de se descrever as línguas indígenas, o que impôs, por princípio, uma discussão acerca dos limites da palavra.

Diferentemente da linguística americana – premida pelas circunstâncias em que se encontravam as línguas indígenas, em vias de desaparecimento –, a linguística europeia, em especial a iniciada por Ferdinand de Saussure, toma por unidade o signo linguístico e não a palavra, nem mesmo o morfema. Como bem lembra Basílio:

o estruturalismo europeu não apresenta os problemas com que se depara Bloomfield porque os europeus não têm línguas indígenas a descrever. (...). Saussure se preocupa com a questão da oposição e do sistema de valores; **sua unidade básica é o signo**. Claro, **tanto palavras quanto morfemas são signos**; o problema da definição da palavra permanece, mas não é uma questão crucial e urgente para o estruturalismo europeu...(Basílio, 2004, p. 75) [grifos nossos].

Basílio sintetiza essa discussão da seguinte forma: “enquanto Bloomfield identifica palavras por seu papel na estrutura do enunciado, Saussure (1916:123)³³ se preocupa em identificar palavras no sistema de valores mental” (Basílio, 2004, p. 76-77). E conclui: “Os dois conceitos refletem dois pontos de enfoque do estruturalismo: a estrutura do enunciado e a estrutura do sistema linguístico” (Basílio, 2004, p. 77).

33. A referência, aqui, é a feita pela autora.

Ora, claro está – e a historiografia da linguística brasileira já o demonstrou com propriedade – que Mattoso Câmara era conhecedor dessas grandes linhas de pensamento e das implicações derivadas da subscrição de uma ou de outra.

Sobre isso, mais uma vez, é o texto de Margarida Basílio que será de grande valia aqui. A autora precisa que, em *Princípios de Linguística Geral*, Mattoso Câmara apresenta um problema fundamental relacionado ao conceito de palavra. Segundo ela, a falta de coincidência entre vocábulo fonético e vocábulo significativo, destacada por Mattoso, é o argumento para se aceitar a realidade linguística do vocábulo. Basílio cita a seguinte passagem da quarta edição³⁴ de *Princípios de Linguística Geral*, edição esta também lida por nós adiante:

relacionam-se entre si os elementos idênticos existentes em múltiplas frases, e desta comparação emerge o modelo mental chamado vocábulo, com individualidade ao mesmo tempo significativa e formal. Em outros termos, a noção do vocábulo assenta na identificação parcial que se faz dentro da diferença global das frases. (Câmara, 1967, p. 87).

Na opinião de Basílio, “vemos, pois, que Câmara abraça o ângulo saussuriano” (Basílio, 2004, p. 77). No entanto, esse critério da “diferença global”, alerta Basílio, não é suficiente para diferenciar unidades muito distintas entre si – afixos, desinências, palavras –, motivo pelo qual “Mattoso propõe a sua divisão tripla” (Basílio, 2004, p. 78) entre formas livres, presas e dependentes.

34. Segundo o professor Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Dos escritos de Mattoso, o que teve maior divulgação no Brasil e que tem mais contribuído para disseminar conhecimentos científicos sobre a linguagem é o que ele intitulou **Princípios de linguística geral**, cuja primeira edição em livro saiu em 1942, mas que já fora em parte publicado parceladamente na **Revista de Cultura** durante os anos de 1939 e 1940. (...). Cada uma de suas quatro edições (1942, 1954, 1959 e 1964) é uma verdadeira edição nova, reelaborada, aperfeiçoada, atualizada”. (Rodrigues, 2005, p. 15) [grifos do autor].

Embora não explicitamente, Margarida Basílio parece dar margem, subjacentemente às suas reflexões, à mesma hipótese formulada no início deste trabalho, qual seja: o fundamento teórico que norteia a distinção mattosiana entre formas livres, presas e dependentes – que dá origem à noção de vocábulo formal – é, ao menos em parte, oriundo de Saussure.

Sobre isso se fala, com mais detalhamento, a seguir.

3. A PRESENÇA DE SAUSSURE EM MATTOSO

Que Mattoso leu Saussure é uma evidência que não encontra a menor dificuldade em ser justificada! As passagens em que Mattoso textualmente refere Saussure são abundantes em sua obra e o que mais chama a atenção é a excelência da leitura feita por Mattoso, não raras vezes sintonizada com o que há, hoje em dia, de mais atual na fortuna crítica saussuriana.

Isso não significa, porém, que Mattoso não tenha cometido reducionismos.

Certo está que não se pode desconhecer que o contexto de trabalho de Mattoso Câmara é fortemente dependente da interpretação estruturalista das ideias de Saussure. Nesse ponto específico, Mattoso é visivelmente influenciado por Roman Jakobson (1896-1982), grande divulgador da visão estruturalista das teses saussurianas.

Porém, há na obra mattosiana um esforço para ler Saussure em toda a sua amplitude. Negar isso seria assumir um ponto de vista crítico excessivamente parcial.

Por exemplo, no texto *Morfologia e sintaxe*, publicado originalmente em 1955 e republicado em *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.*, em 1975, encontram-se algumas passagens interessantes e que ilustram o que foi dito. Leia-se, a respeito das relações associativas:

O valor associativo de Saussure abrange, ampla e ilimitadamente, todas as formas linguísticas, e estrutura todo o léxico de uma língua (Câmara, 1975, p. 11).

a relação dita flexional e a considerada léxica são apenas dois aspectos da relação associativa, e até se intercambiam conforme a língua. (...). Daí a argumentação de Saussure para mostrar que ‘não é lógico excluir a lexicologia da gramática’ (Câmara, 1975, p. 12).

Cabe observar que, ao contrário do que se vê na literatura estruturalista da metade do século XX, nessas passagens, o “associativo” não é tomado apenas como “paradigma”. Mattoso fala em *valor associativo* e acrescenta em sua interpretação o fato da inseparabilidade do léxico da gramática, o que está em absoluta sintonia com a visão sistêmica de língua elaborada por Saussure.

A respeito das relações sintagmáticas, lê-se, também:

“Um exame mais atento, (...), logo põe em evidência que não coincidem a sintaxe, em seu sentido tradicional, e a sintagmática saussuriana. Tal é consequência implícita nas próprias páginas do *Curso* que debatem a dicotomia entre valor associativo e valor sintagmático, pois aí se dá para exemplo de sintagma uma palavra composta como *relire* e se esclarece que a noção de sintagma se aplica a palavras compostas, derivadas, membros de frase ou frases inteiras. A solução que da redação sumária e saltada do *Curso* parece aflorar é a substituição da sintaxe propriamente dita por uma sintagmática, ou estudo das formas em sua apresentação linear” (Câmara, 1975, p. 12)

Mais uma vez seria injusto atribuir a Mattoso um entendimento reducionista de Saussure. Nesse ponto, ele é muito preciso: as relações sintagmáticas, a *sintagmática* como quer Mattoso, não são o mesmo que a sintaxe. O sintagmático, em Saussure, abrange todas as relações *in praesentia*, logo há rela-

ções sintagmáticas na frase e até mesmo em uma palavra, *relire*, por exemplo. Não se pode deixar de registrar também o uso de termos como *valor associativo* e *valor sintagmático*. Este último, por exemplo, é alvo de grande discussão em Bouquet (2000)³⁵, um dos mais importantes leitores de Saussure na atualidade.

Para encerrar este pequeno item que busca ilustrar a presença de Saussure em Mattoso, observe-se, como sugere o título deste trabalho – do signo ao vocábulo –, a noção de vocábulo formal em sua relação com a visão sistêmica da linguística saussuriana. No texto *Crônica linguística*, de 1956, integrante também dos *Dispersos* (1975), lê-se:

“Para Saussure, a expressão linguística é intrinsecamente sintagmática, porque se decompõe de regra em formas elementares indivisíveis agrupadas em sequências: cada uma dessas formas é fragmentária e incompleta por si mesma e só consegue funcionar, quando agrupada a outras no conjunto que Saussure chama o ‘sintagma’. Assim, **o próprio vocábulo é uma reunião dessas formas**. Mesmo quando é simples, como *port. Mar*, oferece uma estrutura sintagmática, visto que há aí noções transmitidas pela ausência das formas elementares correspondentes (*mar* tem em si a noção singular, porque lhe falta a terminação de plural, que aparece, ao contrário, em *mares*). (Câmara, 1975, p. 16) [grifos nossos].

Vale ver que, nessa passagem, o próprio termo *vocábulo* é submetido a uma interpretação ancorada em Saussure. É bem verdade que Mattoso, em função de sua vocação descritivista, aplica a noção de *vocábulo* como *reunião de formas* ao português. No entanto, parece que se pode ver nessa citação operar conjuntamente a visão descritiva de Bloomfield e a visão sistêmica de Saussure.

35. Cf. “O valor *in praesentia*”. In: BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo, Cultrix, 2000.

4. DO SIGNO AO VOCÁBULO

É tempo, pois, de mostrar mais detidamente como a noção saussuriana de signo³⁶ está contida na noção de vocábulo de Mattoso.

O conceito de *signo linguístico*³⁷ é um dos pontos mais importantes dos estudos saussurianos e talvez aquele que foi o alvo maior de acalorados debates. Em princípio, Saussure trata o signo como a união de um conceito a uma imagem acústica para, posteriormente, substituir esses termos respectivamente por *significado* e *significante*, alegando terem eles “[...] a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte.” (CLG³⁸, p. 81). Tullio de Mauro, na nota 128 de sua *Édition critique*³⁹, considera que a criação desses termos revela a consciência da autonomia da língua como sistema formal, isso porque conceber a noção de signo é conceber a noção de sistema. Escreve De Mauro: “[...] a introdução dos dois termos (significante e significado) é uma consequência do arbítrio radical do signo linguístico”.

O signo linguístico é, paradoxalmente, imutável e mutável. Com relação à *imutabilidade*, o CLG registra que tanto o indivíduo quanto a massa seriam incapazes de modificar o signo linguístico, porque estão “[...] atados à língua tal qual é [...]” (p. 85). Segundo o *Curso*, a língua é sempre uma herança de épocas passadas: “[...] de fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de

36. Segue-se aqui a apresentação feita acerca do tema por Rizzatti; Flores (2006).

37. Utiliza-se como fonte de consulta da reflexão saussuriana apenas o *Curso de linguística geral* não por desconhecimento da importância das fontes manuscritas, mas porque, segundo foi possível concluir, Mattoso Câmara teria utilizado em seus trabalhos apenas a edição padrão, sobejamente conhecida, do *Curso* de Saussure.

38. O *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure é referido, aqui, utilizando-se a sigla CLG seguida da página.

39. Trata-se do Cours de linguistique générale. Éditions critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1976.

outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal.” (CLG, p. 86) Parece certo não ser possível modificar repentinamente leis herdadas, assim como parece certo que o fator histórico de transmissão linguística exclui toda transformação geral e repentina, além do que, como registra o próprio *Curso*, “[...] os indivíduos, em larga medida, não têm consciência das leis da língua [...]”, sem mencionar que “[...] o caráter arbitrário do signo [...] põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la.” (CLG, p. 87)

Há, ainda, outros fatores que asseguram a imutabilidade do signo linguístico, tais como a *multidão de signos necessários para constituir qualquer língua*, o que inviabiliza sua inteira substituição; o *caráter demasiado complexo do sistema*, sistema esse para cuja mudança seria necessária a intervenção de especialistas diversos, cujo êxito não é plenamente assegurado e a *resistência da inércia coletiva a toda renovação linguística*, afinal, “[...] a língua, de todas as instituições sociais, é a que oferece menos oportunidades às iniciativas [...], forma um todo com a vida da massa social, e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação.” (CLG, p. 88)

A língua, assim, não é livre, porque deriva das forças sociais e é herança de épocas passadas, ou seja, está situada no tempo. Há, pois, como registra o CLG, um vínculo entre a convenção arbitrária e o tempo. É por basear-se na tradição que o signo linguístico é arbitrário. Tullio de Mauro (nota 150), sobre isso, escreve: “[...] as associações entre significados e significantes [...] se fundam [...] em escolhas históricas, temporal, geográfica e socialmente definidas, tudo isso, ou seja, a radical historicidade dos signos, torna-os da mesma maneira radicalmente arbitrários”.

No que diz respeito à *mutabilidade* do signo linguístico, trata-se da capacidade que o tempo revela para alterar o signo. É preciso admitir, como registra Tullio de Mauro (nota 152), “[...] a dialética que se estabelece na língua, entre continuaida-

de e transformação”. O CLG, nesse sentido, parece elucidativo quando registra que os dois fatos (mutabilidade e imutabilidade) são solidários: o signo está em condições de alterar-se porque se continua. Assim, o princípio da alteração se baseia no princípio da continuidade” (CLG, p. 89).

A mutabilidade, tanto quanto a imutabilidade, diz respeito ao “[...] deslocamento da relação entre o significante e o significado” (CLG, p. 89). Não se trata de mudanças de natureza meramente fonética ou meramente semântica. É a relação entre o conceito e a imagem acústica que está em jogo na mudança. O *Curso* dá como exemplo o signo latino *necāre* (matar) que gerou o signo francês *noyer* (afogar) – “[...] tanto a imagem acústica como o conceito mudaram [...]” (GLG, p. 89). E o *Curso* prossegue registrando que a língua evolui sob a influência de agentes⁴⁰ que podem atingir os sons ou os significados. “Essa evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que lhe resista. Ao fim de certo tempo, podem-se sempre comprovar deslocamentos sensíveis”. E finaliza: “[...] o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal” (CLG, p. 91)⁴¹.

Mais adiante, no *Curso*, encontra-se o tema do signo linguístico ligado a outra problemática, bem mais ampla e complexa: o recorte das unidades.

No capítulo *As entidades concretas da língua*, lê-se que “os signos de que a língua se compõe não são abstrações, mas objetos

40. O CLG não precisa tais agentes, ao contrário: “[...] não distinguimos os diferentes fatores de alteração; seria preciso encará-los em sua variedade [...] melhor renunciar provisoriamente a dar conta exata delas (as causas das alterações)” (p. 91).

41. Talvez fosse possível concluir a discussão da mutabilidade/imutabilidade do signo linguístico, registrando que embora a tradição e a arbitrariedade impeçam mudanças abruptas ou substituições nas relações entre o significante e o significado, é necessário reconhecer que o mesmo tempo que preserva essas relações herdadas de épocas progressas é responsável por mudanças que acontecem ao longo da história de existência de uma língua. Trata-se, como bem assinala Tullio de Mauro na nota anteriormente referida, de uma *dialética* entre continuidade e transformação e, quem sabe se possa acrescentar, dialética essa que assegura a sobrevivência de uma língua.

reais; é deles e de suas relações que a linguística se ocupa; podem ser chamados entidades concretas desta ciência” (CLG, p. 119) [grifos nossos]. Observe-se que, nessa citação, Saussure coloca o signo na dependência das relações da língua. E conclui com uma espécie de generalização;

a língua não se apresenta como um conjunto de signos delimitados de antemão, dos quais bastasse estudar as significações e a disposição. (...). A unidade não tem nenhum caráter fônico especial e a única definição que dela se pode dar é a seguinte: *uma porção de sonoridade que, com exclusão do que precede e do que segue na cadeia falada, é significante de um certo conceito.* (CLG, p. 120).

Discutindo as *unidades concretas imediatamente reconhecíveis* na língua ou as *entidades*⁴² *linguísticas*, o CLG reflete acerca da noção de *palavra*, admitindo as dificuldades práticas para delimitar essa entidade linguística e lançando mão do conceito de *valor* para tratar da questão. Isso fica bastante evidente na seguinte passagem: “[...] a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas [...], no entanto sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem de fato.” (GLG, p. 124) E, mais adiante: “[...] as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesma à nossa observação.” (p. 127).

A unidade, para Saussure, enfim, é a união do significante mais o significado e se estabelece graças à noção de valor. Registra o CLG: “[...] a noção de valor recobre as de unidade, de entidade concreta e de realidade.” (GLG, p. 128). Isso significa que signo e palavra não são sinônimos: “deve-se procurar a unidade concreta fora da palavra” (CLG, p. 122)

O conceito de *valor* sustenta todos os conceitos da teoria saussuriana e, muito especialmente, o de unidade. A discussão

42 Ao longo do CLG, os signos têm inúmeras denominações. “Entidade” parece ser apenas mais uma delas.

do conceito de *valor* parece constituir uma espécie de síntese para todas as questões levantadas ao longo das reflexões registradas no CLG, isso porque a noção de *valor* congrega faces diferentes em um todo.

E Mattoso Câmara como procede?

Ora, a noção de vocábulo, embora identificada à terminologia bloomfieldiana e à necessidade descritivista da escola americana, deve muito à teoria saussuriana.

Em *Princípios de linguística geral*, no Capítulo V, *As unidades significativas*, vê-se sobejamente o recurso a Saussure.

Primeiramente, lê-se:

podemos dizer com Saussure que há na linguagem humana um SIGNIFICANTE e um SIGNIFICADO: uma enunciação só vale linguisticamente, quando, como significante se relaciona a algo, que é o seu significado (Câmara, 1967, p. 85)

Primeira conclusão: para Mattoso, a relação significante/significado tem um valor de princípio.

Em seguida, na mesma página, lê-se:

o vocábulo, encarado meramente do ponto de vista da fonação ou seja – o vocábulo fonético, é esse corpo sensorial, e nada mais. Do ponto de vista da fala, é, ao contrário, significado, símbolo, representação, ou seja – vocábulo significativo. (Câmara, 1967, p. 85)

Segunda conclusão: Mattoso passa de uma visão de signo que contém significante e significado para uma visão de vocábulo (fonético e significativo).

Em terceiro lugar, lê-se: “...o vocábulo é, evidentemente, um elemento da língua, no sentido saussuriano” (Mattoso, 1967, p. 86). A conclusão, nesse caso, parece ser evidente.

Finalmente, no item *A depreensão dos vocábulos*, em *Princípios de linguística geral*, Mattoso problematiza, com apoio em Saussure, os métodos de delimitação dos vocábulos formais.

Para Mattoso há, algumas vezes, múltiplas possibilidades de segmentação do vocábulo na frase. Segundo ele,

“é o que esclarece tipicamente Saussure, quando assinala que uma frase como /siz'lapra(n)/, em francês, pode ser compreendida de duas maneiras:

1 – si je l'apprends;

2 – si je la prends.” (Câmara, 1967, p. 89)

Para Mattoso, o que decide a interpretação que permite esta ou aquela divisão são as noções de contexto e situação “nitidamente concebidas por Saussure e formuladas em doutrina geral por seus discípulos Bally e o inglês Alan Gardner” (Câmara, 1967, p. 90).

Conclusão: Mattoso não apenas reconhece toda a problemática que constitui a questão do recorte das unidades em Saussure como mostra o que, prospectivamente, Saussure legou a seus discípulos. No caso, uma linguística voltada à fala.

5. CONCLUSÕES

Em resumo, a hipótese que se tentou demonstrar aqui talvez sirva como motivação para desenvolver uma discussão mais ampla: a da relativa heterogeneidade da formação teórico-metodológica da linguística brasileira.

Por exemplo, de um lado, Mattoso, e isso é inegável, baseia-se fortemente em Bloomfield para desenvolver a noção de vocábulo formal, no entanto, de outro lado, ele encontra ao descrever a língua portuguesa, seu interesse mais premente, problemas de naturezas distintas daqueles colocados pela linguística bloomfieldiana. É por isso que, quanto à distinção signo/palavra, o recurso a Saussure é inevitável.

Seria Mattoso um prenúncio – para o bem e para o mal – do que viria a ser feito na linguística brasileira?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. A conexão americana: Mattoso Câmara e o círculo linguístico de Nova Iorque. *DELTA*, São Paulo , v. 20, n. spe, 2004 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Jan. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502004000300010>.

BALDINI, Lauro (2005) “Considerações sobre a vida e obra de Mattoso Câmara Jr. ” *In: Estudos da língua(gem)*. Universidade Estadual da Bahia. Vitória da Conquista. n. 2, Dez, p. 115-134.

BASILIO, Margarida (2004) O conceito de vocábulo na obra de Mattoso Câmara. *DELTA*, São Paulo , v. 20, n. spe. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Jan. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502004000300007>.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo, Cultrix, 2000.

CÂMARA JR. , Joaquin Mattoso (1967) *Princípios de linguística geral*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

CÂMARA JR. , Joaquin Mattoso (1975) “Morfologia e sintaxe”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 9-14.

CÂMARA JR. , Joaquin Mattoso (1975) “Crônica linguística”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 15-31.

CÂMARA JR. , Joaquin Mattoso (1986) *Dicionário de Linguística e Gramática*. 18a. ed. Petrópolis: Vozes.

CÂMARA JR. , Joaquin Mattoso (1982) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.

CÂMARA JR. , Joaquin Mattoso (1991) *Problemas de Linguística Descritiva*. Petrópolis: Vozes.

RIZZATTI, M. E. C. ; FLORES, V. N. (2006) “O Curso de Linguística Geral: o valor e a instauração de uma linguística do sentido”. In. *DLCV*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (UFPB), v. 4, p. 9-35,.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (2005) “A obra científica de Mattoso Câmara Jr. ”. In: *Estudos da língua(gem)*. Universidade Estadual da Bahia. Vitória da Conquista. n. 2, Dez. ., P. 11-28.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1975) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

SAUSSURE, Ferdinand de (1976) *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot.

Saussure e suas contribuições para os estudos fonético-fonológicos

DERMEVAL DA HORA OLIVEIRA
UFPB/CNPQ

Uma das grandes contribuições de Saussure, segundo ele mesmo, está na busca pela resposta de uma questão básica: Que é uma língua? A resposta a esta pergunta deve ser perseguida pela linguística e é de sua responsabilidade.

Embora possamos pensar que a resposta a essa questão seja evidente, visto que é disso que trata a Linguística, temos que reconhecer que ela não era a preocupação corrente à época. Outros autores, partindo do pressuposto de que todos sabiam o que é uma língua, procuravam respostas para questões do tipo:

- Como as línguas naturais evoluem e mudam?
- De onde surgiu a língua?
- Como o pensamento lógico se reflete na linguagem?

Como consequência dos êxitos da Linguística Comparada do século XIX, quase todo o interesse científico voltado para a linguagem estava centrado em questões completamente distintas da relacionada ao caráter essencial dos sistemas linguísticos. É mérito de Saussure, em sua maior parte, a mudança dessa tendência. Como resultado, a linguística pós-saussuriana se consagrou fundamentalmente aos estudos teóricos, sincrônicos, que se baseiam, pelo menos em princípio, em descrições dos *estados de línguas* reais.

Na opinião de Saussure, o estudo da linguagem começou com a tradição da gramática especulativa ou filosófica medieval, que evoluiu para o que ele considerou estudos meramente prescritivos, preocupados, não com o que seja o sistema de uma determinada língua, mas com o que ele deveria ser. Depois, no século XIX, o êxito crescente da linguística comparada provocou uma mudança de interesse, chegando à questão de como os estados concretos de línguas se originam. Tal concepção pretendia proporcionar, para qualquer língua, uma explicação em termos de seu passado, uma vez que negava que se pudesse encontrar uma explicação no presente. Como consequência, os linguistas se afastaram ainda mais da tarefa de dar conta do problema básico do que seja uma língua.

Nesse contexto, Saussure propôs que se realizasse um estudo essencialmente sincrônico, baseado na busca da explicação e da compreensão acerca do caráter fundamental do objeto de estudo. O aspecto crucial da noção de linguística de Saussure é que a investigação histórica não pode ser base para o estudo da linguística sincrônica, e que só o estudo sincrônico pode proporcionar soluções explicativas à questão central da disciplina: a natureza da língua.

Essa concepção de Saussure de centrar o estudo na sincronia, de certa forma, tem uma releitura na proposta que tem como base a sociolinguística variacionista nos moldes labovianos, ao considerar que podemos utilizar a sincronia para explicar a mudança na língua, com base no conceito de tempo aparente (volta ao passado a partir da estratificação de uma comunidade linguística em diferentes faixas etárias, indo de falantes mais jovens a mais antigos).

Saussure iniciou também, e de maneira mais detalhada, o enfoque centrado nas línguas como sistemas mais do que no estudo dos elementos individuais. Saussure defendeu que a possibilidade de uma aproximação assistemática entre elementos individuais não fosse a única via possível para um estudo genuinamente científico da linguagem humana.

A obra de Saussure, cuja contribuição é inegável e marca um momento para a história da linguística, revela uma carência de indícios concretos sobre o modo como suas ideias poderiam aplicar-se ao problema específico da estrutura fônica da linguagem. Ainda que a natureza dos sistemas linguísticos sincrônicos tenha ocupado sua atenção durante a maior parte de sua carreira docente, só tratou tais questões em suas últimas aulas. Além disso, ele não produziu nenhuma descrição concreta de línguas específicas, o que nos priva de fontes potenciais dos dados sobre suas ideias. No campo dos estudos fônicos, vamos encontrar estudos pontuais voltados para algumas línguas. O Curso de Linguística Geral (CLG), por sua vez, está dedicado em grande parte ao problema semiológico geral da natureza do signo linguístico e diz muito pouco, verdadeiramente, sobre o caráter do sistema de sons.

Todos sabemos que Saussure considerava a linguística como o estudo de uma determinada classe de signos, e que os signos em questão têm a natureza de unir um conceito (significado) com uma imagem fônica (significante). Segundo Anderson (1990), a maioria dos estudiosos de Saussure tem procurado minimizar a importância linguística da imagem fônica, mas parece que ignorar a questão de qual seja a sua natureza específica supõe, em certo sentido, falta de compreensão sobre o aspecto principal da concepção de linguagem de Saussure.

Em relação aos estudos dos sons, Saussure enfatizou que o estudo da formação e do caráter físico positivos dos sons (o conteúdo da fonética tradicional) não é, em si mesmo, um estudo linguístico; só quando se consideram as relações entre imagens fônicas se está estudando o sistema da língua. Sua insistência em que a imagem fônica seja uma das duas faces inseparáveis do signo evidencia que, à medida que a natureza dessas imagens fônicas sustenta sua função diferencial, tais imagens são, na verdade, um aspecto do objeto estudado na linguística. Ainda hoje, encontra-

mos um paralelo na linguística formal, quando aspectos variáveis da língua atribuídos à fala não são considerados. Em se tratando dos sons, tais aspectos fazem parte da fonética, não, da fonologia.

Talvez pudéssemos avaliar essa questão em termos da concepção habitual de uma gramática nos dias atuais. Em uma gramática desse tipo, podemos identificar dois aspectos da descrição do sistema fônico de uma língua. Em primeiro lugar, a gramática proporciona um conjunto de representações para as formas linguísticas, sob a forma de sistema de transcrição junto com os princípios para sua interpretação. Tal sistema de descrição é considerado, no geral, independente de qualquer língua concreta, e sua definição é dada em termos universalmente aplicáveis, baseados nas capacidades linguísticas humanas (e não nos fatos de uma língua específica). De forma clara, essa referência trata dos elementos que constituem o que conhecemos como universais linguísticos.

Em segundo lugar, porém, uma gramática proporciona um sistema de regras ou princípios próprios de uma língua concreta, que caracterizam algumas destas representações como (potencialmente) pertencentes a signos diferentes, e a outras como (potencialmente) pertencentes ao mesmo signo em termos saussurianos.

A questão geral que deveria ficar clara é: as regras de uma língua (por oposição ao sistema de transcrição empregado para representar formas da língua) são específicas dessa língua e, consideradas em seu conjunto, caracterizam o sistema pelo qual as diferenças de som correspondem a oposições entre signos.

Assim formulado, fica bastante claro o propósito de Saussure: o trabalho do linguista é estudar não a natureza das representações (fonéticas), mas o sistema de regras que subjaz a diferenciação dos signos e que constitui, portanto, uma determinada língua. Dessa forma, porém, o sistema fônico em si mesmo é todo menos irrelevante para a tarefa do linguista. Na verdade, só partindo da base de uma compreensão da natureza das imagens fônicas pode-se abordar a tarefa de formular as regras que compõem um sistema de signo qualquer. Será necessário que se

consiga uma concepção apropriada destas imagens fônicas, a fim de se contar com uma base adequada para o estudo do sistema. As imagens fônicas, portanto, se identificam menos com uma caracterização articulatória dos enunciados do que com uma caracterização perceptiva ligeiramente mais abstrata e atemporal.

Não obstante, tem-se sugerido que Saussure considera que os signos são entidades tão abstratas que a conexão entre o significante e um signo e uma imagem fônica *per si* é um fato completamente acidental e contingente, não relacionado à natureza da linguagem. De fato, no Curso se insistia que o som material em si mesmo não pertence à *langue*, mas que é unicamente a substância que apoia a expressão linguística (a fonação) e, por conseguinte, é um fato da *parole*. O que se questiona aqui é o caráter irrelevante ou acidental, não, das imagens fônicas, sim, dos sons, que, segundo Saussure, são realizações (físicas, articulatórias) concretas das possibilidades linguísticas e, portanto, pertencem ao estudo da *parole*. As imagens fônicas, por outro lado, têm um caráter atemporal como arquétipos perceptuais; ainda que sirvam de base para os atos concretos de produção e percepção, não se identificam com eles. As imagens fônicas, como componentes essenciais (ainda que não independentes) do signo linguístico, não estão, pois, excluídas da *langue*.

Os signos individuais na cadeia falada podem ser estudados de acordo com os mecanismos e princípios mediante os quais suas imagens fônicas se realizam na fala, mas este estudo é, por natureza, parte da linguística da *parole* mais do que da *langue*. Saussure designa este estudo sincrônico da articulação e da acústica dos sons concretos como *fonologia*. Isto, em essência, corresponde ao que a maioria dos linguistas atuais chama de *fonética*.

Antes do emprego que deu o Círculo de Praga, o termo *fonologia* foi usado para caracterizar o estudo dos sons e da elocução de uma determinada língua, enquanto a *fonética* era entendida como a ciência geral dos sons da fala. Já muito diverso é o que estabelece Saussure. Ele rejeita o nome de *fonética* para a ciência geral dos sons da fala, e propõe justamente, em seu lugar, o nome

de fonologia, restringindo o termo *fonética* ao estudo da evolução dos sons.

Segundo Camara Júnior (1953), à primeira vista, a palavra *fonologia* pode parecer ter uma conceituação análoga em Saussure e no Círculo de Praga, pois em ambos se refere a uma disciplina descritiva, estática ou sincrônica, em contraste com o estudo evolutivo dos sons da fala, que ficaria sendo o escopo estrito da *fonética* para o mestre genebrino. Tal analogia, porém, é ilusória e por isso das mais perigosas, visto disfarçar diferenças fundamentais e irreconciliáveis.

A fonologia de Praga não se circunscreve, em princípio e teoricamente, ao âmbito sincrônico. Aí começaram as pesquisas, mas desde o início se sentiu a necessidade de estender os princípios fonológicos à linguística histórica. A esse respeito, temos os trabalhos de Jakobson: Observações sobre a evolução fonológica do russo (1929) e Princípios da Fonologia Histórica (1931). Assim, pois, não seria justo entender a fonologia de Praga como uma disciplina estática em si, similar ao que foi proposto para a fonologia por Saussure.

Saussure que acentuou a importância da noção de sistema em matéria de língua, deu alguns passos neste rumo em relação ao estudo dos sons, e, a propósito do conceito de fonema, ficou a meio caminho e por isso atribui à fonologia, à maneira fonética, o estudo da fisiologia dos sons.

Saussure, como vimos, reconhece uma disciplina a que chama de fonética, mas usa esta palavra em um sentido bastante diferente do atual. Sua fonética não é, em absoluto, um estudo sincrônico, mas o estudo da evolução histórica e da mudança dos sons. Da mesma forma sua fonologia é um aspecto do estudo da *parole*, uma vez que se baseia essencialmente nos mecanismos pelos quais os falantes realizam os signos de sua própria língua em atos concretos de fala. Portanto, nenhum dos dois termos proporcionam um nome para o estudo das imagens fônicas consideradas como parte da *langue*.

As imagens fônicas que constituem um aspecto do signo linguístico são diferentes dos sons concretos em vários pontos essenciais e não são diretamente acessíveis a um estudo, seja fonético seja fonético-histórico. Na realidade, não há razão para se crer que Saussure tenha pensado algum termo para o estudo do papel dos sons na *langue*.

Para compreendermos a natureza das imagens fônicas, é importante contrastá-las com o objeto de estudo da fonética. As unidades de sons da fala podem ser estudadas com o uso de métodos de investigação física, não especificamente linguísticos. Essas unidades têm uma vertente articulatória e também um aspecto auditivo, que Saussure chamou “acústico”. Esses sons da fala, produzidos e percebidos em tempo real nos atos de fala, são denominados por Saussure de *fonemas*.

Segundo Anderson (1990), de todas as divergências entre a terminologia de Saussure e a de autores posteriores, esta é, sem dúvida, a que originou maior número de mal entendidos. A utilização da palavra fonema veio a designar mais tarde um elemento fônico especialmente distintivo, mas Saussure nunca o utilizou nesse sentido. O que ele entende na realidade por fonema é simplesmente um som da fala, sem nenhuma conotação do caráter distintivo próprio da língua. Quando Saussure fala das propriedades distintivas destes elementos, está querendo dizer com isso que as oposições entre signos se indicam na fala em termos de diferenças entre sons da fala: isto não implica, em absoluto, que o fonema seja, em si mesmo, uma unidade cujo conteúdo se limita a sua função distintiva, tal como os fonólogos posteriores vieram a usar o termo.

No Brasil, os trabalhos de cunho estruturalista, tiveram em Camara Jr. um de seus principais representantes. No entanto, como ele mesmo afirma em sua tese de doutorado datada de 1949 “Para o estudo da fonêmica portuguesa”, a natureza dos estudos que teve “em mira foi formulada, exposta e estabelecida na Europa, principalmente a partir de 1926, por um grupo de linguistas russos emigrados, associados ao Círculo Linguístico de

Praga, cuja obra central para a fonologia é a de N. Trubetzkoy (1939)”.

Como estabelecer uma relação entre o trabalho desenvolvido por Camara Júnior acerca da fonologia do português brasileiro e a proposta estruturalista de Saussure? Acreditamos que isto não seja de todo impossível. O trabalho de Camara Júnior (1970) sobre a estrutura da língua portuguesa no Brasil, com base no falar carioca, em primeiro lugar estabelece como foco de estudo a língua enquanto sistema. É nessa concepção que Camara Júnior delimita padrões para vogais, consoantes, ditongo e sílaba. Em segundo lugar, o estudo desenvolvido por Mattoso é descritivo e sincrônico.

Mudando o direcionamento de nossas reflexões, um outro aspecto que tem chamado a atenção de muitos estudiosos, principalmente os que desenvolvem pesquisas variacionistas, é a relação língua x fala, uma das dicotomias saussurianas que mudaram os rumos dos estudos linguísticos no século XX.

Para Saussure (CLG), “com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1) o que é social do que é individual; 2) o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental.

A língua não constitui, pois, uma função do falante; é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação.

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1) as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.

Para Labov (1972) a orientação básica para a análise estrutural da língua tal como a maioria dos linguistas a empreendem hoje em dia parte do ponto de vista expresso por Saussure. Os linguistas, em geral, começam suas discussões teóricas fazendo referência ao conceito saussuriano de *langue*, que deve ser distinguido de *parole* ou fala, por um lado, e de *langage* ou linguagem,

por outro. Para Saussure, *langue* é a parte social da linguagem... ela não existe fora de um tipo de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Saussure concebia a linguística como uma parte de uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social. No entanto, de modo bastante curioso, os linguistas que trabalham dentro da concepção saussuriana não levam em conta, de modo nenhum, a vida social: trabalham com um ou dois informantes em seus escritórios, ou examinam seu próprio conhecimento da *langue*. Além disso, insistem em que as explicações dos fatos linguísticos sejam derivadas de outros fatos linguísticos, não de quaisquer dados “externos” sobre o comportamento social.

Este desenvolvimento depende de um curioso paradoxo. Se todo indivíduo possui um conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é um sistema gramatical existente virtualmente em cada cérebro, uma pessoa deveria ser capaz de obter os dados pelo testemunho de qualquer outra – inclusive de si mesma. Por outro lado, dados sobre a *parole*, ou fala, só podem ser obtidos pelo exame do comportamento de indivíduos que estão usando a língua. Assim, temos o paradoxo saussuriano: o aspecto social da língua é estudado pela observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social. A ciência da *parole*, nunca se desenvolveu, mas a abordagem da ciência da língua tem tido muito sucesso desde a última metade do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Stephen (1985) *Phonology in the twentieth century: theories of rules and theories of representations*. Chicago: The University of Chicago Press,.

LABOV, William. (1972) *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso (1953) Para a fonêmicada língua portuguesa. Rio de Janeiro: Organização Simões.

SAUSSURE, Ferdinand de (2006) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

TRUBETZKOY, N. (1939) *Principles of phonology*.

As dicotomias e a enunciação em saussure

EDWARD LOPES
FCL/UNESP

Agradeço em primeiro lugar o convite que os organizadores da programação destes dias me fizeram para estar, hoje, aqui neste encontro, e poder desfrutar do convívio, muito honroso para mim, de tantos amigos antigos e novos. Feliz por estar com vocês, cumprimento a todos, muito agradecido. Mas quero esclarecer desde já que não venho aqui para a celebração da morte de ninguém; menos, ainda, dos cem anos de morte de Saussure – venho, antes, participar com alegria da celebração dos cem anos de vida de Saussure, já que a própria realização deste nosso encontro demonstra que, para todos nós, ele está mais vivo do que nunca, hoje.

Vou participar falando de novo, entre amigos, acerca de um tema mais do que manuseado pela crítica: o das dicotomias.

AS DICOTOMIAS, MANIFESTAÇÕES DE UMA TEMÁTICA CENTRAL EM SAUSSURE

As *dicotomias* ocupam um lugar privilegiado no *Curso de Linguística Geral*, de Saussure. As mais divulgadas nós todos sabemos quais são: língua e discurso⁴³, significante e significado, sincronia e diacronia, eixo sintagmático e eixo paradigmático (“associati-

43. Que introduz na teoria linguística a noção de níveis, que *grosso modo* desponta na lógica dos gramáticos iluministas.

vo”, na sua terminologia), etc. Mas, há outras, menos citadas, em sua obra⁴⁴. É de algumas delas, decisivas para o surgimento do estruturalismo, que quero falar agora.

Na impossibilidade de tratar de uma por uma com a seriedade que cada qual merece, dentro do tempo de que disponho, optei por falar, hoje, com a metalinguagem de hoje, alguma coisa do conjunto delas, tal como julgo que Saussure poderia tê-las compreendido, englobadas dentro da rede de relações tecida pela problemática da enunciação.

A DEBREAGEM ENUNCIATIVA, OPERADORA DA DISCURSIVIZAÇÃO,
PRODUTORA DA BINARIDADE; A DICOTOMIA CONTINUIDADE VS.
DESCONTINUIDADE

A primeira observação que faço, a esse respeito, é que, com as dicotomias, Saussure introduziu a diferença no seio mesmo da identidade. Isso se dá, desde logo, no processo da enunciação, cujo percurso gerativo principia com a operação da debreagem enunciativa, o mecanismo produtor da discursivização. Relembremos, para começar, que a debreagem recorta dado microuniverso de sentido, coberto na sua totalidade por um conceito, um elemento-tipo contínuo, do nível da língua (como S – sexualidade, por exemplo), descontinuando-o em dois elementos-ocorrenciais que constroem, no nível inferior, a estrutura elementar do discurso, na forma de uma oposição binária (representada, no exemplo da “sexualidade”, pela parelha s_1 – macho vs. s_2 – fêmea). Assim, o mesmo conteúdo que aparece sintetizado numa única unidade léxica feito o eixo semântico da língua, S – sexualidade, reaparece uma segunda vez, depois de dissociado pela debreagem, no nível inferior, convertido nas duas metades contrárias e complementares dos conteúdos s_1 – macho vs. s_2 – fêmea (Saussure, 1972).

44. Algumas estão já na *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1878) (na antinomia do coeficiente sonântico - coeficiente vocálico, por exemplo).

O binarismo emerge, aqui, como o pensamento de uma diferença que recorta, negando-a, a continuidade da língua, segmentando-a na forma de uma alteridade. Foi o que Saussure resumiu na máxima: “Na língua não há mais do que diferenças” (*Idem*, 1972: 166). Dificilmente se encontrará em Saussure tema mais manuseado do que esse do caráter negativo das diferenças como eixos das alteridades através das quais se articula a rede inteira das relações que conformam o sistema linguístico. Dada essa alteridade, não foram poucos os pesquisadores que acreditaram que o mestre do *CLG* reduzira as problemáticas semióticas tão-só à negatividade e à diferença. Um deles, Buysens, cotejando duas frases de Saussure – “na língua não há mais do que diferenças” e “o mecanismo linguístico gira inteiramente sobre identidades e diferenças” –, chegou a dizer que o trabalho do professor suíço era contraditório, por defender duas teses que se negavam mutuamente. Mas Buysens estava equivocado. As duas sentenças declaram a mesma coisa. Ele apenas se esquecera de que só tem sentido falar-se de diferenças a partir de uma referência à existência implícita de uma identidade entre elas: as diferenças, quaisquer que possam ser, só se discriminam perceptivamente no seio de uma identidade em que elas se englobam como seu denominador comum, sem menção à qual não se pode falar de termos em oposição: toda oposição põe em confronto dois termos que só funcionam como antitéticos por relação a um mesmo padrão de referência. O fato é que, quando Saussure escrevia, num trecho célebre (que Buysens amputou, ao citar), “a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceptuais e diferenças fônicas resultantes desse sistema” (*Idem*, 1972: 166), ele se reportava tanto ao caráter negativo, disjuntivo, das diferenças, quanto à percepção conjunta, unitiva, delas, projetadas contra o pano de fundo comum do “sistema”, que é o fato positivo por elas implicado, a partir do qual os elementos internos explicitam suas diferenças. A Saussure não escapou o fato de que não só a negação não se põe em sua exposição como absoluta (já que, se o fizesse, ela suprimiria a

relação, fazendo desabar a oposição s_1 vs. s_2 , e desconstituindo, assim, toda a estrutura elementar do discurso), como, além disso, a negação não poderia sequer ser trazida à baila como o dado de partida da operação enunciativa, porquanto o não-ser procede do ser: é certo que a enunciação principia por negar, debreando-o, um elemento-tipo da língua, mas só o nega como posto no nível paradigmático da língua para afirmá-lo como pressuposto no nível sintagmático do discurso, dado que, como dizem os lógicos, “*negare est affirmare*”. Na metalinguagem dos lógicos isso é o mesmo que dizer que a negação de um ser ou uma grandeza só pode ser concebida depois da sua afirmação e em função de ter sido ela anteriormente colocada: não se pode negar o que não existe⁴⁵.

DUAS DICOTOMIAS IMPLICADAS NA DICOTOMIA-MESTRA DA
ENUNCIÇÃO – ENUNCIADO: LÍNGUA VS. DISCURSO, FORMA VS.
SENTIDO

O tema da binaridade exprime, pois, como se vê, não uma pura alteridade⁴⁶, mas uma das formas de manifestação do princípio invariante das dicotomias, que reside no sincretismo junctivo interior às dicotomias da continuidade e da descontinuidade, isto é, da continuidade do sistema da língua interiorizada na descontinuidade do processo da fala (do discurso). Creio tenha sido esse o entendimento de Saussure, uma vez que, glosando-o diversamente, ele por toda parte recomenda a seus alunos fazer a

45. Para colocar um ponto final a esse quiproquó, é suficiente citar *in totum* o segundo aforismo de Saussure que Buysens, sem dúvida por inadvertência, amputou, para comprovar o que dizemos, pois que a cita diz que: “O mecanismo linguístico gira inteiramente sobre identidades e diferenças, *estas últimas sendo apenas a contraparte das primeiras*”. (Saussure, 1972: 151; coloquei o itálico no trecho que aponta a *parte positiva* implicada nas “identidades”).

46. “As pretensas dicotomias saussurianas não são evidentemente contradições, mas delimitações – ou ‘aforismos’ – que põem fim ao dualismo não-dialético da tradição metafísica [...]” (Rastier, 2012 : 9).

descrição prioritária da totalidade dos fenômenos semiolinguísticos observados, fundamentando-a no argumento de que é o todo que dá sentido às partes que o compõem, e não o contrário. Já no *Cours de linguistique générale*, ele advertia: “é do todo solidário que se deve partir para obter, através da análise, os elementos que ele contém” (Saussure, 1972, p. 157). Aí está, em gérmen, a razão de ser do emprego preferencial, se bem que não exclusivo, em sua teoria, da metodologia hipotético-dedutiva (ele a utilizara, já, na sua *Mémoire*⁴⁷, de Leipzig, 1878) nos mesmos lugares teóricos em que os cientistas seus contemporâneos se valiam, para suas análises, do método empírico-indutivo.

Aplicado à descrição dos mecanismos que intervêm no percurso da geração do discurso, esse procedimento reconhecia, com a anterioridade de cem anos, a necessidade de o pesquisador levar em conta, ao fazer a descrição, os trajetos opostos dos dois percursos da relação integrativa através dos quais funciona o processo da enunciação:

(i) primeiro, o trajeto descendente, do *percurso da discursivização*, iniciado pela debreagem, que vai da língua ao discurso – que desintegra a S-sexualidade, convertendo-a na estrutura s_1 – macho *vs.* s_2 – fêmea –, descendo, portanto, do nível dos elementos-tipo paradigmáticos para o nível inferior dos elementos-ocorrenciais sintagmáticos, na *forma* dos quais a disjunção debreativa reconstrói o conteúdo da sexualidade; e,

(ii) em segundo lugar, o trajeto inverso, ascendente, do *percurso da textualização* que, mobilizando o mecanismo da embreagem enunciativa, sobe de volta, do discurso à língua – da oposição s_1 – macho *vs.* s_2 – fêmea para S-sexualidade. É esse percurso inicial da textualização que investe os termos-objeto dessa estrutura elementar de seu primeiro significado, o lexemático, ao identificar s_1 *vs.* s_2 como metades constituintes da classe paradigmática do conteúdo coberto unitariamente pela S-sexualida-

47. Saussure, Ferdinand de. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipzig, 1878.

de⁴⁸. Nessa qualidade, a identificação dos elementos-ocorrenciais da oposição, s_1 vs. s_2 , constitui o *sentido* primeiro do discurso (o sentido códico, lexicático, do “dicionário de partida” comum à competência intersubjetiva do grupo).

A meu ver, se seguirmos o conselho de Saussure⁴⁹, a enunciação engloba os dois trajetos, da discursivização e da textualização, e não pode ser reduzida unicamente ao primeiro, como alguns linguistas ainda fazem.

AS DICOTOMIAS ENUNCIATIVAS DO ATO DE COMUNICAÇÃO:

ENUNCIADOR – ENUNCIATÁRIO, MONÓLOGO – DIÁLOGO

Refletir sobre as dicotomias nos ensina muitas coisas. Uma delas, quero destacar agora, é a que nos mostra que não há diálogo sem monólogo – ou sem *autodiálogo*, como dizia Unamuno. Vou tentar me explicar. O ator que se apresta para falar é o primeiro que se escuta: ele se escuta *antes mesmo de falar*. Ao escutar-se na intimidade de sua mente, ele interpreta o rascunho que produziu para aquilo que pretende dizer, explica-o a si mesmo, debate-o com seus botões, rephraseia-o em alguma de suas múltiplas versões possíveis e, no propósito de dizer do melhor modo que puder o que pretende dizer, acaba por selecionar aquela que afinal enuncia. Logo, antes de dialogarmos transitivamente com o outro fora de nós, dialogamos com nós mesmos, reflexivamente, dentro de nós. Assim, *cada um de nós representa sozinho, em*

48. Correspondente ao interpretante códico de que falei em *Discurso, texto e significação*. São Paulo, Cultrix-Governo do Estado de São Paulo, 1978.

49. Penso que o primeiro esboço de uma teoria da enunciação é o fornecido por Saussure ao resumir, no *Cours de linguistique générale*, o que ele denomina de “circuito da fonação”. Não obstante, Greimas & Courtés escrevem: “É a Benveniste que se deve a primeira formulação de enunciação como instância de ‘colocação em discurso’ da língua saussuriana; entre a língua, concebida geralmente como uma paradigmática, e a fala – já interpretada por Hjelmslev como uma sintagmática e tornada agora mais precisa quanto a seu estatuto de discurso – seria necessário [...] prever estruturas de mediação [...]” (Greimas, A. J. & Courtés, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix, s. d. [1983]).

sua subjetividade, o espetáculo inteiro da comunicação. Como veremos a seguir, a intersubjetividade constitui por si só o terceiro sujeito da enunciação, inerente à dimensão social da fala: como Jakobson disse, em matéria de língua tudo é social.

De fato, cada participante do processo de comunicação está ancorado num cenário da enunciação cujo número de atores em cena pode variar a dado instante mas cujo número de actantes é invariante, já que em cada cena o enunciador se confronta necessariamente com um enunciatário, esteja ele embreado por um ou vários atores ontológicos (de carne e osso) ou discursivos (como os personagens da ficção), não importa. O que importa é perceber que, tanto quanto o que estou chamando de cena da enunciação, todos os atores que nela intervêm são simulacros pressupostos, já que a própria definição da comunicação pressupõe (para efetivar-se) a presença, nela, de um enunciador e de um enunciatário⁵⁰. Esses dois actantes são, do ponto de vista metodológico de uma teoria, papéis pressupostos, mais precisamente, sujeitos discursivos dialeticamente onipresentes onde quer que haja discursos, por efeito de uma pressuposição que tem de ser explicitada para vir à tona na fala, ser revelada e revelar que os comunicantes individuais são criados pelos enunciados que eles criam em seus discursos: há enunciação? então, há o enunciador, que é o actante feito pelo enunciado para assumir o papel de sujeito que faz o enunciado; e há, ao mesmo tempo, o enunciatário, ou seja, o actante feito pelo enunciado para assumir o papel de sujeito para quem se faz o enunciado. Eles

50. Enunciador e enunciatário são apenas projeções, na cena da comunicação, de um macrossujeito da enunciação, o grupo. Esse é que é o único e verdadeiro sujeito da comunicação, eis que só ele está dotado da competência intersubjetiva necessária para efetuar as mediações de passagem (dos discursos e dos actantes) entre aqueles dois comunicantes. Infelizmente, não é este o lugar para demonstrar que o grupo cultural a que os dois pertencem é o verdadeiro actante que se comunica – que fala a fala de si mesmo, para si mesmo – através da comunicação da parolha de enunciador-enunciatário que o ecoam, na qualidade de seus simulacros enunciados.

não são nunca, pois, de modo algum, pessoas de carne e osso, porque são seres de palavras, feitos pelos enunciados que os descrevem e ao descrevê-los os criam, para poder depois falar deles. Não são, tampouco, sem mais, apenas actantes da enunciação⁵¹: são actantes da enunciação enunciada. Repito: não entram, aí, para nada, os atores ontológicos, seres biológicos de carne e osso, como ainda sonha a doxa universitária; eles são apenas papéis actanciais, como quaisquer outros que, seres sociais, embreamos às dezenas todo dia, dentro de nossas comunidades.

O que é crucial observar aqui – penso eu – é que cada participante do circuito da enunciação embreia (assume e personifica individualmente) os dois fazeres enunciativos – o emitir e o interpretar – que o instituem *in actu*, que o fazem ser e existir: afinal, quem mais precisa saber *o que é que está sendo dito* (papel do enunciatário, operador do fazer interpretativo) é aquele que o diz (papel do enunciador, operador do fazer emissor). Se o falante não interpretar, repetindo-o mentalmente em seus autoparfraseamentos monológicos, o segmento que ele mesmo acabou de enunciar, não terá ideia do que acaba de dizer, nem – menos ainda – poderá repeti-lo parcialmente com a finalidade de relacionar o que ele próprio já disse com o que a seguir irá dizer, e, nessas condições, carente de consecutividade, sua fala,

51. Tampouco são sujeitos individuais. Os enunciadores falam palavras que não constroem, que aprendem já construídas, pela sua comunidade, as quais eles assumem e interiorizam como suas, para com elas compor sua competência subjetiva, que é sempre um saber compartilhado, fração da mesma competência intersubjetiva de sua comunidade cultural. Se assim não fosse, os interlocutores não poderiam compreender-se, pois não há fenômeno semiótico em que o discurso do outro não intervenha feito um operador intersubjetivo, um *interdiscurso*, que funciona como mediador da interação entre o enunciador e o enunciatário que estejam a manifestar o grupo naquela ocorrência de fala (veja-se, a propósito, Morato, 2009: 325). Desta sorte, se palavras e discursos são “significantes”, isso só ocorre porque eles foram *significados antes* pela língua de seu grupo. No fundo, os enunciadores são sujeitos delegados postos do macrosujeito social pressuposto que os utiliza para através deles falar de si mesmo para si mesmo.

feita de unidades soltas, avulsas e dispersas, desprovida de um fio de sentido que dê consistência semântica monoisotópica ao seu fluxo de fala, perderá a coerência parafrástica que se institui sempre sobre o modelo da repetição – a repetição que implica por si só a continuidade que lhe empresta coesão – e se desconstituirá no labirinto vazio do discurso logomáquico.

Por isso, se desejamos descrever adequadamente o circuito da enunciação – e estou me referindo, aqui, à dicotomia actancial pressuposta no que diz Saussure ao falar, no *CLG*, no “circuito da fonação”⁵² –, devemos descrever na sua integralidade todo o circuito da fala. Ele é construído no jogo do duplo funcionamento “vertical” da *relação integrativa*, responsável pelas duas operações de semiose que, através dos trajetos de ida e de volta, ou seja, do trajeto descendente (de ida, da língua ao discurso) e ascendente (de volta, do discurso à língua), descreve um ciclo espiralado⁵³ em cujo ponto extremo se sintetizam, emparelhados (mas não interpenetrados), o final do trajeto da discursivização e o princípio do trajeto da textualização: para que o texto comece é preciso que o discurso finde (mas, o fechamento de um a abertura do outro são sempre arbitrários, dependem de uma decisão do enunciante). De qualquer forma, os dois trajetos de

52. “O modelo da comunicação (*CLG*, 1972, p. 27) apresentado por um desenho do circuito da fala tem fonte documentada, mas foi modificado [...]”. (Rastier, 2012: 10).

53. Não se trata, entretanto, nesse caso da fala que se está construindo, de um ciclo fechado que esboçaria o desenho de um círculo, próprio para representar apenas os círculos viciosos, puramente tautológicos, dos discursos psicóticos; trata-se, antes, do ciclo aberto desenhado pela espiral, que, mesmo buscando retornar, ao ponto de partida, na verdade nunca o atinge porque não passa duas vezes pelo mesmo ponto, senão que ao atingir de volta o *locus* de que partiu, no estado inicial, o faz um nível acima do lugar em que ele se encontrava ao principiar o seu percurso. Submetido aos processos contínuos de transformações interdiscursivas, o discurso funciona com um código de partida, interdiscursivo, comum a todos os discursos da sua comunidade cultural, que o produz, mais um outro código, intradiscursivo, exclusivo dele, porque é feito, *a posteriori*, somente por ele e somente para ele.

ida e volta se complementam para compor, feito a voluta de uma espiral, a dialética do ciclo integral de uma enunciação, que encerra a construção de uma forma e de um conteúdo que a sature como seu sentido.

O que pretendo evidenciar, dizendo-o, é que se desejamos produzir uma teoria integral da enunciação e da sua contraparte inseparável, o enunciado, devemos elaborar *uma teoria unificada desses dois processos*: o da discursivização, que dá razão da *forma* do discurso, *mais* o da textualização, que dá razão do seu *sentido* – teoria nenhuma acerca da enunciação e do enunciado, da língua e do discurso, está completa se deixar de considerar um deles.

Pois bem: apesar de ambos os processos estarem implicados em mais de um modo no *CLG*, dentro do percurso gerativo das duas dicotomias – primeiro, na dicotomia da passagem entre os níveis da *língua e do discurso*; segundo, na dicotomia sinsemântica da *forma* e do *sentido*⁵⁴ – essa teoria unificada, cujos traços mestres foram esboçados por Saussure, ainda está por se fazer: boa parte, talvez a maior parte, dos linguistas da doxa universitária (até mesmo alguns da ordem semiótica) limita-se a descrever, ainda hoje, unicamente a discursivização. Ora, na melhor das hipóteses, a discursivização pode dar conta da produção da forma do discurso, mas não da produção do sentido dele, posto que este compreende um outro percurso, diferente, que se perfaz ao longo do eixo de deslocamento do primeiro trajeto, o descendente, que nos levou, antes, do nível da língua ao nível do discurso, mas que se desloca agora no sentido inverso, no trajeto ascendente, do retorno do discurso ao texto, tecendo a textualização, da qual a discursivização sozinha não dá nem pode dar razão alguma.

54. Considerados ambos, primeiro por Saussure, e, na esteira dele, depois, por Benveniste, a primeira sob o ângulo do princípio da determinação da substância da expressão e o segundo do ponto de vista da determinação da substância do conteúdo.

O ATO DE ENUNCIÇÃO: A DISCURSIVIZAÇÃO COMO COLOCAÇÃO
DA LÍNGUA EM DISCURSO

Quando, seguindo o *Dicionário de semiótica (I)*, dizemos que a enunciação é a “instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado” (Greimas; Courtés, s/d [1983]:145), e quando repetimos o modo de ver de Benveniste, na conformidade do qual a enunciação significa a colocação da língua em discurso, na qualidade de *locus* de mediação entre um e outro (*Idem*, p. 146), quando afirmamos tais coisas, pergunto eu, agora, de que “língua” a falar se sabemos todos que uma língua só pode ser pensada a partir do lugar da competência, a qual, sendo subjetiva, está colocada fora da cena espaço-temporal do mundo, e evoca, devido a isso, o impossível simulacro de uma coisa-em-si alojada na instância infinita da mente?

Semelhante língua, que responde pelo fluxo caótico do pensar, foi também assinalada por Saussure como indefinida, isto é, como uma “matéria amorfa” alojada na instância infinita da nossa subjetividade, como infinita (infinito é o que não tem começo nem fim, porque sempre pode receber um incremento, como ocorre, por exemplo, com os números). Se a infinitude não tem limites, ela não pode tampouco ser descontinuada. A dificuldade com essa concepção reside no fato de estarmos equipados com uma rede de sensores periféricos que captam apenas diferenças sensíveis nas coisas observadas, ou seja, nas grandezas dotadas de descontinuidades, finitas, coisa que não se aplica, como acabo de dizer, à continuidade infinita da língua, fato que impossibilita que a língua seja percebida: matéria amorfa, ela se encontra encerrada no espaço fora do mundo, na mente dos usuários dela. Em consequência:

- (i) a língua em si não pode ser percebida pelo nosso sistema sensorial;
- (ii) não podendo ser percebida, não pode ser descrita;

(iii) não podendo ser descrita, não sabemos que espécie de coisa ela possa ser.

Conclusão preliminar incômoda: quando proclamamos isto e aquilo a respeito da língua, estamos vociferando no vazio sobre algo que não sabemos o que é. Se isso já é por si só bastante embaraçoso, talvez mais humilhante ainda seja constatar que, considerando-a do ponto de vista de sua infinitude, a língua não existe.

Vou repetir o que acabo de dizer, talvez de modo contundente demais, e o faço para que nos sintamos não humilhados, mas humildes diante da grandeza da nossa ignorância: do ponto de vista da sua infinitude, a língua não existe.

A razão disso está em que, para que algo exista, é necessário que esse algo seja visto como um objeto observado por um sujeito: aquilo de que não tomo conhecimento não existe para mim. Abro um pequenino parêntese para afirmar, de passagem, por oportuno, aqui, que essa constatação fere de morte a ilusão autonômica da diacronia: as coisas todas – na verdade, a própria vida de cada ser do mundo – existem em sincronia; cada um de nós é eternamente um *eu-aqui-agora*. Não digo que a diacronia seja inexistente, por isso; digo – volto a repetir – que quando a diacronia é percebida por um observador, ela já não está mais em diacronia, porquanto ela não pode ser percebida senão em sincronia, já que as relações de percepção ou do conhecimento (o que dá no mesmo) exigem a copresença de um sujeito observador e de um objeto observado, que só podem existir sincronizados um com o outro. Afirmo, enfim, que *a diacronia existe em sincronia, dentro dela, como um modo de manifestação da sincronia*. Fecho o parêntese que abri para dizer o essencial sobre a velha dicotomia sincronia *vs.* diacronia e retorno, no mesmo gesto, ao tema da incognoscibilidade do sistema da língua, para lembrar, agora, que ninguém nunca observou diretamente esse sistema, haja vista que a língua se encontra fora do mundo, encerrada na mente de seus usuários. O que nosso sistema sensorial detecta imediata e direta-

mente é sempre um discurso: além dele, nada mais existe, exceto naturalmente outros discursos e outros discursos ainda; a língua em si, porém, refoge à percepção direta.

AS DUAS FORMAS DE EXISTÊNCIA DA LÍNGUA EXISTEM NO DISCURSO, OBJETIVAMENTE COMO O PRESSUPOSTO DELE, SUBJETIVAMENTE COMO COMPETÊNCIA

Isso não obstante (respeitemos os fenômenos semióticos, mas não nos sintamos humilhados diante dos paradoxos deles, que, no fundo, são nossos), isso não obstante, a língua existe. Sua existência está inequivocamente firmada de dois modos:

(i) ela existe no dispositivo modal cognitivo da *competência* interiorizada em nossa mente; é aí, fora do mundo, que ninguém a percebe e, no tocante a isso, ela necessita, de certo modo, de se tornar, digamos, “verdadeira”⁵⁵;

(ii) em segundo lugar, a língua existe no discurso, não como algo posto, determinado como manifestante no espaço exteroceptivo do mundo, mas, antes, como o pressuposto manifestado do discurso.

Mais uma demonstração da condição dialética dos fenômenos linguísticos: a língua cria o discurso como posto, o qual, uma vez criado, cria a língua que o criou, internando-a no seu estrato imamente como seu pressuposto de existência (há discurso codificado? então, há língua codificante). Dito sumariamente, a língua cria o discurso e o discurso cria a língua.

Nessa condição pressuposta, ela também não pode ser percebida *a se*, direta e imediatamente, deve ser percebida *ab alio*, indire-

55. Conforme sabem todos os que trabalham com o problema da verificação – ou seja, da verdade referente aos discursos, não da verdade extradiscursiva – para poder afirmar que algo é verdadeiro, precisamos de dois enunciados: um primeiro, que enuncie a verdade ao modo do parecer; e um segundo, o da sanção veridictoria, que diga que o primeiro enunciado que pronuncia uma verdade ao modo do parecer, é verdadeiro ao modo do ser: a verdade é algo que parece ser aquilo que é, de fato.

tamente, através do outro, porque, tendo codificado o discurso, ela se interioriza no estrato imanente dele, oculto à observação direta.

A ENUNCIÇÃO, ENQUANTO ATO DE TRANSFORMAÇÃO DA LÍNGUA EM DISCURSO

Igual a todos os outros fenômenos do mundo, o discurso também participa das transformações que se sucedem intermináveis na realidade, na medida em que as realidades todas comportam sempre alguma espécie de conflito interno causado pela coexistência, pacífica ou polêmica, mas sempre tensa, de duas forças, potências ou elementos que, no caso que nos ocupa, das dicotomias, se embatem como contraditórios: entre a continuidade do pensar que flui infinito em nossa mente e a descontinuidade dos fenômenos que têm lugar limitado no espaço-tempo do mundo.

Se admitirmos que as transformações são determinações de uma lei universal – a lei do movimento (porque se há um princípio universal regendo a mecânica do macrocosmo e do microcosmo, é o do *movimento*, e, na deriva dele, como acabo de dizer, de seu produto, o da *transformação* de tudo) –, uma vez que as mensagens não têm como escapar dos efeitos dessa economia mecânica universal, podemos dizer que, no limite, *sempre que um sujeito se depara com um discurso, os dois se transformam*.

Grandezas interdependentes, indissolúveis, que interagem o tempo todo, via diálogos e monólogos, ambos se transformam reciprocamente, de tal maneira que cada qual tem sua identidade construída pelo outro. Penso sempre que era a isso que Bakhtin aludia ao escrever que “o próprio monólogo é dialogizado” (*apud* LOPES, 1997, p. 244).

Isso que diz o russo está muito bem: é, aliás, a primeira coisa que se esclarece de fato quando o monólogo interior é exteriorizado, convertendo-se em *discurso*, na fase emissiva da enunciação. Com igual pertinência, porém, pode-se assegurar o inverso, dizendo que “o próprio diálogo é monologado”, quando o interiorizamos convertendo-o em *texto* na fase interpretativa da

mensagem. Sucede só que, de novo, na dialética infundável, infundavelmente paradoxal dos ciclos de transformação, se eu quiser transmitir a um amigo o texto que construí dentro da minha subjetividade ao ler (= interpretar) um discurso-objeto qualquer, serei forçado a exteriorizá-lo mediante um ato de enunciação; mas, assim que eu o enuncio, tão logo o projeto para fora do espaço interior da minha intimidade na *parole* com a qual pretendo objetivar o texto que criei, esse mesmo texto, objetivado, se converte automaticamente num novo discurso-objeto a interpretar: grandeza contínua, o texto, tal qual a língua, não é detectável neste mundo⁵⁶.

Esse princípio dialético das conversões de um termo da dicotomia no outro, oposto, de um termo-objeto de dada construção no termo contrário, inverso e complementar com o qual aquele se relaciona para construir uma estrutura antinômica, ocupa o lugar teórico de um princípio-chave na problemática das dicotomias de Saussure: língua e discurso, discurso e texto, significante e significado, monólogo e diálogo, sincronia e diacronia, instâncias infinita e finita, enunciador e enunciatário, são mutuamente conversíveis, convertendo-se um no outro no processo da fala; é que, ao longo da elaboração da fala, *tudo é passagem*. E aí, nas passagens, não são os termos de um e outro lado que importam: mesmo sendo binárias, as passagens de um ponto a outro dos percursos semióticos são graduais (cf. Rastier, 2012: 100) e escalares, de sorte que suas contradições polares são sempre dissolvidas, no terceiro momento dos percursos dialéticos – o momento

56. A frase com que se encerra o *CLG* foi redigida por iniciativa de Bally e Séchehay, “soprada” por Bopp: “[...] C. Bally e A. Séchehay não só omitiram pontos importantes do terceiro curso, mas lhe acrescentaram passagens [...] que introduziram graves confusões [...]”. A mais conhecida é suscitada pela frase apócrifa final. A fórmula “*a língua considerada em si mesma mesma e por si mesma*” é de F. Bopp (1816) e não de F. de Saussure; colocada no fim da obra, ela adquire um relevo indevido e determina a leitura dela. Desde logo, essa manipulação dá crédito ao preconceito ordinário de que F. de Saussure seja um linguista da língua e negligencie a fala” (Rastier, 2012: 10) .

da síntese – pela sintetização dos termos antitéticos envolvidos. Assim nascem as novas unidades constituídas, como formas-tipo complexas (*et...et...*) e neutras (*nec...nec...*), produtos da subsunção das alteridades, fundidas como elementos intermediários entre um e outro termo oposto da estrutura elementar do discurso. Repito, pois, que não são os termos polares, contrários, inversos e complementares, das oposições, que importam: *o que importa é o que se passa entre eles, o que importa é a passagem, o “interdictum”, embutido em todo e qualquer discurso.*

Designando por *texto*, então, não o discurso a interpretar, mas, ao contrário, aquilo que eu penso que é o sentido dele depois que o interpretei, e se o discurso a interpretar converte-se, por obra da sua interpretação, em *outro discurso*, diferente dele, a coerência teórica me obriga a reconhecer que o texto também é, tanto quanto o discurso, uma formação que está sempre a transformar-se em outra coisa. Uma vez que o sentido provém de uma interpretação, que é da ordem do poder ser / poder não ser, todo significado é não só necessariamente transformável, como transformado: *compreender* o que o discurso quer dizer implica interpretar, ou seja, fazer com que ele diga algo de mais ou algo de menos; assim, todo texto está ao mesmo tempo certo e errado – há uma *Urgrund* indecifrável na origem de qualquer mensagem, que a torna sempre em algum grau ininteligível e, por isso, inefável; no limite, *compreender é falsificar*, porque todo texto constitui um bom mal-entendido⁵⁷.

Eis aí por que toda e qualquer interpretação – como esta que estou a ponto de terminar, aqui, agora, relativa às dicotomias –, toda interpretação, repito, clama por ser reinterpretada: não é o que vivemos a fazer nós todos com as infundáveis correções que impomos aos nossos projetos de discursos de ficção e de ciência? Nessa acepção, também, é que digo que o discurso e o texto não terminam nunca (se eles são sempre reinterpretáveis, isso se dá

57. Maingueneau diz em algum lugar que o sentido é um mal entendido, ou coisa equivalente.

porque eles estão sempre a se transformar, em perpétua construção e reconstrução e, desta sorte, a totalidade é infinita).

Em suma, a totalidade semiótica, que é a das semioses possíveis, é infinita, mas nosso tempo, aqui, nesta sessão, não é; meu tempo se esgotou e, para o alívio de todos, vou terminar (afinal, *linguistica longa, vita brevis*). Vou terminar agora retomando essa última constatação que diz que toda interpretação clama por ser reinterpretada, para com ela encerrar a minha interpretação, reafirmando a esperança que tenho de que quando vocês a reinterpretarem, cada um por sua conta, haverão de ser muito tolerantes para com as imperfeições que viciam a minha. Muitíssimo obrigado pelo convite, pela generosa acolhida e pela paciência com que me ouviram. Muito obrigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph. (s. d. [1983]) *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et alii. São Paulo, Cultrix.

Lopes, Edward (1997) *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,

Lopes, Edward (1978) *Discurso, texto e significação*. São Paulo: Cultrix/ Governo do Estado de São Paulo.

Morato, Edwiges M. (2009) O interacionismo no campo linguístico. In Mussalim, F. ; Bentes, A. C. *Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos*. Vol. 3, 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

Rastier, François. (2012) Lire les textes de Saussure. *Langages*, 185, mars.

Saussure, Ferdinand de (1972) *Cours de linguistique générale*. Paris : Payot.

Saussure, Ferdinand de (1878) *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipzig.

Saussure e a gramática

MARIA HELENA DE MOURA NEVES
UPM/UNESP/CNPQ

Seria necessário poder reduzir [...] cada fato à sua ordem, sintagmática ou associativa, e coordenar toda a matéria da Gramática sobre esses dois eixos naturais; somente essa repartição mostraria o que cumpre mudar nos quadros usuais da Língua sincrônica.
(Saussure, 1970: 159)

INTRODUÇÃO

Dentro dos mais diversos aparatos de análise, a figura de Saussure é ligada ao nascimento da ciência linguística, especificamente no sentido de, com ele, ter-se estabelecido um objeto de pesquisa imanentemente linguístico, assim como de terem-se estabelecido princípios que governam uma relação sistêmica dos elementos, a orientar a criação de fatos linguísticos. O edifício teórico que nos é dado avaliar se oferece em eixos de aparentes dicotomias, mas, considerada a “gramática” que fica estabelecida no *Curso de Linguística Geral*⁵⁸, proponho que eles se resolvem mais em combinatórias do que em alternativas excludentes, tudo desaguando em um pensar a entidade “língua” sem descarte da entidade “linguagem”, embora possa haver – e parece que tem havido – uma impressão contrária a isso na consideração do legado de Saussure.

58. O *Curso de Linguística Geral* tem edição original em 1916, resultante de lições de curso ministrado em 1910-1911. A edição a que recorro é a 2ª edição (traduzida) da Editora Cultrix (1970), e escolho essa edição exatamente para, contando com uma tradução feita por estudiosos confiáveis, e respeitada, não depender da confiabilidade em uma tradução pessoal.

Voltando a meu título, julgo já dever ressaltar que Saussure não se fixa na “gramática” como entidade em si, e isso vai ter relação direta com a direção que minha análise toma. Seus usos desse termo (pouco numerosos) não se referem nunca (internamente) ao “concerto” das unidades da língua no arranjo da linguagem, referem-se sempre a um modo de ver os fatos gramaticais, ou seja, à noção daquilo que podemos entender como análise gramatical, ou disciplina gramatical.

O Curso tem apenas um curtíssimo capítulo (de pouco mais de três páginas) em que trata nomeadamente de **gramática**. Esse capítulo se intitula “A gramática e suas subdivisões⁵⁹”, e assim se inicia (atente-se!): “A Linguística estática ou descrição de um estado de língua pode ser chamada de Gramática [...]”. E o segundo parágrafo assim se inicia: “A gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão [...]” (Saussure, 1970: 156; grifos meus).

I. A PROPOSTA DE ANÁLISE

1. 1 O campo de análise e o modo de análise

Como indiquei de início, o *Curso* se fixa na entidade *langue*, na condição de objeto eleito para a ciência em que se move o chamado **estruturalismo saussuriano**. Aliás, com isso Saussure foi acusado, entre outras coisas, de “promover uma visão reducionista da língua”, vendo-a como um código e “ignorando o uso real da língua em contexto”, como diz Sanders (2006, p. 2).

Trata-se de questão que, no momento, não cabe considerar, mas é nessa tensão que proponho verificar a “gramática” que fica

59. As “subdivisões” não entram como proposta, mas como relato do que “se convencionou” na história do pensamento linguístico sobre isso, e como crítica às decisões que foram sendo tomadas, pelo fato de não estarem “em harmonia com os princípios” que a obra (Saussure, 1970) formula. A pergunta de abertura, no livro, é esta: “Tais subdivisões correspondem à realidade?” (p. 156); outra pergunta é: “Será lógico excluir a lexicologia da gramática?” (p. 157).

pressuposta no *Curso*, especialmente porque o próprio Saussure insiste seguidamente em uma crítica a “gramáticas” que o precederam, desde os gregos até seu tempo, destacando-se a crítica explícita ao que ele chama de **gramática francesa**. A isso voltarei. E insisto na tese de que, “criando” a figura do linguista, daquele que examina a língua com ciência, Saussure se põe decididamente como analista. E essa é, na essência, a sua “gramática”.

Assento meu ponto de partida no traço mais característico da teoria saussuriana, a composição de eixos (sem o quê ela não seria estruturalista), os quais têm sido, em geral, entendidos como dicotômicos, mas para os quais proponho uma interpretação de complementaridade, já definindo que a colocação por eixos, numa análise, implica que os dois polos implicados têm presença efetiva:

- a) Começo com a fixação do ponto de vista da análise no par **sincronia e diacronia** (ou: simultaneidades e sucessividades; ou coexistência e evolução); e logo veremos por quê;
- b) e, na análise propriamente dita,
 - b1) parto do par englobante: *langue e parole*, termos que prefiro não traduzir;
 - b2) por onde desço aos pares: **sintagma e paradigma, substância e forma**;
 - b3) para, então, incorporar, a toda essa série, o par que considero fundante: **significante e significado**;
 - b4) e para chegar ao par que representa a implementação do sistema: **relações paradigmáticas e relações sintagmáticas**;
- c) afinal, com tudo o que isso representa, considerado o modo como foi proposto por Saussure, e considerado o pano de fundo histórico em que ele pôs as propostas.

1. 2 A questão em análise

Olharei, pois, em particular, para essas que, simplistamente, seriam “dicotomias”, mas já tomando em consideração o fato de que, na proposta saussuriana, o que existe – sim – é uma atribui-

ção de relevo (subjacente) a determinadas entidades, em toda a proposição dos pareamentos.

Entendo que por aí se possa encaminhar uma avaliação que vá no sentido de relativizar a noção de que haja meras “oposições”, o que, se bem observado, constituiria um quadro pouco revelador da impactante proposta saussuriana. Na verdade, no *Curso* – e já nos textos que o precederam e o prepararam –, os pareamentos que constroem a teoria (e a gramática) que se institui definem-se:

- entre ações e relações, mas com foco nas **relações**;
- entre semelhanças e diferenças, mas com foco nas **diferenças**;
- entre criação e regularidade, mas com foco na **regularidade**;
- entre mudança e organização, mas com foco na **organização**;
- entre copresença e alternância, mas com foco na **alternância**;
- entre o individual e o social, mas com foco no **social**;
- afinal, entre língua e discurso, e com foco na **língua** (objeto fixado), mas sempre em vista da **linguagem**, objetivo natural de qualquer teoria linguística, seja, ou não, escamoteada essa relação.

Concluindo esse exercício reflexivo inicial, recolho, como pano de fundo de interpretação, dois contextos temporalmente afastados, o da gramática ocidental tradicional – de que trata criticamente Saussure⁶⁰ – e o de uma gramática pragmaticamente orientada, funcional – que, em princípio, estaria muito distante do que propõe Saussure, fixado na **língua** como código (Saussure, 1970: 22).

2. A ANÁLISE

2.1 *O início pelo modo de ver*

Abro a porta de entrada para o mundo dos pareamentos da teoria de Saussure justamente por aquele par que ele estabelece como os dois possíveis modos de visão dos fatos pelo analista da

60. Já ressalvo que me prendo apenas à vertente inicial da gramática dos gregos.

língua: a filiação da análise a uma “Linguística estática” ou a uma “Linguística evolutiva” (Saussure, 1970: 94-116). Com isso, já carimbo a proposta saussuriana com o caráter de ciência, apontando que o convite que os compiladores das suas lições fazem à leitura dirige-se claramente a estudiosos, e o fazem falando de “estudo”, haja vista o título da primeira lição: “Visão geral da história da Linguística”. Aliás, como já indiquei, o *Curso* não é sobre língua, linguagem ou gramática, é sobre como ver e como estudar a língua⁶¹.

Na verdade, essa discussão:

- a) compõe explicitamente o cenário da visão do analista, corolário da instituição de uma ciência linguística, e, por aí, da existência de “linguistas”;
- b) e aí enquadra a proposição do objeto “sistema” bem como a explicitação daquilo que a ciência que se estabelece vai propor para a ativação do sistema.

Na obra, como também já observei, criam-se eixos a cada passo, e esse que acabo de apontar é o eixo inaugural, aquele que enquadra a proposta. Ou seja,

- a) o analista / o “linguista” que Saussure institui tem à sua frente, equacionadas, a visão sincrônica e a visão diacrônica da língua;
- b) e, convidado a ir pelos estados de língua – convidado a mover-se pela Linguística estática –, ele tem também equacionada uma direção de análise do sistema da língua: essa análise vem montada em eixos que se resolvem em estruturas, o que, obviamente, configura uma proposta estruturalista.

E aqui é que entra a discussão sobre essa forma de resolução das questões, que vai do axial ao linear, que sempre vai à “língua”, devendo-se já observar, entretanto – e ninguém desmentirá –,

61. Ousando, poder-se-ia bem verificar nele um caráter metagramatical.

que é só em vista da “fala” que o sistema da língua se implementa. E Saussure não ignora isso.

O que pretendo discutir é a relação que se imprime às duas entidades que constituem os polos desses eixos pelos quais se equaciona o sistema: em princípio, haveria dicotomias, mas a pergunta é se a teoria criada as resolve simplesmente em antinomias, ou se o que está proposto é, exatamente – e por via da medida e do peso que a ciência provê –, fazer a conciliação teórica das pontas de cada eixo.

2. 2 O PERCURSO: ANTINOMIAS OU PAREAMENTOS?

2. 1. 1 A direção axial

Sabemos que em Saussure estão as entidades *langage*, *langue* e *parole*, ou seja, de início, mais do que um par. Mas nem aí se verão, realmente, três entidades em processo de resolução: nem a *langage*, “linguagem” é o objeto da “linguística” de Saussure, nem a *parole*. Ora, na teoria, a *langage* – porque “faculdade” e porque “exercício” (Saussure, 1970: 17), portanto entidade não atinente à Linguística – já é descartada *in limine* como objeto de análise⁶². E o que entra em relação axial com a *langue* – objeto por excelência da ciência – é a *parole*, criando-se o pareamento que é um dos **eixos fundamentais** da análise (discutido mais adiante), no qual ressalta a *langue* como objeto.

E os termos mágicos, na teoria, são **relações e diferenças** (na língua), que se resolvem em “valor”, por onde a língua, o sistema, as estruturas significam. São as diferenças que governam o equacionamento dos eixos e o conferimento de foco a determinados polos. E essa é a linha em que conduzo estas reflexões.

62. Lembre-se já, aqui, o “segregacionismo” de Saussure, a que se volta adiante.

2. 1. 2 A resolução dos diversos eixos

Como anunciei no início, nosso ponto de partida da análise, se fixa no pareamento dos dois campos que Saussure propõe para colocação do analista da língua, na sua tarefa: sincronia - diacronia.

1) *Sincronia e diacronia*

O equacionamento é o seguinte:

- a) Não existe a **diacronia** em si, e esse é o ponto de partida, para o linguista; o que corre é o tempo, mas o tempo não responde pela alteração, e, portanto, a mudança não pode ser buscada nele;
- b) a análise diacrônica – em questão, pois, o analista – envolve pelo menos duas **sincronias**: são duas estruturas temporalmente sucessivas, cada uma com suas relações internas, ficando nelas visíveis quais pontos ou quais partes de uma estrutura anterior ou de uma estrutura posterior revelam alteração e distinções; em cada uma dessas sincronias coexistem pontos que configuram estágios que estavam em sincronias anteriores e que estarão em sincronias posteriores;
- c) mas, então, desse modo, também não existe a **sincronia** em si – autodefinível e isolável –, mesmo porque não é a existência de uma unidade que a define: o sistema da língua não se faz de elementos pré-existentes, e o valor se estabelece pelas diferenças, ressalvado que ele sempre se estabelece em um estado de língua.

Este é o corolário: O foco está na sincronia, mas é na complementaridade que se define a “tarefa” de descrição linguística, presa à organização, não à mudança.

2) *Langue e parole*

A configuração resumida deste pareamento de base, pelo qual introduzi minhas reflexões, é a seguinte:

a) A *langue* é o sistema (o conjunto de regras de uma língua), pelo qual a capacidade da linguagem se manifesta: de seu lado, a linguagem, sendo capacidade e exercício, é, em princípio, individual, mas o sistema pelo qual ela opera – a língua – é supraindividual, o que vale dizer que ele é coletivo, e, portanto, é definido pelo grupo social, e distribui-se na coletividade;

b) é essa distribuição que leva à *parole*: ela é a combinatória individual, na realização da linguagem, é a ativação individual do conjunto de regras, entretanto suscitada na comunicação, e no grupo social que define as regras;

Este é o corolário: Aí está a força do social na complementaridade entre *langue* e *parole*, que é o que faz a *langage*; consistentemente com os princípios da teoria, o foco está na *langue* e no social.

E é dentro desse universo, que podemos ter como aquele em que se move o pensamento de Saussure, que os outros pareamentos se resolvem.

Vamos, pois, às decorrências fixadas nos princípios, de certo modo já evocados. Vou montar uma cadeia, com recuperações e avanços.

3) *Forma e substância*

Recupere-se a indicação de que a língua é um sistema.

a) Se é um sistema, a língua se define por **relações**, antes que pela existência (positiva) de seus elementos: há propriedades físicas nos elementos de que se faz a língua (por exemplo, ela é “audível”; há uma linha sonora), mas os elementos não se definem por propriedades, ou seja, positivamente; eles se definem pelas suas funções no “jogo” em que se constitui a ativação do sistema de regras da língua; eles tiram a sua significação dos **valores** que se estabelecem a partir das relações contraídas;

b) o sentido emana, pois, da **diferença** que se estabelece entre dois elementos, não de traços atribuíveis aos elementos em si.

Este é o corolário: O foco está naquilo que valha em cada peça com que se joga na língua, mas as peças não valem por si, valem pelo que valerem no jogo.

Diz François (2008) que essa concepção de semântica levou à visão estruturalista de que o significado de uma dada palavra em uma língua “nunca coincidirá exatamente com o significado de sua mais usual tradução em outra língua”: seu delineamento semântico é unicamente desse sistema particular, e não pode ser encontrado, idêntico, em nenhum outro lugar” (p. 165).

4) Significante e significado

Recupere-se a indicação de que as peças da língua se definem por seu valor no jogo em que se configura a língua: essas peças são os **signos** (Saussure, 1970: 80-84).

a) Os signos se fazem da união de duas faces, o **significante** (a imagem acústica, linear) e o **significado** (o conceito); ora, cada união de significado e significante compõe um signo, e só a união das duas faces configura a existência dele: não se pode falar de nenhuma das faces como se tivesse existência autônoma: ou seja, não há ideias ou sons isoladamente, na língua;

b) disso resulta que não é no signo em si que está o seu valor, seu valor está na diferença que ele tenha em relação a qualquer outra união de significado e significante (ou seja, a qualquer outro signo) da língua.

Este é o corolário: O significado não existe autonomamente, ele é criado apenas na sua união com o significante, ou seja, na formação do signo.

A proposta torna a noção de signo saussuriana diferente de toda e qualquer noção de signo da história das ideias linguísticas, o que leva a muitos nós de interpretação dessa doutrina como um todo. Matthews (1993, p. 8) lembra que Saussure não foi o primeiro a estabelecer signos (e não palavras) como as unidades do

sistema, mas o que há de original nele é a maneira de ver a relação existente entre forma e significado, nesse tipo de unidade. Mostra Joseph (2006, p. 60), que tal estabelecimento do signo linguístico sobre nada mais do que “diferença” é o que faz a diferença de Saussure em relação a todos os que o precederam no tratamento do signo linguístico. Disso provém que, para o estruturalismo saussuriano, as sentenças não tenham lugar na entidade “língua”: para ele, as unidades da língua são estruturadas por oposições associativas, mas as sentenças não se resolvem no sistema linguístico de oposições, caracterizam-se pela diversidade, e, portanto, pertencem à *parole*.

5) *Relações sintagmáticas e correlações paradigmáticas*

Recupere-se a indicação de que a manifestação da língua se faz linearmente (lembre-se, novamente, a linha sonora), mas, por outro lado, o valor dos signos só nasce das oposições que se resolvem na estruturação do sistema.

- a) Sendo assim, a **relação** entre as unidades linguísticas implica, obviamente, a formação em sequências, também regidas no sistema, estabelecendo-se, pois, **sintagmatizações** entre elementos que, coocorrendo, contrastam entre si;
- b) entretanto, os signos, como unidades que se sucedem (automaticamente), mantêm **correlação** (na memória) com outros ausentes que poderiam ocupar as mesmas posições na cadeia (e com os quais eles se associam, pelo partilhamento de propriedades);
- c) o valor emana, simultaneamente, da copresença e da alternância de signos: emana das relações contrastivas entre elementos copresentes, sim, mas regidas pelas correlações associativas com elementos que não ocorrem, e que têm algo em comum com os que ocorrem.

Este é o corolário: O foco (marca saussuriana) está na diferença entre o que está presente e o que deixa de estar, mas é

na linha da copresença dos signos em sucessão que seu valor se manifesta.

Uma interpretação dessas relações está em Geraerts (2006, p. 220), que, em capítulo que trata de metáfora e metonímia, evocando a tradição saussuriana, traz a metáfora como ilustração de uma relação paradigmática em que a associação não se estabelece entre duas palavras, mas entre duas leituras de uma expressão linguística, o que mostra bem a noção de valor.

3. SAINDO DAS “DICOTOMIAS”. MAS AINDA EM PAREAMENTO...

Neste ponto se chega confortavelmente ao princípio central que marca o estruturalismo saussuriano e que nem sempre tem sido bem entendido: a **arbitrariedade** do signo, princípio que arrebanha toda a proposta teórica, com a sua série de pareamentos. Esse princípio vem naturalmente do todo do que propõe Saussure: concebido de tal modo o signo – ou seja, negada a pré-existência, e, mesmo, a existência, positivamente, na língua, de cada uma das duas faces do signo –, obviamente não se poderia, mesmo, entendê-lo pelo caminho de uma separação analítica entre suas duas faces, e, principalmente, com valorização individualizada de uma delas: ou a expressão ou o conteúdo.

A leitura tradicional de Saussure ressalta uma antinomia “arbitrariedade *versus* motivação” dos signos, entre as outras celebradas dicotomias. E, em geral, o pensamento saussuriano sobre aquilo que a tradição montou em termos de “convencionalismo *versus* naturalismo” das palavras vem interpretado simplesmente como direcionado à afirmação da arbitrariedade. De fato lá está: “o signo linguístico é arbitrário” (Saussure, 1970: 81). Entretanto, cite-se, do próprio Saussure, uma passagem, geralmente muito pouco explorada, que fala de um “ponto de vista, de que pouco cuidam os linguistas: a limitação do arbitrário” (Saussure, 1970: 153-154). É a melhor base possível, diz ele.

Não há espaço nem motivo para esta apresentação estender-se na questão da grande diferença entre o “convencionalismo”

do pensamento tradicional e a “arbitrariedade” saussuriana. Entretanto, posso apontar, de uma maneira muito superficial, que – lembrando os estoicos – o não convencionalismo do pensamento filosófico é fixado na naturalidade da linguagem, enquanto – agora recorrendo a Bouissac (2006, p. 257) – a arbitrariedade de Saussure se prende à paradoxal concepção de que a língua é fundada em convenções que escapam totalmente às intenções conscientes dos indivíduos que as usam, sem que, entretanto, haja “contratantes” nesse “contrato”.

4. UMA QUESTÃO PARA ESTUDO: UNIVERSOS DE VISÃO DA LINGUAGEM EM CONFRONTO COM PAREAMENTOS DE SAUSSURE.

4. 1 O signo. A gramática no berço do primado de um significado a ser vestido.

É por aqui que se pode e se deve ir ao exame de propostas da entidade “signo” instituídas na tradição, especificamente se postas em exame as propostas anteriores à formação da ciência. Aqui falo muito brevemente dos primórdios, na Grécia.

Quer se vá à filosofia clássica (com Platão e Aristóteles), quer se vá aos estoicos (na filosofia governada pelo naturalismo) quer se vá aos sofistas (na retórica de resultados) quer se vá à gramática alexandrina (na pré-filologia, mais especificamente na pura exegese), o que se vê é, claramente, a não independência da visão linguística, com a configuração de um integracionismo, ou seja, da movimentação de busca em mais de um campo. Ora, é o que seria de esperar, dentro daquilo que se propunha e se empreendia, na cultura da época, o que necessariamente contrasta fundamentalmente com a proposta saussuriana, científica, de analisar o objeto “língua”.

No caso dos filósofos – que construíram o pensamento sobre a linguagem aproveitado pela gramática dos alexandrinos e pela de Apolônio Díscolo –, vistas as particularidades de cada tempo específico e de cada corrente, há diferenças internas, mas, obvia-

mente, nada que confira a alguma das propostas a existência de um olhar que se motivasse pela linguagem em si, muito menos pela língua. Em Platão, por exemplo, para quem a linguagem, por não se comprometer com a “verdade”, merecia desprezo, o que existia era um lidar com a linguagem que era apenas concessão, pois, sem ela, era impossível chegar ao mundo das ideias⁶³, objetivo central da filosofia. O significado governava a busca da contraparte significativa do signo – literalmente, uma denominação –, e, por aí, a relação entre um e outro era direta, era de um a um, o que levava à necessidade de buscar-se qual seria a natureza da relação entre o nome e o que era nomeado: seria natural ou convencional / arbitrária⁶⁴? Nos estoicos, a busca fulcral é no sentido de explicitar a significação, e, nessa base, novamente a linguagem é apenas contraparte: se ela entra em análise, é porque é nela que se institui o *lektón*, a entidade que constitui, justamente, “a apresentação das coisas por meio da linguagem”, ou, mais especificamente, ainda, “aquilo que se diz com verdade” (Neves, 2002: 30; 2005: 87).

Ora, nessa corrente, a linguagem existe para expressar a “natureza” (*phýsis*) das coisas, e ela é uma busca disso (obviamente, uma busca filosófica, não linguística). Daí decorre a aplicação de toda a reflexão estoica na defesa da analogia em linguagem⁶⁵, uma analogia bem distante daquela de que trata Saussure – que é exclusivamente linguística, de pura análise do sistema linguístico, o que não constitui, necessariamente, uma desvalorização.

63. Também a noção de “ideia” não pode ser entendida no sentido comum dos dias de hoje (ver Neves, 2005, p. 61-63)

64. Ressalve-se, mais uma vez, que essa não era a busca central em Platão, já que a questão linguística não tem nenhuma independência nos diálogos, nem mesmo no *Crátilo* – tão citado pela questão da “arbitrariedade”, ou da “naturalidade”, do signo –, tanto que esse diálogo, como os demais, termina em aporia, ou seja, termina pela dispensa da resolução da querela.

65. Os estoicos não conseguiram essa demonstração, porque o exame da linguagem revelou anomalias. Entretanto, desse tópico da história das ideias linguísticas não se trata, aqui.

No caso dos sofistas (como teria de ser em qualquer campo de prevalência da eficiência comunicativa e/ou persuasiva), mais do que nunca, a busca da relação entre o significado e a expressão linguística se mostrou absolutamente premente, entretanto apenas com atenção à linguagem, ao uso da língua, não a seu sistema, e tudo, novamente, muito distante da proposta saussuriana.

Ora o que quero registrar é que as alusões de Saussure à gramática dos gregos só fazem sentido como verificação de que são diferentes os modos de tratar a significação no exercício da linguagem, que se faz, obviamente, pela ativação do sistema da língua.

Já desde o condicionamento, seguramente se trata de outro mundo, de outra busca, de outro objeto de reflexão:

- o mundo da filosofia, que está no berço da criação da gramática ocidental, era, com certeza, o da lógica (o da dialética), e a filosofia governava as reflexões e as incursões, sempre dirigidas à busca da manifestação da verdade: a expressão está a serviço da ideia;

- o mundo da sofística, que também condicionou a emergência da gramática, era, com certeza, o da eficiência prática na linguagem (a retórica), e o móvel do olhar para a expressão linguística assentava-se na noção de que a linguagem é capaz de, por si, criar a verdade.

De todo modo – e congruentemente com o universo em questão –, o que havia era o trânsito de uma relação entre significado e significante em via de mão única; ou seja: se na lógica, era o trânsito com ponto de partida em uma “substância” (aliás, um termo da lógica) em busca de expressão; se na sofística, era o trânsito com ponto de partida na expressão, com vista apenas a seus efeitos.

A proposição de signos que veio da tradição praticamente exhibe uma correlação muito simples e direta entre significados e palavras, o que levou a uma gramática fincada em rótulos designadores, no desenvolvimento da história das ideias gramaticais. É o que Saussure chama **nomenclaturismo** (Saussure, 1970: 79),

termo que, como aponta Joseph (2006, p. 67), refere-se à concepção errada de língua como um inventário de nomes para coisas.

Entretanto, não é legítimo que se acuse a gramática grega incipiente disso, porque a sua determinação de base, tanto no que respeita às proposições que absorveu dos filósofos como no que respeita às proposições que recebeu e aproveitou dos primeiros gramáticos, era absolutamente singular:

- de um lado, os móveis da análise da linguagem dos filósofos tiveram um ensejo de modo nenhum comparável com qualquer motivação propriamente “gramatical”, no sentido que hoje se dá ao termo;

- de outro lado, os móveis da análise da linguagem dos primeiros gramáticos tiveram um ensejo apenas comparável, mas bem diferente (exatamente porque preservacionista), da motivação da “gramática” de línguas consolidadas que se desenvolveria no correr dos tempos; no caso, uma literatura magistral desaparecia, e com ela desaparecia a própria língua: não se preparava uma análise, preparava-se um registro.

5. 2 *Langue e parole – A gramática na direção de uma análise da parole.*

Não perdendo o pé nas dicotomias, volto à noção de “integracionismo” (de que falei em relação às incursões dos lógicos na linguagem) *versus* “segregacionismo” (que é o que se tem atribuído à proposta de Saussure, embora haja quem relativize bastante tal caracterização da proposta saussuriana. Pode-se remeter a questão a Stoevsky (2007, p. 83), que trabalha o tema do integracionismo de determinadas teorias linguísticas, e, na discussão, critica a acusação de segregacionismo total que é feita a Saussure. Para isso, recorrendo a lições do próprio *Curso de Linguística Geral*, e referindo-se a Saussure, ele argumenta da seguinte maneira:

É necessário apenas que lembremos o seu entendimento de signo linguístico como uma unidade de significante e significado

(1974:114)⁶⁶, da relação entre pensamento e som tida como duas faces de uma folha de papel (p. 113), da sua posição sobre a evolução como uma ‘passagem contínua de motivação a arbitrariedade e de arbitrariedade a motivação’ (p. 134), da importância dada à semântica no estabelecimento da identidade diacrônica (182), e outros. (Stoevsky, 2007: 83)⁶⁷

Hoje não falta quem assimile essa dicotomia exatamente a Funcionalismo, de um lado, e Estruturalismo, de outro (Croft, 1995, *apud* Stoevsky, 2007: 83), e essa é uma questão aberta a estudo. Especialmente pela sua centração no uso, o Funcionalismo sai das relações puramente internas à ativação do sistema (o território de Saussure) para ir às determinações pragmáticas do uso linguístico, tanto na motivação como no ponto de saída do ato de linguagem, e para pôr exatamente o ato discursivo no foco do exame.

Quero apenas, mais uma vez, fazer a conciliação na complementaridade. Por uma das pontas, não entro a fundo na discussão do grau de segregacionismo que deva ser imputado a Saussure, mas trago apenas uma de suas afirmações, que também é lembrada por Stoevsky (2007): “a língua nunca existe fora do fato social, porque é um fenômeno semiológico” (Saussure, 1974: 77, na citação de Stoevsky, 2007: 83), o que com certeza traz à cena, junto com a semiologia, uma declaração que, instalando-se na natureza social da linguagem, “antecipa” – digamos – a importância da pragmática.

66. A edição citada pelo autor é a seguinte: Saussure, Ferdinand de. *Course in general linguistics*. Bungay, Suffolk: Fontana/Collins, 1974 [1916].

67. Tradução minha. Original: We only need to be reminded of his understanding of the linguistic sign as a unity of signified and signifier (1974: 114), of the relationship between thought and sound being like the two sides of a sheet of paper (p. 113), of his position on evolution as a ‘continual passage from motivation to arbitrariness and from arbitrariness to motivation’ (p. 134), of the importance accorded to semantics in establishing diachronic identity (p. 182) and others. (Stoevsky, 2007: 83)

Pela outra ponta – o Funcionalismo –, vou mais longe, vou à paradigmática. E recolho especialmente a proposta do Funcionalismo estruturalista de Coseriu (1992 e outros) e da Gramática sistêmico-funcional de Halliday (1994 e outros). É sobre esteiras estruturalistas que se faz essa proposta de uma gramática de base sistêmica e paradigmática na qual o enunciado parte de escolhas que o falante faz, nunca violentando o sistema da língua, quando o compõe para um propósito específico, com elas produzindo significado. Nela, seleções paradigmáticas são resolvidas em termos funcionais de “escolhas” do falante, compondo uma das mais significativas marcas da gramática da *parole*, que Saussure preferiu não fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUISSAC, Paul (2006) *Saussure's legacy in semiotics*. In: SANDERS, Carol (ed.). *The Cambridge companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 232- 289.

BUTLER, Christopher S.; DOWNING, Raquel Hidalgo; LAVID, Julia (eds.). (2007) *Functional Perspectives on Grammar and Discourse* : In honour of Angela Downing. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins.

COSERIU, E. (1992) *Competência Linguística*. Elementos de la teoría del hablar. Tradução espanhola. Madrid: Gredos.

CROFT, William (1995) Autonomy and Functional Linguistics. *Language* 71(3), p. 490-532.

FRANÇOIS, Alexandre (ed.) (2008) Semantic maps and the typology of colexification. Intertwining polysemous networks across languages. In: _____ *From polysemy to semantic change: towards a typology of lexical semantic associations*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins.

GERAERTS, Dirk. (2006) *Words and other wonders: papers on lexical and semantic topics*. Berlim: Mouton de Gruyter.

HALLYDAY, Michael Alexander Kirkwood (1994) *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London/ New York: Edward Arnold.

JOSEPH, John E. The linguistic sign. In : SANDERS, Carol (ed.) (2006) *The Cambridge companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 55-71.

MATTHEWS, Peter Hugoe (1993) *Grammatical theory: from Bloomfield to Chomsky*. Cambridge: Cambridge University Press.

NEVES, Maria Helena de Moura (2002) *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP.

_____ (2005) *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. São Paulo: Editora UNESP.

SANDERS, Carol (ed.) (2006) *The Cambridge companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2006) Introduction: Saussure today. In : _____ (ed.). *The Cambridge companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-6.

SAUSSURE, Ferdinand de (1970[1916]) *Curso de Linguística geral*. Organizado por Charles BALLY, Albert SECHEHAYE, com a colaboração de Albert RIEDLINGER. Tradução de Antônio CHELINI, José Paulo PAIS e Izidoro BLIKSTEIN. São Paulo: Cultrix.

STOEVSKEY, Andrei. (2007) Towards an integrational approach in linguistics. In: BUTLER, Christopher S.; DOWNING, Raquel Hidalgo; LAVID, Julia (eds.). *Functional Perspectives on Grammar and Discourse: In honour of Angela Downing*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins, p. 81-96.

Notas esparsas sobre Saussure

SÍRIO POSSENTI
UNICAMP/CNPQ/FEsTA

INTRODUÇÃO

Evidentemente, aqui não se trata nem de apresentar nem de “esgotar” Saussure. Vou fazer duas ou três anotações sobre leituras que me espantam e, mais ao final, defender uma tese que deixou de ser óbvia (para meu espanto).

Divido o texto em três partes. Na primeira, exporei alguns tópicos do *Curso* para mostrar que há um Saussure bastante maltratado, independentemente do que se possa dizer após a descoberta mais recente de manuscritos que abalariam aspectos daquela obra, especialmente sua leitura mais canônica, da qual derivou a linguística moderna. Ou seja, vou relembrar um Saussure que está no *Curso*, mas que não tem sido lido ou tem sido desprezado, talvez por não ser parte central da própria novidade que ele representou para a linguística e para as ciências humanas.

Em seguida, falarei brevemente do que parece ser central em Saussure, o que, de novo, mostraria que foi mal recebido, sem o rigor exigido. Em suma, tratarei brevemente do que nesta obra é a concepção estruturalista.

Finalmente, tratarei de um dilema: Saussure é um cientista ou um fundador de discursividade? Para isso, vou explorar uma parte do texto de Foucault “O que é um autor?”.

Antes de começar, no entanto, quero fazer uma homenagem particular ao Saussure humorista. Não sei se ele contava piadas em suas aulas, mas, eu diria, se só contou essa, perdeu tempo e muitas chances de ser mais agudo, porque piadas oferecem as melhores ilustrações de que alguém possa dispor sobre fenômenos linguísticos, notadamente dos tratados pelo genebrino, especialmente fatos de língua... (de *alíngua*, dirá Lacan).

Aliás, os organizadores, a crer na nota, tinham uma péssima concepção de certos jogos de palavras que perturbam a “inteligência” do discurso segundo. Saussure quer mostrar que existem associações que derivam da homonímia. Um exemplo: *Les musiciens produisent les sons e les grainetiers les vendent* (Os músicos fazem as notas e os perdulários as gastam, em tradução literal). Os comentários dos alunos, parece, não fazem justiça ao professor...⁶⁸.

Há também um Saussure que se irrita um pouco (parece que evito entrar nos meus temas...). Nem todos os sábios são também gentis (raros o são, aliás), pelo menos não o tempo todo. Leio a passagem seguinte como um acesso de irritação contra a ignorância ou os clichês sobre língua. Imagino que, se estivesse vivo, talvez, dedicaria bom tempo a este pormenor. Vejamos.

Depois de uma sábia, embora breve, história dos estudos linguísticos, há no *Curso* um curtíssimo capítulo sobre matéria e tarefa da linguística, em cujo final se lê:

Qual é, enfim, a utilidade da linguística? Bem poucas pessoas têm a respeito ideias claras: não cabe fixá-las aqui. Mas é evidente, por exemplo, que as questões linguísticas interessam a todos – historia-

68. “Este último caso [comunidade das imagens acústicas] é raro e pode passar por anormal, pois o espírito descarta naturalmente as associações capazes de perturbarem a inteligência do discurso; sua existência, porém, é provada por uma categoria inferior (sic!) de jogos de palavras que se funda em confusões absurdas que podem resultar do homônimo puro e simples, como quando se diz, em francês...”.

dores, filólogos etc. – que tenham de manejar textos. Mais evidente ainda é sua importância para a cultura geral: na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas; de fato, toda a gente dela se ocupa pouco ou muito; mas – consequência paradoxal do interesse que suscita – não há domínio onde tenha germinado ideias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis; a tarefa do linguista, porém, é, antes de tudo, denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível.

Talvez só Steven Pinker possa concorrer com Saussure no grau de irritação com a idiotice de plantão⁶⁹.

Enfim, vamos aos temas anunciados.

UM SAUSSURE ESQUECIDO

Os procedimentos de leitura são bastante misteriosos, sabe-se. Um modo de ler consiste em considerar apenas parte dos textos. É uma estratégia comum no caso das doutrinas, religiosas e mais estritamente ideológicas, mas também quando se trata de filosofia, entre outros campos nobres. Cada religião elege passagens selecionadas dos livros sagrados (as que condenam homossexuais, por exemplo, mas não a que narra a fúria de Jesus contra os vendilhões do Templo); cada corrente marxista tem seu Marx, ou um marxista, predileto: o Marx de Althusser, por exemplo, é fundamentalmente o autor de *O Capital*, sendo sua obra anterior avaliada como ainda humanista ou ideológica etc.

No caso de Saussure, esse procedimento de leitura levou a dizer repetidamente que Saussure esqueceu a história e o sujeito.

69. Criticando duramente os colonistas de plantão que bradam contra a decadência do inglês (lá também os há!), Pinker escreve: “Eu digo a eles: Maven, shmaven! *Kibbitzers e nudiks* seria mais apropriado”, sequência traduzida assim por Claudia Berliner: “Que craques, que nada! Metidos a pentelhos seria mais apropriado” (p. 481).

Que ele só tratou da língua em seu estado sincrônico (excluindo a história) e como sistema que tem um funcionamento (o que excluiria o sujeito). E que excluiu a fala.

Ora, é fácil mostrar o quanto isso é falso. Na edição do *Curso* que gosto de reler, toda rabiscada, a terceira parte, dedicada à linguística diacrônica, começa na página 163 e vai até a página 213, sendo que os apêndices ocupam ainda uma dezena de páginas, e que a quarta parte (linguística geográfica) e a quinta (questões de linguística retrospectiva) podem ser tudo, menos sistema e sincronia. É bem estranho, portanto, que se diga o que se diz da ausência de história no *Curso*.

Esta leitura parcial pode ter uma explicação. Talvez apenas as verdadeiras novidades do pensamento de Saussure tenham sido consideradas. Como a linguística diacrônica era a dominante, não pareceu necessário associá-la ao *Curso*. No entanto, isso levou a esquecer que sua linguística diacrônica é totalmente informada pela sua concepção de língua sincrônica, de língua como sistema. Pode-se, evidentemente, discordar da teoria da história (como das teorias sociológicas ou das psicológicas) assumida por Saussure. Mas isso não é o mesmo que sustentar que ele não levou a história em conta (ou que contribuiu para destruí-la, como fundador do estruturalismo).

A VULGATA

Há uma vulgata Saussuriana. Por um lado, ela é um efeito do que se poderia considerar um paradigma, ou da vulgarização de um paradigma. Exemplos seriam: em vez de considerar as letras ou os sons, considerem-se os fonemas. Em vez de considerar a relação entre palavras e coisas, considere-se a relação entre significante e significado.

Esta última relação, por sua vez, é tratada fundamentalmente em termos de arbitrariedade. Mas esta tese é bem mais velha do que o *Curso*. Remonta à antiguidade (lembre-se do *Crátilo*). O que é novo no *Curso*, o que faz dele a origem do estruturalismo,

não é a arbitrariedade, é a teoria do valor. Claro que a relação significante / significado continua sendo arbitrária, mas, além disso, e é este o traço verdadeiramente saussuriano, o valor de cada signo é decorrente de sua relação com outros signos, no sistema da língua.

É por isso que, em cada língua, o sentido preciso (se ainda se puder falar assim) de cada palavra depende de quantas palavras há (num certo campo semântico, para efeitos práticos). É o que justifica os empréstimos, por exemplo. Muita gente diz que não se deve aceitar empréstimos quando há na língua uma palavra equivalente. Acontece que nenhuma palavra é equivalente a outra. *Delivery* não é simplesmente entrega em casa; *salvar* não é apenas gravar, *voucher* não é um recibo qualquer etc.

É a teoria do valor que permite dizer que o *S* de plural não é o *S* de *Sadia*, porque o *S* só é morfema de plural em final de nominais; em final de verbos, significa segunda pessoa e em qualquer outro lugar é apenas suporte do signo, não quer dizer nada (como em *sapato* ou em *calçada*, por exemplo).

Em suma, a versão vulgar de Saussure o reduz às dicotomias, mais alvo de decoreba do que de compreensão. Principalmente, elas são marcadas pela ideia de que não se “aplicam” à língua (ao português, por exemplo), que esta é tratada nas aulas de português, pelas gramáticas. É como dizer que a matemática não vale para a física, ou, ainda mais elementarmente, para a engenharia. Nas aulas, nem mesmo os exemplos são atualizados, sendo os de Saussure repetidos como se só eles fossem linguística, e como se, repito, não valessem para uma língua como o português (significante / significado; sintagma / paradigma; sincronia / diacronia). Não haveria significante e significado em português, só em linguística...

O SUJEITO

Anotei acima que uma das acusações que se fazem a Saussure é que ele teria excluído o sujeito da língua. A meu ver, a acusação

é duplamente falsa, isto é, é falsa em relação a duas concepções diversas de sujeito. Se se assume que o sujeito seja assujeitado, como quer a AD mais claramente ligada a certo estruturalismo, ele encontra guarida na tese de que uma língua é imposta ao sujeito: “A todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher. Dizemos *homem* e *cachorro* porque antes de nós se disse *homem* e *cachorro*” (p. 88, entre outras passagens).

Se aceitamos que o sujeito é “livre”, então nós o encontramos na fala⁷⁰, antes de tudo, mas, mais especialmente em certas ações que provocam “alterações” no próprio sistema. Basta ver a diferença que Saussure estabelece entre a analogia e aglutinação. Esta “consiste em que dois ou mais termos originariamente distintos, mas que se encontram frequentemente em sintagma no seio da frase, se soldem numa unidade absoluta dificilmente analisável”. É um processo, diz Saussure, e não um procedimento, porque esta palavra supõe vontade, intenção, e a ausência de vontade é o que caracteriza a aglutinação (p. 205). Poderíamos dizer que se trata de um processo que se impõe ao sujeito.

Já a analogia, além de partir de unidades inferiores para construir uma unidade superior e de fazer apelo a séries associativas tanto quanto a sintagmas, é um procedimento que supõe análises e combinações, *uma atividade inteligente, uma intenção* (p. 207) [ênfases minhas].

É claro que se trata de uma tese que se pode discutir. Meu argumento é apenas que se pode dizer que esta última poderia parecer estranha na obra de Saussure, por um lado (dado que uma língua se impõe...), que ela contradiz sua concepção filosófica de falante / sujeito (que seria “assujeitado” – sujeito à língua). Talvez se trate de um caso de transição entre um sistema e outro, desses

70. O que levou à seguinte avaliação por parte de nada menos que Pêcheux (1969: 71): “...é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição” (...) a linguística científica (tendo por objeto a língua) libera[sse] um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre...”.

que exigem atividade (procedimento), embora não intencional, sem que, no entanto, este traço esteja excluído, como em outros domínios da história.

CIENTISTA OU AUTOR DE DISCURSIVIDADE?

Finalmente, vamos ao que de fato me interessa. Faço uma longa resenha para, no final, propor um dilema e tomar uma posição.

Em seu clássico “O que é um autor” (outro texto muito maltratado: atribui-se-lhe uma concepção de autor que notoriamente rejeita, embora reconheça que é assim que funciona (para os outros, nas práticas de análise); sua concepção pode ser resumida na citação “não importa quem fala”), depois de expor como a autoria *funciona*, em termos jurídicos etc. , especialmente no caso de textos / livros, Foucault propõe outra categoria, a dos “fundadores de discursividade”, que caracteriza da seguinte maneira: *não somente são autores de livros / obras, mas também “produziram a possibilidade e a regra de formação de outros textos”*.

Logo cita dois exemplos: Freud não é apenas o autor de *A interpretação dos sonhos* ou de *Os chistes...*, Marx não só é o autor do *Manifesto Comunista* ou do *Capital*. O que os distingue de outros autores é que eles estabeleceram uma possibilidade infinita de discursos.

Antes de mencionar estes nomes, Foucault mencionara Homero, Aristóteles, os Pais da Igreja como possíveis candidatos a este lugar, que considera uma posição de transversalidade, para logo anotar que, apesar de sua relevância, parece ter sido apenas no século XIX que dois casos exemplares ocorreram: “autores bastante singulares e que não poderiam ser confundidos nem com os “grandes” autores literários, nem com os textos religiosos canônicos, nem com os fundadores das ciências”.

Assim, logo começa a fazer distinções, cujo efeito básico é qualificar diferentemente criadores de “escolas” e de “teorias científicas”, de um lado, e fundadores de discursividades, de outro.

Foucault analisa objeções possíveis. Uma, por exemplo, seria baseada em sua definição: por que não considerar que têm este estatuto, por exemplo, “inventores” como Ann Radcliffe, que criou o romance de terror, cujas regras foram seguidas? Não teria ela criado a possibilidade de novos discursos? A resposta é que obras assim (e também os romances policiais, eu acrescentaria) apenas permitiram analogias: todos os romances de terror incluem os mesmos tipos de actantes e de situações.

Já Freud e Marx não só tornaram possíveis certas analogias, mas também *certas diferenças* – eles “abriram espaço para outra coisa diferente e que, no entanto, lhes pertence”. Freud tornou possível certo número de diferenças (temas de que não tratou – como a psicanálise infantil – sou eu que especulo, diante da falta de exemplos) que, no entanto, dizem respeito à psicanálise.

E o que dizer de figuras como Galileu (diria aquela mesma voz)? Um fundador de ciência não será um fundador de discursividade? Afinal, ele não só tornou possíveis novos enunciados que repetiram suas leis, como também muitos outros, diferentes dos que ele próprio havia proferido. E Foucault menciona Saussure: “Se Cuvier é o fundador da biologia ou Saussure, o da linguística, não é porque eles foram imitados, [mas] é na medida em que Saussure tornou possível uma gramática gerativa (isto é, outra coisa), que é bastante diferente de suas análises estruturais”. Portanto, não haveria propriamente diferença entre instaurar uma discursividade e fundar não importa qual cientificidade, pareceria ser a conclusão.

Mas há, sim, diferenças notáveis, insiste Foucault. No caso da cientificidade, o ato que a funda está no mesmo nível de suas transformações futuras; ele faz parte do conjunto de modificações que torna possíveis. O ato de fundação de uma cientificidade pode sempre ser reintroduzido no interior da maquinaria das transformações que dele derivam. É que o início pode ter sido contaminado pelo empirismo, pela intuição, por generalizações apressadas... Todos os enunciados que corrigem estes “problemas” pertencem ao mesmo tipo de discurso, apesar das diferenças.

Já a instauração de uma discursividade é heterogênea às suas transformações posteriores. Desenvolver a psicanálise não é conferir-lhe uma generalidade formal que não havia no início (como ocorre na física), mas abrir-lhe certo número de possibilidades de aplicações eventualmente não previstas.

Outra diferença, ainda mais notável: na obra desses instauradores não se reconhecem certas proposições como falsas (como na física). No máximo, afastam-se certos enunciados como não pertinentes (o humanismo de Marx?), ou por não serem essenciais, ou por serem pré-históricos (a hipnose em relação à psicanálise?) e provenientes de outro tipo de discursividade.

A instauração discursiva, diferentemente da científica, não faz parte dessas transformações posteriores, “ela permanece (...) retirada e em desequilíbrio”.

Mas o traço fundamental dessas discursividades e, como consequência, a diferença fundamental em relação a uma ciência, é que, naquela, a validade teórica de uma proposição *se define por relação à obra dos instauradores*, enquanto que, na ciência, *a validade de uma proposição tem a ver com o que vêm a ser posteriormente a física e a cosmologia*, para ficar nos exemplos. “A obra desses instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela circunscreve; é a ciência ou a discursividade que se relaciona à sua obra como as coordenadas primeiras”.

É por isso que ocorre, nestes discursos, frequentemente, o fenômeno do “retorno à origem”. Não se trata nem de reatualização nem de redescoberta. Um exemplo de redescoberta seria: Chomsky redescobre certa figura que vai de Cordemoy a Humboldt, e que só pode ser constituída a partir da gramática gerativa (veja-se sua *Linguística cartesiana*). Trata-se de uma “codificação retrospectiva do olhar histórico”. Um exemplo de reatualização seria: reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação e de transformação que é novo para ele. A matemática está cheia de exemplos, diz Foucault (mas eu não “lembro” nenhum).

Já o retorno é diferente: ele requer que tenha havido esquecimento, não acidental ou por incompreensão, mas essencial e constitutivo. Tal esquecimento não vem do exterior. Ele faz parte da discursividade em questão, é esta mesma que lhe fornece a lei (que explica seu esquecimento).

O ato de instauração é tal que não pode ser esquecido (e, no entanto, o foi...). Quando se “retorna”, uma das reações é perguntar como algo não foi visto, lido, considerado, se estava aí, com todas as letras: *“Isso estava aí, bastava ler, era preciso que os olhos estivessem bem fechados e os ouvidos bem tapados para que não fosse visto nem ouvido”*. Esse retorno, que faz parte do próprio discurso, não cessa de modificar este mesmo discurso.

Concretamente: o reexame de algum texto (ou um possível texto novo...) de Galileu pode mudar o conhecimento que temos da história da mecânica, mas jamais pode mudar a própria mecânica. Já o reexame dos textos de Freud pode modificar a psicanálise, e o dos de Marx, o marxismo.

Não há nenhuma probabilidade de que a redescoberta de um texto desconhecido de Newton (sua previsão do fim do mundo em 2060, com base na leitura de místicos e do profeta Daniel, por exemplo) ou de Cantor modifique a cosmologia clássica ou a teoria dos conjuntos. No máximo, modificaria o conhecimento histórico de sua gênese. Em compensação, a reedição de um texto como o *Projeto* – na medida em que é um texto de Freud – produz sempre o risco de modificar não o conhecimento que se tem da psicanálise, mas seu próprio campo teórico.

A questão, portanto, se aceitamos esta caracterização de Foucault, que a mim parece pertinente e relevante, é simplesmente a seguinte: qual é o efeito da redescoberta de textos novos de Saussure? Eles modificam a linguística que derivou do *Curso* ou apenas modificam a representação que tínhamos de Saussure ou o conhecimento que tínhamos dele e da gênese do *Curso* ou da linguística a ele associada, de sua produção posterior ou simultânea, não publicada?

Se respondermos que modificam a linguística, classificaremos Saussure como um instaurador de discursividade e, consequentemente, a linguística que deriva do *Curso* como um discurso não científico (o que não o diminui, apenas o reclassifica).

Se, ao contrário, respondemos que modificam apenas a ideia que fazíamos de Saussure, ou o conhecimento que tínhamos dele e da gênese do *Curso* ou da linguística a ele associada, de sua produção posterior ou simultânea, não publicada, então diremos que ele é um cientista, que está mais para Galileu do que para Marx ou Freud, e que a linguística que deriva do *Curso* é uma ciência.

O mesmo efeito não se produz, por exemplo, em relação a Wittgenstein. Suas duas obras principais, enormemente díspares, não são lidas nem como se lê Galileu nem como se lê Fred ou Marx, nem para encontrar o verdadeiro Wittgenstein. Assume-se que se trata de duas fases de seu pensamento, que, de certa forma, pode ser lido como “ele abandonou o pensamento X e aderiu ao Y”, sem que isso implique, por exemplo, a anulação do *Tractatus*, mas apenas sua “renegação” pelo autor (que pode ter errado depois, não necessariamente antes). O que põe na mesa também a diferença entre filosofia e ciência.

Se perguntarem qual é minha posição, respondo que aceito a segunda alternativa, acrescentando, por óbvio, que a linguística não é uma teoria “unificada”, que diversos fenômenos “linguageiros” têm estatutos empíricos diferentes, que uma coisa é, por exemplo, a sílaba ou uma mudança fonética, e outra é o sentido de palavras ou de enunciados, em suma, a questão da interpretação. Aqui sou integralmente Pêcheux - a semântica não é uma espécie de fonologia do sentido.

É uma simples evidência que os novos escritos de Saussure não alteram sua teoria do valor, suas propostas de análise fonológica e morfológica, por exemplo. O que não significa que suas tomadas de posição sejam definitivas ou uniformemente aceitas na história da linguística que o sucedeu.

A sílaba, se o exemplo for bom, é um fato do mesmo tipo que a previsão de um *eclipse* para a cosmologia. Já a interpretação (de um texto ou de um corpus, mas mesmo de um enunciado) está para a linguística como a previsão do *tempo* está para a cosmologia – especialmente em prazos mais longos.

Outra questão, conexa, que me causa espanto, é uma espécie de tentativa de descobrir o verdadeiro Saussure, o que, em si mesmo, pode ser uma tarefa interessante, com diversas consequências. Por exemplo, ele publicou pouco - seu Lattes seria quase desprezível - o que animaria os preguiçosos, como se bastasse publicar pouco para ser um gênio. Esquecer-se-ia que publicou textos seminais e cruciais já na juventude. Por outro lado, estava à vontade em diversos domínios, não era um tipo que, se gostasse de literatura, então deveria detestar a linguística, ou vice-versa.

Mas esta não é, evidentemente, a questão relevante (podemos nos inspirar até mesmo em Zico ou em Oscar, o do basquete, se a questão é o nível de empenho). A questão que me incomoda é que esta busca supõe um Saussure único, uno, na contramão de tudo o que de mais interessante se tem dito sobre o sujeito, especialmente do que derivou da psicanálise, mas que até mesmo a teoria funcionalista dos papéis tematiza: cada um pode ser muitos, o sujeito é dividido, o autor é disperso. Pascal era um pensador jansenista e um notável geômetra e físico. E o que dizer de Aristóteles?

Se encontrarem o verdadeiro Saussure, encontrarão diversos. Todos verdadeiros. Todos falsos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. (2001[1969]) O que é um autor? In: *Ditos e escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-298.

PÊCHEUX, M. (1990[1969]) Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 61-161.

PINKER, S. (2002[1994]) *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

SAUSSURE, F. de. (1974[1916]) *Curso de linguística geral*. S. Paulo: Cultrix.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Dos organizadores

WALDIR BEVIDAS

Docente do Departamento de Linguística da FFLCH-USP, atua na Graduação em Letras e na Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral. É um dos coordenadores do Grupo de Estudos Semióticos da USP (Ges-Usp). Pesquisa a interface entre Linguística, Semiótica e Psicanálise. Publicações: *Inconsciente et verbum. Psicanálise, semiótica, ciência, estrutura*. (Humanitas, 2000, 2ª Ed. 2002); *Inconsciente & Sentido. Ensaios de Interface. Psicanálise, Linguística, Semiótica* (Annablume, 2009, 2ª ed. aumentada, 2014); *Semiótica: identidade e diálogos* (com Jean Portela et alii, Cultura Acadêmica, 2012); *Semióticas Sincréticas: posições. Estudos da linguagem do cinema* (AnnaBlume, 2014); vários artigos em periódicos e capítulos de livros publicados na área.

Endereço eletrônico: waldirbevidas@usp.br

IVÁ CARLOS LOPES

Docente do Departamento de Linguística da FFLCH-USP, atua na Graduação em Letras e na Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral. Um dos coordenadores do Grupo de Estudos Semióticos da USP (Ges-Usp), do qual foi co-fundador em 2001. Editor responsável pela revista semestral *Estudos Semióti-*

cos, juntamente com o professor José Américo Bezerra Saraiva. Entre os livros que escreveu ou organizou: *Elos de Melodia e Letra* (com Luiz Tatit. São Paulo, Ateliê Editorial, 2008); *Semiótica da Poesia : Exercícios Práticos* (com Dayane Almeida. São Paulo, Anablume, 2011); *Semiótica: identidade e diálogos* (com Jean Portela et alii. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2012). Tem traduzido livros e artigos da área de teoria da linguagem. Interessa-se pela pesquisa em semiótica e linguística geral, poética, história e cultura brasileira.

Endereço eletrônico : lopesic@usp.br

SÉMIR BADIR

É Pesquisador do *Fonds de la Recherche Scientifique – FRS/FNRS*, atuando na Universidade de Liège – Bélgica. Seus interesses de pesquisa visam os aspectos epistemológicos das teorias linguísticas e semióticas. Seu projeto intelectual é o de uma epistemologia conforme às práticas discursivas do saber. É autor de *Hjelmslev* (Belles-Lettres, 2000), *Saussure. La langue et sa représentation* (L'Harmattan, 2001), *Épistémologie sémiotique. La théorie du langage de Louis Hjelmslev* (Honoré Champion, 2014). É co-diretor de uma dezena de obras e números de revista (*Protée, Semen, Semiotica, Visible...*). É co-responsável de vários projetos internacionais de pesquisa (com Waldir Beividas, projeto WBI-CAPES 2011-2013; com Nicolas Couégnas, Driss Ablali et Érik Bertin, projeto ANR 2014-2017).

Endereço eletrônico : semir.badir@ulg.ac.be

Dos autores

DIANA LUZ PESSOA DE BARROS

É professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professora titular aposentada da Universidade de São Paulo, no Brasil. Foi presidente da Associação Brasileira de Linguística (1991/1993), representante da Área de Linguística no Comitê de Letras do CNPq (1997/1998, 2006/2009) e Secretária Geral da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (2008/2014). Publicou livros, capítulos e artigos nos domínios, sobretudo, da teoria e análise dos discursos, dos estudos da língua falada, da semiótica discursiva e da história das ideias linguísticas. Algumas dessas publicações são: *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos; Teoria semiótica do texto; Dialogismo, polifonia e intertextualidade: em torno de Bakhtin* (com J. L. Fiorin); *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos; Greimas en América Latina: bifurcaciones* (com T. Espar); *A fabricação dos sentidos* (com J. L. Fiorin); *History of Linguistics 2002* (com Eduardo Guimarães); *Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas*.

Endereço eletrônico: dianaluz@usp.br; dianaluz@mackenzie.br

LEDA BISOL

Com graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fez mestrado (1972) e doutorado (1981) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez estágios no exterior em nível de doutorado na *University of Edinburgh*, Escócia (1979) e pós-doutorado em *Stanford University*, Califórnia (1989). Atualmente é professor titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pesquisador do nível 1 A do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem experiência na área de linguística, com ênfase em Fonologia, área em que vem desenvolvendo suas pesquisas.

Endereço eletrônico: bisol@pucrs.br

IZIDORO BLIKSTEIN

Mestre pela Universidade de Lyon (França), doutor, livre-docente e titular pela Universidade de São Paulo nas áreas de Linguística, Semiótica e Comunicação. Professor e orientador de teses no Programa de Pós-Graduação em Linguística na USP (de 1986 a 2012). Professor-adjunto de Comunicação Corporativa e Empresarial nos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Especialização da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). Consultor de Comunicação Corporativa e Professor de *Media Training* e Técnicas de Comunicação para Apresentações Profissionais. Autor de trabalhos sobre Semiótica e Comunicação em congressos Internacionais (EGOS) e nacionais. Autor dos livros: *Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade*, *Técnicas de Comunicação Escrita e Como Falar em Público - Técnicas de Comunicação para Apresentações*.

Endereço eletrônico: izidoro@blikstein.com

BETH BRAIT

É crítica, ensaísta, professor associado da PUC-SP e professor associado aposentado da USP. Fez Graduação em Letras, Doutorado e Livre-Docência em Linguística/USP; Pós-doutorado/École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris/França. É pesquisadora nível 1 do CNPq. Foi Membro do Comitê Assessor do CNPq/Área de Letras e Linguística. É Assessora da CAPES, CNPq e da FAPESP; líder do GP/CNPQ/PUC-SP Linguagem, Identidade e Memória; Membro do GT/ANPOLL Estudos Bakhtinianos; editora responsável por *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso* (Qualis 1; SCIELO). Foi Coordenadora do PEPG em LAEL-PUC-SP (2005-2009); Presidente da ANPOLL (gestão 2004-2006). É autora, dentre outras, de *A personagem, Ironia em perspectiva polifônica, Literatura e outras linguagens*; organizadora de *Bakhtin: conceitos-chave*; *Bakhtin: outros conceitos-chave*; *Bakhtin, dialogismo e polifonia*; *Bakhtin e o Círculo*; co-organizadora de *Texto ou discurso? Dialogismo: teoria e(m) prática*. Destacam-se participações em conselhos e comissões editoriais e a crítica militante de literatura em jornais paulistas. Atua nas áreas de Teoria e análise do texto e do discurso, Estudos Bakhtinianos, Análise dialógica do discurso, Leitura e análise da verbo-visualidade e Literatura comparada.

Endereço eletrônico: bbrait@uol.com.br

PATRICK DAHLET

Prof. Dr. HDR (Habilitation à Diriger des Recherches) em ciências da linguagem, aposentado da Universidade das Antilhas e da Guiana. Radicado na Bahia, é atualmente Prof. Visitante pelo CNPq e Professor Colaborador da PósLin na FALE/UFMG. Intervém também na rede estrangeira (em 2014/15: UNA/Costa Rica; UPN/Vietnam; UNAM/México; IPA/Montevidéu, UNAH/Honduras). Membro do NETII na UFMG (Núcleo de Estudos sobre Transgressões, Imagens e imaginários), seus ensi-

nos, pesquisas e publicações dizem hoje respeito a três temáticas: universos de discurso e subjetividade (epistemologia da enunciação, dialética da nomeação, narrativas de vida); a necessidade discursiva do mundo neoliberal (subjugações e resistências); didática de línguas e educação plurilíngue (práticas discursivas, identidades e minorização linguística, formação dos professores).

NORMA DISCINI

Mestre e doutora em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo, é professora e pesquisadora vinculada ao Departamento de Linguística da FFLCH-USP. Fez pós-doutorado na Universidade de Paris VIII (França) e livre-docência na USP. É autora destas obras: *Intertextualidade e conto maravilhoso*; *O estilo nos textos*; *A comunicação nos textos*; *Corpo e estilo* – e, entre os capítulos de sua autoria, destacam-se os publicados nestes livros: *Círculo de Bakhtin: Teoria inclassificável*; *A abordagem dos afetos na semiótica*; *A poética sociológica do Círculo de Bakhtin e os estudos culturais*; *Bakhtin: outros conceitos-chave*; *Ethos discursivo*; *Linguagem e política: estratégias, valores, interações e paixões*; *Linguística? Que é isso? Semântica e estilística*; *Semiótica nas práticas sociais*; *Semiótica – objetos e práticas*.

Endereço eletrônico: normade@uol.com.br

JOSÉ LUIZ FIORIN

É doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (1983). Fez pós-doutorado na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris) (1983-1984) e na Universidade de Bucareste (1991-1992). É Professor Associado do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. Foi representante da área de Letras e Linguística na CAPES e membro do Conselho Deliberativo do CNPq. Além de muitos artigos em revistas especializadas e capítulos de livros, publicou diversos livros, entre os quais *As astúcias da enunciação*; *O regime de 1964: discurso e ideo-*

logia; Argumentação; Figuras de Retórica. Organizou vários livros, entre os quais *Introdução à Linguística: objetos teóricos; Introdução à Linguística: Princípios de análise*.

Endereço eletrônico: jolufi@uol.com.br

VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

É Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou estudos de pós-doutorado (CNPq) na Université de Paris XII-Val-de-Marne e na Université de Paris X-Nanterre (CAPES). Atualmente, é professor Titular de Linguística e Língua Portuguesa do curso de graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor e orientador do Programa de Pós-graduação em Letras da mesma Universidade. É pesquisador PQ-CNPQ.

Endereço eletrônico: valdirnf@yahoo.com.br

DERMEVAL DA HORA OLIVEIRA

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal da Bahia (1976), mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1983) e doutorado em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Livre de Amsterdam pela segunda vez ao longo do ano de 2010. Atualmente é professor da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia e sociolinguística variacionista. Atualmente, como bolsista de Produtividade do CNPq 1B, desenvolve o Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba - fase III: variação, estilo, atitude e percepção & quot. É Coordenador da Área de Letras e Linguística da CAPES (período 2011-2017).

Endereço eletrônico: dermeval.dahora@gmail.com

RICARDO LOPES LEITE

Professor Adjunto IV do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Grupo de Estudos Semióticos da Universidade Federal do Ceará - SEMIO-CE. Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e capítulos de livros publicados em coletâneas nas áreas de Semiótica Discursiva e Linguística teórica.

Endereço eletrônico: rleite32@hotmail.com

EDWARD LOPES

Escritor, linguista e semioticista brasileiro de significativa atuação acadêmica nas três últimas décadas do século XX e com expressivo legado para a construção do saber sobre a linguagem. Ao lado de outros colegas, criou em 1973 o Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas e, no ano seguinte, o periódico Significação - Revista Brasileira de Semiótica. Docente aposentado da FCL-UNESP de Araraquara, Edward Lopes escreveu, entre inúmeros títulos, os livros *Fundamentos da Linguística Contemporânea*, *Discurso, Texto e Significação*, *O Mito e sua expressão na literatura hispano-americana (co-autoria com Eduardo Peñuela Cañizal)*, *Metáfora – da Retórica à Semiótica*, *A Palavra e os Dias*, *Metamorfoses – a poesia de Cláudio Manuel da Costa*, *A Identidade e a Diferença*, *Prenúncios e Vestígios*. De sua atividade como tradutor destaca-se a colaboração na versão brasileira de A. J. Greimas & J. Courtés, *Dicionário de Semiótica* (primeira edição: Cultrix, 1983; segunda ed.: Contexto, 2008).

Endereço eletrônico: edhlopes@hotmail.com

Maria Helena de Moura NEVES

É Professora Emérita da UNESP; licenciada em Letras (em Português-Grego e em Alemão); doutora em Letras Clássicas (USP); livre-docente em Língua Portuguesa (UNESP); pesquisadora nível 1A no CNPq, foi membro do Comitê de Letras e Linguística em 2 períodos. Atua na Pós-Graduação em Letras da UPM e da UNESP-Araquara. Desenvolve trabalhos em Teoria e Análise Linguística, especialmente nos temas Gramática de usos do português, Texto e gramática, História da gramática, Descrição da Língua Portuguesa e Funcionalismo. É autora, entre outros livros de referência, de 2 gramáticas do português (1 no prelo), e coautora de diversos dicionários (5 do português e 1 grego-português). Coordenou a equipe Sintaxe I do projeto Gramática do Português Falado (sob direção de A. T. de Castilho). É Membro do Conselho Editorial de 14 revistas especializadas e Consultora de 6 Fundações de Apoio à Pesquisa.

Endereço eletrônico: mhmneves@uol.com.br

SÍRIO POSSENTI

Nasceu em Arroio Trinta, SC. É licenciado em Filosofia (1966). Tem mestrado (1977) e doutorado (1986) em Linguística. É professor titular (Análise do Discurso) no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Estuda humor. Tem interesse pelos discursos jornalístico e publicitário. Dedicou-se aos textos breves, especialmente piadas, pequenas frases e fórmulas. Publicou *Discurso, estilo e subjetividade* (Martins Fontes, 1988); *Por que (não) ensinar gramática na escola* (1996), *Os humores da língua* (1998) (Mercado de Letras); *Os limites do discurso* (2002), *Questões para analistas do discurso* (2010), *Questões de linguagem* (2011) (Parábola); *Humor, língua e discurso* (2010) (Contexto). Traduziu, de Dominique Maingueneau, *Gênese dos discursos (Parábola)*, *alguns textos de Cenas da Enunciação* (2006) e de

Doze conceitos em análise do discurso (2010), que ajudou a organizar (Parábola) e a maior parte de Frases sem texto (Parábola).

Endereço eletrônico: siriop@terra.com.br

JOSÉ AMÉRICO BEZERRA SARAIVA

É professor dos cursos de Graduação em Letras e de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. É autor dos livros *A trama poética em Caetano Veloso* e *A identidade de um percurso e o percurso de uma identidade: um estudo semiótico das canções do Pessoal do Ceará*. Coordena o Grupo de Estudos Semióticos da Universidade Federal do Ceará (SEMIOCE) e desenvolve pesquisas nas áreas de Linguística e Semiótica, com ênfase em Teorias Linguísticas, Semiótica Discursiva, Semiótica da Canção e Análise do Discurso.

Endereço eletrônico: jabsaraiva@gmail.com

LUIZ TATIT

É professor Titular do Departamento de Linguística da FFLCH da USP e autor dos livros *Semiótica da Canção: Melodia e Letra* (1994), *O Cancionista: Composição de Canções no Brasil* (1996), *Musicando a Semiótica: Ensaios* (1997), *Análise Semiótica Através das Letras* (2001), *O Século da Canção* (2004), *Elos de Melodia e Letra* (2008), este em colaboração com Ivã Carlos Lopes, *Semiótica à luz de Guimarães Rosa* (2010) e *Todos Entoam – Ensaios, Conversas e Lembranças* (2014). Em sua atividade como músico, lançou seis discos com o Grupo Rumo e, mais tarde, os álbuns-solo *Felicidade* (1998), *O Meio* (2000), *Ouvidos Uni-vos* (2005), *Rodopio-CD e DVD* (2007) e *Sem Destino* (2010). Com José Miguel Wisnik e Arthur Nestrovski, lançou o DVD TATIT/WISNIK/NESTROVSKI, *O Fim da Canção* (2012), e, com Arrigo Barnabé e Lívia Nestrovski, o CD *De Nada Mais a Algo Além* (2014).

Endereço eletrônico: tatit@usp.br

